



Avenida  
**Deodoro da Fonseca**  
Cep 59020-600 Petrópolis  
389 a 355

Rua  
**Alberto Maranhão**  
Cep 59020-330  
429 a 409 Tirol

Rua  
**Jundiá**  
Cep 59020-120  
Tirol

Rua  
**Amaro Barreto**  
Alecrim  
59040-450

Aven  
**Hermes da Fonseca**  
Cep 59020-000 Petrópolis  
554 a 600

Rua  
**15 Novembro**

PREFEITURA DE NATAL  
**AVENIDA PRUDENTE DE MORAIS**  
AVENIDA SERIDO



PREFEITURA DE NATAL  
**AVENIDA FLORIANO PEIXOTO**

*Em nome(s) dos interesses:  
imaginários toponímicos do Rio Grande  
do Norte na Primeira República*

Praça  
**Pedro Velho**  
Petrópolis

Rua Doutor  
**José Augusto Bezerra  
de Medeiros**

Rua  
**Ferreira Chaves**

Av.  
**Tavares de Lira**

Praça  
**Augusto Severo**

Rua  
**Juvino Barreto**  
Cidade Alta  
26

*Anderson Dantas da Silva Brito*

Avenida  
**Campos**  
Cep 59020-300 Petrópolis  
409 a 415

PREFEITURA DE NATAL  
**SACHET**

NILIO PEÇANHA  
Cep 59012-300 Petrópolis  
259

Avenida  
**Afonso Pena**  
Cep 59020-100 Petrópolis  
394

Largo  
**Junqueira Aires**  
Cep 59025-280 Cidade Alta  
533

Avenida  
**Rodrigues Alves**  
Cep 59020-200 Petrópolis  
410 a 404





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ANDERSON DANTAS DA SILVA BRITO

**Em nome(s) dos interesses:  
imaginários toponímicos do Rio Grande do Norte na Primeira República**

NATAL - RN  
AGOSTO / 2012

ANDERSON DANTAS DA SILVA BRITO

**Em nome(s) dos interesses:  
imaginários toponímicos do Rio Grande do Norte na Primeira República**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa II, Cultura, Poder e Representações Espaciais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do professor Dr. Renato Amado Peixoto.

NATAL - RN  
AGOSTO / 2012

Catálogo da Publicação na Fonte.  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.  
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Brito, Anderson Dantas da Silva.

Em nome(s) dos interesses : imaginários toponímicos do Rio Grande do Norte na Primeira República / Anderson Dantas da Silva Brito. – 2012.  
264 f.: il.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, Natal, 2012.

Orientador: Prof. Dr. Renato Amado Peixoto.

Área de Concentração: História e Espaço.

1. História – Rio Grande do Norte. 2. Rio Grande do Norte - Toponímia. 3. Rio Grande do Norte - Imaginário Social. I. Peixoto, Renato Amado. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 94 (813.2)

ANDERSON DANTAS DA SILVA BRITO

**Em nome(s) dos interesses:  
imaginários toponímicos do Rio Grande do Norte na Primeira República**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração História e Espaços, Linha de Pesquisa II: Cultura, Poder e Representações Espaciais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela comissão formada pelos professores:

---

Prof. Dr. Renato Amado Peixoto  
Departamento de História – CCHLA/UFRN  
(Orientador)

---

Prof. Dr. Muirakytan Kennedy de Macêdo  
Departamento de História – CERES/UFRN  
(Examinador Interno)

---

Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira  
Unidade Acadêmica de História - UFCG  
(Examinador Externo)

---

Profa. Dr<sup>a</sup>. Flávia de Sá Pedreira  
Departamento de História – CCHLA/UFRN (Suplente)  
(Examinadora)

NATAL - RN  
AGOSTO / 2012

Considerável parte dessa história que ora busquei registrar origina-se no convívio com meus familiares. São eles os primeiros protagonistas, as vozes mais influentes por terem me ensinado as primeiras histórias.

*Aos meus avós que apenas fisicamente não estão mais ao meu lado, Auta Marfiza Dantas e Silvino Nunes, pelos incontáveis exemplos que tão carinhosamente me concederam para toda a vida; pela iluminada preocupação que tiveram em garantir que eu visse a educação como um bem de valor inestimável; por me apresentarem indiretamente o mundo da leitura, ao reservar diariamente preciosos minutos de suas vidas para contemplar as informações contidas em jornais, revistas, livros, palavras cruzadas e tudo o mais que estivesse em seus interesses – o que me incentivou a também ser um leitor assíduo. A estas duas pessoas que me contaram muito do que sei sobre o passado de Acari e do Seridó, mas sempre estiveram culturalmente à frente de seu tempo, buscando permanentemente selecionar o que seria mais proveitoso e significativo para suas vidas, ouvindo boa música, acompanhando o telejornal... A eles que, graças a Deus, puderam doar importantíssimas parcelas à minha herança cultural. Meus avós também eram historiadores. Se não o eram por formação acadêmica, mas certamente com valorosa formação de vida. E ainda o são e serão, pois vão estar sempre presentes em muitas linhas do que escrevo.*

## AGRADECIMENTOS

No âmbito familiar, antes mesmo da entrada de meus avós em minha vida, agradeço pela entrada dos meus pais Antônio Neto de Brito e Gilma Dantas da Silva Brito por terem dito um “sim”, me aceitado como o filho que queriam e me presenteado com uma vida marcada por muitas histórias cheias de personagens que até hoje nela atuam e fazem a diferença. Agradeço-lhes também porque, quando me aceitaram, meus pais trouxeram a reboque todo o restante da mina de diamantes que guardavam consigo: avós, tios, padrinhos e madrinhas, primos, amigos e pessoas que cuidaram de mim e ajudaram a construir o meu percurso até hoje. Neles, vejo que essa história que hoje problematizo começou a ser escrita bem antes – antes mesmo de irmos morar, poucos dias após meu nascimento, na rua Tiradentes, em Acari – e lhes digo que talvez eu não seja o melhor filho do mundo, mas os amo incondicionalmente, especialmente por serem os primeiros historiadores de minha vida.

Dessa mesma história há algumas camadas construídas e guardadas com meus amigos e colegas de escola e vizinhança; amigos que conquistei no Ceres-UFRN, em Caicó quando cursei História; colegas, amigos e professores da especialização em História do Rio Grande do Norte. E para agradecer-lhes pelo apoio de sempre e não esquecer injustamente de alguém – já que são tantos os que considero muito especiais –, representarei todos estes queridos amigos – resultantes de encontros pertencentes a tempos distintos, mas sem dúvida dotados de igual valor – nas figuras de dois que estão muito presentes neste trabalho: Helder Alexandre Medeiros de Macedo e Olívia Morais de Medeiros Neta.

A essas duas pessoas fundamentais em minha vida dirijo esses agradecimentos, os quais considero insuficientes, mas complemento lhes dando aqui todas as autorizações necessárias para criticar essa minha parcela de contribuição para a historiografia do Rio Grande do Norte. A esse amigos/irmãos na vida pessoal e no âmbito acadêmico com quem compartilho, desde a graduação, angústias, descobertas, alegrias, interesses, fontes, textos... e cujos laços – todos que já existiam – pudemos estreitar ainda mais durante este trabalho. Com Olívia passei a dividir a morada, as dores e as discussões, os valores, o conhecimento, as cobranças pessoais e coletivas; senti-me menos sozinho na capital – afinal, os seridoenses se afinam por natureza. Helder e Olívia se fizeram presentes em todo o processo da gestação ao nascer desta dissertação, ajudaram-me a cuidar dela, expandindo o que era mais necessário e reprimindo algo sempre que preciso. Amigos/irmãos estão além do sangue e como tal vocês são partes importantes nessa história.

Mas num trabalho com tantas camadas de regionalismo, é oriunda de um outro Rio – o de Janeiro – uma das pessoas que mais somou ao desenvolvimento do texto e, sobretudo, à minha formação como historiador. Todos os agradecimentos seriam insuficientes para externar o quanto sou grato ao meu orientador Renato Amado Peixoto, profissional de larga experiência no ensino, na pesquisa e na produção historiográfica que, sendo rígido quando teve de ser e compreensivo na mesma medida, soube muito bem dosar a responsabilidade como orientador e as cobranças necessárias.

Renato me ensinou a ser mais perspicaz e a lançar outros olhares sobre as fontes; me apresentou Castoriadis e junto com ele parte da matriz teórica alemã – tão rica quanto a historiografia francesa e a inglesa, fortemente presentes na minha graduação; e também se faz presente no meu texto como historiador, emprestando-me conceitos e ideias que tão bem utilizou quando teceu suas contribuições nas suas várias publicações sobre a história do Rio Grande do Norte e do Brasil.

Enfim, agradeço-lhe infinitamente por ter acreditado em mim antes mesmo de me conhecer pessoalmente, quando aceitou orientar meu trabalho ainda no processo de seleção do mestrado e por ter me mostrado ao longo de nossa convivência que o Rio Grande do Norte é um rio de histórias bem maior e bem mais profundo do que sabemos até hoje. Do professor Renato Amado, como pessoa e profissional, levo o exemplo ético e de boa índole, reafirmado quando contribuiu para a desconstrução parcial da ideia de que só passa numa seleção de mestrado quem já tem ligação prévia com o orientador. Renato Amado me ajudou, sobretudo, a tornar concreta a minha intenção de pensar uma história através dos interesses que norteiam as denominações espaciais e, por isso, divido com ele todos os méritos que obtiver. Hoje, posso dizer que o professor Renato Amado é também um norte-rio-grandense e seridoense – bem mais que muita gente nascida aqui – por sua contribuição para a história de nossa espacialidade.

Agradeço também ao professor Muirakytan Macêdo, pela considerável presença em várias importantes etapas desse processo. Suas contribuições iniciaram ainda na graduação quando me ajudou a pensar os caminhos teóricos da história. Mas, foi no processo de gestação e construção desta dissertação que o historiador Muirakytan Macêdo mais colaborou com a sua *A penúltima versão do Seridó*. Como membro da banca de qualificação do meu texto, atentou para a necessidade de pensar uma história do imaginário, permeada por uma relação que não se dava apenas no campo do político, mas, sobretudo, fortalecida pelos interesses econômicos – consideração a partir da qual consegui dar mais consistência às ideias que vinha

defendendo. Da mesma ocasião resultou outra sugestão que motivou uma corrida pela pesquisa: a de incluir no trabalho a *Missão Pearce*, elemento valoroso e ainda quase não discutido na historiografia do Rio Grande do Norte. Todas valorosas contribuições que empreendeu no meu aprendizado como professor e historiador, as quais espero honrar, ao menos minimamente, com este trabalho que desejo ver se tornar mais um fruto das versões sobre o regionalismo seridoense. Agradeço-lhe ainda pelo aceite ao convite para a composição da banca de minha defesa.

À professora Flávia de Sá Pedreira, pelo tempo dedicado às valorosas colocações que fez na banca de qualificação; pelo reconhecimento aos valores do trabalho, bem como das lacunas que precisavam ser preenchidas; pelas correções e sugestões ao texto final. Agradeço inclusive pela indicação de Claude Lefort e pelo apontamento da necessidade de incluir José Murilo de Carvalho. Da professora Flávia Pedreira – observando sua elegância natural –, também consegui captar a estética e a rígida correção gramatical necessárias à elaboração de um bom texto.

Agradecimentos mais que especiais são também os que dedico ao professor Iranilson Buriti por suas inúmeras contribuições. Hoje, especialmente, agradeço por aceitar fazer parte do processo de defesa da minha dissertação, contudo, os agradecimentos me remetem ao percurso de minha graduação, quando há mais de uma década o professor Iranilson plantou sementes férteis para a minha formação acadêmica. A ele sou grato pelos ensinamentos, pelas críticas, pelas conversas sobre o que nem sempre pode ser história, mas, é conhecimento. De Iranilson, aprendi e li histórias escritas com leveza e beleza, capacidade que espero um dia, a partir de seu exemplo, desenvolver, ao menos parcialmente. Espero também não tê-lo desapontado em demasia com essa minha proposta de versão para uma parte da história do Rio Grande do Norte, uma vez que sua presença também está materialmente visível no meu texto com seu olhar de historiador sobre ruas e placas, nomes, práticas e imaginários.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRN serei eternamente agradecido por inúmeros fatores: pelos ensinamentos e pelo conhecimento adquirido nas aulas com os professores Renato Amado, Durval Muniz, Raimundo Arrais, Henrique Alonso, Margarida Dias e Helder Viana, todos profissionais do mais alto gabarito e com os quais muito aprendi para minha dissertação e para a vida; pela concessão de uma bolsa Capes que muito me ajudou no caminho do mestrado; por ter profissionais em sua secretaria que sempre tão bem me atenderam como Isabelle Azevedo, Ivis Machado e Juliana Lima; e especialmente, aos

meus amigos e colegas de turma: Maricélia e Diêgo (conterrâneos do Seridó), Renato Marinho, Rodrigo, Aline, Adriano e Fernando.

Agradeço também ao historiador Anderson Tavares. É bom conhecer pessoas que pensam longe e ajudam a guardar a memória histórica. Meu obrigado vai além da disponibilidade dos minutos de conversa e da concessão para consulta à *Chorographia do Rio Grande do Norte* de seu tio/avô Tavares de Lyra.

Agradeço a todos os amigos que sempre se preocuparam e torceram por mim na seleção e durante todo o curso do mestrado, que entenderam a ausência muitas vezes necessária, que lembraram de mim e me fizeram sentir presente quando estive ausente. Esta conquista também é de vocês, a quem peço desculpas por não citar nomes. Faço assim para não esquecer ninguém, porque vocês são inúmeros graças a Deus.

A Leonardo Mendes, por estar contribuindo com a escrita de parte de nossas vidas, dividindo alegrias e angústias e me fazendo uma pessoa mais compreensiva; por me deixar ocupar um lugar central, regado por sabores tão cuidadosamente preparados; e por me ajudar com sua inteligência para com as letras, empregada na correção gramatical do meu texto. Enfim, por me mostrar que a beleza também está no simples...

Agradeço também a todos os seridoenses que ao longo da história ergueram tradições. Olhando para o Rio Grande do Norte, alguns se sentem nação, outros cidade, outros não tem identificação alguma, nós seridoenses não nos sentimos, nós somos uma civilização, somos uma identidade que resiste aos avanços do tempo. Agradeço finalmente a todas as pessoas que amaram/amam o estudo da toponímia, que escreveram e colocaram em suas escritas as curiosidades e interesses que os significados dos nomes podem imprimir à concepção dos espaços.

## RESUMO

Esse trabalho tem como temática imaginários toponímicos, a partir da qual objetivamos analisar os imaginários e interesses investidos que caracterizaram a implantação e a legitimação da Primeira República (1889-1930) no Rio Grande do Norte, historicizando o processo de toponimização de tal espaço. Para a construção de nosso objeto perscrutamos leis e decretos provinciais, estaduais, e municipais; mensagens anuais de governadores; artigos dos jornais *O Povo*, *A República*, *Diário do Natal*, *O Seridóense*, *A Notícia*, e *Jornal das Moças*; a cartografia, e a historiografia local que trata da toponímia. A utilização dessas fontes aliadas a empiria foram conduzidas por um aporte teórico-metodológico baseado na história do imaginário político através de Cornelius Castoriadis, René Rémond, Michel de Certeau e Maria Dick. Para a compreensão dos imaginários que (de)marcaram toponimicamente os espaços do Rio Grande do Norte durante a Primeira República inicialmente retornaremos às duas últimas décadas imperiais, enquanto momento de clivagem entre Império e República, fundamental para a fomentação dos imaginários que corporificaram a organização de nossa problemática. Este primeiro olhar trata de observar através dos nomes de algumas cidades como o espaço norte-rio-grandense deveria está alinhado com a dinâmica imaginária do novo regime político da nação, seguindo para um processo de redirecionamento das práticas nomeativas em conformidade com a organização familiar Albuquerque Maranhão ao enunciar nos nomes de cidades, vilas, ruas, escolas, edifícios, etc o reconhecimento à memória de seus membros, para na sequência verificar como uma nova dinâmica nomeativa ajudou a entender o processo de transição política do Litoral para o Sertão, e ao mesmo tempo afirmando o poder da elite política e econômica seridoense à frente do governo do estado nas duas últimas décadas da Primeira República.

**Palavras-chave:** Imaginário Social. Interesses. Toponímia. Primeira República. Rio Grande do Norte.

## ABSTRACT

This paper has the imaginary names as a theme, from which we aim to analyze the imaginaries and invested interests that characterized the implementation and the legitimation of the First Republic in Rio Grande do Norte (1889 – 1930), making the process of registering names history in that place. For the construction of our object, we studied laws and provincial, state and municipal decrees; annual messages of governors; articles of the following newspapers *O Povo*, *A República*, *Diário do Natal*, *O Seridoense*, *A Notícia* and *Jornal das Moças*; the local cartography and historiography that talk about the study of names. The use of these resources, allied to the empiric method, was driven by a theoretic – methodological contribution based on the history of the political imaginary, as discussed by Cornelius Castoriadis, René Rémond, Michel de Certeau and Maria Dick. For the understanding of the imaginaries that (de)limited the spaces of Rio Grande do Norte concerning its names during the First Republic, we bring moment back to the two last imperial decades – moment of cleavage between Empire and Republic essential for the fomentation of the imaginary that embodied the organization of our study. From this period, we observe, through the names of some cities, how the northern space would be aligned to the imaginary dynamic of the new political system of the nation, and it had followed to a redirection process of the giving names action, according to the interests of the family organization Albuquerque Maranhão, revealed while determining the names of cities, towns, streets, schools, buildings, etc., in thankfulness to the memory of its members. In the sequence we verified how a new dynamic of giving names helped to understand the process of political transition from the Coast to the Sertão, and at the same time affirmed the power of the political and economical seridoense elite towards the government of the state in the two last decades of the First Republic.

**Key words:** Imaginaries. Interests. Register of Names. First Republic. Rio Grande do Norte.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES, MAPAS E QUADROS

### ILUSTRAÇÕES:

<b>Figura 01</b>	Fragmento com a representação do Rio Grande do Norte no <i>Atlas do Império do Brasil</i> elaborado por Cândido Mendes de Almeida, 1868 .....	40
<b>Figura 02</b>	Representação cartográfica da divisão do território da Província do Rio Grande do Norte em Comarcas no <i>Atlas do Império do Brasil</i> elaborado por Cândido Mendes .....	43
<b>Figura 03</b>	Fragmento com a lista de Comarcas do Rio Grande do Norte no <i>Atlas do Império do Brasil</i> elaborado por Cândido Mendes de Almeida, 1868 .....	44
<b>Figura 04</b>	Folha de rosto do <i>Diccionario Historico e Geographico do Rio Grande do Norte</i> , de Antônio de Souza .....	58
<b>Figura 05</b>	Fragmento com a representação do RN no Mapa Geral da República do Brasil, 1903 .....	109
<b>Figura 06</b>	Fotografia com as presenças de Augusto Severo, Santos Dumont e George Sachet, tirada em Paris, em 12 de maio de 1902 .....	110
<b>Figura 07</b>	Placa em homenagem a Augusto Severo e George Sachet na <i>Avenida do Maine</i> , Paris-França .....	113
<b>Figura 08</b>	Placa com a denominação <i>Avenida Prudente de Moraes</i> localizada na cidade de Natal-RN .....	128
<b>Figura 09</b>	Placa com a denominação <i>Rua Alberto Maranhão</i> localizada na cidade de Natal-RN .....	129
<b>Figura 10</b>	Placa com a denominação <i>Rua Potengi</i> localizada na cidade de Natal-RN .....	129
<b>Figura 11</b>	Fotografia do prédio onde funcionou o <i>Grupo Escolar Augusto Severo</i> , localizado à Praça Augusto Severo – Ribeira / Natal-RN ...	136
<b>Figura 12</b>	Folha de rosto referente aos atos legislativos e decretos do governo do Rio Grande do Norte no ano de 1899, publicados pela tipografia do <i>A República</i> em 1900 .....	147
<b>Figura 13</b>	Folha de rosto referente aos atos legislativos e decretos do governo do Rio Grande do Norte no ano de 1913, publicados pelo tipografia do <i>A República</i> em 1914 .....	148
<b>Figura 14</b>	Monumento em homenagem a Pedro Velho localizado na Praça Pedro Velho na cidade de Natal-RN .....	164
<b>Figura 15</b>	Monumento em homenagem a Augusto Severo localizado na Praça Augusto Severo na cidade de Natal-RN .....	165
<b>Figura 16</b>	Homenagem ao mecânico George Sachet gravada na parte posterior do monumento em homenagem a Augusto Severo localizado na Praça Augusto Severo na cidade de Natal-RN .....	166

<b>Figura 17</b>	Cópia do primeiro <i>Brasão de Armas do Rio Grande do Norte</i> – criado por Corbiniano Villaça .....	208
<b>Figura 18</b>	Representação contemporânea do <i>Brasão de Armas do Rio Grande do Norte</i> .....	209
<b>Figura 19</b>	Anúncio comercial da <i>Fábrica de fiação e tecidos do Natal de J. Barreto &amp; C.ª</i> publicado no jornal <i>O Povo</i> .....	210
<b>Figura 20</b>	Fotografia de Francisco Raymundo de Araújo .....	213
<b>Figura 21</b>	Fotografia de Arno Pearse .....	218
<b>Figura 22</b>	Fotografia de fardos de algodão na Fazenda Fortaleza – Acari-RN, anos 1920.....	225
<b>Figura 23</b>	Carta de Aforamento de imóvel na <i>Rua 15 Novembro</i> – Caicó-RN, 1919 .....	238
<b>Figura 24</b>	Anúncio comercial da <i>Loja Avenida</i> publicado no <i>Jornal das Moças</i> .....	245
<b>Figura 25</b>	Placa com a denominação <i>Avenida Seridó</i> localizada na cidade de Caicó-RN .....	246

#### MAPAS:

<b>Mapa 01</b>	O Rio Grande do Norte instituído como o <i>mundo</i> dos Albuquerque Maranhão .....	173
<b>Mapa 02</b>	Representações Cartográficas do Seridó .....	187

#### QUADROS:

<b>Quadro 01</b>	Principais cargos políticos eletivos e comissionados ocupados por alguns membros da <i>organização familiar Albuquerque Maranhão</i> durante o período de seu efetivo domínio do governo do estado (1892-1913) .....	170
<b>Quadro 02</b>	Principais cargos ocupados por alguns correligionários da <i>organização familiar Albuquerque Maranhão</i> durante o período de seu efetivo domínio do governo do estado (1892-1913) .....	171
<b>Quadro 03</b>	Produção algodoeira do RN - Amostragem por década .....	212
<b>Quadro 04</b>	Relação oficial dos expositores norte-rio-grandenses premiados na <i>Exposição Internacional do Centenário da Independência</i> (1922), na categoria <i>Produtos agrícolas alimentares de origem vegetal e produtos agrícolas não alimentares</i> .....	227
<b>Quadro 05</b>	Estimativa da Inspetoria agrícola Federal do 6º Distrito – Estado do RN, para a produção de algodão correspondente à safra 1926-1927 .....	229

## SUMÁRIO

Introdução	
<b>Demarcando espaços, toponimizando interesses .....</b>	<b>16</b>
<b>I Capítulo</b>	
<b>Em nome(s) da República .....</b>	<b>30</b>
Apresentando o(s) imaginário(s): O(s) poder(es) e seus nomes .....	31
Imaginando o(s) espaço(s): Os homens, a terra e seus nomes .....	35
Em nome(s) das <i>Chorographias</i> : A produção corográfica e as construções espaço/identitárias sobre o Rio Grande do Norte .....	46
Em nome(s) dos partidos: Poder e política na última década de Província do Rio Grande do Norte .....	67
Em nome(s) das elites: Os cabedais e as formações educacionais dos grupos políticos dominantes na Primeira República .....	72
Do <i>Povo</i> à <i>República</i> : Os nomes da imprensa “republicana” no Rio Grande do Norte .....	78
Os nomes da República: Proclamando um novo imaginário no espaço norte-riograndense .....	85
<b>II Capítulo</b>	
<b>Em nome(s) da organização familiar Albuquerque Maranhão .....</b>	<b>94</b>
O Rio Grande do Norte instituído como o <i>mundo</i> dos Albuquerque Maranhão .....	95
Em nome(s) de um (re)conhecimento: Do aeronauta caído que lançou para além das nuvens o nome de sua família .....	105
Entre o doce e o salgado: O(s) sabor(es) dos interesses .....	114
Em nome(s) da República na capital: Práticas de (re)afirmação política nos novos espaços de Natal .....	125
Em nome(s) da Educação .....	135
Em nome(s) da Oposição .....	142
Em nome(s) de Alberto Maranhão: A penúltima representação e o <i>paroxismo da vaidade</i> .....	156
<b>III Capítulo</b>	
<b>Em nome(s) do Seridó .....</b>	<b>174</b>
Do nome ao(s) imaginário(s): A <i>feição regionalista</i> seridoense através do exame de sua toponímia .....	175
Em nome(s) da transição: O caminho da clivagem política do Litoral para o Sertão .....	192
Em nome(s) da Cotonicultura: Origem, símbolos, propagandas e iniciativas para a valorização e reconhecimento do algodão (seridoense) .....	206
Em nome(s) dos espaços no Seridó: Instituições, logradouros e iniciativas que rememoram e afirmam a importância da região e de alguns seridoenses .....	231

Conclusões	
<b>Nomes que ficam</b> .....	249
<b>Referências</b> .....	255

*“Sou, neste momento, uma vítima da nomeada,  
não a fama sagrada que só os gênios possuem,  
porém a nomeada de um contador de histórias.”*



## ***DEMARCANDO ESPAÇOS, TOPONIMIZANDO INTERESSES***

Passados cem anos da Proclamação da República Federativa do Brasil, encontrava-me eu, um menino do interior do Rio Grande do Norte, da cidade de *Acari*, no *Seridó*, prestes a completar meu sétimo aniversário. Estudava no Grupo Escolar *Tomaz de Araújo*, a escola pública de melhor referência, da cidade, que já formara muitos ilustres filhos da terra em suas primeiras letras – talvez estas as mais importantes, a base para o que estaria ainda por vir na vida de cada um. Foi naquele ano, o do centenário da República do Brasil, que comecei a me deparar com os primeiros indícios do que hoje se traduz nesta pesquisa.

No carnaval do ano de 1989, a Escola de Samba *Imperatriz Leopoldinense*, com o enredo “Liberdade, Liberdade, abra as asas sobre nós!”, cantou a história e o contexto das *liberdades* no Brasil. Mas porque recordar aqui um enredo de escola de samba? Acredito que a música, apesar de um pouco complexa para a mente de uma criança que já sabia ler, tornara-se fundamento precioso e de fácil repetição para uma tarefa escolar de início de ano que indagava sobre o nome da rua em que residia, seu significado, e quais as artérias urbanas mais próximas a ela.

A letra do samba-enredo recordava aos ouvintes os momentos de liberdade e igualdade vivenciados pelos brasileiros na ocasião em que comemoravam os cem anos da Proclamação da República. Eram lembrados acontecimentos como a Independência, a Guerra do Paraguai, a Abolição da Escravatura, a Imigração, mas evocava-se, principalmente, a República em contraste com a imagem e a realidade decadente do Império.

Comecei naquele Carnaval de 1989, ainda que indiretamente, o desejo e a busca incessante e possível pela descoberta da *toponímia* e de suas relações com o espaço e a história.

Sobre a *toponímia*, Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick ressalta:

Sabe-se que a toponímia [...] é a disciplina que caminha ao lado da história, servindo-se de seus dados para dar legitimidade a topônimos de um determinado contexto regional, inteirando-se de sua origem para estabelecer as causas motivadoras, num espaço e tempo preciso, procurando relacionar um nome ao outro, de modo que, da distribuição conjunta, se infira um modelo onomástico dominante ou vários modelos simultâneos.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> DICK, Maria V. de P. do A. *A Dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo – 1554-1897*, p.12.

O nome da “minha” rua, uma das maiores e mais conhecidas em *Acari*, a rua em que cresci desde os primeiros dias de vida até meus quatorze anos, insere-se na lógica histórica da toponímia, conclamando e homenageando o mártir da Inconfidência Mineira. É interessante ressaltar o encontro que existe nos logradouros de Acari entre a história nacional e a história local, verificado nos percursos que fazia diariamente da minha casa para a escola e para a casa de meus familiares. Em minhas caminhadas pela cidade, *Tiradentes* se aproxima de *Juvenal Lamartine*, de *José Augusto*, de *Tomaz de Araújo*, no espaço e na história. Central em meu percurso diário, a rua *Tiradentes*, se traduz para mim em *locus* de encontro, logradouro urbano das primeiras amizades, brincadeiras e experiências educacionais, recuperadas ao mesmo tempo em que a nossa emoção de lembrar o ontem se faz razão na realização deste trabalho.

Com a inserção da temática republicana a partir do nosso lugar de fala, voltamos para o momento de clivagem entre Império e República, visualizado pela análise dos imaginários que determinaram a instituição ou a supressão de várias denominações. Assim, quando ainda éramos *Província do Rio Grande do Norte*, em pleno final da penúltima década do século XIX, algumas de nossas cidades, vilas e distritos chamavam-se *Príncipe*, *Imperatriz*, *Imperial de Papary* e *São João do Príncipe*, símbolos de referência ao poder imperial que controlava a nação. Chegando ao momento do centenário da República, os espaços urbanos que outrora renderam homenagens ao Império na época da *Província do Rio Grande do Norte*, não mais faziam menção em seus nomes àquela realidade anterior, pois os Decretos estaduais de nº 12 e 34 do ano de 1890 iniciaram a instituição do magma<sup>2</sup> toponímico do espaço norte-riograndense durante a República.

Atualmente, os espaços urbanos que renderam homenagens ao Império denominam-se *Caicó*, *Martins*, *Nísia Floresta*, *São João do Sabugi*, e se inserem na lógica da relação entre linguagem e significações imaginárias, problematizada por Cornelius Castoriadis: “Uma língua só é língua na medida em que novas significações, ou novos aspectos de uma significação, podem sempre nela emergir, e emergem constantemente.”<sup>3</sup> Esta ideia de Castoriadis que se organiza a partir da problematização das transformações na instituição da sociedade pode ser aproximada às análises de Claude Lefort sobre o político:

---

<sup>2</sup> Utilizamos o conceito de *magma* a partir da ideia de que “Um magma é aquilo de onde podem extrair (ou: em que podem construir) organizações em número indefinido [...]” CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*, p. 388.

<sup>3</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*, p. 398.

“[...] O político revela-se assim não só no que se nomeia atividade política, mas nesse duplo movimento de aparição e de ocultação do modo de instituição da sociedade.”<sup>4</sup>

Assim, as espacialidades que tiveram seus topônimos alterados em decorrência da clivagem política e da mudança de imaginário instaurado com a Proclamação da República são o nosso objeto de estudo, que está focado na análise dos imaginários determinantes para o processo de toponimização, reconhecendo que tempo e espaço, categorias fundamentais para pensar uma sociedade fluida e em transformação, instituída não só materialmente, mas, sobretudo, de forma imaginária, alicerçam uma relação profícua entre linguagem e história.

Nesse sentido, minha análise de um conjunto de valores e interesses de uma sociedade revelados pelas construções toponímicas nos espaços urbanos veio a exigir, antes de tudo, um estudo centrado no *Imaginário*. Tomando como referência a importância das considerações de Castoriadis (1982), a *História do Imaginário* aqui será utilizada enquanto uma perspectiva histórica que busca estudar essencialmente as imagens produzidas por uma sociedade, não apenas as imagens visuais, mas também as imagens verbais, sobretudo, nesta aproximação, os topônimos. Por conseguinte, entendemos que o

[...] social faz-se e só pode fazer-se como história; e social faz-se como temporalidade, e ele se faz cada vez como modo específico de temporalidade, e ele se faz cada vez como modo específico da temporalidade efetiva, ele se institui implicitamente como modo qualificado singular de temporalidade.<sup>5</sup>

Deste modo, seria possível analisar a instituição imaginária de uma sociedade através dos nomes que batizam seus espaços uma vez que entendemos que, ao tratar da análise dos nomes dos espaços, a toponímia passa a fazer parte da *Onomástica* – campo da *Linguística* responsável pelo estudo dos nomes, corporificada pela história, indo muito além das restrições dos estudos dos nomes apenas pela significação etimológica. Depaule e Topalov entendem que “é possível [...] olhar os sistemas lexicais como traços e vetores de dinâmicas sociais que se inscrevem simultaneamente na cidade e na linguagem.”<sup>6</sup>

A partir dessas perspectivas, o *espaço* e o *imaginário* clarificam-se e interagem sugestivamente quando flagrados pela toponímia que “batiza” a cidade e outros espaços urbanos, como vilas e distritos, suas ruas, praças, estradas e edificações. A valorização da

---

<sup>4</sup> LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*, p. 26.

<sup>5</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*, p. 252.

<sup>6</sup> DEPAULE, Jean-Charles & TOPALOV, Christian. As cidades através de suas palavras. In: BRESCIANI, M. S. (org.). *Palavras da cidade*, p. 17.

temática do *batismo das cidades* é abordada por Laurent Vidal, que nos chama a atenção para a importância do nome no sentido designativo, identificador e imagético, pois:

[...] pode-se imaginar uma cidade sem nome? Nomear consiste em designar, em dotar a cidade de uma imagem que transcende sua própria realidade física; uma imagem capaz de suscitar identificações, uma imagem que também pode influenciar o futuro da cidade. Nomear uma cidade, em suma, equivale a insuflar-lhe uma personalidade particular. Nas fundações de cidades, esse ato não é menor e suas consequências podem ser importantes. A decisão depende de uma escolha política e cultural. O nome é função da importância da cidade, do papel que lhe é atribuído, dos privilégios que ela pode obter.<sup>7</sup>

Assim, a possibilidade de pensar uma história do imaginário baseada no ato de denominar ou de renomear a(s) espacialidades(s) torna-se a razão principal para nosso trabalho que interage historicamente a política e seus interesses e procura observar os imaginários fundamentados no alicerce toponímico. Desse modo, objetivamos analisar os imaginários que caracterizaram a implantação e o desenvolvimento da Primeira República no Rio Grande do Norte, observando e historicizando o seu processo de toponimização.

A toponímia, sob este olhar, constitui recorte para análise, sendo compreendida como uma imagem verbal que expressa os imaginários, e logicamente, os interesses envolvidos no batismo ou na renomeação dos espaços, uma vez que, conforme Castoriadis, esses significados tornam-se alicerces imaginários de uma sociedade a “[...] instituição de um magma de significações imaginárias sociais, que podemos e devemos denominar um *mundo* de significações.”<sup>8</sup> Assim, a toponímia será aqui utilizada como instrumento favorecedor à compreensão da instituição da sociedade republicana na espacialidade norte-rio-grandense, possibilitando a verificação dos interesses que emergem por meio de cada significado.

Tentando compreender como se deu a construção do *mundo* das significações imaginárias da República norte-rio-grandense por meio da toponimização de seu espaço, empreendemos o exame dos trabalhos de Luís da Câmara Cascudo<sup>9</sup>, Olavo de Medeiros Filho<sup>10</sup> e Itamar de Souza<sup>11</sup>. As obras *História da República do Rio Grande do Norte*, de Cascudo, *Caicó, cem anos atrás & Cronologia Seridoense*, de Olavo de Medeiros Filho, nos serviram com consideráveis informações sobre a lógica política, econômica e social fomentadas pelos *imaginários* das elites que estavam à frente do poder estadual.

---

<sup>7</sup> VIDAL, Laurent. *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)*, p.78.

<sup>8</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*, p. 404.

<sup>9</sup> Ver CASCUDO, Luís da Câmara. *História da República no Rio Grande do Norte*, 1965.

<sup>10</sup> Ver MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Caicó, cem anos atrás*, 1988; & *Cronologia Seridoense*, 2002.

<sup>11</sup> Ver SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, 1989.

Em Cascudo e Olavo de Medeiros Filho, observamos uma reconstrução metódica dos acontecimentos ocorridos no período em que a República começava a ser organizada, a passos lentos, porém, irradiando seus ideais pela Província, com nomes, datas e informações que ganham destaque e estabelecem os direcionamentos de seus textos. No mesmo contexto provincial às vésperas da Proclamação da República, o Rio Grande do Norte contava com três partidos, o Conservador, o Liberal e o Republicano, e no seio destes partidos ainda existiam divisões internas, em conformidade com as lideranças que os principais expoentes de cada partido exerciam.

Cascudo descreve a estrutura dessa organização política estadual no contexto da Província, valorizando os nomes dos membros das elites políticas, os arranjos e cisões próprios dos partidos, o papel da imprensa, as eleições e principais desdobramentos até a administração republicana estadual conduzida por Pedro Velho. Em Olavo de Medeiros Filho, outro conjunto de informações mais específico emerge, destacando o papel da elite seridoense e sua influência na organização da república no estado, bem como a ascensão dessa mesma elite ao centro do poder na última década da Primeira República.

Em *A República Velha no Rio Grande do Norte*, Itamar de Souza também lega suas contribuições ao apresentar o panorama de realizações dos governos republicanos, indo mais além na cronologia republicana historicizada por Cascudo e Olavo. Entre essas realizações, destacamos a toponimização permeada por interesses elitistas que vão desde um arranjo político, passando por uma concessão de cargo ou de favorecimento econômico, até a exacerbação pessoal ou regional, com o batismo de uma cidade, de uma rua, de uma escola. Nesse sentido, fez-se muito importante para a nossa análise, a retomada de consideráveis questões problematizadas por Almir Bueno em *Visões de República*<sup>12</sup>, obra em que contextualiza a passagem do Império para a República no Rio Grande do Norte, sob o enfoque teórico da *Nova História Política*, visibilizando a construção e afirmação dos discursos políticos que buscavam dar sustentação à república no Rio Grande do Norte, reproduzindo uma cisão que já era configurada no âmbito nacional. E essa é a grande contribuição que encontramos no trabalho de Almir Bueno: apresentar os principais discursos políticos e filosóficos que conduziam e reproduziam na política potiguar o que já se desenrolava no contexto nacional.

Sob esta perspectiva, o movimento republicano que se irradiava pela capital e interior do Estado, respectivamente liderado por João Avelino e Pedro Velho, Braz Andrade

---

<sup>12</sup> BUENO, Almir de Carvalho. *Visões de República: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*. 2002.

de Mello e Janúncio da Nóbrega, representava a cisão nacional que dividia seus membros em “evolucionistas” e “revolucionários”. Utilizando essa visada, as informações disponibilizadas por Cascudo e Olavo podem ser retomadas, possibilitando-nos repensar os atores principais e suas ações nesse momento de clivagem política.

Por sua vez, as pesquisas acadêmicas de Muirakytan Macêdo – *A penúltima versão do Seridó*<sup>13</sup>, evocando a atuação dos seridoenses na cena política provincial e republicana ou na construção do discurso regionalista que fortalece o nome do Seridó; e Ione Morais – *Seridó norte-rio-grandense: uma geografia da resistência*<sup>14</sup>, enfatizando as relações que teceram um *regionalismo* seridoense e a cartografia da cidade e da região enquanto uma geografia da resistência; contribuem com este estudo, ao emprestar consideráveis informações sobre os *espaços* e os indivíduos que os habitam e também os constroem.

Contudo, cabe notar que tanto Muirakytan Macêdo como Ione Morais, quando tocaram na temática da toponímia, evidenciaram alguns indícios que se constituem marcas dos *imaginários* político, econômico e social presentes na *representação* dos nomes de alguns espaços, seja a cidade, a vila, a rua etc. Assim, buscaremos adensar suas contribuições sobre a toponímia do Seridó, ao juntar a estas a ideia de representação, ou seja, enfocando o ato de denominar o espaço conforme uma vontade que se manifesta unicamente como aquilo que constitui o mundo. Nesse sentido, a *objetividade da vontade*, que significa a vontade tornada objeto também é *representação*.<sup>15</sup> Entendemos, portanto, que o nome através do qual se inscreve um determinado *espaço* resulta, na verdade, de uma vontade de designar, de legitimar a posse sobre o *espaço*, de demonstrar poder e de se situar. Torna-se necessária, por conseguinte, uma análise do contexto que possibilitou a inscrição dos topônimos seridoenses a fim de verificar a instituição e manutenção deles enquanto representações dos imaginários sociais que dominam tal espaço.

As informações encontradas na pesquisa empírica, aliadas à historiografia e aos trabalhos acadêmicos que referenciamos nos conduziram aos *espaços* do Rio Grande do Norte que tiveram sua toponímia plasmada pela lógica dos interesses políticos republicanos (cidades, avenidas, ruas, praças, monumentos e algumas importantes construções arquitetônicas) a fim de verificar as experiências utilizadas entre o imaginário e a linguagem nas suas denominações:

---

<sup>13</sup> MACÊDO, Muirakytan K. de. *A penúltima versão do Seridó* – uma história do regionalismo seridoense, 2005.

<sup>14</sup> MORAIS, Ione R. Diniz. *Seridó norte-rio-grandense: uma geografia da resistência*, 2005.

<sup>15</sup> SCHOPENHAUER, A. *O mundo como vontade e representação*, p. 177.

Abordamos o problema das significações imaginárias sociais no terreno mais extenso e mais familiar: o das significações na linguagem. A significação é aqui o co-pertencer de um determinado e daquilo a que ele *remete*, progressivamente, direta ou indiretamente. Ela é um feixe de *remissões* a partir e em torno de um termo. Assim, uma palavra *remete* a seus significados lingüísticos canônicos, quer sejam ‘próprios’ ou ‘figurados’, e a cada um deles à maneira da designação identitária.<sup>16</sup>

Buscando problematizar a construção das significações imaginárias sociais, iremos percorrer inicialmente as duas décadas anteriores à Proclamação da República, período histórico caracterizado pela difusão dos ideais republicanos e pela erigção do Partido Republicano no Rio Grande do Norte. Já no início da década seguinte, a última do século XIX, acompanharemos o fortalecimento da nova realidade política da nação, concomitante ao processo constante que se fez em tentar expurgar as marcas do regime que havia ditado os rumos na nação por quase todo aquele século.

Com a República estabelecida, os grupos que se firmaram no poder estatal trataram de também empreender seus interesses no condizente ao processo denominativo, sobressaindo-se estes interesses próprios com relação aos da República. A *organização familiar*<sup>17</sup> liderada por Pedro Velho empreendeu em várias espacialidades existentes e criadas, seu interesse maior de auto-promoção. Desde cidades, até ruas, avenidas, monumentos e escolas foram plasmadas com os nomes de Pedro Velho, Augusto Severo, Alberto Maranhão, Amaro Barreto, Fabrício Maranhão, dentre outros.

Com a diminuição do poder do grupo pedrovelhista na política estadual em meados da segunda década do século XX, uma nova dinâmica toponímica fora enunciada sobre a espacialidade norte-riograndense. Com a ascensão do grupo do Seridó ao poder maior do estado na terceira década do século XX, verificou-se nos governos de José Augusto Bezerra de Medeiros e de Juvenal Lamartine de Faria, a evocação de uma ordem toponímica diferente da prática corriqueiramente adotada pela *organização familiar* Albuquerque Maranhão em promover os seus membros através da toponímia.

O *Seridó*, lugar de fala do novo grupo que ascende ao poder estadual no Rio Grande do Norte na terceira década do século XX, é um espaço evocado por nomes que

---

<sup>16</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*, p.390.

<sup>17</sup> Utilizamos o conceito de *organização familiar* com base na perspectiva proposta por Renato Amado Peixoto no artigo “Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX” (2009), já que a Nova História Política permite analisar as peculiaridades adotadas por uma organização enquanto um sistema que constrói estratégias de atuação a longo prazo, possibilitadas por dinâmicas espaciais abrangentes e continuadas que foram capazes de articular entre si diversos grupos familiares num determinado sentido de atuação, consistência e coerência de suas ações, neste caso, verificando a ação de toponimizar os espaços.

referenciam o progresso oriundo de suas riquezas econômicas, como o algodão e o criatório de gado. Assim, atrelando-se o nome da região à importância central para a economia potiguar, através da produção de algodão de qualidade, fortaleciam-se os interesses econômicos e políticos motivadores de tal toponimização.

Retomando o percurso histórico que elegemos como nosso momento histórico de análise, percorreremos desde o momento de clivagem entre o Império e a República nas duas últimas décadas que antecederam a Proclamação da República até a ascensão na última década da Primeira República dos políticos seridoenses ao poder maior da cena política estadual. A escolha por este recorte temporal deu-se a partir da importância do momento histórico no contexto do Rio Grande do Norte, quando se tornaram recorrentes as práticas de toponimização em conformidade com cada interesse prevalente.

Esta investigação não visa apenas o exame dos atos denominativos, mas dos interesses que envolvem a disputa pelo aparelho estadual e suas benesses. Assim, a compreensão acerca da ideia de tempo que estabelecemos como direcionamento de nossos estudos recai sobre o que verifica Castoriadis: “O tempo – no sentido que damos aqui ao termo, o tempo como alteridade-alteração – implica certamente o espaço, já que é emergência de *figuras outras* e a figura, o Plural ordenado minimamente *formado*, pressupõe o espaçamento.”<sup>18</sup>.

No contexto do Rio Grande do Norte do final do Império à Primeira República, deparamo-nos com homens que ao fazerem uso de suas capacidades linguísticas por via do poder para nomear os *espaços*, estavam agindo estrategicamente, cada qual em conformidade com o interesse da elite de que fazia parte. Tanto os que pertenciam à *organização familiar* Albuquerque Maranhão, quanto os do grupo político do Seridó utilizaram o conhecimento e o poder que possuíam sobre a realidade circundante para nomear a espacialidade, atribuindo designativos toponímicos que serviram para transmitir os reais significados e interesses contidos em cada nome.

Note-se que, segundo Bourdieu, “O enunciado do chefe anuncia o novo tempo, cria a periodização, estabelece marcos da memória e da história.”<sup>19</sup> Esse raciocínio permite entender que se efetivou no Rio Grande do Norte, uma lógica própria nos atos denominativos que subordina a linguagem que recai sobre os espaços aos interesses dos grupos que lideraram o poder maior estadual e trataram de inscrever seu poder no território .

---

<sup>18</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*, p. 231.

<sup>19</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*, p.145.

Perscrutando a toponímia do Rio Grande do Norte torna-se possível pensar a seguinte problemática: o que uma *organização familiar* de uma determinada espacialidade, no caso, os Albuquerque Maranhão, com seu centro de atuação principal localizado na capital, com abrangência maior até a região Agreste, poderia ter de semelhança e de diferença com a elite do Seridó, quanto ao processo de toponimização? E quais os principais interesses dissolvidos na toponímia produzida por esses grupos que estiveram à frente do poder naquele momento da República?

Uma possível resposta para estes questionamentos propositores de uma temática se direciona para o encontro entre dois importantes aspectos da sociedade: *Interesses e Toponímia*; pelos quais iremos nos localizar na expectativa de entendermos como se deu a construção dos imaginários sociais que se sobressaíram na primeira fase da República no Rio Grande do Norte.

A dinâmica necessária para a edificação da denominação de um *espaço* perpassa todo um conjunto de motivações alicerçadas no *imaginário social* presente no momento em que o nome é instituído. Conforme Dick, “[...] os topônimos são, pois, verdadeiros testemunhos históricos de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população.”<sup>20</sup> Sob este olhar, falar um determinado nome vai muito além do simples ato de pronunciamento da palavra. Os nomes, na abordagem deste trabalho serão apresentados como enunciação, referência, inscrição espacial e, sobretudo, como possibilidade de se compreender o *imaginário social* de um *espaço* a partir das relações que os instituíram.

As obras *A motivação toponímica e a realidade brasileira* (1990), e *A Dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo – 1554-1897* (1996) de Maria Vicentina Dick, referência em toponímia no Brasil, tornam-se de importância fundamental na medida em que aproximam meus estudos ao campo da linguística. Esta interface entre história e linguística se fez necessária, tendo em vista as relações substanciais entre as áreas. O modelo taxonômico<sup>21</sup> proposto pela autora vem a colaborar com o processo aqui proposto de desnaturalização da toponímia norte-rio-grandense e sua compreensão como uma construção histórica plasmada por tensões, interesses de diferentes ordens em conformidade com as elites que aqui empreenderam as toponimizações sobre os espaços durante a Primeira República.

---

<sup>20</sup> DICK, M. V. de P. do A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*, p.22.

<sup>21</sup> Com a publicação de *A motivação toponímica e a realidade brasileira* (1990), Maria Vicentina Dick, propôs um modelo classificatório para o estudo dos nomes. Assim, na toponímia enquanto campo da Onomástica, que se responsabiliza pelo estudo dos nomes próprios dos lugares, se utilizaria uma classificação para as significações simbólicas dos nomes variando entre o caráter geográfico e antropológico.

Para empregarmos o método/modelo taxeonômico proposto por Dick na realidade espaço-temporal que estamos lidando, fomos buscar referências sobre a toponímia na cartografia<sup>22</sup> verificadas no Atlas do Império do Brasil (1868) organizado por Cândido Mendes de Almeida, no livro *Breve notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte* (1877), de autoria de Manoel Ferreira Nobre, e nas obras clássicas que tratam dessa toponímia potiguar. Elas revelaram importantes informações para compreender o caráter linguístico dos significados de cada denominação problematizada e revelaram, como marca principal da maior parte dos trabalhos que abordam a toponímia do Rio Grande do Norte, a descrição das denominações dos municípios por vezes dissociada da historicidade que envolve o processo de toponimização.

Com o intuito de observar tais referências, englobando tanto aquelas em que apenas o vocabulário foi visibilizado, contemplando alguns nomes e datas sem tentar compreender como foram construídos historicamente tais topônimos e como eles representam o *espaço*; bem como aquelas cujas explicações para a toponímia foram construídas com base na relação história-geografia; analisamos as seguintes obras: *Denominação dos Municípios* (1922) de Manoel Dantas; as referências prestadas por Augusto Tavares de Lyra sobre a história e a geografia do Rio Grande do Norte no *Diccionario Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brasil* (1922); *Scenários Norte-Rio-Grandenses* (1923) de Amphilóquio Camara; *Diccionario Histórico e Geográfico do RN* (1930) de Antônio Soares; *Municípios do RN* (1937) de Nestor Lima; e Luís da Câmara Cascudo em *Nomes da Terra* (1968). São eles os autores que mais se aproximam da proposta de nossa pesquisa ao sugerirem mesmo que subliminarmente uma confluência entre uma abordagem histórica do imaginário e a produção toponímica. Porém, suas obras apresentam várias limitações, referendando nomes, datas, acontecimentos e silenciamentos de atores sociais, constituindo-se em parte como “dicionários” para a historiografia e linguística regional.

Diante dessas limitações, resolvemos empreender sobre tais obras o entendimento de que se caracterizam como *corografias*, tendo em vista o confluxo entre história e geografia presente em vários momentos de cada análise ou descrição sobre o Rio Grande do Norte. Encontramos embasamento para o enfoque corográfico a partir dos estudos de Renato Peixoto<sup>23</sup>, quando este pensou a produção cartográfica e corográfica nacional mediante a atuação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), perspectiva essa que muito se

---

<sup>22</sup> Encontramos referência para a sistematização e aplicação de um estudo cartográfico sobre o Atlas que analisamos na obra *Cartografias Imaginárias* (2011), de autoria de Renato Amado Peixoto.

<sup>23</sup> Discutimos a questão corográfica a partir de: PEIXOTO, Renato Amado. *A máscara da Medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX*. 2005.

aproxima da nossa análise sobre as obras produzidas no Rio Grande do Norte, em parte influenciadas pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHG-RN) quando dos investimentos feitos para as definições espaciais e identitárias do estado.

Ainda partindo da necessidade de ir além de um estudo do significado do topônimo é que também procuraremos interpretar a toponímia como parte dos imaginários das elites político-econômicas, pensando a relação história e espaços sob a perspectiva de entender como as personas mais influentes empreenderam seus interesses sobre as denominações. Nesse intuito, analisamos vasta documentação referente a leis e decretos que batizavam ou alteravam as denominações espaciais, correspondente aos atos tanto da *organização familiar* Albuquerque Maranhão quanto do grupo político do Seridó.

Como exemplo do primeiro caso, temos no governo de Alberto Maranhão a inscrição dos membros de sua família na toponímia em variados pontos da espacialidade norte-rio-grandense. Segundo Itamar de Souza: “Durante o seu governo, o Dr. Alberto Maranhão começou a imortalizar os membros ilustres da oligarquia e seus aliados. Essa tarefa atingiu a sua plenitude no seu segundo governo.”<sup>24</sup>

No segundo caso, durante o período de ascensão política dos seridoenses ao poder estadual, movidos pelo interesse de promover a região através de sua principal economia, eles faziam uso da toponímia numa construção histórica para os significados de seu produto mais lucrativo. Conforme Muirakytan Macêdo: “[...] O algodão foi cultivado com melhor proveito seja no solo, seja no discurso, na esteira do movimento republicano – ainda em fins do Segundo Império – e além dele, quando a República ensaia seus passos titubeantes.”<sup>25</sup>

Assim, entendemos que o *imaginário* está intrinsecamente associado às denominações da cena política republicana em sua primeira fase no Rio Grande do Norte, sendo os topônimos elementos alicerçantes da *instituição imaginária da sociedade*. Ainda segundo Castoriadis o “nome de um indivíduo”, pessoa, coisa, lugar ou o que quer que seja remete ao oceano interminável do que esse indivíduo é, numa relação pela qual o seu nome, na medida em que se refere virtualmente à totalidade das manifestações deste indivíduo ao longo de sua existência, em parte traduz o *imaginário* de uma espacialidade.

---

<sup>24</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte: 1889-1930*, p.174.

<sup>25</sup> MACÊDO, Muirakytan K. de. *A penúltima versão do Seridó – uma história do regionalismo seridoense*, p. 168.

Desse modo, pretendemos promover um encontro entre a História do Imaginário e a Nova História Política<sup>26</sup>, com o intuito de verificar o pensamento e os interesses que revestiram a toponimização dos espaços do Rio Grande do Norte durante a Primeira República. Sobre os direcionamentos propostos por essa história política, Rémond considera:

Esta se desenrola simultaneamente em registros desiguais: articula o contínuo e o descontínuo, combina o instantâneo e o extremamente lento. Há sem dúvida todo um conjunto de fatos que se sucedem num ritmo rápido, e aos quais correspondem efetivamente datas precisas: golpes de Estado, dias de revolução, mudanças de regime, crises ministeriais, consultas eleitorais, decisões governamentais, adoção de textos legislativos. Outros se inscrevem numa duração média, cuja unidade é a década ou mais: longevidade dos regimes, período de aplicação dos tipos de escrutínio, existência dos partidos políticos. Outros ainda têm por unidade de tempo a duração mais longa; se a história das formações políticas fica mais na duração média, em compensação a das ideologias que as inspiram está na longa duração.<sup>27</sup>

No caso, os apontamentos sugeridos por Rémond no trato com a história política se aplicam constantemente ao nosso trabalho de análise das fontes e compreensão dos acontecimentos, tendo em vista que é possível entender esses imaginários como resultantes de processos contínuos e descontínuos, reveladores das mudanças ocorridas na sociedade em ritmos que variam no que se refere a suas durações. Na mesma perspectiva de Rémond, Lefort também considera as diferenças entre as formas de sociedade, verificando a política como um setor que interage diretamente com os demais setores da sociedade:

[...] A investigação que suscita a diferença das formas de sociedade e a das categorias que permitem dar conta e fundar o juízo político estiveram na origem e permaneceram, enquanto ela esteve viva, no cerne da empreitada. Esta investigação impede que se designe a política como um setor particular da vida social. Implica, ao contrário, a noção de um princípio ou de um conjunto de princípios geradores das relações que os homens mantêm entre si e com o mundo [...].<sup>28</sup>

Assim, temos decretos, constituições, eleições, organização de partido, publicações de jornais e outros atos que vêm caracterizar essa variedade de ritmos que verificamos ao pensar os imaginários imperial, republicano e local no processo de toponimização dos espaços, tendo em vista que:

---

<sup>26</sup> Encontramos referência teórica para a Nova História Política na obra *Por uma História Política* (2003) de René Rémond, principalmente por conceber um estudo político baseado na interdisciplinaridade. Abertura esta fundamental para aproximarmos a política e a linguística.

<sup>27</sup> RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*, p. 34-35.

<sup>28</sup> LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*, p. 10.

[...] Buscamos, perseguindo alguns caminhos, a marca do político nos fatos, nos atos, nas representações, nas relações que não atribuímos para servir a tal ou qual registro determinado de nossa “condição”. Atentos aos sinais da repetição como aos sinais do novo, comprometemo-nos a evidenciar a dimensão simbólica do social.<sup>29</sup>

Nesse processo de pensar a toponimização dos espaços, a relação entre *espaço* e *poder* é uma das constantes. O ato de nomear uma cidade, rua ou edificação e mudar essas denominações reveste de significados as práticas dos principais interessados em se verem representados em tal enunciação toponímica. Pensando o *espaço* como “um lugar praticado”<sup>30</sup>, Certeau nos empresta a concretude em realizar, no ato de toponimizar, o espaço, praticando o lugar, conforme o interesse almejado. Pois, como enfatiza Certeau, o *espaço* pode ser entendido como o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais.<sup>31</sup>

Partindo para a organização sequencial de nosso trabalho, apresentamos os três capítulos que colocam em cena a escolha espaço-temporal pela qual optamos. O primeiro, intitulado *Em nome(s) da República*, abordará as duas últimas décadas que antecedem a Proclamação da República, tendo em vista a necessidade de expor como estavam dispostos os imaginários que plasmavam o espaço provincial através dos topônimos no momento de organização do Partido Republicano na Província do Rio Grande do Norte, passando pela Proclamação da República, pelos decretos que alteraram parte da toponímia do estado no ano de 1890, até a chegada da organização familiar Albuquerque Maranhão ao poder no ano de 1892. O segundo, *Em nome(s) da organização familiar*, discutirá a lógica dos interesses familiares encontrada na toponímia empreendida entre o período do governo de Pedro Velho e o segundo governo de Alberto Maranhão. O terceiro, *Em nome(s) do Seridó*, compreende o período que vai da saída da organização familiar Albuquerque Maranhão da centralidade do poder maior estadual – quando o governador Ferreira Chaves rompeu politicamente com aquela organização –, até a chegada dos seridoenses à liderança da política estadual, o que motivou uma nova ordem toponímica fortemente marcada por uma dinâmica regionalista enaltecadora do nome da região e do seu principal símbolo de ostentação econômica – o algodão *Mocó* –, durante as duas últimas décadas da primeira fase da República.

---

<sup>29</sup> LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*, p. 15.

<sup>30</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*, p. 208.

<sup>31</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*, p. 202.



## ***EM NOME(S) DA REPÚBLICA***

*Ainda essa narrativa terá uma virtude emocional.*

*É uma história real da nossa família política.*

Luís da Câmara Cascudo, 1965

### **APRESENTANDO O(S) IMAGINÁRIO(S): O(s) poder(es) e seus nomes**

#### DECRETO N. 12 DE 1 DE FEVEREIRO DE 1890

Muda o nome das cidades da Imperatriz e do Príncipe e da villa Imperial de Papary.

O Governador do Estado do Rio Grande do Norte, decreta:

Art. único. Ficam mudados os nomes da cidade da Imperatriz para cidade de Martins; da do Príncipe para a de Seridó e a da villa Imperial de Papary para villa de Papary.

Revogadas as disposições em contrário.

Mando a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do referido decreto pertencer, que o cumpram e façam cumprir e guardar.

O Secretario do Estado o faça imprimir, publicar e correr.

Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1º de Fevereiro de 1890.

ADOLPHO AFFONSO DA SILVA GORDO.<sup>32</sup>

Era 1º de fevereiro de 1890, transcorridos pouco mais de dois meses da Proclamação da República do Brasil e o governador provisório Adolpho Affonso da Silva Gordo mandava publicar no Diário Oficial do Estado um dos principais atos de anulação do Império ainda “presente” no imaginário social do Rio Grande do Norte e do Brasil. Embora não fosse mais o regime governamental vigente para a nação, o Império ainda estava vivo, aceso na memória e nas circunscrições espaciais, lembrado pelas escolhas perenizadas por atos denominativos oficiais de outrora. A partir de então, ao contrário, oficializavam-se, por meio de decretos como esse que aqui trazemos, atos que lhe extenuavam, que o conduziam ao novo lugar que lhe cabia, o passado.

O Decreto de Nº 12 de 1º de fevereiro/1890 mandava alterar as denominações de duas cidades (Imperatriz e Príncipe) e de uma vila (Imperial de Papary) do Rio Grande do

---

<sup>32</sup> RIO GRANDE DO NORTE. Governo do Estado. Decreto N. 12, 01/02/1890: Muda os nomes das cidades de Imperatriz, Príncipe e villa Imperial de Papary. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*, 1896.

Norte.<sup>33</sup> Tal ato veio a se configurar como parte integrante do processo de concretização das ações em favor/afirmação do novo regime governamental, que já caminhava em sua estruturação e organização neste estado desde o início dos anos de 1880.

O mencionado Decreto nos permite fazer a aproximação com as ideias de Cornelius Castoriadis e, especialmente, seu entendimento de que a existência de uma sociedade recai sob a configuração que a caracteriza, uma vez que a “[...] sociedade se dá imediatamente como existência de uma quantidade de termos ou de entidades de diferentes ordens.”<sup>34</sup>, ciclicamente instituída a partir de outros imaginários, novos interesses e denominações. Entendemos, portanto, que estamos nos deparando com um permanente movimento de “luta” em torno da instituição imaginária da sociedade. Esta “luta” imaginária que caracteriza a instituição da sociedade se dá, justamente, “[...] em torno de classificações, ou representações que se querem constituir em real, interpretar o real.”<sup>35</sup>

No caso do Rio Grande do Norte do final do século XIX, esta luta se materializaria através do ato denominativo de Adolpho Gordo, (de)marcador da espacialidade que corresponde à junção das várias regiões do estado, mediante um certo interesse motivador. A passagem do Império para a República precisava ser completa, efetivada no imaginário e nos espaços em conformidade com os novos ideais que modelavam os caminhos da nação. Nesse sentido, Muirakytan Macêdo, que também examina o problema proposto, a nomeação seria um esforço emanado das relações de poder, já que:

As falas predominantes nesse esforço de nomeação são daqueles que detinham o poder e necessitavam desenhar seu espaço de performance política, social, econômica. Daí, ser sempre litigioso o esforço de dotação de significado a um espaço, pois perturba interesses, questiona pretensas legitimidades, desaguando em querelas.<sup>36</sup>

As ações em favor de um imaginário republicano continuaram sendo efetivadas naquele ano de 1890, dando prosseguimento a essa luta e mantendo o padrão de tentar expurgar da memória social as marcas de um Império que ainda pulsava no âmago de algumas denominações urbanas do Seridó.

---

<sup>33</sup> A Cidade da Imperatriz foi denominada a princípio de Município da Maioridade (em referência a “maioridade” de D. Pedro II) de 1841 até 1847, quando passou por uma mudança denominativa que legaria carregar o topônimo em referência a Imperatriz do Brasil Dona Tereza Cristina. Já a Cidade do Príncipe, recebeu batismo em referência ao Príncipe D. João (VI) ainda durante a Colônia quando foi elevada a categoria de Villa Nova do Príncipe em 1788; no ano de 1868 foi elevada a categoria de cidade – do Príncipe. E a denominação Villa Imperial de Papary remonta ao ano de 1852, quando foi instituída.

<sup>34</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*, p.211.

<sup>35</sup> ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a História e a memória*, p. 150.

<sup>36</sup> MACÊDO, Muirakytan K. de. *A penúltima versão do Seridó – uma história do regionalismo seridoense*, p. 124.

Buscando com o pensamento de Claude Lefort uma aproximação do político com a ideia de imaginário social, podemos observar que “Incorporado no príncipe, o poder dava corpo à sociedade. E, assim, havia um saber latente, mas eficaz, do *que um* significava para o *outro*, em toda a extensão do social. Tendo em vista esse modelo, designa-se o traço revolucionário e sem precedentes da democracia [...]”<sup>37</sup> Nessa perspectiva, o Decreto N° 34 de 7 de julho/1890 seria também parte integrante do magma composto pelas várias dinâmicas da toponímia republicana:

#### DECRETO N. 34 DE 7 DE JULHO DE 1890

Muda o nome do districto de São João do Príncipe.

O Governador do Estado do Rio Grande do Norte, decreta:

Art. único. O districto da comarca do Seridó, designado até o presente com a denominação de S. João do Príncipe, terá d’ora em diante o nome de S. João do Sabugy.

Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução deste decreto pertencer, que o cumpram e façam cumprir e guardar.

O Secretario do Estado o faça imprimir, publicar e correr.

Casa do Governo, 7 de Julho de 1890.

JOAQUIM XAVIER DA SILVEIRA JÚNIOR.<sup>38</sup>

Entendemos, assim, que os dois documentos que abrem este capítulo, publicados no ano de 1890 com um intervalo de cinco meses, estão circunscritos numa mesma dinâmica, aquela que constitui o primeiro alicerce para o magma composto pelas significações imaginárias da sociedade, agora politicamente reconhecida como republicana. Sequencialmente, as dinâmicas toponímicas que foram se configurando através das motivações dos novos interesses verificados no batismo e alteração de algumas denominações no espaço norte-rio-grandense no percurso da Primeira República, tornam-se importantes objetos de análise em virtude de se caracterizarem como as representações máximas do que problematizamos neste estudo.

Com a Proclamação da República um *mundo* de significações precisava ser desconstruído para que outro *mundo* fosse instituído através de outras significações toponímicas. O Império precisava ser apagado da memória para que a República pudesse se fortalecer. Porém, entendemos que tal desconstrução já havia iniciado desde o período de

---

<sup>37</sup> LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*, p. 32.

<sup>38</sup> RIO GRANDE DO NORTE. Governo do Estado. Decreto N. 34, 7/07/1890: Muda o nome do districto de São João do Príncipe. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*, 1896.

gestação de um partido republicano na Província do Rio Grande do Norte, ainda nos primeiros anos da década de 1880, uma vez que essas novas significações toponímicas seriam desdobramentos do processo histórico demarcado pela clivagem entre o Império e a República. Assim, se faz necessário retornar a um tempo em que o espaço do Rio Grande do Norte estava nomeado conforme outros interesses, haja vista que alguns topônimos estavam inscritos no Rio Grande do Norte, como fortes marcas sobre a terra, desde o período colonial.

Do mesmo modo que precisamos retornar a uma problemática que estava latente bem antes dos topônimos serem materializados por meio dos Decretos/fontes perscrutados, também se faz necessário observar o(s) espaço(s) em que transcorria(m) os acontecimentos, verificando em suas denominações os imaginários que o(s) havia(m) plasmado até aquela década de 1880.

Um retorno a um tempo/espaço anterior à efetivação do regime republicano revela a existência da parcela de denominações que mais nos interessa para a análise nesse momento, aquela que tratou de incutir sobre o espaço certas referências ao poder imperial. Assim, as histórias e os espaços que apresentamos se fundem co-participadamente pelas ações de seus atores, uma vez que entendemos, conforme Castoriadis, o tempo e o espaço enquanto complementares:

[...] – *este* tempo pressupõe o ‘espaço’ enquanto círculo, enquanto imagem como tal (uma imagem só pode existir no afastamento e no espaçamento e a unidade do que é espaçado), e enquanto imagem *de* – portanto, *numa* relação *com* aquilo que é imagem; mas ele é *espaço* na medida em que nada aqui permite distinguir o modo de co-participação de suas partes ou momentos de co-participação das partes ou pontos do espaço.<sup>39</sup>

Os topônimos *Imperatriz*, *Príncipe* e *Imperial*, existiram em meio a outros nomes e interesses que também foram substituídos por outras imagens para estarem em conformidade com cada *tempo* e imaginário responsável pela condução dos rumos do poder estadual no Rio Grande do Norte na primeira fase da República.

No contexto urbano do Rio Grande do Norte provincial, seja a cidade, a vila ou o distrito foi a denominação em referência ao Império que permaneceu como elemento nomeativo ao *espaço*. Celebrar a *Imperatriz*, o *Príncipe* e o poder *Imperial* era também associar os espaços urbanos e seus equipamentos e instituições ao quadro político-administrativo da Colônia e do Império.

---

<sup>39</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*, p.224.

As relações entre *poder* e *espaços*, vistas a partir da toponímia que ora abordamos, perpetuaram-se na mudança dos nomes dos espaços urbanos durante a implantação do novo regime político da nação. A *Cidade do Príncipe* passou a se chamar *Seridó* e, no mesmo ano de 1890, foi retomada uma referência à primeira denominação, *Caicó*<sup>40</sup>. Nesta perspectiva, não só no Rio Grande do Norte, mas, em outras espacialidades “Essas elites conceberam a cidade como uma unidade social compacta, e a incumbiram de pronunciar, em seu nome, os discursos que deixassem patente ao soberano o afã de integrarem a ordem imperial”<sup>41</sup>.

Sobre o processo de (des)toponimização que consolidou em 1890 o nome de *Caicó*, Manoel Dantas condensou algumas camadas de histórias relativas aos períodos em que cada determinação política, seja ela imperial ou republicana, fez prevalecer o interesse de se afirmar através do imaginário toponímico de alguns municípios do Rio Grande do Norte:

Assú, Martins e Caicó, [...] em homenagem a casa reinante em Portugal, tiveram os nomes mudados, respectivamente, para Villa da Princeza, Villa da Imperatriz e Villa Nova do Príncipe. Mas as denominações primitivas tiveram de voltar e prevaleceram, mostrando que, desta vez, o santo de casa soube fazer o milagre.<sup>42</sup>

De modo semelhante aos exemplos de *Caicó*, *Assú* e *Martins*, as cidades hoje chamadas *Nísia Floresta* e *São João do Sabugi* também foram sendo concebidas ao longo de sua história, de acordo com o pronunciamento dos membros das elites que ocupavam o poder, por meio dos atos de nomeação ou alteração de denominações, seja no Império ou na República.

## **IMAGINANDO O(S) ESPAÇO(S): Os homens, a terra e seus nomes**

Capitania do Rio Grande, Província do Rio Grande do Norte, Estado do Rio Grande do Norte – nomes diferentes para imaginários diferentes. A água, a terra e seus homens: um encontro possível em que os habitantes praticaram o espaço, concebeu-se historicamente uma espacialidade do Rio Grande do Norte.

---

<sup>40</sup> O Decreto Estadual Nº 33 de 07/07/1890 tem como objetivo a mudança do nome da *Cidade do Seridó* para *Caicó*, por entender que *Seridó* é uma denominação relativa a uma região que abrange vários municípios.

<sup>41</sup> ARRAIS, Raimundo P. A. *O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*, p. 339.

<sup>42</sup> DANTAS, Manoel. *Denominação dos Municípios*, p. 39.

No princípio, as ribeiras dos rios eram as principais alternativas de sobrevivência para os nativos que ali já se encontravam, e para aqueles que chegaram e se espalharam e foram nomeando o espaço. Manuel Rodrigues de Melo prefaciando *Nomes da Terra* de Luís da Câmara Cascudo reforça o encontro entre esses indivíduos e as relações que foram se processando ao verificar como o(s) espaço(s) norte-rio-grandense(s) estava(m) sendo impregnado(s) por denominações que reproduziam os imaginários de ambos:

O posseiro, *egresso*, muitas *vêzes*, das bandeiras e entradas *que se internavam nos sertões à cata de índio*, agarrava-se à terra, dominando-a e conquistando-a para possuí-la de modo amoroso e egoístico. E fazia mais: nas suas entradas pelo sertão, perseguindo a ferro e fogo o gentio brabo, batizava a terra, domava as feras, abria as picadas, veredas e estradas, vadeava os rios, subia e descia as serras, deixando por tôda a parte o traço marcante da sua personalidade e do seu engenho. Rios, córregos e riachos, lagos e lagoas, poços e fontes, serras e serrotes, caminhos, veredas e estradas, cacimbas e vertentes, olhos-d'água, barreiros, árvores, astros, aves, vegetais e plantas, todos, à sua passagem, perdiam o estado de natureza selvática e adquiriam o estado de graça, ligando o seu destino a nomes de gente, de santos, de acidentes geográficos, de peixes, de árvores, de aves domésticas, de tudo. Assim nasceram Gaspar Lopes, Santana do Matos, Pedra Preta, Acari, Angicos, Galinhos [...].<sup>43</sup>

As observações de Manuel Rodrigues de Melo, em parte endossam a concepção do “fardo do homem branco”, que enquanto branco e “civilizado” não se restringiu à conquista das terras próximas às ribeiras, sobretudo, fez valer a sua dominação aos indivíduos que já habitavam a natureza selvática. *Posseiro* de terras e de vidas, o elemento estrangeiro também se fez dominante na toponímia desde o momento em que conheceu cada espacialidade, sobressaindo-se as suas vontades e algumas vezes conservando nomações que tinham origem atribuída aos gentios.

Contudo, foi por esse instinto dominante sobre as espacialidades que das águas “brotaram” os significados para a terra, por ele *Potengi* converteu-se em *Rio Grande* – Capitania e Província, geograficamente localizando-se ao norte, quando politicamente só existiam Norte e Sul no país. Proclamada a República, passaria a denominar-se estado do Rio Grande do Norte, em consonância com a nova organização política do Brasil.

Por este exemplo generalizante, podemos perceber que a voz e poder de seus agentes mais influentes têm como uma de suas mais fortes práticas de enunciação o batismo ou a alteração toponímica, caracterizando assim o processo de nomeação arbitrária que se fez

---

<sup>43</sup> MELO, Manuel Rodrigues de. Prefácio. In: CASCUDO, Luís da Câmara. *Nomes da Terra: História, Geografia e Toponímia do Rio Grande do Norte*, p. 14.

imprimir sobre as espacialidades. Prática esta que se tornou recorrente e variada no Rio Grande do Norte, tendo em vista a multiplicidade de interesses que se efetivaram em cada momento de sua história. Na mesma perspectiva, pensar o nome *Rio Grande do Norte*, seja capitania, província ou estado, torna necessário problematizar um conjunto de questões que recaem diretamente na relação espacialidade/identidade:

Nascer no Rio Grande do Norte pode ser indício de um problema identitário. Podemos nos declarar *potiguares* ou *rio-grandenses-do-norte* ou *norte-rio-grandenses*. Nomes tão profusos quanto o caudaloso nome do estado. “Rio Grande do Norte, mal cabe no território de formato elefantino. Não é um nome, é quase uma sentença, um projeto de frase potencializado pela hiperbólica denominação fluvial. Ultimamente parece que preferimos nos chamar de potiguar. Este grupo nativo, a exemplo de outras nações indígenas do Rio Grande do Norte, foi trucidado em batalhas, silenciado numa anomia agônica e exilado de suas terras tradicionais. Aos vencedores da história restou nos dar o nome de perdedores [...].<sup>44</sup>

Os questionamentos suscitados por Muirakytan Macêdo em parte se direcionam a problematizar a dominação empreendida pelo elemento estrangeiro, que atribuiu o nome oficial da espacialidade ao mesmo tempo em que tratou de afirmar o poder dominante sobre o ser nativo quando reduziu a sua existência outrora trucidada ao reconhecimento *potiguar*, *rio-grandense-do-norte* ou *norte-rio-grandense*.

Essa problemática da identidade estadual que recai sobre a questão do silenciamento étnico, uma vez que não existiria mais no Rio Grande do Norte nenhuma aldeia do grupo que empresta o nome à representação de quem seria natural deste estado, também ressoou nos possíveis equívocos existentes em torno da referência hidrográfica que dá nome ao estado. Sobre isso, Nestor Lima apresentou algumas razões para desconstruir a defesa credenciada a Vicente de Lemos que, quando presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHG-RN), entre 1910-1916, havia manifestado a opinião de que o rio *Potengi* seria o rio grande que dá nome ao estado. Segundo Nestor Lima, as corretas credenciais faziam valer o nome do *Assu* como o legítimo Rio “Grande” do Norte:

1ª – *Assú* (ou *Açú*) vem de *Açú* (grande) hu ou u, (rio) e significa - *rio grande*. Contrahidas as palavras indígenas *Açú* e u em *Açú* (ou *Assú*) com crase, temos que *Assú* quer dizer rio grande.  
*Potengy*, porém, é expressão indígena corrompida que se originou de *puti* ou *pitum*; o primeiro quer dizer ‘camarão’, o segundo, ‘fumo’. De qualquer dos dois termos indígenas, a palavra *Poti-y* ou *gy* (‘rio do camarão’ ou ‘do fumo’) passou, por euforia ou abrandamento, a soar *Potengy* ou

---

<sup>44</sup> MACÊDO, Muirakytan K. de. Do Seridó. No Rio Grande do Norte. *Rev. Perigo Iminente*, p. 31.

hodiernamente Potengy, que, de forma alguma quer dizer *rio grande*, mas, rio do Camarão, ou do fumo.<sup>45</sup>

Com a primeira razão localizada na explicação das etimologias formadoras dos topônimos envolvidos, a segunda razão para a defesa do rio *Assu* refere-se ao seu tamanho, que seria o maior em vários quesitos. Outro ponto interessante nessa tapa da explicação de Nestor Lima é a redução do rio Potengi à qualidade de simples afluente do rio Jundiá:

2ª – o rio Assú é o maior rio que banha o Estado, atravessando-o de sul a norte e dividindo-o em duas partes bem distintas, desde a extrema, no Jardim de Piranhas, com a Parahyba até a sua imensa embocadura por três ou quatro braços sobre o Oceano Atlântico, onde a costa parece deprimida pelo impeto de suas águas torrenciais, no inverno. Mas, o rio Assú também possui a maior bacia hydrographica do Estado, pois apanha todas as águas do Seridó, inclusive o Espinharas e o Sabugy, arrecada innumerous afluentes e vae até aos divisores do Salgado, que lhe é tributário, Ceará-Mirim, Apody e vários outros, numa extensão de muitas léguas do nosso território. Forma, além disso, o maior, mais rico e mais portentoso valle agrícola do Estado, especialmente na parte em que se estendem as opulentas ‘várzeas’ de Assú e Macau, municípios que divide e irriga providencialmente.

Enquanto o ‘Potengy’ é um simples afluente do Jundiahhy, em que se lança no logar ‘Barreiros’, município de São Gonçalo; tem suas cabeceiras nas divisas de Santa Cruz com aquelle município, que banha em quasi toda a sua extensão, dividindo-o com Macahyba, até à sua barra, no Jundiahhy. Razão, pois e de sobra, tinha o dr. Luiz Fernandes quando affirmou que o rio que banha a nossa capital é o Jundiahhy e não o Potengy, que é daquelle mero tributário. E basta olhar para o mappa da região para nos convenceremos da verdade de tal asserção.<sup>46</sup>

O maior rio em extensão que banha o estado; com a maior bacia hidrográfica; com o mais “rico e portentoso” vale agrícola – o Vale do Assu; e um nome que por si só já resolve em parte a problemática, fez Lima presumir que:

Com taes razões, [...] parece que não se justifica a origem commumente dada ao nome deste Estado; há manifesto equívoco ou engano que precisa ser emendado.

O Rio ‘Grande’ do Norte é o rio Assú, e não o Potengy, que não tem significação nem importância para dar nome ao nosso Estado. Digam melhor e com mais segurança os que puderem.<sup>47</sup>

Apesar da defesa de Nestor Lima junto nome do rio *Assu*, foi a opinião de Lemos em favor do rio *Potengi* que serviu de suporte que possibilitou a Cascudo disseminar a designação identitária, nas décadas de 1930 e 1940, por meio de vários artigos publicados no

<sup>45</sup> LIMA, Nestor. Qual é o Rio “Grande” do Norte? In: FAGUNDES, A. (org.). *Leituras Potyguares*, p. 160-161.

<sup>46</sup> LIMA, Nestor. Qual é o Rio “Grande” do Norte? In: FAGUNDES, A. (org.). *Leituras Potyguares*, p. 161-162.

<sup>47</sup> LIMA, Nestor. Qual é o Rio “Grande” do Norte? In: FAGUNDES, A. (org.). *Leituras Potyguares*, p. 163-164.

jornal *A Republica*<sup>48</sup> e na Revista do IHG-RN<sup>49</sup>. Assim, esse olhar compartilhado por Cascudo consolidar-se-ia na publicação de *Nomes da Terra: História, Geografia e Toponímia do Rio Grande do Norte*:

POTENGI: - Rio em cuja margem direita está a cidade do Natal. O mesmo Rio Grande do Norte, dando nome à Capitania, Província e Estado. De *potigi* rio dos camarões. Os Potiguares tinham aldeamento principal nas margens esquerdas do Potengi e eram apelidados *comedores de camarões*, de *potiguara*. O chefe potiguar dom Antônio Felipe Camarão, foi agraciado com brasão d'armas, o *dom*, têrça e comenda de Cristo em 1633, chamando-se *Poti* a tradução oficial consagra-lhe a legitimidade do nome de *Camarão* [...].<sup>50</sup>

Esse movimento de (des)construção de topônimos faz parte da dinâmica linguística que caracteriza a instituição de uma sociedade e a construção de seus espaços, concomitantemente às representações que se estabelecem ao nomear ou mudar as suas denominações. Para Castoriadis: “A história se dá imediatamente como sucessão”<sup>51</sup>, e é caminhando nesse rumo que a toponímia, tomada como objeto de análise para o processo de compreensão dos imaginários da primeira fase da República no Rio Grande do Norte, vai ao encontro da lógica proposta por ele, por fazer parte de um magma de significações imaginárias sociais que se sucedem no tempo e demarcam o espaço.

Para compreender a construção histórica do magma toponímico do Rio Grande do Norte durante a Primeira República, encontramos importantes considerações para comparação no momento de passagem do Império para a República, ao analisar a cartografia disposta no *Atlas do Império do Brasil* (1868), organizado por Cândido Mendes de Almeida, e na clássica obra escrita por Manoel Ferreira Nobre, *Breve notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte* (1877). Cada uma em sua tipologia, constituem-se como fontes primordiais para o entendimento da então província do Rio Grande do Norte, nos fornecendo relevantes informações das denominações que marcavam a linguística dos imaginários sociais daquele momento. É relevante ainda ressaltar que as duas obras foram escritas nas últimas décadas de existência do Império, informando um contexto já adjacente ao da República.

---

<sup>48</sup> Entre os vários artigos, dois se sobressaem para os nossos interesses de investigação sobre a escrita toponímica aliada ao processo que envolve a relação espacialidade/identidade das cidades e do estado do Rio Grande do Norte, ver: CASCUDO, Luís da Câmara. Vila Nova do Príncipe e Vila Nova da Princesa. *A Republica*. Natal, RN, 31 out. 1943; e CASCUDO, Luís da Câmara. Porque se chama cidade do Natal. *A Republica*. Natal, RN, 04 abr. 1940.

<sup>49</sup> Para mais detalhes consultar: CASCUDO, Luís da Câmara. O nome Potiguar. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, RN, v. 32-34, 1935-1937, p. 37-46.

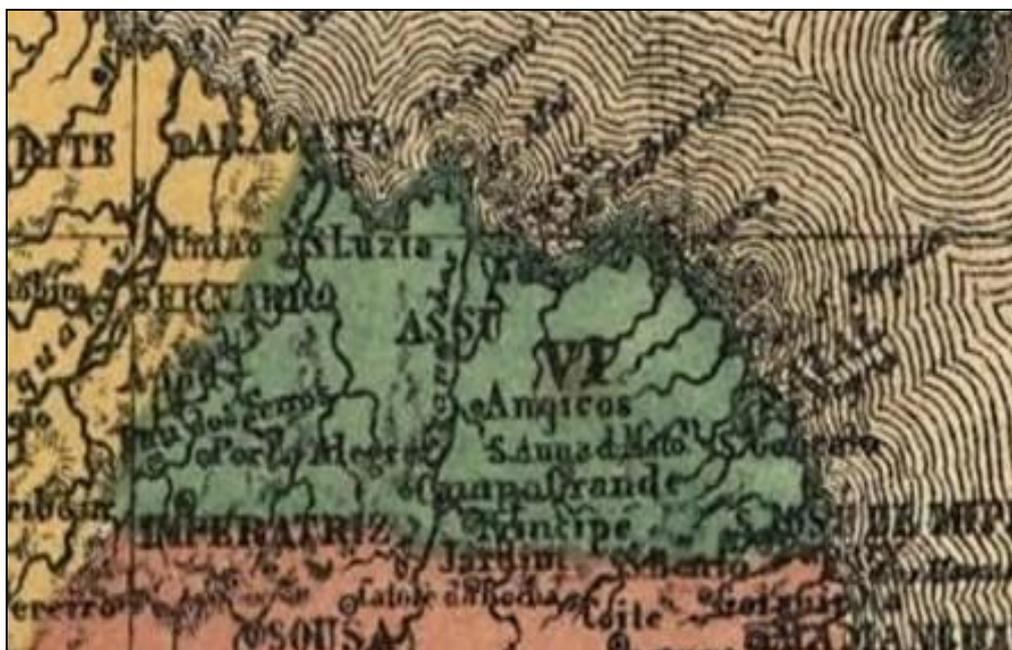
<sup>50</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *Nomes da Terra: História, Geografia e Toponímia do Rio Grande do Norte*, p. 117.

<sup>51</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*, p. 218.

Ao fazer a análise da cartografia disponível sobre a Província do Rio Grande do Norte no ano de 1868, por meio das denominações que aparecem dispostas num dos mapas do Brasil encartados no Atlas do Império do Brasil organizado por Cândido Mendes de Almeida, visualizamos urbes e acidentes geográficos toponimizados conforme as lógicas nomeativas características da Colônia e do Império, investidos por certos determinantes sócio-culturais, econômicos e geopolíticos. Assim, conforme palavras de François de Dainville, entendemos que a linguística e seus campos de ação também se processam num corpo cartográfico no qual a “[...] dialetologia, a sócio – ou a etnolinguística e a semântica identificam campos no seio dos quais as palavras ‘agem’ aplicando-se a topônimos, a *denominações*, a categorias, processando materiais diversos, como *corpora* cartográficos.”<sup>52</sup>

Através de um recorte do referido mapa, podemos perscrutar a inscrição das nomeações nos espaços da província do Rio Grande do Norte: são termos instruídos por um imaginário diferente, os quais servem para representar esse imaginário no espaço por meio do Atlas. Encontramos nomes que indicam a presença religiosa cristã católica, por via de topônimos que evocam santos; a natureza; referências ao poder imperial; recursos econômicos e qualitativos também investiram o espaço a partir dos interesses em questão:

**Figura 1:** Representação do Rio Grande do Norte no *Atlas*



Fonte: ALMEIDA, Cândido Mendes de. Atlas do Império do Brasil, 1868 apud PEIXOTO, Renato Amado. Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX. Revista de História Regional, v. 15, p. 169-193, 2010, p. 172.

<sup>52</sup> DAINVILLE, F. de. *Le Language des géographes*, 1964 apud DEPAULE, Jean Charles & TOPALOV, Christian. A cidade através de suas palavras. In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). *Palavras da cidade*, p.18.

Examinando este recorte do Rio Grande do Norte, nos deparamos com uma toponímia bastante diversificada quanto à significação dos termos que batizavam os poucos municípios da época e os acidentes geográficos. Em pequena quantidade são os núcleos urbanos que possuíam status de cidade (Natal, São José de Mipibu, Assú e Imperatriz), que encontramos inscritos no mapa com suas denominações em letra maiúscula. Conforme a proposta metodológica sugerida por Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick para classificação toponímica<sup>53</sup>, com base nos referenciais históricos construídos para esta província até o momento de elaboração do *Atlas* de 1868, verificamos que o Rio Grande do Norte contava com denominações que variavam entre os seguintes referenciais:

- a) *Hierotoponímico* (do imaginário religioso, que envolve nomes sagrados);
- b) *Hidrotoponímico* (nomenclatura relativa à natureza hídrica, vinculada a importância dos cursos d'água);
- c) *Geomorfotoponímico* (relativo às formas de relevo);
- d) *Fitotoponímico* (denominação referente à vegetação);
- e) *Animotoponímico* (referência qualitativa);
- f) *Zootoponímico* (relativo a animais) e
- g) *Historio-sociotoponímico* (relacionado a figuras importantes, traços culturais, movimentos de cunho histórico-social etc, sem manifestar os nomes de participantes quando existentes, porque se manifestados iriam se enquadrar no referencial antropotoponímico – com denominações que aparecem com os nomes dos homenageados).

Inicialmente, a toponímia que se efetivou sobre o espaço norte-rio-grandense quando da chegada dos luso-brasílicos por estas terras, caracterizou-se como denominações derivadas do encontro entre o referencial religioso adotado pelos portugueses para o batismo de espaços, e as denominações já existentes conforme prática nomeativa dos habitantes nativos da terra. Assim, podemos notar que alguns dos imaginários indígenas e luso-brasílicos presentes à época da Colônia ainda podiam ser claramente reconhecidos na espacialidade norte-rio-grandense, observada pela cartografia de 1868, sendo prevalente então a dinâmica denominativa portuguesa.

---

<sup>53</sup> Para melhor compreensão do método taxonômico organizado por Dick para o enquadramento dos topônimos nos referenciais citados, consultar: DICK, Maria V. de P. do A. *A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira*, 1990; e DICK, Maria V. de P. do A. *A Dinâmica dos Nomes na Cidade de São Paulo – 1554-1897*, 1996.

A capitania do Rio Grande – posteriormente, província do Rio Grande do Norte – contava com acidentes geográficos que referenciavam o espaço e o demarcavam a partir de lógicas múltiplas e de fortes significações. Os rios *Apody* e *Piranhas*, o *Cabo de São Roque*, as *Pontas Negra* e do *Mel* são referenciais topográficos que carregam em seus topônimos significações históricas construídas pelos nativos e pelo elemento conquistador, apresentadas no *Atlas* analisado. Partindo de Gilmar Arruda, compartilhamos do entendimento de que: “A identificação de vários afluentes através de nomes aumenta a sensação de preenchimento do espaço cartográfico visto através dos mapas.”<sup>54</sup> No período colonial, a presença da natureza através de seus elementos na denominação de espaços e acidentes geográficos na capitania do Rio Grande revelava em parte os imaginários que teciam estas representações. Para Macêdo, a importância dos rios para o estabelecimento das relações sobre os espaços é notável, pois, enquanto

[...] Vias naturais para o adentramento dos colonos, possibilitaram o povoamento do interior brasileiro, integrando-o ao circuito produtivo da colônia. Nos sertões nordestinos, as primeiras fazendas localizavam-se nas ribeiras, o leito do rio dividindo no comprimento com a sesmaria ao meio. Podemos depreender dos documentos da época – cartas de data de terra, protocolos de freguesias etc. – que a referência às *ribeiras* denotava não só acidentes geográficos, mas, cartografias do poder, demarcações de territórios, jurisdições.<sup>55</sup>

No condizente ao processo de conquista e colonização do espaço norte-rio-grandense por parte dos luso-brasílicos, a religiosidade cristã católica também se fez fundamental, assim como em grande parte do Brasil. Batizar um espaço com o nome de um santo de devoção, ou do santo do dia, ultrapassava um simples ato de denominar, articulava-se com hábitos culturais que serviam como signos de poder, dominação e conquista dos espaços e seus habitantes. A partir desta premissa, Maria Dick nos proporciona uma colocação que em certa medida confirma os hierotopônimos presentes no âmbito nacional e no recorte cartográfico em questão:

A religiosidade se manifestou, de início, de forma muito particular, na toponímia que as expedições de reconhecimento da costa deixaram fixada nos acidentes avistados e que iam sendo nomeados segundo os preceitos católicos romanos. Antes mesmo de uma população portuguesa estável, já se contava com um cabo de São Agostinho, um cabo de São Roque, um rio de Santa Luzia (em Mossoró), a ilha da Ascensão; a aguada de São Miguel, a serra de São Tomé e a angra de Todos os Santos [...]. Era o espírito religioso

---

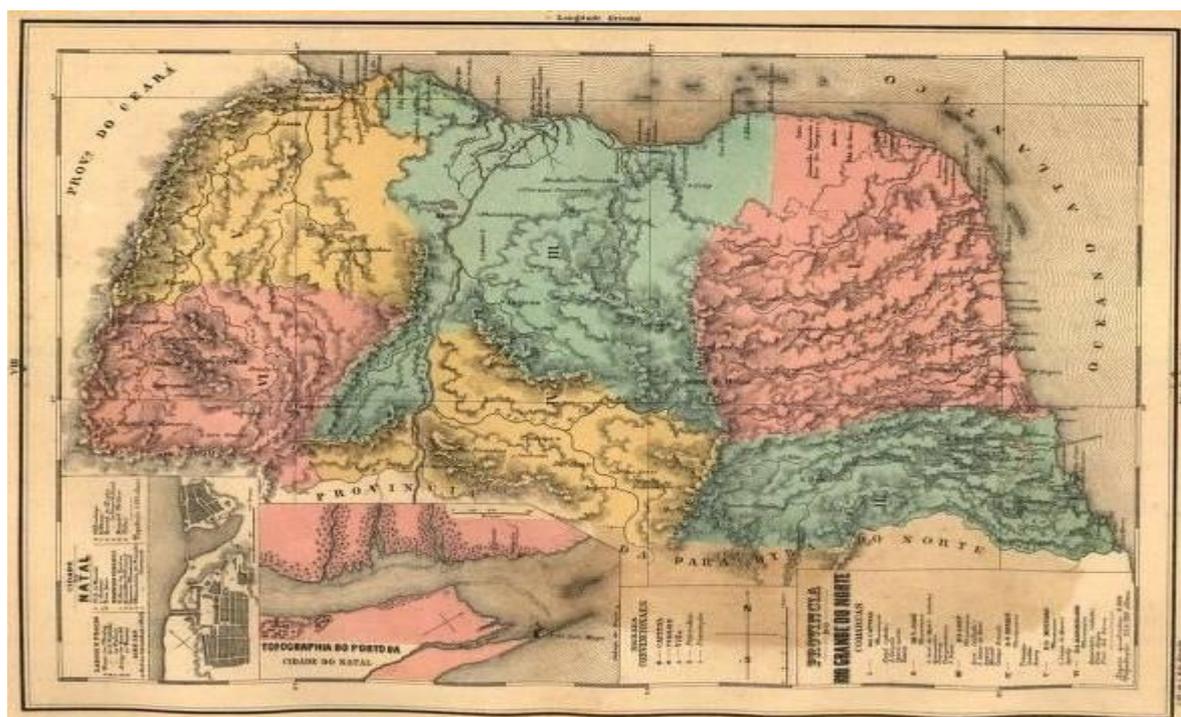
<sup>54</sup> ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a História e a memória*, p. 148.

<sup>55</sup> MACÊDO, Muirakytan K. de. *A penúltima versão do Seridó – uma história do regionalismo seridoense*, p. 38.

português acompanhando o navegante por todas as partes atingidas pela sua capacidade de caminhar por mares e oceanos desconhecidos.<sup>56</sup>

Dessa forma, encontramos no *Atlas* de 1868, vários referenciais religiosos na toponímia, que também foram sistematizados ao apresentar a divisão da província com suas comarcas e municípios que as compunham.

**Figura 2:** A divisão da Província do Rio Grande do Norte em Comarcas



Fonte: ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Atlas do Império do Brasil*, 1868 apud PEIXOTO, Renato Amado. *Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX. Revista de História Regional*, v. 15, p. 169-193, 2010, p. 174.

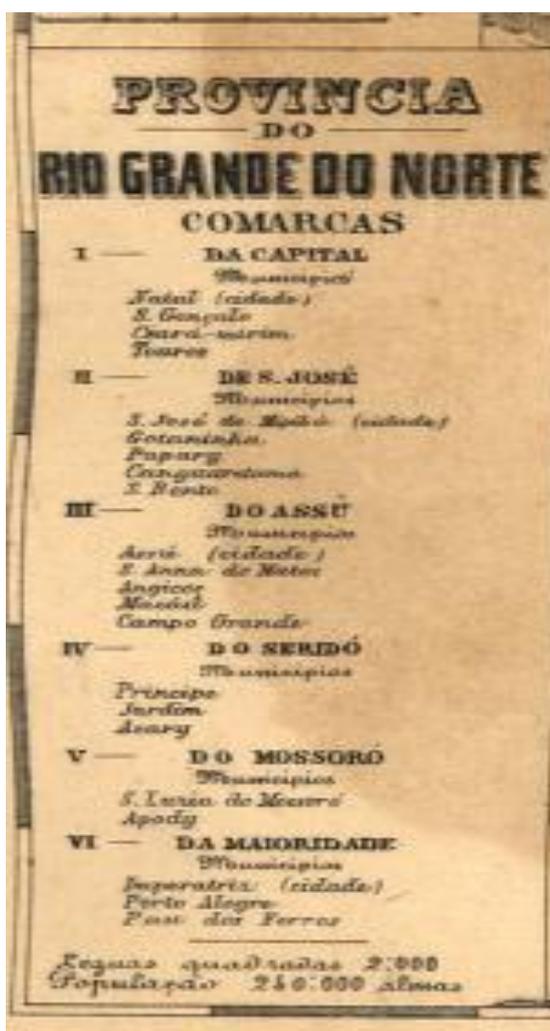
A cartografia que apresenta a jurisdição política caracterizada pelas seis Comarcas do Rio Grande do Norte no ano de 1868, também se constitui fonte importante para o estudo dos nomes que designavam a divisão geopolítica, tendo em vista que “Embora os mapas examinados representem um espaço físico delimitado, as ideias veiculadas não se limitavam apenas a uma concentração espacial, mas estendiam-se às análises de uma sociedade.”<sup>57</sup>

A tabela que apresenta a divisão do espaço provincial com suas comarcas classificadas conforme os status urbanos de cidade ou município, recortada do mapa do Rio Grande do Norte, complementa as informações que utilizamos:

<sup>56</sup> DICK, Maria V. de P. do A. *A Dinâmica dos Nomes na Cidade de São Paulo – 1554-1897*, p. 148.

<sup>57</sup> ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a História e a memória*, p. 154.

**Figura 3:** Divisão das Comarcas do Rio Grande do Norte



Fonte: ALMEIDA, Cândido Mendes de. Atlas do Império do Brasil, 1868 apud PEIXOTO, Renato Amado. Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX. *Revista de História Regional*, v. 15, p. 169-193, 2010, p. 174.

Observando a tabela acima, encontramos seis comarcas: a da capital (*Natal*), *São José (de Mipibu)*, *Assú*, *Seridó*, *Mossoró* e *Maioridade*. Dessas comarcas apenas quatro municípios já tinham suas sedes urbanas reconhecidamente elevadas à condição de cidades, sendo eles: *Natal*, *São José (de Mipibu)*, *Assú* e *Maioridade*. Os demais são referenciados enquanto municípios. Porém, para os nossos objetivos de compreender as consideráveis mudanças toponímicas que ocorreram no Rio Grande do Norte após a Proclamação da República, o reconhecimento (ou não) da condição de cidade é um fator secundário. Utilizamos essa divisão geopolítica pelos vários referenciais toponímicos nela contidos, resultantes dos interesses que foram se estabelecendo ao longo do tempo.

Os referenciais religiosos encontrados estão dissolvidos no espaço, da capital ao interior das terras da Província. Em *Natal*, *São Gonçalo*, *São José de Mipibú*, *São Bento*, *S.*

*Anna do Mato e Santa Luzia de Mossoró* é o imaginário religioso católico que se apresenta em importante quantidade de topônimos, tendo em vista a abrangência sócio-cultural do catolicismo para aquele momento desde o início da ocupação das terras.

Além dos referenciais hierotoponímicos, a natureza também se apresenta como um importante elemento utilizado no imaginário que demarcou linguisticamente aquele(s) espaço(s). Nos deparamos com hidrotopônimos (*Assú, Seridó, Ceará-Mirim, Apody, Papary*), fitotopônimos (*Angicos, Pau dos Ferros*), geomorfotopônimos (*Campo Grande, Jardim, Canguaretama*) e zootopônimos (*Acary, Touros*), todos segundo uma lógica da natureza, dos espaços de habitar e sobrevivência.

São rios, animais, plantas e formações no relevo tomados como denominadores e cristalizados no imaginário toponímico norte-rio-grandense, em sua maioria presentes até os dias atuais. Talvez por se tratar de referenciais que fogem do estigma político que apresentavam alguns nomes, tenham se consolidado ao longo do tempo em valorização ao espaço de natureza necessário para que as sociedades se firmassem.

Chegando ao ano de 1877 – apenas nove anos após a publicação do *Atlas* de 1868 – nos deparamos com uma nova divisão geopolítica do espaço norte-riograndense. Conforme informações de Manoel Ferreira Nobre, sobre situação e extensão, a província do Rio Grande do Norte já se apresentava mais recortada espacialmente: “[...] divide-se em 8 cidades<sup>58</sup>, 15 vilas<sup>59</sup> e 13 comarcas<sup>60</sup>, a respeito das quais vamos dar abreviada notícia.”<sup>61</sup>

Ao retomar as referências de Manoel Ferreira Nobre do ano de 1877, transposto o espaço de menos de uma década desde a publicação do *Atlas* de 1868, quando só existiam quatro cidades e seis comarcas, verificamos que o número de espaços urbanos e jurídicos da província havia duplicado. E ainda que Nobre tenha direcionado o esforço de sua escrita para valorizar o novo dimensionamento geopolítico dos espaços, também lançou mão do que chamaria de “breves” considerações sobre os topônimos de cidades e vilas.

Na verdade, quando Manoel Ferreira Nobre, ainda no século XIX, alertou para a “brevidade” de suas notícias sobre as espacialidades urbanas que então se uniam para compor a Província do Rio Grande do Norte, estava inaugurando as bases para um modelo que seria seguido pelos escritos clássicos de Manoel Dantas, Tavares de Lyra, Amphilóquio Camara,

---

<sup>58</sup> Os municípios que apresentavam um centro urbano com status elevado à categoria de cidade: Natal; Assú; Macau; São José de Mipibu; Mossoró; Príncipe; Jardim e Imperatriz.

<sup>59</sup> Eram vilas: Porto-Alegre (Portalegre); Acary; Apody; Angicos; Goianinha; Santana do Matos; Triunfo (Campo Grande); Canguaretama; Nova Cruz; Pau dos Ferros; Serra Negra; Caraúbas; São Miguel; Trairi e Arês.

<sup>60</sup> Eram as Comarcas de: Natal; Assú; Macau; São José de Mipibu; Mossoró; Canguaretama; Seridó; Jardim; Maioridade; Apodi; Pau dos Ferros; Ceará-Mirim e Trairi.

<sup>61</sup> NOBRE, Manoel Ferreira. *Breve Notícia Sobre a Província do Rio Grande do Norte*, p. 21.

Antônio Soares, Nestor Lima e Luiz da Câmara Cascudo, quando abordaram a toponímia por meio de vários gêneros textuais.

Contudo, para podermos analisar os interesses que moveram a desconstrução de um determinado imaginário para a construção/afirmação de um outro, num processo mediado por oposições e deposições de topônimos, fez-se necessária a realização de um exame da produção histórico-geográfica sobre o Rio Grande do Norte, concebida sob a influência do gênero textual corográfico. Produção esta prevalente no período da última década da Primeira República, quando os esforços de vários intelectuais e políticos estiveram motivados pela necessidade de uma existência identitária para a espacialidade onde viviam.

**EM NOME(S) DAS CHOROGRÁFIAS:** A produção corográfica e as construções espaço/identitárias sobre o Rio Grande do Norte

Como pensar a produção intelectual sobre a espacialidade/identidade norte-riograndense construída e problematizada pelas obras de Manoel Dantas, Tavares de Lyra Amphiloquio Camara, Antônio Soares, Nestor Lima e Câmara Cascudo? O que caracteriza o texto de cada um? E o que se torna evidentemente homogêneo em todos os textos analisados? Estaríamos diante de dicionários, estudos de toponímia ou corografias?

Dada a ênfase nas *corografias*, observamos que estas devem sua origem à *Geographia* de Ptolomeu de Alexandria “[...] composta de uma parte teórica a respeito do estudo e da composição do espaço e por uma parte prática com a seleção, compilação e ordenação de oito mil registros de cidades e acidentes naturais reconhecidos pelo mundo romano em sua expansão militar e comercial [...]”.<sup>62</sup> No processo de evolução e transformação pelo qual passaram as corografias ao longo do tempo, pode-se credenciar à Itália e à Flandres, entre os séculos XVI e XVII, o desenvolvimento da representação gráfica alinhada com as técnicas que expressavam a presença da Perspectiva e da ideia de Paisagem, constituindo assim diferentes formas de representá-las.

Acompanhando o processo de desenvolvimento das composições corográficas e sua materialização no plano cartográfico, devemos também considerar que foi só na segunda metade do século XIX que o modelo corográfico discursivo se desenvolveu no Brasil, ganhando projeção no contexto nacional e se repetindo na realidade local:

---

<sup>62</sup> PEIXOTO, Renato Amado. *A máscara da Medusa: A construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX*, p. 108.

Contudo, a segunda metade do século XIX se torna característica pelo surgimento de uma nova forma corográfica que terá, muitas vezes, sua produção e divulgação financiada pelo Estado. Esta é constituída enquanto um esforço ordenador e normatizador que visa mais subordinar que informar e onde as partes e regiões são designadas não mais pela sua individualidade, mas pelo seu pertencimento a uma unidade histórica e territorial: a nação é reconhecida em sua descrição física e em relação às suas divisões políticas, que compõem parcelas de uma unidade administrativa, eclesiástica e judiciária. O mesmo processo é repetido em relação às Províncias sempre se salientando sua participação e relação com as instituições nacionais [...].<sup>63</sup>

Tendo em vista os nossos objetivos em compreender os interesses que envolveram as denominações das espacialidades no Rio Grande do Norte nos momentos finais do Império e durante a primeira fase da República, fomentados pelos imaginários já estabelecidos e pelos que foram gradualmente se estabelecendo ao longo do processo de afirmação do novo regime político da nação, fez-se necessário analisar a disposição textual que aborda a toponímia das espacialidades norte-rio-grandenses e o lugar de fala dos intelectuais citados. Isso, tomado enquanto ponto de partida para a questão, tornou-se revelador de algo comum a todos os autores observados: uma profunda ligação com o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

A intimidade com o IHG-RN rendeu-lhes o caráter de sócios que inclusive produziram consideravelmente para a revista da citada instituição e fizeram amplo uso e citações do acervo nela disponível em suas obras. Mas talvez o ponto de maior aproximação e importância entre a produção destes intelectuais voltada para a espacialidade norte-rio-grandense e o IHG-RN tenha sido a influência que os Institutos Históricos desempenharam na definição dos limites territoriais e na construção das identidades nacional e regional/local. A respeito disso, Peixoto nos chamou a atenção para o pioneirismo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) ao pensar as questões que envolviam a espacialidade/identidade nacional, em meados do século XIX, exemplo que só foi posteriormente seguido no âmbito local com a República já proclamada:

No Brasil, o desenvolvimento das atividades do Instituto Histórico e Geográfico (IHGB) exemplifica de modo admirável as incertezas e possibilidades percorridas pelo concurso de racionalidades ainda indecisas ante a separação ou a convergência. A fundação do instituto decorreu exatamente da necessidade de se colocar os problemas acerca da constituição da identidade e do território frente às demandas do Estado e conforme as premissas das discussões desenvolvidas no Parlamento e no Conselho de Estado. Não havia Nação porque não havia território e não havia território

---

<sup>63</sup> PEIXOTO, Renato Amado. *A máscara da Medusa: A construção do espaço nacional brasileiro através das cartografias e da cartografia no século XIX*, p. 12.

porque este não estava ainda enunciado por uma narração do espaço, uma vez que esta tinha de ser fundamentada numa articulação temporal que devia ser reconhecida pelas elites que então formulavam o Estado.<sup>64</sup>

Resolvidas as questões nacionais, quando cartografias e corografias deram forma e delimitaram a nação ainda no século XIX<sup>65</sup>, verificamos que no início do século XX, as questões espaciais e identitárias de âmbito local, ainda não resolvidas, passariam a ser um lugar comum a alguns intelectuais. Para sanar tais questões, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte em 1902 trouxe importantes contribuições, tendo em vista que a partir daí os citados intelectuais começaram a produzir as suas corografias sobre o Rio Grande do Norte. Segundo Peixoto, as corografias despontaram naquele momento, com discussão que faziam do *espaço*, porque “[...] a influência de suas obras e autores e, sobretudo, a disseminação do seu conteúdo pela literatura e pelas ciências, serviria para ajudar a explicar a importância do espaço enquanto categoria que embasava as análises feitas no âmbito do pensamento social e político brasileiro no século XX [...]”<sup>66</sup>

No Rio Grande do Norte das primeiras décadas do século XX, tornou-se constante a recorrência de alguns intelectuais ao uso do gênero narrativo corográfico para explicar o espaço local a partir de sua historicidade e concomitantemente construir uma identidade, cuja apresentação fora explicitamente influenciada pelo pensamento social e político inculcado em suas escritas.

A proximidade de intelectuais como Manoel Dantas, Tavares de Lyra, Amphilóquio Camara, Antônio Soares e Nestor Lima com a administração pública durante o período da Primeira República deu visibilidade às influências – ora sociais, ora políticas, ou ambas simultaneamente – presentes em suas produções corográficas, exercidas sobre a espacialidade norte-rio-grandense. Tornou visíveis essas influências pela valorização dos nomes de determinados atores sociais, de acontecimentos, de espacialidades e até pelas homenagens e agradecimentos feitos em conformidade com os interesses ali envolvidos.

Nessa perspectiva, Manoel Dantas foi um dos primeiros intelectuais a inaugurar essa capacidade de conciliar a diversidade de interesses que envolvia a produção de uma corografia. Do seu lugar de fala, não só como intelectual, mas, sobretudo, como político,

---

<sup>64</sup> PEIXOTO, Renato Amado. *Zona de confluxo*: a investigação da historicidade do espaço por meio do exame da discussão do afastamento da História em relação à Geografia, p. 114.

<sup>65</sup> Para mais detalhes sobre a construção do espaço nacional brasileiro, ver: PEIXOTO, Renato Amado. *A máscara da Medusa*: A construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX. 2005.

<sup>66</sup> PEIXOTO, Renato Amado. *Zona de confluxo*: a investigação da historicidade do espaço por meio do exame da discussão do afastamento da História em relação à Geografia, p. 115.

Intendente da capital, porém oriundo do interior (Caicó), que pudera transitar entre diversos segmentos e espacialidades da sociedade estadual, coletando histórias e referências geográficas, e sistematizando-as em *Denominação dos Municípios*, publicado em 1922, também verificamos a disposição da relação proximal entre tempo(s) e espaço(s).

Manoel Dantas, entre outros intelectuais do Rio Grande do Norte conhecedores da realidade espacial e histórica relativa, em alguns momentos chegou a representar o estado em importantes congressos e eventos nacionais. Sobre uma dessas passagens, Manoel Dantas nos revela sua preocupação com a exata definição de limites e denominações de alguns acidentes geográficos:

Annos passados num dos vários Congressos de Geographia em que tenho carregado a representação do Estado, tive de dar parecer sobre uma memória, a respeito das costas e portos do Rio Grande do Norte. Era tudo tão errado, quanto à denominação e posição de alguns accidentes geographicos, que o parecer seria contrario, si os erros verificados não fossem os de todos os compêndios officiaes e não officiaes. Metti-me em brios e resolvi tomar a serio e ir publicando o conhecimento da vida e do território do Rio Grande do Norte.<sup>67</sup>

A preocupação de Manoel Dantas com a precisão de limites e topônimos do Rio Grande do Norte em parte refletia as mesmas inquietações que foram pauta do IHGB, em meados do século XIX, para a definição de uma identidade/espacialidade nacional. Ao tratar das razões subsidiárias desse panorama, Peixoto faz algumas considerações sobre a concepção dos produtos cartográficos e geográficos frutos do empenho dos Institutos Históricos enquanto instrumentos de articulação e estratégia que permitiram construir/promover representações do espaço e de sua paisagem:

Nesta relação dos produtos cartográficos e geográficos participam da interação e competição com outras identidades, internas e externas, uma vez que estas não podem, do mesmo modo, serem concebidas sem que um território específico as situe e lhes dê raízes e fronteiras.

A mecânica da concorrência entre os espaços visa estabelecer uma representação que estimule a coesão interna e promova a diferenciação com o exterior, exigindo com que o território seja definido tão precisa e completamente até que não hajam dúvidas à respeito da singularidade do espaço. Assim, os mapas e as corografias, por interagirem diretamente com o território, podem tornar-se instrumentos de articulação e estratégia, permitindo construir e promover uma representação do espaço e sua

---

<sup>67</sup> DANTAS, Manoel. *Denominação dos Municípios*, p. 7-8.

paisagem capaz de imprimir um consenso sobre as ‘relações de força e de soberania’ nele operantes.<sup>68</sup>

Assim, os interesses de Manoel Dantas em promover as devidas correções na disposição toponímica das cartografias refletiam a preocupação em representar a espacialidade por via da paisagem local, unindo o que já havia de disponível na natureza com a atuação do homem sobre o espaço:

É assim que Macahyba lembra a bellissima palmeira que se erguia no local onde começou a construção da importante cidade do Jundiahy. Pau dos Ferros, na sua origem primitiva, era uma grandiosa oiticica situada à margem do rio, no cruzamento da estrada, cuja sombra bemfazeja descansavam os viandantes. Como é costume no sertão, muitos iam alli gravando, à ponta de faca, os ‘ferros’, ou marcas de gado, do seu conhecimento, nessa especie de annuncio barato, permanente e original. Dentro em pouco, a oiticica ficou conhecida naquella redondeza como o <pau dos ferros>, nome que se transmittiu ao povoado e de que tanto se orgulham os moradores. A uberidade das terras da serra próxima attraheu os agricultores, que formaram alli um nucleo de população, preso a Pau dos Ferros. Erigiu-se logo uma capella, sob a invocação de S. Miguel, creou-se a villa, o município e a comarca, adoptando o nome que relembra, a religião, a árvore e o costume local: S. Miguel de Pau dos Ferros.<sup>69</sup>

Esse mesmo modelo de construção textual para a representação corográfica de Pau dos Ferros, Manoel Dantas utilizou para várias outras espacialidades municipais, sempre verificando a interação que ocorria entre os referenciais toponímicos quando do processo de nomeação. No exemplo de Pau dos Ferros, sobressaíram-se os referenciais: fitotoponímico (referente à vegetação - *pau*); hierotoponímico (referente à religiosidade – *São Miguel*); e historio-sociotoponímico (referente ao costume imposto sobre as árvores – *ferros*).

Ainda em 1922 – ano da publicação de *Denominação dos Municípios* –, outra publicação, com amplas referências à história e à geografia do Rio Grande do Norte, ganhou destaque ao integrar uma obra de alcance e abrangência nacional: o *Diccionario Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brasil*. Publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, esse dicionário, bem como a *Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil* (1922/1923), realizada no Rio de Janeiro, estavam inscritos nas estratégias utilizadas para a representação do Brasil no ano do centenário da Independência, constituindo uma espécie de vitrine da Nação por via das representações de suas unidades federativas. Ao mesmo tempo, tais estratégias de representação do espaço nacional criaram

---

<sup>68</sup> PEIXOTO, Renato Amado. *A máscara da Medusa: A construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX.*, p. 47.

<sup>69</sup> DANTAS, Manoel. *Denominação dos Municípios*, p. 8-10.

oportunidades para que alguns intelectuais registrassem seus nomes na história, vinculados às informações que prestavam.

No Rio Grande do Norte, coube a Tavares de Lyra e a Amphiloquio Camara a tarefa de inserir o estado na vitrine espacial que representava o conjunto da nação. A incumbência de Tavares de Lyra como o responsável pela apresentação do estado no *Diccionario Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brasil*, certamente resultou da repercussão que teve naquele momento sua obra *História do Rio Grande do Norte*, publicada em 1921.

Membro da organização familiar Albuquerque Maranhão, Augusto Tavares de Lyra<sup>70</sup> teve em favor de seu nome, na escolha do escritor que representaria o Rio Grande do Norte no *Diccionario Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brasil* (1922), além do reconhecimento de sua *História do Rio Grande do Norte* (1921), outros estudos de dados geográficos e estatísticos do estado. Estudos esses que figuraram no referido dicionário e posteriormente noutra obra sua – *Chorographia do Rio Grande do Norte* (1924) –, cuja escrita fora, como nas outras, posta a serviço do Rio Grande do Norte, mas também do próprio autor, de seus interesses e de suas relações políticas.

Não estando à frente da condução dos rumos políticos do estado, como quando havia sido governador – antes de tornar-se ministro e da obtenção de seu lugar no senado, onde estava naquele momento –, Tavares de Lyra fez uso de todo o conhecimento e toda a influência por ele adquiridos para elaborar aquelas obras que integraram a produção intelectual que viria a situar o Rio Grande do Norte nas esferas temporal e espacial. Para Peixoto, os interesses que recaiam sobre as obras de Tavares de Lyra, pertenciam, sobretudo, à ordem familiar, em meio a um fazer representar espacial e identitário, costurado pelos fatos e personagens que fossem mais vantajosos:

Por conseguinte, se a partir desta análise voltamos a pensar a questão da produção historiográfica norte-rio-grandense, podemos interpretar que ela visa a atender aos interesses e atividades de uma organização familiar e que essa produção visa a consolidar esses mesmos interesses e atividades. Controlando o poder e o aparelho estadual num momento em que o jogo de poder da República Velha reproduzia e representava uma racionalidade espacial diferente, quando se fazia necessário costurar uma espacialidade e uma identidade a partir de personagens e fatos que pudessem remeter a seus

---

<sup>70</sup> Ressaltamos ainda que Tavares de Lyra foi: Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Sócio fundador da Sociedade Brasileira de Direito Internacional; Sócio efetivo da Sociedade Nacional de Geografia; Membro efetivo da Academia Portuguesa de História; Sócio fundador do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte; Membro dos Institutos Históricos do Ceará Paraíba Pernambuco e Sergipe.

interesses e estratégias próprios: era não apenas necessário, mas extremamente vantajoso.<sup>71</sup>

Naquele contexto de início da última década da Primeira República, fazia-se “extremamente vantajoso” para Tavares de Lyra explorar todo o material que tinha a sua disposição, no intuito de produzir sobre e para a história e a espacialidade norte-rio-grandense, e ao mesmo tempo satisfazer aos interesses pessoais/familiares de seu ego intelectual. As vantagens advinham, sobretudo, da visibilidade decorrente de sua participação nas comemorações do primeiro centenário da Independência do Brasil, nos eventos e publicações correlatos, o que poderia lhe render, no âmbito político, o retorno a um lugar importante na cena histórica daquele momento, da qual o autor se sentia afastado desde que deixara de fazer parte do grupo que ocupava a liderança estadual.

O rompimento de Tavares de Lyra com Ferreira Chaves – iniciado em 1914 e formalizado entre 1918/1919 – consolidou o processo de ruptura entre o governador Ferreira Chaves e a organização familiar Albuquerque Maranhão, durante o qual ocorreram, providos por Chaves, os incentivos para a publicação da *História do Estado do Rio Grande do Norte* (1922) escrita por Rocha Pombo – que não era potiguar –, no intuito de concorrer com a obra *master* de Tavares de Lyra, publicada no ano anterior.

Depois de verificadas as querelas políticas em torno da produção historiográfica sobre o Rio Grande do Norte, voltemo-nos à produção de Tavares de Lyra, mais especificamente aos conteúdos abordados por ele escritos naquela obra de alcance nacional, na qual nos deparamos com informações que transitavam entre diversas áreas, sobressaindo-se a geografia e a história constantemente entrelaçadas. Nela, as notícias sobre a espacialidade norte-rio-grandense, abrangendo: posição e limites, superfície, aspectos físicos, orografia, hidrografia, população, etc., iam tendendo ao encontro com a sociedade e sua organização administrativa, judiciária, e eclesiástica que, ao mesmo tempo, estavam envolvidas pela disponibilidade de serviços federais e estaduais, como também por sua realidade econômica.

Observações contundentes também puderam ser feitas através da apresentação da espacialidade focalizada nos espaços urbanos. Cidades, vilas e povoações foram quantificadas e listadas, num modelo muito próximo ao já apresentado anteriormente, no ano de 1877, por Manoel Ferreira Nobre em sua *Breve Notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte*.

Além das temáticas espaciais, no enredo de Tavares de Lyra há um encontro entre os enfoques etnográfico e histórico, que nos coloca a composição étnica sendo decorrente de

---

<sup>71</sup> PEIXOTO, Renato Amado. *Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX*. Revista de História Regional, v. 15, p. 189.

uma construção histórica. E é neste momento da escrita do autor que nos deparamos com um outro encontro visível de temporalidades e espacialidades diferentes. Presente e passado, litoral e sertão são recorrências em uma trama que se inicia informando a atualidade do estado no momento da composição e da publicação da obra, para na sequência relacioná-la com fatores históricos já problematizados em sua *História do Rio Grande do Norte*. Da conquista da capitania ao período republicano, os atores sociais e suas principais ações ganharam notoriedade no eixo temporal da obra que se destina à sua história.

Espaços e histórias também tiveram lugar central quando governos de província e estado, freguesias, municípios e comarcas tornaram-se palcos dos mais diversos acontecimentos em que se envolvia a sociedade a cada momento de sua história. E no arremate final de seu texto, dedicou-se a informar sobre pelo menos cinquenta norte-rio-grandenses ilustres, lembrados em ligeiros traços biográficos. A descrição da pessoa de Manoel Ferreira Nobre, a partir de seu lugar de fala, foi um modelo utilizado para os outros alvos das informações de Tavares de Lyra:

MANOEL FERREIRA NOBRE – Nascido em 1833 na Cidade de Natal, era filho do tenente do Exército de igual nome e de d. Ignacia de Almeida Nobre.

Foi deputado provincial no biennio de 1860-1861 e exerceu, entre outros, o cargo de official maior da secretaria da Assembléa Provincial, tendo collaborado em alguns jornaes políticos e litterarios.

Dedicava-se com carinho ao estudo da Geographia e da Historia locaes e, embora não tivesse cultura systematizada, escreveu uma *Breve notícia sobre a Provincia do Rio Grande do Norte* [...] em 1877 [...].

Apesar dos erros e defeitos que contém, o trabalho de Ferreira Nobre representa grande esforço e paciente labor, tendo, além disto, um mérito excepcional: foi o primeiro e ainda é, no gênero, um dos poucos que existem sobre o Rio Grande do Norte.

E basta esta razão para que não seja esquecido o nome desse modesto e operoso investigador das coisas de sua terra, á qual serviu com amor de filho extremo até que falleceu em começo de 1889, na Cidade de S. José de Mipibú, se não há engano nas informações que dispomos.<sup>72</sup>

Amphiloquio Camara seguiu a mesma perspectiva de representação utilizada por Tavares de Lyra para a maior parte das espacialidades e temporalidades praticadas, que tratavam do Rio Grande do Norte no *Diccionario Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brasil*. Quando fora escolhido para a função de delegado estadual responsável pela representação do Rio Grande do Norte na Exposição Internacional comemorativa do

---

<sup>72</sup> LYRA, A. Tavares de. Ligeiros traços biográficos de cinquenta rio-grandenses ilustres, falecidos antes de 1910. In: *Diccionario Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brasil*, p. 651.

Centenário da Independência, aproveitou o oportuno ensejo e publicou, pela editora *O Norte*, do Rio de Janeiro, sua primeira obra de maior alcance contudístico a cerca da espacialidade norte-rio-grandense, no ano de 1923. Assim, o intelectual Amphiloquio Carlos Soares da Camara publicou *Scenarios Norte-Riograndenses*, produção em que problematizou algumas espacialidades do estado no período em que a escreveu e ao mesmo tempo enalteceu sua própria autoria e apresentou-se como o delegado do Rio Grande do Norte naquela Exposição.

Buscando promover um encontro entre os intelectuais que elegemos para análise pela significância de suas produções, utilizamo-nos do recurso de fazer apresentações de alguns deles através do que escreveram sobre os outros. Para tanto, Antônio Soares e Câmara Cascudo se fizeram fundamentais quando nos prestaram informações sobre algumas personas e suas produções escritas.

Tomando de empréstimo o verbete do *Diccionario Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, de autoria de Antônio Soares de Araújo e publicado no ano de 1930, apresentamos o intelectual Amphiloquio Camara, com trânsito livre na imprensa e na administração estadual:

Amphiloquio Camara [...]. Nasceu a 25 de Outubro de 1889, na cidade do Natal, e é filho legítimo do major João Carlos Soares da Camara e d. Geracina Leonilla Soares da Camara [...]. Bacharel em sciencias e lettras, pelo Atheneu Norte Rio-grandense, e professor diplomado pela Escola Normal de Natal, foi nomeado inspector de Ensino, tendo, n'esse caracter, percorrido várias vezes todo o interior do Estado. Em 1921, após um curso em que obteve grande maioria de approvações distinctas, recebeu, na Faculdade de Direito do Recife, o gráu de bacharel em sciencias jurídicas e sociaes. De 1922 a fins de 1923, desempenhou no Rio de Janeiro a commissão de delegado geral do Rio Grande do Norte junto á Exposição Internacional do Centenario, passando, em 1924, a representar o Estado no Museu Commercial e Agricola do Ministerio da Agricultura. Nomeado secretario geral do Estado, regressou a Natal, assumindo as funcções do seu novo cargo a 15 de Junho de 1925 [...]. Desde os tempos de estudante Amphiloquio Camara tem pronunciadas sympathias pela vida da imprensa, fundador, director e collaborador, que foi, de diversos jornaes e revistas litterarias, ao mesmo tempo que organizava e orientava associações de lettras e artes. Fundou e dirigiu, igualmente, *A Semana*, (1915) e *A Notícia*, jornal de combate, publicado de 1921 a 1925. Collaborou no *O Dia*, no *O Tempo*, no *Jornal da Manhã*, na *A Imprensa* e é, ainda, collaborador da *A Republica*. [...] O dr. Amphiloquio Camara exerce, actualmente, os cargos de director geral da Estatística do Rio Grande do Norte, nomeado por acto de 31 de Dezembro de 1927, e inspector federal do Ensino, nomeado por portaria do ministro do Interior, de 31 de Julho de 1928. Publicou, em 1923, *Scenarios Norte-Riograndenses*.<sup>73</sup>

---

<sup>73</sup> ARAÚJO, Antônio Soares de. *Diccionario Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, p. 21.

Desde o início de sua formação educacional e profissional, Amphilóquio Camara mostrou-se disposto e talentoso para o mundo das letras. Experimentando a escrita nos jornais que dirigiu e para os quais colaborou foi paulatinamente ganhando notoriedade ao ponto de ser nomeado inspetor de Ensino, cargo que lhe proporcionou percorrer os vários caminhos que se direcionavam ao interior do Estado.

Conhecer o estado, suas particularidades e peculiaridades, tornou-se um diferencial na vida profissional e na produção escrita de Amphilóquio Camara, talvez determinante para ter sido designado a ocupar o cargo de delegado geral do Rio Grande do Norte na Exposição Internacional. E foi aproveitando o propício momento, que o influente e articulador representante do estado naquela que se tornara à época a mais expressiva vitrine do Brasil para o mundo, publicou *Scenários Norte-Riograndenses*, sua primeira obra de características corográficas e com relevantes informações indiretas sobre a toponímia local.

Da mesma autoria, merece destaque a obra *Cenários Municipais*, publicada em 1942. Esta, que também traz características corográficas, aborda a situação particularizada dos 42 municípios que compunham a espacialidade estadual entre os anos de 1941 e 1942. Demarcada temporal e espacialmente para dar visibilidade a cada peça que compunha o mosaico espacial do Rio Grande do Norte naquele momento, *Cenários Municipais* contém interesses próprios que, segundo o próprio autor, diferenciam-na daquela que é reconhecida como sua obra de maior expressão:

Agora, Diretor Geral do Departamento Estadual de Estatística, sentimos a necessidade e a conveniência de fazer um novo trabalho, embora sob plano de sistematização diferenciado, pois, desta vez, não se trata da focalização do Estado, num todo, numa análise de conjunto, mas através da visão particularizada de cada um dos seus 42 municípios. Por uma associação de ideias e intenções, tornou-se natural e lógico, todavia, que déssemos a estoutro trabalho a denominação de CENARIOS MUNICIPAIS.<sup>74</sup>

Pela escolha do autor em relatar os dados estatísticos dos municípios, referentes apenas aos anos citados, cuja coleta e conhecimento lhe foram facilitados pelo fato de ser ele o então responsável pelo Departamento Estadual de Estatística, optamos por focalizar em nossas análises as informações apresentadas em *Scenários Norte-Riograndenses*, obra escrita e publicada no mesmo período histórico que elegemos como prioridade: o da Primeira República. A obra de 1942 descreve a realidade de forma sincrônica, restrita a alguns anos,

---

<sup>74</sup> CAMARA, Amphilóquio. *Cenários Municipais*, p. 3.

num texto de parcas referências históricas anteriores e no qual inexitem quaisquer indícios relativo à toponímia daquelas municipalidades. E parece ter sido esse o real interesse de Amphilóquio Camara: escrever obras que relatassem sua contemporaneidade.

Apresentadas as justificativas para a escolha da obra que mais legaria contribuições ao nosso trabalho, retomamos as análises sobre a construção de *Scenários Norte-Riograndenses*, cuja escritura se deu em função da organização e direção da representação do Rio Grande do Norte na já citada Exposição Internacional – o que pudemos verificar pela própria estruturação capítulos: I – Noções Gerais sobre o Rio Grande do Norte; II – O Concurso do Estado á Exposição do Centenário; e III – Entrevistas de Propaganda do Estado. Podemos considerar, portanto, que *Scenários Norte-Riograndenses* nasceu antes da e para a Exposição de 1922, pela necessidade de representar e explicar a situação daquele Rio Grande do Norte. Este fora o objetivo do primeiro capítulo, que compreende as descrições física, política e econômica do estado e cuja escrita antecedeu o evento, tendo continuidade nos dois capítulos seguintes, construídos respectivamente durante e após o certame/exposição internacional.

No próprio texto de Amphilóquio Camara, nas páginas de apresentação da obra, atestamos a necessidade da produção para representar a circunscrição estadual, principalmente para a divulgação de suas possibilidades econômicas:

Representante do Estado do Rio Grande do Norte na Exposição Internacional do Rio de Janeiro, comemorativa do centenário do grande evento do Ipyranga, encontrei-me, de princípio, em situação difícil para satisfazer aos constantes pedidos, a mim dirigidos, pelos delegados estrangeiros e dos demais Estados da Federação, nos quaes eram solicitados dados e informações, ás vezes com caracter minucioso, da circumscrição que representava.

Como um dos fins do grande certamen, era, exactamente, promover o mais intenso intercambio dentro do paiz, das suas unidades federativas, comprehendí, desde logo, a desvantagem em que ficaria o meu Estado si, porventura, não emprehesse o seu representante uma campanha de divulgação das suas possibilidades econômicas, fazendo, enfim, uma propaganda em que fosse encarado o Rio Grande do Norte sob todos os aspectos do seu cada vez mais crescente desenvolvimento.

Reúno, agora, em folheto, as informações que lhes prestei do meu Estado, com o intuito exclusivo de lhe ser útil, honrando, na altura das minhas forças, a missão que me foi confiada pelo seu esclarecido e fecundo Governo.<sup>75</sup>

---

<sup>75</sup> CAMARA, Amphilóquio C. S. da. *Scenários Norte-Riograndenses*, p. 13.

Depois da apresentação inicial, as “Noções Geraes sobre o Rio Grande do Norte” trazem os informes físicos, políticos e econômicos. Na descrição física, verificamos a superfície, “fácies” do solo, clima e salubridade, portos, serras, rios, lagoas e olhos d’água, posição geográfica e limites que por ora apresentamos:

POSIÇÃO – O Rio Grande do Norte occupa a parte mais oriental da America do Sul, estando situado entre 4° - 54’ e 6° - 28’ de latitude Sul e 4° - 22’ e 8° - 18’ de longitude Leste (referida ao meridiano do Rio de Janeiro).

LIMITES – É limitado ao norte e a leste pelo Oceano Atlântico; ao sul pela Parahyba e a oeste pelo Ceará.

Actualmente o Rio Grande do Norte não alimenta nenhuma pendência de limites com os Estados visindarios. O conflicto de jurisdicção que, por alguns annos, manteve com o Ceará, sem, comtudo, nunca haver quebrado as relações de fraternidade que sempre os uniu, foi, a 17 de julho de 1920, definitivamente solucionado pelo egrégio Supremo Tribunal Federal, que lhe reconheceu os direitos de domínio sobre a zona contestada – GROSSOS -, no município de Areia Branca.<sup>76</sup>

Da parte política, foram trazidos dados populacionais, divisão administrativa, povoações, organização política, organização judiciária, vias de comunicação, secretaria geral do estado, tesouro do estado, repartição central da polícia, instrução pública, higiene e assistência pública, serviços federais. Na parte econômica, o enfoque foi amplo, considerando a produção agropecuária e as atividades industriais e extrativistas. Havia informações sobre o algodão, a cana-de-açúcar, coqueirais, carnaubais e a pomicultura, dentre outras riquezas vegetais; sobre a extração de madeiras e minerais; criações e indústrias várias, completando o material que havia sido produzido antes da Exposição de 1922.

A partir dali a sequência textual passou a dar ênfase ao “Concurso do Estado à Exposição do Centenário”, apresentando a relação oficial dos expositores premiados e o registro de outros mostruários enviados para o certame nacional. A última etapa de *Scenários Norte-Riograndenses* enfoca um conjunto de entrevistas concedidas por Amphiloquio Camara sobre o Rio Grande do Norte, quando de sua estada na capital federal como o responsável pela representação do estado.

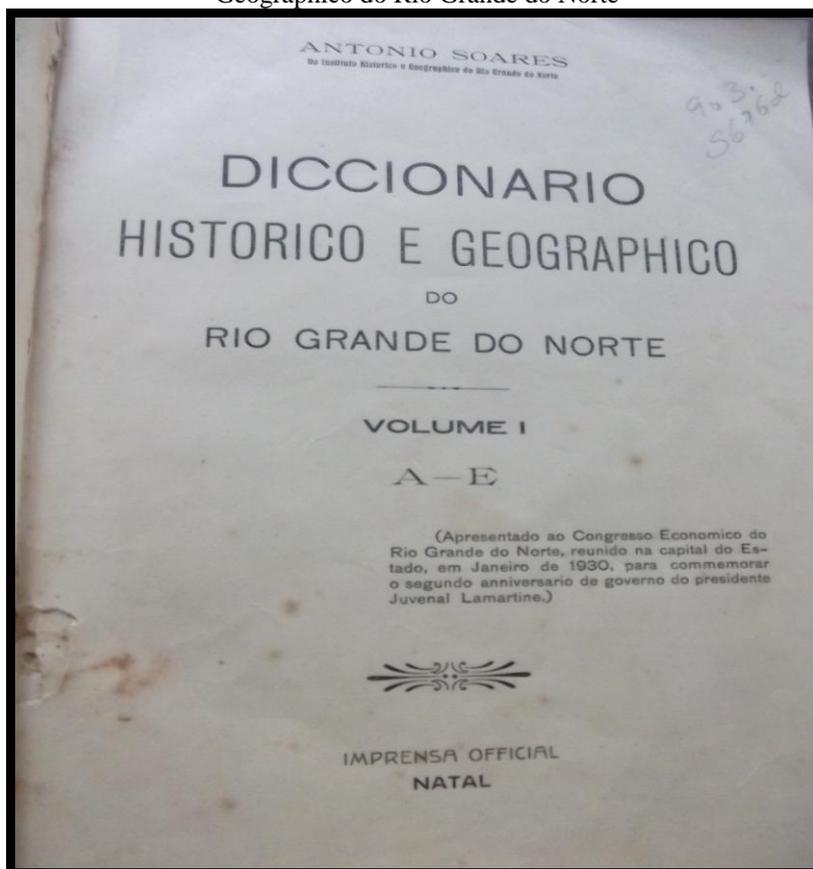
Até este momento, de todas as obras que fizemos uso para entender os interesses envolvidos nos processos denominativos das espacialidades norte-rio-grandenses, o exemplo mais típico e que se reconheceu desde sua titulação enquanto um dicionário é o trabalho de Antônio Soares de Araújo. O *Diccionario Historico e Geographico do Rio Grande do Norte*, apresentado ao *Congresso Econômico do Rio Grande do Norte*, em janeiro de 1930,

---

<sup>76</sup> CAMARA, Amphiloquio C. S. da. *Scenarios Norte-Riograndenses*, p. 22.

certamente havia sido planejado para mais de um volume, pois quando observamos as informações de apresentação da obra em sua capa e primeiras páginas, nos deparamos com a referência ao volume I, que contemplou verbetes das letras A a E. Porém, o que teria sido planejado para mais números ficou restrito a apenas essa publicação.

**Figura 4:** Folha de rosto do Dicionário Histórico e Geographico do Rio Grande do Norte



Fonte: Acervo do IHG-RN

Além da apresentação inicial, outras informações também puderam ser colhidas sobre o autor e a disposição dos elementos textuais. Do autor, verificamos sua aproximação com o IHG-RN, já no auto da folha de rosto da obra, onde se destaca seu nome, *Antônio Soares*, e logo abaixo: *Do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Na sequência, após o título e o volume, nos deparamos com a comemoração do segundo e último aniversário do Governo de Juvenal Lamartine de Faria, ocasião em que se realizou o já citado Congresso Econômico do Rio Grande do Norte.

Nas páginas de apresentação, verificamos a proximidade do autor com intelectuais e políticos da época. A dedicatória, por exemplo, foi dirigida ao Governador Juvenal Lamartine, com homenagens extensivas ao Dr. Augusto Tavares de Lyra – que em palavras

de Antônio Soares seria “o maior dos nossos historiadores” – e à memória do Dr. Manoel Dantas, a quem se refere como “o maior de nossos geógrafos”. O direcionamento dessas homenagens é um fator revelador do conhecimento de Antônio Soares sobre a produção intelectual de ambos, fonte na qual certamente havia bebido à busca por informações sobre a história e a geografia.

No conjunto de homenagens, um preito foi feito “aos caríssimos confrades do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte”, nele mais uma vez verificamos a ligação do autor com a instituição, o que, aliada à proximidade com pessoas oriundas de diversas espacialidades do estado – algumas conhecedoras e pesquisadoras em arquivos e documentos públicos e de particulares –, deve ter contribuído para a ampla circulação de Antônio Soares em sua procura por informes sobre os municípios.

Finalizando os agradecimentos também dispostos no texto preliminar, verificamos a presença de mais de duas dezenas de indivíduos que são lembrados por suas valorosas contribuições à pesquisa. Tal agradecimento em série serve em parte para o construto sobre quem foi Antônio Soares, ao revelar sua capacidade de interagir com políticos e diversos profissionais das mais variadas regiões do estado.

Após apresentar consideráveis informações do lugar de fala de Antônio Soares, muitas delas coletadas nas páginas que analisamos, passaremos a tecer alguns comentários sobre a feitura textual do *Diccionario Historico e Geographico do Rio Grande do Norte*, que contempla várias denominações interessantes a este trabalho, dispostas em verbetes cujas explicações mesclam elementos históricos e geográficos, localizando-as numa *zona de confluxo*, [...] área de hachura, onde o sentido do que poderia ser descrito como história ou geografia quase se esvanece [...].<sup>77</sup>, característica que aproxima muito a obra da perspectiva corográfica. Tais verbetes discorrem sobre a vida de alguns indivíduos que se destacaram no Rio Grande do Norte ou descrevem espacialidades que vão desde acidentes naturais até núcleos urbanos.

Referente à proposta de apresentação dos verbetes das personalidades, verificamos a presença de informações que contemplam formação e atividade profissional, local de nascimento, filiação e parentescos, atuação pública e alguns atos considerados relevantes. É assim, por exemplo, na descrição para *Alberto Maranhão*:

---

<sup>77</sup> PEIXOTO, Renato Amado. *Zona de confluxo: a investigação da historicidade do espaço por meio do exame da discussão do afastamento da História em relação à Geografia*, p. 125.

Alberto Maranhão – Jornalista, político e parlamentar. Nasceu em Macahyba, a 2 de Outubro de 1872. Foram seus paes o industrial Amaro Barretto de Albuquerque Maranhão e d. Feliciano Maria da Silva e Albuquerque, ambos já fallecidos. Formado em direito, na Faculdade do Recife (turma de 1892), voltou ao Rio Grande do Norte, iniciando a sua vida publica como promotor na comarca de Macahyba, sendo, mais tarde, nomeado secretario do Governo. A 14 de Junho de 1899, foi eleito governador do Estado, para o período de 1900-1904 distinguindo-se o seu governo pelo desenvolvimento que deu ás letras e ás artes, estimulando as associações existentes e promovendo a fundação de outras. Merecem destaque o ‘Grêmio Polymathico’ e o ‘Congresso Litterario’, nucleos de que o próprio governador era membro effectivo, colaborando na Revista e na A Tribuna. É de sua iniciativa a lei 145, de 6 de Agosto de 1900, com o favor do qual têm sido editados innumerous livros de sciencia e litteratura, produzidos por filhos domiciliários do Rio Grande do Norte, ou naturaes de outros Estados e aqui residentes. Concluído esse período administrativo, o dr. Alberto Maranhão foi eleito deputado federal, voltando a governar o Estado, no período de 1908 a 1913 [...].<sup>78</sup>

Sob outro enfoque dado por Antônio Soares, estava a descrição de espacialidades. Entre o rural e o urbano, elementos como a localização, limites geográficos, ocupação, paisagem, emancipação política, demografia entre outros, são lembrados na construção dos verbetes inseridos nesse enfoque. A exemplificação que utilizamos na seqüência, sobre o município de Acari, trás os elementos citados, bem como, alguns outros de substancial importância para nosso estudo, tendo em vista que o modelo adotado fora recorrente na abordagem de outras espacialidades constantes em seu *dicionário*:

Acary – Município do Estado, a SO da capital e situado na zona do Seridó. Foi creado por deliberação do Conselho da Província de 11 de Abril de 1833 [...]. Limita-se, ao N, com os municípios de Flores e Curraes Novos; ao S, com os de Jardim do Seridó e Parelhas; a L, com o de Picuhy (Parahyba); a O, com o de Caicó. Em 1920 a sua população era de 12.248 habitantes [...]. O aspecto physico do município é, em geral, o mesmo da zona sertaneja em que está situado; sólo desigual, mais ou menos pedregoso, com várzeas e taboleiros [...]. O território de Acary é banhado, na estação invernososa, pelo rio Acauã [...]. O clima é temperado e sadio, tornando-se cálido durante o verão [...]. Todo o município constitue um só districto judiciário, séde da comarca do mesmo nome, creada pela lei Provincial nº 844, de 26 de Junho de 1882 e só installada a 17 de Fevereiro de 1890. Constitue, igualmente, uma única freguezia ecclesiastica, creada por lei Provincial nº 15, de 13 de Março de 1835, tendo por padroeira Nossa Senhora da Guia [...]. A fundação do Acary, consoante a tradição, deve-se ao sargento-mor Manoel Esteves de Andrade, [...] que ahi construiu uma capella, em 1737 [...]. *Acary* é vocábulo indígena, nome de um peixe d’agua doce, também chamado *cari* (*Loricaria plecostomus*, segundo Theodoro Sampaio). Outros opinam que *Acary* é uma corruptella de *acahy*, cabeça de rio (de *aça*, cabeça, e *hy* água do rio).<sup>79</sup>

<sup>78</sup> ARAÚJO, Antônio Soares de. *Diccionario Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, p. 11-12.

<sup>79</sup> ARAÚJO, Antônio Soares de. *Diccionario Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, p. 4-5.

No confluxo entre tempos e espaços, a caracterização do verbete transita pela prática da espacialidade através de diversas dinâmicas que vão do aspecto político ao religioso, verificados na emancipação política no ano de 1833 e na emancipação eclesiástica no ano de 1835. A apresentação de alguns indivíduos também fora feita numa constante não só referente ao processo de ocupação, mas, essencialmente, na denominação variante entre a referência *Acary* construída pelo elemento indígena, e entre a junção linguística presente na corruptela do termo *Acahy*.

E assim, não só Acari, enquanto município e cidade, bem como, acidentes naturais – como boqueirão, rio, olho d’água, serra, riacho, serrote, lagoa, monte, gruta, ilha, praia, vale –, sítios, açudes, portos, vilas, povoações, distritos, aldeias, bairros, etc, são plasmados em larga recorrência por problemáticas elaboradas com a participação de alguns indivíduos revestidos de significância na edificação de suas histórias.

Outra prática constantemente utilizada por Antônio Soares foi apresentar mais de uma problematização para um mesmo verbete. No exemplo de *Acary*, verificamos duas situações: uma explicação para o município e outra para a cidade. Já na situação do topônimo *Apody* a acepção linguística transita entre cinco realidades diferentes. Sobre o status político da espacialidade, problematizou-se o município e a cidade. Quanto ao espaço geográfico três variações explicam a existência de lagoa, rio e serra com a mesma denominação.

As problematizações acerca dos verbetes apresentadas por Antônio Soares, marcadas naquele momento pelo confluxo entre tempo e espaço, foram tomadas como referência para o modelo utilizado por Nestor Lima para a abordagem que fez das espacialidades em sua obra *Municípios do Rio Grande do Norte*, de 1937. Tais semelhanças na forma como os topônimos são apresentados pelos autores podem inclusive ser verificadas se compararmos parte da explicação dada ambos para o mesmo nome – *Acari*:

As terras do município do Acary são limitadas: ao norte, com o município de Curraes Novos, a leste, com o de Picuhy, (Parahyba), ao sul, com o de Jardim do Seridó, e a oeste, com os de Flôres e Caicó [...].

Collocada a 230 metros acima do nível do mar, a cidade do Acary fica situada entre serras, que lhe tornam accidentado o terreno. Este é formado de rocha, calcareo e quartzo, em várias direcções. O seu clima é secco, no verão, e humido, no inverno, porém, de grande salubridade. O logar, ou sitio, onde se acha hoje a cidade do Acary, fora ocupado, em eras anteriores a 1729, por casebres de índios. O nome lhe vem do peixe que abundava nos *poços do Felipe*, no rio *Acauhã*, e é conhecido desde os mais remotos tempos. A fundação da localidade, porém, foi devida ao sargento-mór Manoel Esteves de Andrade, que viera ao Seridó, para fazer a cobrança de

dízimos [...]. No ano de 1737, requereu o dito sargento-mór de milícias ao Bispo de Olinda a necessária licença para erigir a N. S. da Guia, uma capella na povoação do Acary.<sup>80</sup>

*Municípios do Rio Grande do Norte* também problematizou alguns elementos constantes na abordagem de Antônio Soares para municípios e cidades, como o status político, os atos de criação, as influências religiosas etc. Contudo, aprofundou todos esses temas ao mesmo tempo em que cuidou de inovar, inserindo juntamente a lembrança da memória de filhos ilustres – ponto característico e comum nos trabalhos de Tavares de Lyra e Antônio Soares –, a presença cronológica de magistrados, administradores públicos, vigários e do professorado.

Esta obra de Nestor Lima representa parte do muito que ele aprendeu e conseguiu coletar ao longo de anos nos espaços por onde circulou como membro do IHG-RN e representante do setor da educação estadual – lugar de fala compartilhado inclusive com Manoel Dantas e Amphiloquio Camara quando compuseram o *Conselho Geral da Instrução Pública* do Rio Grande do Norte na segunda década do século XX:

Em 1913, quando organizava as bases para o projecto de Regimento Interno dos Grupos Escolares deste Estado, incluí no programma de *corographia* e de *historia local* as noções ou notícias succintas acerca de cada um dos municípios, em que se divide o Estado do Rio Grande do Norte.

Decretados e publicados os novos programmas, por acto do Director Geral da Instrucção Pública, dr. Manoel Dantas, começaram de surgir solicitações e reclamações, a respeito das fontes, onde os professores haveriam de beber as noções ou notícias exigidas pelos ditos programmas.

Compreendi, então, a necessidade de reunir, coordenar e rever quanto se houvesse escripto ou publicado sobre o assumpto, para enfeixar tudo num só trabalho, que servisse de manancial abundante ao professorado, bem como de seguro repositório das nossas chronicas, lendas e tradições, que estão ameaçadas de esquecimento perpétuo [...].

Ora, concebida assim a obra, iniciei os estudos, através de Manoel Ferreira Nobre <<Breve Notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte>>, 1877, dos Relatórios ao Governo do Estado, anexos às <<Mensagens>> de 1896 e 1905, e de outras publicações, como a <<Revista>> do Instituto Historico e Geographico. Verifiquei, porém, a insuficiência dessas fontes [...].<sup>81</sup>

Diante das solicitações e dificuldades para com as fontes, o recurso adotado por Nestor Lima para suprir as carências percebidas foi empreender visita aos quarenta municípios existentes no estado na passagem da década de 1920 para a de 1930:

---

<sup>80</sup> LIMA, Nestor. *Municípios do Rio Grande do Norte*: Acari, Angicos e Apodi, p. 7-11.

<sup>81</sup> LIMA, Nestor. *Municípios do Rio Grande do Norte*: Acari, Angicos e Apodi, p. 3-4.

[...] tratando de colher *in loco* e através dos arquivos dos municípios e paróquias os dados necessários à perfeição do mesmo trabalho.

Percorri todos os quarenta municípios do Estado do Rio Grande do Norte, aproveitando-me, para isso, ou de viagens de férias, ou de inspeção ao ensino; e rebuscando os arquivos e colhendo informações oraes, pude preparar a obra [...].<sup>82</sup>

Após apresentadas as produções corográficas de Manoel Dantas, Tavares de Lyra, Amphiloquio Camara, Antônio Soares e Nestor Lima, publicadas entre 1921 e 1937, encontramos na produção de Luís da Câmara Cascudo, intitulada *Nomes da Terra* (1968), uma referência para estudos de história, geografia, toponímia e outras áreas. Não levando em consideração apenas a autoria, mas, sobretudo, a vastidão dos conteúdos, este trabalho é considerado como o de maior abrangência quando se trata de problematizar as denominações das espacialidades no Rio Grande do Norte, qualidade que o próprio Cascudo fez questão de frisar no prefácio, quando se revelou conhecedor das produções anteriores de mesma temática e as considerou incompletas.

As obras citadas foram criticadas, compiladas e tomadas como modelo por Cascudo que decidiu dividir *Nomes da terra* em duas partes: uma que contempla um dicionário com vários verbetes, e a outra construída como o modelo corográfico utilizado pela maioria dos demais autores analisados, descrevendo os espaços urbanos destinados para a problematização dos topônimos. A descrição feita por Cascudo reuniu os topônimos correspondentes aos 150 municípios que existiam no Rio Grande do Norte à época da publicação, cuja maioria teve criação naquela década de 1960. Nessa descrição, Cascudo transitou por épocas, espacialidades e leituras diversas e pôde contemplar em *Nomes da Terra* os vários gêneros de escrita corográfica presentes nas obras dos autores já mencionados, utilizando-os para a construção da identidade e da espacialidade norte-rio-grandense na primeira metade do século XX.

Com isso, queremos fazer notar que a perspectiva de buscar explicações para os nomes das espacialidades através de suas relações semântico-lexicais se estabeleceu efetivamente apenas durante o século XX e os corógrafos que o fizeram seguiram a mesma lógica fundante – presente na obra de Manoel Ferreira Nobre – para sistematizar as explicações dos nomes, partindo inicialmente de exposições lexicais. Enquanto Nobre fazia o reconhecimento dos nomes de cidades, vilas e comarcas, algumas vezes citando as alterações que se processaram ao longo de suas existências, os corógrafos que o sucederam visualizavam os espaços em sua origem através da tradução desses topônimos, valorizando o significado da

---

<sup>82</sup> LIMA, Nestor. *Municípios do Rio Grande do Norte: Acari, Angicos e Apodi*, p. 4.

palavra que concretizava o interesse envolvido, mas sem construir uma lógica mais fundamentada na história para a denominação.

Tomemos como exemplo a referência dada por Cascudo para o topônimo de uma das cidades que passou pela supressão da referência imperial através do Decreto Nº 12, de 1º de Fevereiro de 1890. A *Cidade do Príncipe*, que passa a se chamar *Cidade do Seridó* e no mesmo ano passa por uma nova alteração fazendo referência a sua denominação de origem:

CAICÓ: [...] Topônimo cariri, ou tarairiú, indígenas aliados aos Curemas ou Panaticuremas, tiveram aldeamentos na região, determinando o nome, *Caicó*, provindo dos Caicós, como Mossoró veio dos Monxorós. As interpretações tupis servem de simples curiosidade, sem aplicação lógica [...].<sup>83</sup>

A representação proposta por Cascudo para o topônimo *Caicó* fazendo alusão a uma tribo indígena, encontra seu alicerce na etimologia da palavra, que se apresenta comparada à denominação de outra cidade. Atualmente, a versão mais difundida para a origem do nome da cidade vai na contramão da tradição secular que o associou ao nome de um grupo de indígenas. Encontramos, em Olavo de Medeiros Filho, a versão mais aceita sobre a origem do nome *Caicó*, cuja gênese se encontraria, segundo ele, na significação de *Queiquó*, resultante da justaposição dos termos *quei* – pelo qual os índios tarairiú se referiam a rio – e *Cuó* – nome dado pela mesma tribo a um pássaro bastante comum na região. A partir de tais constatações, presume-se que “*Caicó*” é uma corruptela de “*Queiquó*”, o rio do *Cuó*; o mesmo chamado de *Acauã*, pelos tupi.<sup>84</sup>

A partir deste exemplo, gostaríamos de colocar um dos pontos que enfatizaremos em nosso estudo: pensar a relação história e espaços, visualizada pela ótica lingüística, tendo a oportunidade de problematizar o espaço através dos imaginários que o demarcam toponimicamente e em parte realizando um processo de desconstrução da naturalização toponímica atribuída ao espaço norte-rio-grandense por parte de alguns escritores.

Desse modo, pensar a sua importância no legado das informações existentes sobre a toponímia deste estado, sob um olhar crítico lançado para a forma como foram processadas, tornou premente uma consistente e atenta investigação da escrita dos “corógrafos” do Rio Grande do Norte e lhe assegura lugar central no desenvolvimento desse trabalho.

Segundo Jean Charles Depaule e Christian Topalov, já era uma prática antiga abordar as cidades através das palavras, na maioria das vezes centralizando-se na língua em

---

<sup>83</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *Nomes da Terra*, p. 75.

<sup>84</sup> MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Açu e Seridó*, p.144.

decorrência de outros importantes fatores evolutivos, de particularidades e discursos suprimidos:

Abordar as cidades através das palavras que as designam e designam suas diferentes partes? Há muito tempo, viajantes e etnólogos, geógrafos e historiadores, lexicógrafos e linguistas recolhem ‘palavras da cidade’. Tesouros foram assim reunidos, na maioria das vezes de maneira dispersa e à margem de outras preocupações. É raro que tenham sido aproveitados de outro modo que não para estabelecer listas acompanhadas de definições. O observador às vezes atém-se à língua, à sua riqueza, à sua evolução, às suas particularidades e muito pouco aos objetos do discurso.<sup>85</sup>

Ressaltamos ainda que, após apresentadas as explicações para a origem do nome Caicó, devemos considerar que, além da presença de elementos da natureza e da religiosidade católica, o imaginário toponímico provincial norte-riograndense também contava com outros elementos de referência. E assim, alguns referenciais historio-sociotoponímicos, como os que já mencionamos, se apresentavam como marcas do poder imperial sobre as terras do Rio Grande do Norte. *Imperatriz*, *Príncipe*, *Imperial (de Papary)* e *Maioridade* denominaram sequencialmente espaços urbanos e geopolíticos diversos, como: cidade, municípios e comarca.

Os imaginários sociais compreendidos a partir das representações toponímicas que foram gradualmente sendo tecidas ao longo do tempo revelaram a necessidade de empreender a posse e demarcar o espaço através dos nomes ali instaurados. São marcas de poder e de referências que dão visibilidade ao encontro do colonizador com o indígena, à Coroa portuguesa, ao ato de posse e afirmação de “seus” espaços com nomes de seus membros, e, mais especificamente, a uma nova dinâmica toponímica que surgiu com o advento da República a partir da necessidade de denominar o espaço conforme os ideais do novo regime governamental da nação.

Foi observando o *imaginário social* do Rio Grande do Norte no final do século XVIII e em quase todo o século XIX, que nos direcionamos para a evidência da relação (de)marcante que estabelecida pela toponimização do *espaço* constituída em elemento simbólico e expressão enunciativa do *poder* imperial. Para Michel de Certeau, esta prática é latente e própria daqueles que ocupam o *poder* sobre o *espaço*, é uma forma de afirmação e demarcação político-social. Para ele, “O fato de mudarem de nomes (todo poder é toponímico

---

<sup>85</sup> DEPAULE, Jean-Charles & TOPALOV, Christian. As cidades através de suas palavras. In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). *Palavras da cidade*, p. 17.

e instaura a sua ordem de lugares dando nomes) nada tira essa força múltipla, insidiosa, móvel. Ela sobrevive aos avatares da grande história que os desbatiza e rebatiza”<sup>86</sup>.

A partir desta concepção, entendemos que *espaço* e *poder* se envolvem e reproduzem lógicas imaginárias que estão imbricadas na toponimização de cidades, municípios, vilas, distritos, comarcas, ruas, edifícios e praças no momento de suas emergências denominativas. Nesta mesma direção, Raimundo Arrais evidencia, no contexto de Recife na segunda metade do século XIX, um conjunto de atos que trataram de evocar na toponímia local o hábito de homenagear os membros da Família Real e outros “heróis”, inclusive da Guerra do Paraguai. Assim, Recife foi sendo marcada toponimicamente pela passagem da Família Real e por outros acontecimentos de ordem nacional. Arrais enfatiza os momentos principais na mudança de representação: “Em dois momentos, durante o Segundo Reinado, as elites provinciais lançaram mão do corpo da cidade para transformá-lo numa reserva simbólica que pudesse ser empregada em seu benefício, na relação com o poder central: em 1859 e na segunda metade da década de 1860.”<sup>87</sup>

Recife seguia então a mesma lógica denominativa que havia se instalado na nação durante o domínio imperial, já verificada no Rio Grande do Norte, com as denominações *Príncipe* (1788), *Princesa* (1788), *Maioridade* (1841), *Imperatriz* (1847) e *Imperial* (1852). E foi essa presença histórica do poder emanado da monarquia nas épocas de Capitania e Província do Rio Grande do Norte, percebida através dos vários exemplos da toponímia, que nos fez entender a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre a organização política do estado nos últimos anos do domínio imperial, tendo em vista o surgimento do Partido Republicano do Rio Grande do Norte e os novos direcionamentos dados à realidade imaginária e espacial daquela sociedade. Direcionamentos que envolveram algumas tentativas de “adequação” da sociedade norte-rio-grandense à nova situação política da nação, suprimindo do imaginário toponímico aquelas denominações que rememoravam o domínio imperial.

---

<sup>86</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*, p. 216.

<sup>87</sup> ARRAIS, Raimundo. *O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*, p. 338.

**EM NOME(S) DOS PARTIDOS:** Poder e política na última década da Província do Rio Grande do Norte.

A organização política no espaço norte-rio-grandense, no momento de clivagem entre Império e República, estava disposta em três partidos: *Conservador*, *Liberal e Republicano* – levando-se em consideração o ano de 1889, quando oficialmente havia sido fundado o *Partido Republicano do Rio Grande do Norte*. Almir Bueno aproveita o ensejo do conjunto de ações em prol da fundação da nova agremiação política da província no ano de 1889 para caracterizar o espaço pelo qual estava diluída tal divisão partidária: “Uma economia frágil e dependente e uma sociedade agrária e patriarcal forneciam o pano de fundo para a política potiguar no final dos anos 80 do século XIX.”<sup>88</sup>

Observamos, então, que durante a maior parte da existência política norte-rio-grandense na condição de província, os movimentos em torno do poder eram protagonizados pelo *Partido Conservador* e pelo *Partido Liberal*, como repetição do que acontecia no plano nacional. Segundo Bueno<sup>89</sup>, os fundamentos político-ideológicos republicanos só passariam a se concretizar – na esteira do movimento abolicionista – naquela penúltima década do século XIX, quando, com o desgaste do domínio imperial e sua estrutura político-partidária e administrativa, vão paulatinamente deixando a coadjuvância do mundo das ideias e surgem efetivamente materializados no partido que irá conduzir os rumos da nação e do estado a partir daquele ano de 1889.

Os partidos *Conservador* e *Liberal*, respectivamente *Saquaremas e Luzias*, dividiam as atenções e o poder durante o período provincial, assim como dividiam o espaço do Rio Grande do Norte, conforme a prevalência da atuação de suas lideranças internas. Nas palavras de Muirakytan Macedo, verificamos o caráter histórico do protagonismo político dividido entre conservadores e liberais:

Em meados do século XIX, a política provincial aos poucos se atrelou à dinâmica partidária do Império ao delinear oposições já com sotaque partidário. Dois agrupamentos formaram-se no Rio Grande do Norte: Nortistas e Sulistas. Denominações locais do Partido Conservador e do Partido Liberal, respectivamente Saquaremas e Luzias como posteriormente

---

<sup>88</sup> BUENO, Almir de Carvalho. *Visões de República: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*, p. 46.

<sup>89</sup> Cf. BUENO, Almir de Carvalho. *Visões de República: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*. 2002.

foram cognominados no Império. Não seriam, a rigor, consideradas agremiações partidárias com fisionomias próprias.<sup>90</sup>

Encontramos a compreensão das representações que são formuladas sobre os Partidos Conservador e Liberal, vinculadas aos termos *saquarema* e *luzia*, na problematização apresentada por Ilmar de Mattos.<sup>91</sup> Para pensar a construção histórica de *saquarema e luzia*, Mattos desconstrói a ótica negativa que pairava sobre a construção destes significados, regularmente afirmada pelo provérbio imperial, presente em *O ocaso do Império*, de autoria de Oliveira Vianna, o qual afirmava que não havia “*nada tão parecido com um saquarema como um luzia no poder*”.

Para Vianna, independentemente de estar um *saquarema* ou um *luzia* no poder, os atos se pautariam pela semelhança, por não terem um programa de governo e nem opinião, sendo “[...] simples agregados de clãs organizados para a exploração comum das vantagens do Poder.”<sup>92</sup> Para Mattos, o contexto para a construção desses termos se dá a partir dos *movimentos liberais* de 1842, quando, em meio à exaltação dos ânimos liberais de mineiros e paulistas, na Província de São Paulo, uma derrota foi imposta aos mineiros pelas forças imperiais “conservadoras” lideradas pelo Barão de Caxias no combate de Santa Luzia e os liberais mineiros passaram a ser denominados por seus adversários pelo nome do local onde havia ocorrido sua maior derrota: *santa-luzias* ou *luzias*.

O interesse por uma monarquia descentralizada, almejada pelos liberais ao buscar unir as suas forças provinciais, perpassava a ideia de uma distribuição mais equilibrada do aparelho do Estado em seus espaços, assegurando o domínio de cada grupo liberal. A partir do triunfo conservador, tratou-se de impor aos liberais a junção de suas várias denominações por meio de uma referência construída sobre uma representação espacial que rememorava a derrota – *luzias*.

Passados dois anos, concedida a anistia aos liberais, estavam eles novamente à frente do poder entre os anos de 1844 e 1848, quando há relatos de que, nos idos de 1845, na província do Rio de Janeiro, o padre e delegado José de Cêa e Almeida dirigia os rumos políticos na Vila de Saquarema, onde autorizava até assassinio de eleitor que decidisse recusar votar nas listas do governo, os chefes conservadores locais Joaquim José Rodrigues Torres e Paulino José Soares de Sousa, teriam livrado seus protegidos dos desmandos da citada autoridade, passando a denominação *saquarema* a ser referenciada aos protegidos daqueles

---

<sup>90</sup> MACÊDO, Muirakytan K. de. *A penúltima versão do Seridó* – uma história do regionalismo seridoense, p. 125-126.

<sup>91</sup> Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. 2004.

<sup>92</sup> VIANNA, Oliveira. *O ocaso do Império*, p. 19.

conservadores. O termo se estendera muito rapidamente aos demais adeptos do partido, sendo fortalecido pelas denominações dos jornais *O Saquarema* nas províncias de Pernambuco e São Paulo.<sup>93</sup>

Após apresentada a ordenação partidária no âmbito nacional, retomamos a propagação desta mesma divisão no Rio Grande do Norte, onde conservadores, liberais e republicanos não conseguiam selar sobre um mesmo líder os interesses de cada partido. Pela pequena quantidade de partidos e grande número de lideranças internas, as desavenças tornavam-se bastante comuns no concernente à capacidade de cada partido de acomodar tantos desejosos pelas benesses que trariam os melhores cargos do poder. Os principais articulistas políticos que lideravam essas agremiações em questão trataram desde muito cedo de promovê-las através da imprensa. Conforme atesta Macêdo, os dois jornais partidários que centralizaram no Rio Grande do Norte a propaganda política, de meados de 1870 até meados de 1880, carregavam em suas denominações referências aos nomes dos partidos que representavam:

O caminho da polarização política seguiu seu rumo. Em 1868, Amaro Bezerra criou o diretório do Partido Liberal no Rio Grande do Norte. Se para Tavares de LIRA a feição de um partido político imperial era aferida pelo jornal que este publicava, '*O Liberal do Norte*' – nome depois resumido para '*O Liberal*' – o jornal fundado em 1872, por Amaro Bezerra parecia enquadrar-se nesses requisitos. Esse jornal, arauto dos liberais, alimentava a polêmica política da província.<sup>94</sup>

Assim, não tardaria mais que o período de um ano, após inaugurado o jornal *O Liberal*, para que fosse fundado na trincheira oposta o jornal: '*O Conservador*'. O Partido Conservador contava com a liderança do Coronel Bonifácio Pinheiro da Câmara, chefe partidário da província até 1884.

Sobre o *Partido Conservador*, Cascudo contempla as principais características de sua divisão em dois grupos, no contexto estadual do ano de 1889, apresentando-os pela significação dos nomes que lhes foram popularmente atribuídos como referência aos espaços em que se reuniam:

O Partido Conservador ficara dividido entre seus dois afilhados. O grupo João Manuel reunia-se quase cotidianamente para cavaquear sobre as tricas da terra. Ficava assentado sob frondosas gameleiras que se erguiam na Praça

---

<sup>93</sup> Para mais detalhes ver: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. 2004

<sup>94</sup> MACÊDO, Muirakytan K. de. *A penúltima versão do Seridó* – uma história do regionalismo seridoense, p. 126.

da Alegria (Praça João Maria) e a grei de Tarquínio de Sousa preferia a farmácia de José Gervásio de Amorim Garcia, Zêzinho da Botica, na Rua Tarquínio de Sousa (Rua Chile). Os dois grupos ficaram populares pelas designações de “Grupo da Gameleira”, João Manuel, e “Grupo da Botica”, Tarquínio.<sup>95</sup>

Assim, *Gameleira* e *Botica*, elementos pertencentes a imaginários da natureza e do urbano, árvore e farmácia, ao mesmo tempo em que cediam seus significados para representar uma cisão no Partido Conservador da Província do Rio Grande do Norte, também denotavam referência localizadora dos espaços em que se reuniam os principais atores que estavam à frente daquele partido que carregava o estigma político conservador. As gameleiras localizadas na Praça da Alegria (hoje Praça Padre João Maria) cotidianamente emprestavam suas sombras para as reuniões do grupo liderado por João Manuel. A farmácia de José Gervásio de Amorim Garcia (Zezinho da Botica), com sede na Rua Tarquínio de Sousa (hoje Rua Chile), era o espaço escolhido para as reuniões da “grei” liderada pelo próprio Tarquínio de Sousa.

Do outro lado das divergências partidárias locais estavam os *Liberais*, que também se apresentavam divididos conforme seus interesses pelos cargos e assim como os *Conservadores* “[...] não se gabavam de maior coesão. Tinham dois chefes e dois bandos. Amaro Bezerra encabeçava a maior porção. José Moreira Brandão Castelo Branco orientava o restante.”<sup>96</sup> O grupo de Amaro Bezerra contava com o apoio de José Bernardo, uma forte e emergente liderança política que se consolidava cada vez mais em seu reduto eleitoral, o Seridó. Tal apoio se deu até a última eleição para deputados da Assembléia Geral, ocorrida sob o cetro imperial, em 03 de agosto de 1889.

Apesar do amplo domínio de liberais e conservadores no ano da Proclamação da República, os partidários do republicanismo também já se faziam presentes no Rio Grande do Norte, revelando em suas ações a devida proximidade com as ideologias que circulavam no âmbito nacional.

Às vésperas da Proclamação da República, os ânimos do Partido Republicano do Brasil encontravam-se divididos em dois grupos principais. O grupo “evolucionista”, que tinha como liderança Quintino Bocaiúva, e o grupo “revolucionário”, liderado por Silva Jardim, serviram como posicionamentos políticos-ideológicos a serem tomados pelos republicanos nas poucas províncias em que estavam organizados. No Rio Grande do Norte, mais especificamente no ano de 1889, nos deparamos com a mesma divisão ideológica no que

---

<sup>95</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *História da República no Rio Grande do Norte*, p. 52.

<sup>96</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *História da República no Rio Grande do Norte*, p. 52.

toca o posicionamento daqueles que estavam à frente da organização do partido e da divulgação de seus ideais.

Aliás, fato este ocorrido muito tardiamente, até mesmo porque a fundação do Partido Republicano do Rio Grande só ocorreu em 27 de janeiro de 1889, na residência de João Avelino, onde hoje está situado o prédio do Grande Hotel na Ribeira. De imediato, havia Pedro Velho mobilizado sua parentela, alguns amigos e admiradores para fundar o Partido. Dentre os fundadores, destacavam-se o próprio Pedro Velho, o líder, “[...] seus irmãos Augusto Severo, Alberto, Fabrício, Adelino e Joaquim Scipião. O doutor ‘João das Estivas’ trouxe para as fileiras da nova agremiação política os filhos André Júlio e Luís Afonso”,<sup>97</sup> concretizando-se assim o embasamento utilizado por Cascudo para afirmar ser este um período da *história real da nossa família política* potiguar.

Desse modo, os *Albuquerque Maranhão*, desde o momento de fundação do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, já demarcavam seu espaço político com sua forte presença familiar. No interior do estado, a organização do Centro Republicano Seridoense, em abril de 1889, também revelava esta prática de agregar os parentes em torno de um partido ou grupo de representação política, quando Janúncio da Nóbrega arregimentou seus irmãos e mais alguns familiares para a formação daquele Centro. Ainda sobre a liderança de Janúncio no momento da propaganda republicana, Cascudo revela o pioneirismo do jovem seridoense no ano de 1886, quando tentara organizar o primeiro núcleo de divulgação dos ideais republicanos na Província:

No Seridó, Janúncio Nóbrega [...] criara realmente um núcleo de propaganda. Fundou-o a 25 de julho de 1886. No seu manifesto ‘Ao Eleitorado do Estado do Rio Grande do Norte. Natal, 3 de maio de 1892’, historia: - ‘Êsse núcleo presidido pelo octogenário Manuel Sabino da Costa, republicano tradicional que tomou parte ativa na gloriosa revolução de 1824 em Pernambuco, teve de se reorganizar depois, a 7 de abril de 1889, no ‘Centro Republicano Seridoense’, associação que dispunha de todos os meios para a difusão de suas ideias por tôda a vastidão da zona sertaneja’.”<sup>98</sup>

Diante das peculiaridades, entendemos que as influências políticas e ideológicas da República no Rio Grande do Norte estavam centralizadas principalmente em torno de Pedro Velho e Janúncio da Nóbrega. O republicanismo mais puro, “revolucionário”, de viés romântico e ideologicamente influenciado pelas grandes revoluções francesa e americana, tinha como representantes o jovem caicoense Janúncio da Nóbrega Filho e o natalense Braz

---

<sup>97</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 163.

<sup>98</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *História da República no Rio Grande do Norte*, p. 31.

de Andrade Melo, ambos estudantes da Faculdade de Direito do Recife, que “nunca foram demasiado dados a teorizações exaustivas, preferindo a ação prática dos ativistas revolucionários das barricadas francesas.”<sup>99</sup>

Na outra vertente do republicanismo no Rio Grande do Norte se sobressaiu a liderança de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. O republicanismo oficial, “evolucionista”, encontrou nas palavras de Pedro Velho representação que muito se aproximava dos moderados liderados de Bocaiúva.

Assim, conforme o olhar de Carvalho, entendemos que as ações em torno da propaganda republicana no Rio Grande do Norte estiveram alinhadas às justificativas ideológicas cabíveis a cada um de seus expoentes, mediante a formação que adquiriram, bem como ao modelo de organização de sociedade que almejavam:

Embora fundamentalmente de natureza discursiva, as justificativas ideológicas possuíam também elementos que extravasavam o meramente discursivo, o cientificamente demonstrável. Supunham modelos de república, modelos de organização da sociedade, que traziam embutidos aspectos utópicos e visionários.<sup>100</sup>

Nesse sentido, seja Janúncio da Nóbrega ou Pedro Velho, devemos considerar que as justificativas defendidas por cada um sobre a forma como devia ser instalada a República em parte decorria das possibilidades de conhecimento ideológico adquiridas pelas condições econômicas que lhes possibilitaram as suas formações acadêmicas e, na esteira dos ambientes que estudavam, foram mantendo contato com as versões republicanas que fundamentavam seus discursos e suas ações.

### **EM NOME(S) DA(S) ELITE(S): Os cabedais e as formações educacionais dos grupos políticos dominantes na Primeira República**

As realidades ideológica e político-partidária apresentadas tornam necessário problematizar a formação e a real situação econômica dos dois grupos que conduziram o caminho de divulgação e afirmação da República no Rio Grande do Norte, grupos que dominaram a cena política, a partir do momento de clivagem que culminou com a Proclamação da República no Rio Grande do Norte; distintos nas origens – um radicado no

---

<sup>99</sup> BUENO, Almir de Carvalho. *Visões de República: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*, p. 77.

<sup>100</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas*, p. 9.

Litoral e o outro no Seridó –; opostos nos discursos que sustentavam com relação à República; afins nas facilidades encontradas para se afirmar, cada um em seu momento, em parte devidas ao pioneirismo da fundação dos núcleos republicanos:

Nesse processo de transição da Monarquia para a República, o grupo oligárquico que em cada Estado conseguisse fundar um partido republicano estadual, mantendo o seu controle, dominaria o governo desse estado, ou seja, a máquina administrativa e a renda pública. A corrupção, o empreguismo e o nepotismo seriam a marca desse sistema de poder.<sup>101</sup>

Com o federalismo, os grupos políticos que mantiveram o controle do governo do estado, se aproveitavam do maior espaço e poder que dispunham para moverem a máquina pública em seu favor, ocupando cargos políticos eletivos e administrativos, e adquirindo os benefícios econômicos quando da concessão para a realização das obras. Essa autonomia na condução da política e das finanças interessava especialmente às elites agrário/comerciais sediadas no Litoral; e agrário/pecuarista radicada no Seridó:

A instauração da República em 1889, pondo fim ao centralismo monárquico inaugurou uma nova fase na política nacional que permitirá às frações regionais das classes dominantes uma maior autonomia na condução dos negócios referentes à direção dos aparelhos regionais do Estado (os governos do Estado). Isso interessava, sobretudo, à burguesia comercial e à classe dos grandes proprietários rurais que produziam para os mercados externos e internos.<sup>102</sup>

Assim, o cenário político do Rio Grande do Norte nas duas primeiras décadas da República foi marcado pela atuação de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, chefiando a organização familiar que liderou a política estadual de 1892 a 1913. Segundo Monteiro, Pedro Velho, aqui utilizado para representar a elite política radicada no Litoral, é descendente de uma elite econômica comerciante e produtora de cana-de-açúcar:

No Rio Grande do Norte, a figura chave desse processo foi Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Seu avô era Fabrício Gomes Pedrosa, que, [...], estabeleceu uma grande casa comercial importadora-exportadora em Macaíba nos prósperos anos de 1850, sendo também proprietário de engenho açucareiro. Seu pai – Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão –, igualmente, tornou-se senhor de engenho em Canguaretama em 1880.<sup>103</sup>

---

<sup>101</sup> MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*, p. 210.

<sup>102</sup> SPINELLI, José Antônio. *Coronéis e oligarquias no Rio Grande do Norte: (Primeira República e outros estudos)*, p. 28.

<sup>103</sup> MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*, p. 210-211.

No comentário de Monteiro, pudemos verificar a procedência familiar de Pedro Velho, bem como parte da sua área de atuação mais influente que ia até o município de Canguaretama, na fronteira com a Paraíba. Contudo, a base econômica desse núcleo familiar foi construída em Macaíba e arredores, cidade onde, segundo Manoel Dantas, Fabrício Gomes Pedroza – avô de Pedro Velho –, empreendeu negócios centrados no comércio do açúcar, dada a importância da localidade para a fluência da economia estadual:

Por ser o rio Jundiahy navegável por pequenas embarcações, até o ponto onde se edificou a cidade, o maior Fabrício Gomes Pedroza, dono da grande casa ‘Guarapes’, construiu ali armazéns para recebimento de açúcar e algodão, de que era comprador. Tal foi, porém, a concorrência de povo ao lugar, quem em pouco tempo, tornou-se um prospero povoado, com a denominação de Coité. Augmentando o povoado, crearam uma feira, passando a povoado, a denominar-se Macahyba, em razão de existir uma macahybeira neste lugar.<sup>104</sup>

Com o desenvolvimento daquele município, onde se destacou a constante atuação do comerciante de origem paraibana, Fabrício Gomes Pedroza, e de seu genro, o pernambucano Amaro Barreto (pai de Pedro Velho), também verificamos o papel desempenhado por tal organização familiar no processo de nomeação do espaço local, onde visualizamos a (des)toponimização de Coité para Macaíba, o que, segundo Cascudo, havia sido obra do avô de Pedro Velho:

Município em 27 de outubro de 1877. Desmembrado de São Gonçalo. Cidade em 5 de janeiro de 1889.  
*Povoação do Coité*. Lavoura e gado. Escola primária em novembro de 1865. Distrito de Paz em março de 1868 com o título *Povoação da Macaíba*. Teria Fabrício Gomes Pedrosa (1809-1972), plantado no alinhamento do povoado, e não no quintal de sua casa, uma macaíba (*Acrocomia sclerocarpa*), palmeira desconhecida na região, sugerindo a nova denominação e fazendo esquecer a primitiva Coité, numerosas no local.<sup>105</sup>

Diante da construção referencial para o topônimo *Macaíba*, apresentada por Cascudo, entendemos que a organização familiar que seria liderada por Pedro Velho desde muito cedo já estava envolvida com a dinâmica de nomeação de espaços e aquele momento seria apenas um estrato localizado do que futuramente viria a se tornar uma prática recorrente, quando do domínio político estadual durante a Primeira República, momento em que Pedro Velho, familiares e correligionários se estabeleceram no poder por mais de duas décadas.

---

<sup>104</sup> DANTAS, Manoel. *Denominação dos Municípios*, p. 9.

<sup>105</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *Nomes da Terra*, p. 205.

Ainda sobre o estabelecimento daquelas personas na área litorânea entre Natal e Canguaretama, onde possuíam um engenho denominado *Ilha Maranhão*, Cascudo credencia a localização ao movimento comercial da área, notadamente de Macaíba, enquanto entreposto comercial que viu nascer em seu chão vários cidadãos de destaque na sociedade norte-riograndense:

Poderoso entreposto indispensável entre o sertão, vales açucareiros do Ceará-Mirim, boa porcentagem de S. José de Mipibu e Papari, e a capital da Província, possuiu exportação direta para a Europa, via Guarapes, de 1858-1872, determinando navegação normal da Inglaterra para o Rio Potengi. Quando criado o município (Lei n.º 801, 1877), seus limites era *a divisão natural do Rio Potengi, de alto a baixo*. Vila e Cidade rica, movimentada, festiva, acolhedora, musical e bailarina. Grandes orgulhos norte-riograndenses nasceram em Macaíba: Augusto Severo, Tavares de Lyra, Alberto Maranhão, Auta de Souza, Henrique Castriciano [...].<sup>106</sup>

Apesar de vários membros da organização familiar Albuquerque Maranhão terem nascido em Macaíba – entre eles Augusto Severo, Tavares de Lyra e Alberto Maranhão –, devemos considerar que a principal liderança republicana no estado, a influência maior na capital e zona litorânea, nasceu em Natal no ano de 1856. Diferentemente de outros membros da elite estadual, que adquiriram sua formação acadêmica em Recife, foi no Rio de Janeiro que Pedro Velho estudou - fator este que possibilitou o contato com Quintino Bocaiúva, influenciando diretamente em sua posição ideológica evolucionista sobre a República -, voltando depois ao estado para começar a estabelecer a sua liderança política, no momento em que ocorriam efetivamente o movimento abolicionista e a propaganda republicana:

Pedro Velho se formou em Medicina no Rio de Janeiro e, posteriormente, ocupou cargos públicos como Inspetor de Saúde e professor do Atheneu Norte-Riograndense, a primeira escola de instrução pública secundária da província. Tornou-se abolicionista no ano em que a escravidão foi abolida, fundando a “Sociedade Libertadora Norte-Riograndense”, que existiu entre janeiro e maio de 1888. Da mesma forma, tornou-se republicano no ano em que a República foi proclamada, aceitando sua indicação para liderar os “republicanos” da província, com a fundação do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, em janeiro de 1889. Dessa fundação participaram, entre outros, cinco irmãos de Pedro Velho, além de dois primos, descendentes da secular família dos Albuquerque Maranhão, somando 114 pessoas.<sup>107</sup>

Com reduto político localizado na capital do estado e adjacências, Pedro Velho formou-se em Medicina no Rio Janeiro, diferentemente também dos intelectuais e políticos

---

<sup>106</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *Nomes da Terra*, p. 205-206.

<sup>107</sup> MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*, p. 211.

republicanos do Seridó, em sua maioria formados na Faculdade de Direito do Recife, fato este que contribuiu para uma postura ideológica diferente, um outro modo de enxergar a República. Conforme Bueno, um tom pacifista predominava sobre Pedro Velho: “Ao assumir a chefia do Partido Republicano, em julho de 1889, depois da disputa com Hermógenes Tinoco, fez predominar na propaganda potiguar o tom pacifista, gradualista e eleitoral.”<sup>108</sup> Porém, devemos considerar que, se dessa elite liderada por Pedro Velho também “[...] faziam parte literatos ou técnicos, com formação em agronomia, engenharia ou medicina; em geral o grupo era composto por bacharéis formados, na maior parte das vezes, na Faculdade de Direito do Recife.”<sup>109</sup>

O outro grupo que empreendeu a propaganda republicana, no momento de clivagem entre Império e República, e dominou a política estadual na última década da Primeira República foi a elite seridoense, liderada pelo histórico Janúncio da Nóbrega. Motivos pelos quais julgamos pertinente uma caracterização relativa à formação de seus membros e aos recursos de que dispunham para a defesa de seus ideais republicanos:

À crescente importância econômica da cotonicultura no Rio Grande do Norte correspondeu uma crescente importância política daquela parcela da elite agrária do estado que era ligada aos interesses da produção e comércio do algodão. Assim, foram os grupos políticos do Seridó – a mais importante área produtora de algodão no Rio Grande do Norte – que passaram a deter o poder, a nível estadual, nos anos 1920, desalojando definitivamente do poder os Albuquerque Maranhão.<sup>110</sup>

Essa elite política seridoense, fortalecida pelo advento da cotonicultura, base econômica de onde provinha a maior parte dos cabedais naquele momento relativo à Primeira República, fazia uso dos recursos disponíveis para financiar a educação dos filhos em importantes centros de referência, como a Faculdade de Direito do Recife. Assim, segundo Rosa, o primeiro seridoense bacharel em Direito no Recife, era natural de Acari:

Um filho de Manuel Antônio, de nome João Valentino Dantas Pinagé, que nasceu em 1807 na Fazenda Cajueiro, foi o primeiro acariense e seridoense a conquistar um diploma de Bacharel em Direito na Faculdade do Recife, em 1835. Exerceu cargos na Magistratura e governou a Província como vice-governador, em 1838. Elegeu-se para seis legislaturas. Como redator de *Brado Natalense*, defendia suas idéias com franqueza e lealdade.<sup>111</sup>

---

<sup>108</sup> BUENO, Almir de Carvalho. *Visões de República: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*, p. 85.

<sup>109</sup> ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. *O corpo e a alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930*, p. 74.

<sup>110</sup> MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*, p. 227.

<sup>111</sup> ROSA, Jayme da Nóbrega Santa. *Acari: fundação, história e desenvolvimento*, p. 74.

Depois de Pinagé, vários seridoenses rumaram para Recife com o intuito de adquirir a qualificação superior naquela faculdade de referência regional, local onde mantinham contato com as ideias mais atuais em voga no mundo. Assim, a forma como situamos Janúncio da Nóbrega Filho, líder da causa republicana seridoense naquele momento, tem a ver com uma leitura do indivíduo e de suas ações, a partir de seu lugar de fala. Sendo ele pertencente à elite tradicional da região, baseada economicamente na agricultura e na pecuária, fora mandado para a capital pernambucana com o fim de adquirir formação acadêmica, assim como muitos outros haviam feito. E desse modo, os cabedais provenientes dessa economia agrária local fomentavam os investimentos na educação dos futuros representantes e defensores dos interesses daquele grupo, a exemplo do que cita Olavo de Medeiros Filho, a partir do exame da elite seridoense:

Assim, o Capitão Janúncio Salustiano da Nóbrega, proprietário da afamada fazenda Pedreiras, encaminhou aos estudos jurídicos os seus filhos Diógenes Celso da Nóbrega e Janúncio da Nóbrega Filho. O Ten. Cel. Francisco Antônio de Medeiros, da fazenda Umari, depois de já ver ordenado sacerdote, no Seminário de Olinda, o seu filho Sebastião Constantino de Medeiros, encaminhou para os estudos médicos um outro filho, Manuel Augusto de Medeiros, que formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia. [...] O Capitão Manuel Maria do Nascimento Silva teve também o prazer de ver um filho, Manuel Gomes de Medeiros Dantas, cursar as ciências jurídicas e sociais, àquela mesma época.<sup>112</sup>

Na mesma esteira do fortalecimento econômico do Seridó, a partir da cotonicultura, Macêdo também ressalta os investimentos empreendidos pela elite agrária na formação intelectual de seus herdeiros:

Estas perspectivas de mudanças econômicas surgiram num momento em que a formação intelectual das elites seridoenses sofria um salto de qualidade. Uma nova geração de filhos de fazendeiros à época era formada pela prestigiosa Faculdade de Direito, num meio de efervescência política matizada pela propaganda republicana.<sup>113</sup>

Assim como Pinagé, Diógenes da Nóbrega e Janúncio da Nóbrega, também se formaram em Recife outros seridoenses atuantes na Primeira República, entre eles Manoel Dantas, José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine de Faria, sendo que os dois

---

<sup>112</sup> MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Caicó, cem anos atrás*, p. 6-7.

<sup>113</sup> MACÊDO, Muirakytan K. de. *A penúltima versão do Seridó – uma história do regionalismo seridoense*, p. 135.

últimos chegariam a ocupar o cargo de governador do Estado, concretizando assim a liderança política seridoense.

Depois de apresentados os cabedais dos dois principais grupos políticos que lideraram o movimento republicano, desde a propaganda até o momento em que controlariam o governo, surge um outro questionamento que os aproxima: o que os republicanos da elite radicada em Natal e adjacências tinham em comum com a elite seridoense, além da questão parental em torno da organização dos primeiros núcleos republicanos no Rio Grande do Norte?

À busca por resposta a esse questionamento, verificamos que a atuação na imprensa escrita, seja no litoral ou no interior, seria o elemento confluyente na caracterização desses grupos que lideraram a política estadual durante a Primeira República. Contudo, devemos ressaltar que a imprensa foi o principal veículo de divulgação da República desde o período vespéral à Proclamação. Essa mesma propaganda política visibilizada pela atuação dos jornais foi de grande utilidade para que a ideia de uma República passasse a ser cada vez mais presente no imaginário da sociedade norte-rio-grandense, buscando sempre afirmá-la através de atos políticos e especificamente, por meio da divulgação/publicação desses atos.

### **DO POVO À REPÚBLICA:** Os nomes da imprensa “republicana” no Rio Grande do Norte

Se durante as duas últimas décadas de Império os debates na propaganda política se materializaram principalmente nas palavras dos jornais *O Liberal* e *O Conservador*, com a fundação do Partido Republicano do Rio Grande do Norte em 1889, verificamos a expansão do campo da imprensa política com a criação de dois importantes jornais que fizeram ecoar suas palavras em favor dos ideais republicanos. Da região litorânea ao interior do estado, os jornais *O Povo* e *A República* prestaram seus serviços à causa, registrando na voz convertida em escrita de seus interlocutores os reais interesses que assolavam aquela realidade.

O jornal *O Povo*, fundado em março de 1889, com sede em Caicó e reduto da divulgação dos acontecimentos para o Seridó e adjacências, tinha como principais redatores os liberais Diógenes da Nóbrega, Manoel Dantas e Olegário Vale. No dia 6 de abril daquele ano fora inaugurada a coluna republicana do jornal *O Povo*, sob a direção de Janúncio da Nóbrega Filho, com a publicação do “Manifesto Republicano ao Povo Seridoense”. Naquela coluna as palavras de Janúncio da Nóbrega revelaram um forte prenúncio de que a situação política da nação estava em ebulição e próxima de mudanças. A ação de Janúncio exemplifica a tentativa de inserção da realidade local num contexto maior, de abrangência nacional.

De grande relevância para a situação política da Província, o *Manifesto Republicano*, foi redigido por Janúncio da Nóbrega, e assinado por ele e mais um grupo de republicanos no dia 04 de abril de 1889. Assim, Janúncio revela no documento parte do seu lugar de fala, uma vez que muitas daquelas ideias haviam sido adquiridas na Faculdade de Direito do Recife.

Se existiam tantas ideias circulando na capital pernambucana, Janúncio da Nóbrega resolveu colocá-las em prática delegando o primeiro parágrafo do *Manifesto* a conclamar a todos para a “regeneração” da Pátria Brasileira, pela implantação do regime democrático americano, prestes a se converter em realidade. Esse parágrafo inicial já prenunciava um possível fim do Império.

O parágrafo seguinte tratava da necessidade de se levar os ideais republicanos ao mais “obscuro ponto do Brasil”, com o propósito de regenerar a Pátria e levantar bem alto o “estandarte glorioso da república!”. Essa passagem clarifica, em parte, o interesse de Janúncio da Nóbrega e mais alguns republicanos em proliferar pelo interior da Província do Rio Grande do Norte, mais especificamente no Seridó, a força política da qual faziam parte. Nesse sentido, nos deparamos com a proximidade entre as palavras de Janúncio e os ideais revolucionários do republicanismo “romântico”, que tinha como paradigma nacional Silva Jardim. Segundo Carvalho, teria sido a versão *jacobina* pregado por Silva Jardim, inspiradora para alguns partidários de uma República feita pela revolução, adaptada aos interesses das elites locais:

[...] Os radicais da República falavam em revolução (queriam mesmo que esta viesse no centenário da grande Revolução de 1789), falavam do povo nas ruas, pediam a morte do príncipe-consorte da herdeira do trono (era um nobre francês!), cantavam a *Marselhesa* pelas ruas. Mas, caso tivesse sido tentada qualquer revolução do tipo pretendido, o povo que em Paris saiu às ruas para tomar a Bastilha e guilhotinar reis não teria aparecido. As simpatias das classes perigosas do Rio de Janeiro estavam voltadas à Monarquia. A igualdade jacobina do cidadão foi aqui logo adaptada às hierarquias locais: havia o cidadão, o cidadão-doutor e até mesmo o cidadão-doutor-general.<sup>114</sup>

Dando prosseguimento ao Manifesto, encontramos duras críticas ao regime monárquico, classificando-o como um “corpo estranho” e ultrapassado no nosso organismo social. Assim, também se faz referência a outras lutas passadas para a existência de uma República brasileira: “É tempo de consubstanciarmos em um facto o ideal de nossos

---

<sup>114</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas*, p. 26.

antepassados, que não regatearam o seu generoso sangue para a constituição de uma pátria digna de seus filhos”. Tendo por base o fato de Janúncio da Nóbrega Filho estudar Direito no Recife, sofrendo muitas influências do pensamento republicano efervescente em tal espacialidade, acreditamos que tal fala seria uma referência à Confederação do Equador (1824) e à liderança da província do Pernambuco, como importante marco para as futuras conquistas políticas da nação.

Na sequência, o *Manifesto* conclama o povo para o fim da Monarquia, que havia aniquilado as liberdades dos brasileiros, retardando a marcha para o progresso. Era preciso que o Brasil se *americanizasse*, no sentido de cortar os laços com a nação colonizadora, que havia, através de D. Pedro I, emitido uma farsa consubstanciada no grito da Independência. Segundo o *Manifesto*, tal farsa havia sido tramada pelo pai de D. Pedro, “o covarde” D. João VI, e concretizada com a compra da “liberdade” do Brasil, inclusive, citando as cifras para o pagamento desse fato, assim como, as dívidas adquiridas. A Carta Constitucional da época também é citada, referenciando-a como um objeto de interesse pessoal do Imperador, sendo adjetivada como “velha e desprotegida”, não satisfazendo as “aspirações legítimas de um povo americano”.

Logo após este processo inicial e de desenvolvimento de ideias republicanas como as de *liberdade, progresso, igualdade* etc, o *Manifesto* passa a se direcionar ao *Povo Seridoense*. Povo rio-grandense com “necessidades” de ser republicano e que sentia as “eletrizações sublimes do patriotismo”, que não poderia deixar de “protestar” contra a “daninha” existência de um Império de 67 anos que havia fadado sua Província ao mais “criminoso abandono e revoltante esquecimento”, sendo esta merecedora de um “futuro melhor”. Assim o texto retoma mais uma vez a ideia de *progresso* – agora para a sociedade seridoense – como algo importante para as ideias da identidade e da espacialidade norte-rio-grandense.

Outro ponto interessante foi a evocação para se mudar a denominação da futura república norte-rio-grandense para *Potiguarânia*, externando através do topônimo potiguaranense um nacionalismo extremado, com base nas raízes indígenas de seu povo. A *República de Potiguarânia* viria corroborar para a incorporação do federalismo à realidade político-administrativa da nação, a partir do entendimento francês que prevaleceu na propaganda republicana local, externando uma visão “nativista” de federalismo. Compreensão que ganhava corpo na propaganda local através da influência de alguns “republicanos potiguares da corte”. Sobre essa influência no seio da política e da propaganda republicana,

Almir Bueno enfatiza a presença da “pátria potiguar”, soberana, solidária e fraterna com as demais repúblicas da (con)federação no discurso de José Leão:

Assim José Leão a consagrava, ao designar como “República de Potiguarânia”, o Rio Grande do Norte na futura federação (ou seria correto dizer confederação?) brasileira. A República de Potiguarânia, a “pátria potiguar” inspirada nas “pequenas pátrias” de Comte, seria solidária e fraterna com o restante das “repúblicas” brasileiras, mas, soberana e altiva, exigia ser tratada como igual e não como súdita esquecida, quase como a frouxa confederação de estados soberanos que fora os EUA antes de 1787.<sup>115</sup>

Ao mesmo tempo, Janúncio da Nóbrega tratou de inserir a realidade local no citado contexto, ao se referir ao *povo seridoense* como possuidor de um devotamento sublime pela causa da liberdade, já externada e provada na “homérica cruzada abolicionista”. Assim Janúncio reforça mais uma vez a importância da atuação seridoense, que já traz no íntimo a ideia de liberdade, fazendo crer que o concurso pela causa da República não se faria esperar, pois desde 26 de julho de 1888 “um punhado de moços, nesta cidade”, havia fundado um núcleo republicano, tirando da República o ar ideal fantástico para torná-la uma realidade, uma “palpitante questão da atualidade”, da qual o futuro da pátria dependia.

Na continuidade, temos um “encontro” do *Manifesto Republicano ao Povo Seridoense* com a organização definitiva do *Centro Republicano Seridoense*, para onde foram convidados os concidadãos, apelando-se para o patriotismo, para que comparecessem, no dia 7 de abril, à fundação do citado *Centro Republicano* na cidade, ato que iria cristalizar naquela data “imorredoura da nossa história”, “o triunfo da soberania do povo sobre a dinastia”.

Um outro episódio na história da causa republicana também é lembrado: em 30 de dezembro de 1888 a *Guarda Negra* (formada por ex-escravos monarquistas) interrompeu pela violência a conferência republicana de Silva Jardim no Rio de Janeiro, porém o fato fora impotente para fazer frente à propaganda republicana, que já era sólida e aturdiu o espírito nacional com a informação de que um terceiro reinado traria tremendas consequências para a nação.

No *Manifesto* também houve espaço para as “tradições históricas de nossa província”. Por alusão aos episódios de 1817 e 1824, o sangue dos mártires nordestinos é evocado para sancionar aquele pronunciamento republicano, constituído num apelo à geração atual por um futuro melhor. Queria-se a República, seja pela evolução natural

---

<sup>115</sup> BUENO, Almir de Carvalho. *Visões de República: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*, p. 98.

da ideia ou pela revolução, abrindo-se espaço para justificar através da História que todo direito havia sido adquirido pela luta.

Por fim, o *Manifesto Republicano ao Povo Seridoense*, datado de 4 de abril de 1889 é assinado localizando-se espacialmente na “Cidade do Caicó (ou Príncipe)”, já também renunciando os interesses em suprimir as marcas nomeativas do Império presentes na toponímia local e de outras espacialidades. Era proveitoso para o grupo político que liderou este *Manifesto*, resgatar a antiga denominação da cidade (Queiquó), acontecimento que irá se concretizar em 07 de julho de 1890 com o Decreto nº 33<sup>116</sup>.

A coluna republicana do jornal *O Povo* do dia 13 de abril de 1889 – apenas uma semana após a publicação do *Manifesto Republicano* – trazia em sua segunda edição outro notável acontecimento político ocorrido no Seridó. A Ata da Sessão de Instalação do “Centro Republicano Seridoense”, datada e assinada no dia 7 de abril, também na cidade do Caicó (ou Príncipe), apresenta uma abrangência menor em termos de conteúdo se comparada ao teor do *Manifesto Republicano ao Povo Seridoense*.

Verifica-se no início daquela *Ata* a leitura do *Manifesto Republicano ao Povo Seridoense* sendo executada pelo presidente da Sessão. Janúncio da Nóbrega Filho teve a oportunidade de ler “seu” *Manifesto* publicado em *O Povo*, assim como atesta a citada *Ata*. Com sintéticas frases ele fez menção ao fim que os congregava no momento, expôs a razão de ser do partido republicano, descreveu ligeiramente a marcha daquele partido pelo país e ainda justificou a necessidade de organização dos *centros* republicanos (objetivo de tal Sessão).

Outro elemento que nos chama atenção na *Ata* é a necessidade de registrar no texto a importância que aquela data (o 7 de abril) ganhava a partir daquele momento para o Partido Republicano no Seridó, ao que segue a composição de uma comissão para redigir os Estatutos do “Centro”, formada pelos cidadãos Janúncio Nóbrega Filho, Basílio Medeiros Dantas e Germano de Brito.

A parte final da *Ata* menciona que o Sr. Janúncio apresentou um protesto contra a Monarquia, assinado por todos os Membros presentes do Centro. A leitura foi sucedida pela eleição do diretório do partido, encerrada com o seguinte resultado: Presidente – Basílio Gomes da Silva Dantas; Vice-Presidente – Gorgônio Ambrósio da Nóbrega; 1º Secretário – Misael Leão de Barros; 2º Secretário – Basílio Gomes de Medeiros Dantas; Conselheiros –

---

<sup>116</sup> O Decreto Governamental nº 33 de 07/07/1890 estabeleceu a atual denominação *Caicó*, no mesmo dia, mês e ano do citado Decreto nº 34 que tratara de mudar a denominação do districto de *São João do Príncipe* para *São João do Sabugy*, fazendo-se valer a ideia de levar e elevar a República aos recantos mais distantes da Pátria, presente no *Manifesto Republicano* que ora analisamos.

Germano Pereira Brito e Benjamim da Silveira Galvão. E como Diretor da Seção Republicana no jornal “O POVO” – Janúncio Filho.

Finalizando, a Ata foi lavrada e assinada pela mesa diretora e pelos sócios presentes, em número bastante considerável, com mais de duas dezenas de simpatizantes da causa e líderes políticos da região. Alguns desses sócios que assinaram a Ata, também assinaram conjuntamente à Janúncio Filho o *Manifesto Republicano ao Povo Seridoense*.

Apesar de o pioneirismo da imprensa republicana no Rio Grande do Norte ser creditado à coluna do jornal *O Povo*, foi o jornal *A República* que circulou numa abrangência maior nos contextos espacial e demográfico, já nascendo em função da divulgação da causa republicana. Com informações emprestadas por Cascudo verificamos o início dos trabalhos deste jornal: “No dia 1º de julho de 1889 publica-se *A República*, órgão do Partido Republicano. Redator-chefe: Dr. Pedro Velho. Cem réis o número e cinco mil-réis o ano. Sairia todas as segundas-feiras. Até 15 de novembro espalhou vinte edições.”<sup>117</sup>

O artigo inaugural, redigido por Pedro Velho, apresenta o objetivo do jornal enquanto “órgão do partido nacional ou antimonárquico nesta província”, que tem por missão essencial difundir e propagar as ideias sintetizadas por seu título. Na sequência já observamos um certo distanciamento das palavras de Pedro Velho para com as ideias de Janúncio Nóbrega, referentes aos meios utilizados para conseguir transformar o Brasil numa república. Enquanto Janúncio da Nóbrega evocava uma revolução, Pedro Velho conclamava seus partidários para uma “batalha com as armas da razão.”

Naquele momento, a imprensa natalense contava com os jornais *A Gazeta do Natal* – órgão conservador que durante o final do Império e início da República tratou de reproduzir as opiniões dos Conservadores da Gameleira –; e *A Liberdade* e o *Correio de Natal* – órgãos liberais, principais representantes daqueles partidos. Com a Proclamação da República, os poucos Conservadores ainda existentes no estado passaram a utilizar o jornal *Rio Grande do Norte* como porta-voz entre 1890 e 1896. Nesta perspectiva, nos deparamos com uma plêiade de políticos militantes que ganhava destaque através deste importante meio de comunicação. A imprensa escrita, além de se tornar o principal veículo de divulgação dos ideologismos republicanos, servia para a consagração de importantes representantes políticos que se revelavam grandes intelectuais a partir do teor de seus textos.

Notamos que as denominações em referência aos partidos políticos, sejam oficiais ou populares, também denotavam suas divisões internas, assim como os veículos de imprensa

---

<sup>117</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *História da República no Rio Grande do Norte*, p. 107.

por eles utilizados e os locais onde se reuniam. Essa lógica fundava os alicerces espaciais e imaginários da sociedade, pois expressa a realidade em que as pessoas estavam inseridas.

Para Depaule & Topalov os objetivos com que são utilizadas as palavras na cidade se dão como práticas que estruturam o espaço, “[...] seja qualificando indiretamente, pela maneira como se fala na cidade, ou diretamente, pelas palavras que o nomeiam, o apelidam, o comentam, nas diversas escalas em que é apreendido pela análise ou pelo uso cotidiano, o espaço é estruturado por diferenças práticas e simbólicas.”<sup>118</sup>

Assim, sendo *Liberal* ou *Conservador*, *Saquaremas* ou *Luzias*, *Botica* ou *Gameleira*, *O Povo* ou *A Republica*, não estavam dispostas apenas referências nomeativas, mas, sobretudo, construções imaginárias que empreenderam aos espaços nomes vinculados a interesses próprios que se fortaleceriam no poder e na memória.

A última eleição que se deu durante o domínio imperial no ano de 1889 ainda centralizava no Rio Grande do Norte a polarização entre Conservadores e Liberais, sobressaindo-se num reconhecido campo de maior presença conservadora uma vitória liberal. O sufrágio de 31 de agosto de 1889 seria o “batismo” dos republicanos nas urnas, tendo como candidatos aos dois distritos da província, Pedro Velho e José Leão Ferreira Souto. Em algumas poucas palavras, Pedro Velho, talvez reconhecendo a tímida abrangência do Partido Republicano no Rio Grande do Norte naquela eleição, enfatizava ser mais importante provar a existência do partido, ao atestar que “O que vale no momento atual é provar que existimos. O nome sufragado e o número de votos são questões subalternas.”<sup>119</sup>

Realmente, as palavras de Pedro Velho sobre o número de votos tinham fundamento, pois juntamente a José Leão haviam arregimentado em toda a província apenas 67 votos. A vitória maior ocorreu sob o nome do liberal Miguel Castro, amplamente apoiado pelo chefe político seridoense José Bernardo, dissidente do grupo de Amaro Cavalcanti, o qual haviam derrotado no segundo escrutínio ocorrido em 09 de outubro de 1889.

Apenas comprovada a “existência” do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, os rumos políticos estariam prestes a passar por amplas mudanças. Os novos caminhos da nação e do Rio Grande do Norte estavam prestes a ser conduzidos por alguns republicanos que envidaram seus esforços para a Proclamação da República no histórico dia 15 de novembro.

---

<sup>118</sup> DEPAULE, Jean Charles & TOPALOV, Christian. A cidade através de suas palavras. In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). *Palavras da cidade*, p.19.

<sup>119</sup> Pedro Velho apud CASCUDO, Luís da Câmara. *História da República no Rio Grande do Norte*, p. 116.

## OS NOMES DA REPÚBLICA: Proclamando um novo imaginário no espaço norte-rio-grandense

Chegada, através de um telegrama de José Leão, a informação de que a República havia sido proclamada na capital federal, Pedro Velho tratou, naquela mesma tarde de 15 de novembro, de mandar distribuir em Natal um boletim que saudava a República e que se constituía, segundo palavras de Cascudo, como a “primeira proclamação republicana” no Rio Grande do Norte. As palavras dirigidas por Pedro Velho à sociedade natalense noticiavam o acontecimento histórico que mudaria os rumos da nação dali em diante, surpreendendo a todos, inclusive alguns republicanos:

Brasileiros!  
Está proclamada a República!  
Povo, Exército e Armada, na mais patriótica e sublime confraternização, sacodem o jugo vergonhoso do Império e firmam os seus foros de cidadãos.  
Purificou-se, enfim, o Continente Novo!  
Hoje, de um a outro pólo, do Atlântico ao Pacífico, há uma só crença: a soberania popular é a lei americana. A alma nacional, inundada de júbilo, destitui o Império e firma-se na capital brasileira um governo provisório composto do grande Quintino Bocaiúva, do invicto general Deodoro e do ilustre publicista Aristides Lobo. A República é a paz, a ordem, a tranquilidade interna, a harmonia internacional, a civilização e o progresso.  
Os ódios e rancores partidários não cabem em corações cheios da luz redentora da Liberdade. O Brasil em pouco tempo deu ao mundo dois grandes exemplos de civismo, que lhe conquistaram na história um lugar de honra, uma glória imortal.  
13 de maio e 15 de novembro!  
São na vida nacional os dois pontos de apoio da nossa futura evolução política, social e econômica.  
Viva a República!  
Viva a Pátria brasileira!  
Viva o povo norte-rio-grandense!  
Viva o governo provisório!  
Natal, 15 de novembro.

Dr. Pedro Velho.<sup>120</sup>

Diante do discurso de Pedro Velho, verificamos não apenas a presença de um ato de saudação para com o novo regime governamental. É nítida a visibilidade com que são externados alguns dos ideais que caracterizaram a corrente filosófica “evolucionista”, liderada por Quintino Bocaiúva, aqui circunscritos nas palavras de Pedro Velho, ao afirmar que a

---

<sup>120</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *História da República no Rio Grande do Norte*, p.127-128.

República representa a paz, a tranquilidade, a harmonia, a civilização e a ordem. Fundamentos estes muito diferentes na forma que a vertente “revolucionária” liderada nacionalmente por Silva Jardim e seguida no Rio Grande do Norte por Janúncio da Nóbrega e Braz de Andrade Melo, que almejavam uma República conquistada de forma revolucionária.

Outro ponto interessante no discurso de saudação à República é o aparecimento, em primeiro plano, do nome de Quintino Bocaiúva, para só na sequência surgirem as figuras do Marechal Deodoro da Fonseca e de Aristides Lobo. Talvez a proximidade de Pedro Velho com as ideias de Bocaiúva, seja o grande motivo de admiração e reconhecimento para com tal figura de vanguarda quando da Proclamação da República.

Este mesmo discurso de Pedro Velho também revela certa proximidade com seu lugar de fala enquanto profissional da medicina. Ao “purificar-se o Continente Novo”, o fundamento da assepsia servia aos interesses da República com grande representação para a afirmação da cidadania e da democracia, em contraposição ao vergonhoso Império centralizador e decadente.

Os ânimos de ambos os partidários eram da mais pura tranquilidade e prudência, e também de indecisão para assumir o governo do Rio Grande do Norte, onde segundo Bueno:

[...] Após a indecisão inicial dos republicanos, os Liberais ainda de posse do governo provincial, resolveram tomar a iniciativa, e o último presidente em exercício, “tenente-coronel” Antônio Basílio Ribeiro Dantas, nomeou uma comissão para convidar os chefes republicanos a assumir o governo. Hermógenes Tinoco, então vice-presidente do Partido Republicano, não estava na capital e, a 17 de novembro, a República foi oficialmente proclamada no Rio Grande do Norte, tendo Pedro Velho sido aclamado “presidente” do governo provisório estadual [...].<sup>121</sup>

Proclamada a República, as ações em favor da adequação do espaço ao novo regime governamental começaram a ser direcionadas. Conforme atesta Souza, a Proclamação “[...] provocou em todos os Estados uma cadeia de atos semelhantes, os partidários do Regime Republicano, envolvidos num misto de incertezas e euforia, tomavam o poder das mãos dos monarquistas decadentes.”<sup>122</sup>

Grande articulista político, Pedro Velho tratou de viabilizar em seu curto governo de alguns dias um quadro administrativo formado por Conservadores e Liberais dissidentes, alegando falta de quadros experientes dentro do Partido Republicano, bem como de apresentar

---

<sup>121</sup> BUENO, Almir de Carvalho. *Visões de República: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*, p. 104.

<sup>122</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 153.

uma imagem de governo conciliador e não rancoroso. Sob esta perspectiva, formara-se o primeiro governo provisório do estado, em sua quase totalidade preenchido pela presença de ex-monarquistas partidários da Gameleira; da Botica recém-adesista à República; e de Liberais não amaristas, com alguns seridoenses dissidentes. Assim, o “secretariado” ou “comissão executiva”, logo “[...] recebeu o apelido de ‘tríplice aliança’, por causa de seus principais líderes – Pedro Velho (republicano), José Bernardo (Liberal) e Amintas Barros (Conservador).”<sup>123</sup>

Porém, o governo provisório presidido por Pedro Velho, que não tinha quase participação de republicanos fundadores do PRRN, só durou poucos dias, pois, a partir de 7 de dezembro de 1889, o Rio Grande do Norte passaria a estar inserido na política centralizadora nacional, dirigida pelo Presidente Deodoro da Fonseca, que passou a delegar para indivíduos de sua confiança a administração dos estados.

Essas ações em favor da República ecoaram no Rio Grande do Norte desde o início, quando o poder estadual havia sido conduzido por governadores provisórios. Apesar da brevidade do tempo por que dirigiram o poder estadual, eles trataram logo de promover algumas mudanças na ordem administrativa do estado. Desses atos, Souza nos revela um dos primeiros, no qual o governador Adolfo Gordo “A fim de adaptar o Estado à realidade republicana, [...] baixou o Decreto nº 8, de 16 de janeiro de 1890, que dissolveu a Câmara Municipal de Natal e, ao mesmo tempo, criou um Conselho de Intendentes composto de cinco membros eleitos pela comunidade.”<sup>124</sup> O ato de dissolução das Câmaras Municipais para a escolha dos Conselhos de Intendentes começou em Natal foi irradiado por todo o espaço norte-riograndense, através do Decreto nº 09, de 18 de janeiro de 1890, que dissolve todas as câmaras municipais do estado.

Antes disso, o primeiro decreto assinado por Adolpho Gordo, em 07 de dezembro de 1889 – dia em que assumia provisoriamente a presidência do governo estadual –, trazia em seu conteúdo a adesão do Rio Grande do Norte à República Federativa do Brasil, em conformidade com os termos em que foi proclamada provisoriamente pelo Governo, no Decreto Nacional nº 01, daquele último 15 de novembro. O que torna interessante este acontecimento é que, mesmo tendo estado Pedro Velho por poucos dias à frente do poder estadual, poderia ter decretado o reconhecimento de que o Rio Grande do Norte aderiria ao novo regime governamental do Brasil, mas não o fez.

---

<sup>123</sup> BUENO, Almir de Carvalho. *Visões de República: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*, p. 104.

<sup>124</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 165.

As lutas pelas transformações na toponímia que rememorava o Império e sua Corte se concretizaram nos decretos estaduais que trataram de modificar a memória daquele Regime. Cidades, vilas, povoações, ruas, praças e demais espaços foram sendo toponimizadas, gradualmente, de acordo com os ideais da República e com os interesses de alguns republicanos. Sendo assim, no momento em que se substituíam uma denominação que fazia referência ao Império, valorizava-se a República no contexto local com denominações que enalteciam a região, a história, os mitos e possibilidades de progresso.

Até que Pedro Velho assumisse o governo do estado no início de 1892, o Rio Grande do Norte contou com sete governos provisórios e uma junta governativa num prazo de cerca de dois anos, sendo muito comum a existência de desalinhos entre os pedrovelhistas e alguns governadores provisórios do Rio Grande do Norte. Nesse mesmo período, que vai de novembro de 1889 a março de 1892, além da supressão dos topônimos municipais que rememoravam o domínio da realeza de Portugal, também acompanhamos a exaltação do nome da República nos espaços urbanos da principal cidade do estado. Assim, segundo Souza, a limitada Natal dos bairros Cidade Alta e Ribeira já contava em 1892 com um importante espaço de sociabilidades, possuidor de uma denominação que homenageava o novo regime político da nação:

[...] por deliberação do Conselho da Intendência Municipal tomada no dia 05 de março de 1892, aquela área da Ribeira recebera a denominação de Praça da República, em homenagem ao novo regime político do Brasil. Na resolução que criou esta praça, o Conselho empregou a seguinte linguagem: ‘... e a praça que fica em frente a Estação da via férrea do Natal a Nova Cruz, desde a casa em que funciona a Estação Telegráfica até a esquina da fábrica de fiação, seja denominada Praça da República’ A República, 12 de março de 1892.<sup>125</sup>

Contudo, verificamos a existência de topônimos em referência à República e a algumas personas que tiveram seus nomes e memórias investidos de um heroísmo em prol daquela causa instituídos ainda antes de 1892, mais especificamente na semana que a Proclamação da República completaria um ano. O Decreto nº 77, de 10 e novembro de 1890, assinado pelo governador provisório João Gomes Ribeiro, tinha por fim aprovar a deliberação tomada pela Intendência de São José de Mipibú sobre a denominação de algumas ruas da cidade, o que revela todo um magma toponímico formado em virtude das homenagens a figuras de âmbito nacional e local, juntamente a datas importantes e à religiosidade cristã católica.

---

<sup>125</sup> A República apud SOUZA, Itamar de. *Nova História de Natal*, p. 238-239.

Desse modo, os logradouros de São José de Mipibú celebravam o *General Deodoro da Fonseca*; o *Barão de Mipibú*; *São José* e a padroeira *Sant'Anna*; o *Sete de Setembro*; o *17 de novembro* – data em que a República foi oficialmente proclamada no Rio Grande do Norte –; os *Índios* – uma vez que São José de Mipibú constituiu-se povoação originária do aldeamento jesuíta *Mopebu* –; dentre outras figuras de destaque no âmbito local/estadual, às quais sobressaía Pedro Velho que, considerado baluarte da República no Rio Grande do Norte e pelo fato de ter sido o primeiro governador provisório na primeira fase republicana, passa a ter naquele lugar um logradouro em sua homenagem.

A despeito disso, convém considerar que a amplitude de interesses e referências denominativas utilizadas pela Intendência de São José de Mipibú, alinha-se a vários referenciais toponímicos formadores da *taxeonomia* das espacialidades, sugerida por Dick, certa vez que camadas sociais e históricas, que vão da política ao catolicismo, interagiam na espacialidade através dos nomes das principais artérias daquela urbe.

Retomando a ebulição política dos primeiros anos de República, conforme crescia a influência de Pedro Velho em consequência da representatividade de seu nome e de seu grupo no cenário estadual, muitas ações foram tomadas com o objetivo de afastar os governadores provisórios que se aproximavam dos opositores do grupo de Pedro Velho. O clima de desconforto entre Pedro Velho e Adolpho Gordo – por este último ter trazido auxiliares não potiguares para aqui exercer cargos de secretário – contribuiu para que o primeiro desse início a uma política de aproximação com o Governo Provisório nacional, fazendo uso de sua influência e interferindo, junto ao ministro Aristides Lobo, para afastar Adolpho Gordo e nomear governador Joaquim Xavier da Silveira Júnior que, embora fosse paulista, era historicamente republicano e bastante afinado com Pedro Velho.

Assumindo o governo a 10 de março de 1890, Joaquim Silveira Júnior fez valer sua afinidade com Pedro Velho – que havia sido nomeado 1º vice – e utilizou um secretariado formado por pessoas locais, importante para diminuir as críticas de “estrangeirismo” que pairavam sobre a política nacional de administração dos estados. Foi no governo provisório de Silveira Jr., quando decretou a mudança do nome do distrito de São João do Príncipe para Districto de São João do Sabugy, que se completou o ciclo de alterações nas denominações espaciais que rememoravam o poder do Império.

A afinização de Pedro Velho com Silveira Jr. foi fundamental para afirmação política do grupo pedrovelhista à frente da política estadual, viabilizando suporte político e administrativo para que a chapa formada por José Bernardo, Amaro Cavalcanti e Oliveira Galvão (Senado) e Pedro Velho, Miguel Castro, Antônio de Amorim Garcia e Almino Afonso

(Câmara dos Deputados) se organizasse e vencesse as eleições de 15 de setembro de 1890 para o Congresso Constituinte republicano, enquanto a oposição liderada pelo republicano Hermógenes Tinôco e por Amaro Bezerra seguia desarticulada sem conseguir fazer frente à força crescente e articulada de Pedro Velho na política estadual.

Aproximar-se dos líderes nacionais que faziam oposição ao centralismo de Deodoro – entre eles Prudente de Moraes – legou a Pedro Velho o estigma de traidor na eleição da Assembléia Estadual de 1891, quando os seus candidatos foram derrotados por aqueles que apoiavam Deodoro na eleição indireta para a Presidência da República, pleito em que Pedro Velho apoiou Prudente de Moraes. Nesse ínterim, apesar da derrota, Pedro Velho seguia na linha de frente cismada pela política deodorista, fortemente influenciada pelo Barão de Lucena. Enfrentando forte oposição no Congresso Nacional, Deodoro da Fonseca renuncia passando o poder a Floriano Peixoto.

Envolto por um clima de satisfação pela derrocada do chefe centralizador Deodoro da Fonseca, Pedro Velho assumiu oficialmente o governo do estado no dia 28 de fevereiro de 1892, eleito indiretamente pelo Congresso Estadual para um mandato que se estendeu até 25 de março de 1896 e no qual inaugurou uma nova fase na estrutura administrativa estadual, valendo-se de sua posição para impor a presença de seus familiares e correligionários.

Depois de problematizada essa primeira parte de nosso estudo sobre a adequação da espacialidade norte-rio-grandense ao novo imaginário político instaurado oficialmente a partir do dia 15 de novembro de 1889, tendo visualizado aquela que entendemos ser a primeira dinâmica componente do magma dos imaginários toponímicos do Rio Grande do Norte durante a primeira fase da República, na qual foram alterados os nomes dos espaços urbanos que rememoravam o Império, dando lugar a topônimos que se adequassem à República e às realidades locais, daremos sequência ao nosso texto problematizando aquela que entendemos ser a segunda dinâmica ou o segundo pilar do imaginário toponímico norte-rio-grandense durante a Primeira República.

Antes mesmo do domínio efetivo do governo do estado por Pedro Velho – iniciado quando se tornou governador em 1892 e continuado por sua organização familiar até 1913 –, já podemos notar algumas ações que se constituíram enquanto prática comum daquele grupo durante suas administrações:

[...] A família, porém, não descuidou da parte de seus negócios que diziam respeito ao comércio: no mesmo ano (1890), o governo contratou Amaro

Barreto de Albuquerque Maranhão, pai de Pedro Velho, para a construção de uma estrada, com mão-de-obra de retirantes da seca de 1889-90, que, partindo da capital, dirigia-se à Casa Comercial fundada por seu avô e administrada por seus descendentes, em Macaíba. Nem mesmo o sal escapou: Adelino Maranhão, irmão de Pedro Velho, conseguiu tornar-se o arrematador do imposto sobre esse produto.<sup>126</sup>

As responsabilidades pela construção da estrada que ligaria Natal a Macaíba – reduto comercial dos Albuquerque Maranhão –, a arrematação do imposto sobre o sal, ainda no início da Primeira República, bem como a constante ocupação de cargos públicos durante as administrações estaduais por parte dos Albuquerque Maranhão, são exemplos claros dos amplos interesses pelos benefícios econômicos advindos de um possível domínio do governo, obtidos através da construção de obras estruturantes como estradas e prédios públicos, do agenciamento de impostos, de monopólios sobre a comercialização de produtos essenciais para a economia estadual, como o açúcar e o sal, ou de tantas outras fontes quantas lhes fossem possíveis.

Ainda sobre os investimentos em torno de obras como a estrada que ligaria Natal e Macaíba, para suprir uma necessidade de melhoria e agilidade no escoamento comercial dos produtos, também verificamos que esses investimentos contribuíram para o fortalecimento político da organização familiar Albuquerque Maranhão na área litorânea, tendo em vista centralizarem ali o seu reduto econômico:

É bastante provável que essa oligarquia, cuja base econômica encontrava-se na atividade açucareira e comercial, tenha se imposto sobre outros grupos de poder pelo fato de que sua área geográfica de produção encontrava-se na faixa litorânea onde localizava-se a capital – centro do poder administrativo da província.<sup>127</sup>

Apesar da conquista de muitos benefícios financeiros em decorrência da proximidade ou efetiva administração pública no Estado e Intendência de Natal, devemos considerar que os primeiros anos de República no Rio Grande do Norte, a exemplo do que acontecia no cenário nacional, foi um período de instabilidade política, o que se torna notório, pela grande quantidade de governantes que já citamos, num período tão curto – sete governadores provisórios e uma Junta governativa do final de 1889 ao início de 1892:

O período de instabilidade política que se seguiu no Rio Grande do Norte refletia não apenas a luta interna pelo poder no estado, mas também, a própria instabilidade que marcou a primeira fase de implantação do sistema

---

<sup>126</sup> MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*, p. 214-215.

<sup>127</sup> MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*, p. 211.

republicano no Brasil, caracterizada basicamente, pela disputa entre forças articuladas em torno de militares e aquelas que representavam os interesses dos cafeicultores paulistas.<sup>128</sup>

Segundo Rocha Pombo, coube ao governador Pedro Velho a tarefa de manter a ordem republicana, ao organizar a administração estadual e promover a estabilidade do Regime, fator este que se somaria às credenciais necessárias para a formação da imagem de um herói que lutou na espacialidade local em prol de uma causa nacional:

Pedro Velho foi o orientador administrativo e também o guia para os conselhos domésticos. Era ouvido na escolha dos intendentos e dos noivos. Todos os seus defeitos dão saudades. A concentração total com que dirigia os serviços era uma prova de amor ciumento, o cuidado na verificação, o interesse pela utilidade pública. Era o hábito do seu tempo. O chefe era responsável. Obrigação de [...] aconselhar a todos. Dar suas horas. Ausência da impaciência lucrativa. [...] Pedro Velho foi o primeiro e último chefe com mentalidade pacificadora, aconselhativa e serena dos juízes de paz, na letra reinol. Difícil encontrar a compensação em sua vida trabalhada e rápida. Deputado, governador, senador, influente, prestigiado, nome nacional, morre com 51 anos [...].<sup>129</sup>

A centralização característica da figura de Pedro Velho seria apenas uma das suas várias faces enfatizadas pela historiografia norte-rio-grandense inaugurada por Augusto Tavares de Lyra com a sua *História do Rio Grande do Norte* em 1921 e seguida por outros intelectuais que também produziram histórias para a mesma espacialidade. Nesse sentido, o pensamento de Lefort condensa a característica centralizadora daquele governante, certa vez que de posse do poder fazia valer a sua vontade, sobre a vontade das demais pessoas:

[...] O discurso do poder basta a si mesmo, ignora toda fala que esteja fora de sua órbita. Esse poder decide, outorga; sempre arbitrário, não se cansa de selecionar entre aqueles para quem concede o benefício de suas leis daqueles que exclui. Disfarçados em direitos, são simplesmente abastecimentos que recebem os indivíduos, tratados assim como dependentes e não como cidadãos.<sup>130</sup>

Contudo, devemos considerar que a maior parte dos investimentos em torno da memória de Pedro Velho, foi inaugurada e tornou-se recorrente ainda no domínio da organização familiar Albuquerque Maranhão, quando o seu nome e os de seus parentes foram

---

<sup>128</sup> MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*, p. 213.

<sup>129</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *Vida de Pedro Velho*, p. 21-22.

<sup>130</sup> LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*, p. 55.

afirmados em topônimos e monumentos no Rio Grande do Norte, empreendendo todo um imaginário de valorização que fora facilitado pelo domínio da administração pública.

Com a ascensão de Pedro Velho ao poder maior estadual, aparelhando a estrutura administrativa conforme os seus interesses e de sua organização familiar, uma nova lógica se instaurou nos atos de batismo e alteração dos nomes de várias espacialidades. A presença dos membros ilustres da organização familiar Albuquerque Maranhão no espaço e na memória da sociedade norte-rio-grandense emprestando seus nomes a cidades, vilas, escolas, ruas, avenidas, praças, monumentos etc, deu o tom da nova ordem toponímica, instaurada naquele momento por um conjunto de homenagens, possíveis graças à organização da estrutura governamental iniciada por Pedro Velho e perpetuada por aqueles entes de seu grupo político que lhe sucederam, sempre sob sua liderança, instituindo assim o Rio Grande do Norte como o seu *mundo*, o mundo dos Albuquerque Maranhão.



**EM NOME(S) DA ORGANIZAÇÃO FAMILIAR**  
**ALBUQUERQUE MARANHÃO**

*Toda sociedade existe instituindo o mundo como seu mundo,  
ou seu mundo como o mundo, e instituindo-se como parte deste mundo.*

Cornelius Castoriadis, 1982

**O RIO GRANDE DO NORTE INSTITUÍDO COMO O MUNDO DOS  
ALBUQUERQUE MARANHÃO**

Lei n. 261 de 26 de Novembro de 1908

Declara denominar-se “Pedro Velho” o município de Villa Nova.

O Governador do Estado do Rio Grande do Norte: Faço saber que o Congresso Legislativo decreta e eu sanciono a presente lei:

Art. Único – Denominar-se-ão “Pedro Velho” a villa, município e districto judiciário de Villa Nova, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 26 de Novembro de 1908, 20º da República.

ALBERTO MARANHÃO

Joaquim Soares Raposo da Câmara.<sup>131</sup>

Cerca de oito meses após a posse do segundo mandato de governador<sup>132</sup> de Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão, ele já promulgava a Lei estadual nº 261, de 26 de Novembro de 1908, que trazia em seu artigo único a alteração toponímica do nome do município de *Villa Nova* para *Pedro Velho*, transcorridos onze meses do falecimento do homenageado. Por trás da lembrança póstuma àquele que preparou o alicerce para a permanência da *organização familiar Albuquerque Maranhão* à frente do principal poder

---

<sup>131</sup> RIO GRANDE DO NORTE. Governo do Estado. Lei N. 261, 26/11/1908: Declara denominar-se “Pedro Velho” o município de Villa Nova. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*, 1908.

<sup>132</sup> Alberto Maranhão governou o Rio Grande do Norte por duas vezes, sendo a primeira vez de 25 de março de 1900 a 25 de março de 1904; e a segunda de 25 de março 1908 a 31 de dezembro de 1913.

estadual por mais de duas décadas da Primeira República estava também o interesse de celebrar na memória e no espaço norte-rio-grandense a ilustre importância do líder fomentador daquela *organização*.

Pensar o que entendemos ser a segunda dinâmica imaginária que se sobressaiu nas denominações espaciais no contexto da Primeira República no Rio Grande do Norte, é antes de tudo problematizar o movimento dos interesses em torno da construção de um *mundo* próprio, plasmado no espaço durante o tempo em que a organização familiar Albuquerque Maranhão governou o Rio Grande do Norte (1892 a 1913). Assim, conforme o grupo fora denominando as espacialidades com os nomes de seus próprios membros, imprimindo aos espaços a sua lembrança, um mundo estava sendo instituído como o seu mundo, conforme atesta Castoriadis<sup>133</sup>, o que justifica a nossa propositada intenção de inaugurar este momento de análise com a celebração do nome de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, convertido em artífice central do processo de instauração e afirmação da República no Rio Grande do Norte.

O objetivo de iniciar a compreensão de tal imaginário a partir da representação em torno da figura de Pedro Velho encontra fundamento no caráter a ele atribuído de organizador e consolidador do regime republicano no Rio Grande do Norte, ao mesmo tempo em que observamos a liderança política construída em torno do grupo à frente do qual esteve por quase duas décadas.

Devemos considerar que esses investimentos na construção de uma referência mítica local surgiram a partir da luta inicial que se deu no âmbito da nação em torno do mito de origem da República, tendo em vista que era interessante para um acontecimento daquele porte poder contar com a aceitação popular, uma vez que havia sido liderado por uma minoria elitista. Sobre o mito de origem da República, Carvalho enfatiza os investimentos feitos em torno da figura dos heróis, construídos para simbolizar e dar corpo aos ideais, objetivando estimular uma identificação por parte da coletividade que a princípio havia ficado de fora da tomada de decisão sobre os rumos do Brasil no momento de clivagem entre Império e República:

[...] Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a

---

<sup>133</sup> Para mais detalhes, ver: CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*, p. 222.

serviço da legitimação de regimes políticos. Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua o seu panteão cívico [...].<sup>134</sup>

A partir disso, devemos ressaltar que parte da aura de heroísmo que foi construída em torno da figura de Pedro Velho após o seu falecimento surgiu em decorrência da historiografia norte-rio-grandense, nascente ainda na Primeira República, com as obras: *História do Rio Grande do Norte*, de Augusto Tavares de Lyra<sup>135</sup> (1921), e *História do Estado do Rio Grande do Norte*, de Rocha Pombo (1922). Para a afirmação e o posterior adensamento dessa mesma referência, também contribuiu Luís da Câmara Cascudo na sua *História do Rio Grande do Norte* (1955) e em *Vida de Pedro Velho* (1956).

Na versão da *História do Rio Grande do Norte* escrita por Tavares de Lyra, verificamos a inauguração de um conjunto de investimentos historiográficos em que a figura de Pedro Velho é constituída como um “divisor de águas” em termos locais, a exemplo dos investimentos feitos pelos republicanos em torno da figura de Tiradentes<sup>136</sup>, no intuito de promovê-lo como herói da nação. Para Tavares de Lyra, o herói republicano no Rio Grande do Norte havia surgido aparentemente indiferente à política, mas revoltado com a situação de domínio monárquico, fez valer a sua ação patriótica:

Todos aquellos que conhecem ou estudam a marcha ascencional da propaganda democratica em nosso paiz, no período que vai do abolicionismo à República, sabem que, no Rio Grande do Norte, a alma do movimento foi o dr. Pedro Velho, que, concluído o seu curso na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde deixou entre os seus collegas justo renome pelo seu talento e pelo seu saber, se retirou, em 1881, para a provincia, dedicando-se – inteiramente alheio às competições dos partidos – à clínica e ao magisterio. Parecia um indiferente; e, no entanto, era um revoltado que se preparava na reflexão e no estudo para descer oportunamente à liça, honrando, pela sua acção patriótica, a memória inolvidável de seus antepassados illustres, que tinham tido em Jeronymo de Albuquerque, no tempo da conquista, e André de Albuquerque, na revolução de 1817, duas figuras máximas da história norte-rio-grandense.<sup>137</sup>

A construção da imagem de Pedro Velho por Tavares de Lyra vai recapitular sua participação como líder republicano, ainda no período da propaganda do abolicionismo até a Proclamação da República. Nesse mesmo período também havia despontado como a “alma do

---

<sup>134</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas*, p. 55.

<sup>135</sup> Ressaltamos que Augusto Tavares de Lyra aparecerá em outros momentos do texto, tendo em vista que é membro da organização familiar Albuquerque Maranhão, inclusive tendo ocupado o cargo de governador do Estado.

<sup>136</sup> Para mais detalhes ver capítulo: Tiradentes: Um herói para a República. In: CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas*. 1990.

<sup>137</sup> LYRA, A. Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*, p. 593-594.

movimento”, honrando uma tradição familiar edificada em importantes momentos da história do Rio Grande do Norte, tendo em vista que, ao se tornar o líder republicano, fazia jus à descendência genealógica direta daqueles que em momentos diferentes despontaram à frente de momentos de luta.

Assim como Jerônimo de Albuquerque, à época da conquista da Capitania do Rio Grande e fundação da Cidade do Natal, e André de Albuquerque, na Revolução de 1817, Pedro Velho aparece historicamente como um herói, constituindo-se caracteristicamente do que afirma Carvalho: “[...] Em alguns, os heróis surgiram quase espontaneamente das lutas que precederam a nova ordem das coisas. Em outros, de menor profundidade popular, foi necessário maior esforço na escolha e na promoção da figura do herói [...]”.<sup>138</sup>

A participação de Pedro Velho, ainda prévia ao momento da Proclamação da República, foi matizada por Tavares de Lyra, quando o promoveu a líder abolicionista que se tornou chefe de partido e governador, a partir dos méritos do seu grandioso espírito: “Na sua primeira campanha, a da abolição, demonstrou o alto valor de seus méritos; mas foi como propagandista republicano e, mais tarde, como chefe do partido e homem de governo, que revelou, em toda sua plenitude, os dotes excepcionais de seu grande espírito.”<sup>139</sup>

Para Rocha Pombo, é nesse mesmo período anterior à República que o “grande espírito” de Pedro Velho enfatizado por Tavares de Lyra começa a despontar no cenário do Rio Grande do Norte: “Aparece neste momento um homem, cujo espírito parecia talhado para evangelizador de grandes ideias [...]”.<sup>140</sup>

Em sua obra intitulada *Vida de Pedro Velho*, Cascudo em vários momentos se remeteu a indícios de uma postura centralizadora por parte de um Pedro Velho que via a política acima de tudo, fazendo valer as suas grandes ideias, as suas vontades:

*Politique d'abord*, monótona essa sucessão de senadores, deputados, governadores ao redor de Pedro Velho. Mas foi justamente esta a sua função de 1892 a 1907, indicar todos os componentes das bancadas federais e estaduais, presidente de Intendência, dando as listas de nomeações aos chefes do Executivo local, prevendo, sugerindo, obedecido sempre, por um hábito, um respeito, uma superstição que se tornara crença [...].<sup>141</sup>

Do seu lugar de líder e chefe de partido, deliberou inúmeras vezes sobre a escolha de candidatos para diversos cargos, sempre fazendo valer a sua vontade, e sempre tendo essa

---

<sup>138</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas*, p. 55.

<sup>139</sup> LYRA, A. Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*, p. 594.

<sup>140</sup> POMBO, Rocha. *História do Estado do Rio Grande do Norte*, p. 456.

<sup>141</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *Vida de Pedro Velho*, p. 94.

vontade respeitada. Desde o princípio da República, como governador provisório “[...] Durante os poucos dias do seu governo, revelou-se o dr. Pedro Velho como homem publico, dando provas de altas qualidades politicas – muito prudente, de grande tolerância, mas firme e enérgico, ponderado e seguro.”<sup>142</sup> Os adjetivos apresentados por Rocha Pombo na construção da imagem política de Pedro Velho também estiveram presentes de forma ressignificada pelo olhar de Cascudo, ao atribuir-lhe o caráter de organizador do Estado, tolerante e compreensivo, porém quase incapaz de perdoar um traidor:

[...] Organizador do Estado, responsável aos seus mesmos olhos, pela sua rotina e desenvolvimento, causava a Pedro Velho uma vaga nos serviços a sensação cruel e teimosa de um espinho fincado na carne viva do seu amor próprio. Tolerante e compreensivo, dificilmente perdoava o trãnsfuga do serviço que era um meio sacrifício. Nem todos teriam a mística de servir e esperar no tempo os frutos lerdos da árvore recém-plantada e de floração vacilante.<sup>143</sup>

Tão preso ao poder quanto à metáfora do espinho fincado na carne utilizada por Cascudo, esse mesmo Pedro Velho, centralizador e deliberador dos rumos políticos do Rio Grande do Norte, foi também apresentado como um homem legitimado pela honestidade: “Ao lado desse bairrismo que era legítima defesa para a indecisa demografia norte-rio-grandense, havia a credencial que legitimava a imensa autoridade do chefe republicano: a honestidade. Dono do Estado, teve inexcusável escrupulo no manejar dos dinheiros públicos [...]”<sup>144</sup>

Cascudo ainda apresentou outras características administrativas e pessoais daquele que foi considerado o “organizador” do Estado em sua *História do Rio Grande do Norte*, elencando as principais ações entre os anos de 1892 e início de 1896, quando empreendeu uma nova configuração ao aparelho estatal:

De 28 de fevereiro de 1892 a 25 de março de 1896, Pedro Velho organizou o Estado na forma geral que possuimos, ampliada, desdobrada, evoluída. Todos os departamentos administrativos foram renovados, reformados, adaptados às exigências da época. Instrução e Saúde Pública, Tesouro, Justiça, criação de Municípios, estradas, escolas, tudo apareceu, com regulamentos, leis, decretos, sugeridos por ele e muitos redigidos por sua mão. Suas ‘mensagens’ ao Congresso Legislativo dizem da emoção que o empolgava no serviço público. Têm uma vibração declamatória, discursativa [...]. Honesto, letrado, psicólogo Pedro Velho era diferente e jamais substituído em sua feição pessoal, nos processos inimitáveis de administrar e

---

<sup>142</sup> POMBO, Rocha. *História do Estado do Rio Grande do Norte*, p. 460-461.

<sup>143</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *Vida de Pedro Velho*, p. 104.

<sup>144</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *Vida de Pedro Velho*, p. 104.

vencer. [...] Era intolerante, ciumento, absorvedor, centralizante, desconfiado.<sup>145</sup>

A credibilidade em torno de Pedro Velho como o “provedor” da estabilidade republicana no Rio Grande do Norte, foi construída, sobretudo, a partir de sua resistência aos vários dissídios que ocorreram durante a sua administração. A questão do preenchimento da vaga de deputado federal que era por ele ocupada, quando foi eleito governador, e os vários episódios do embate entre o governador que civil e o presidente Floriano Peixoto que era militar, constituem capítulos bastante relevantes para a caracterização daquele contexto:

Mas o domínio da facção pedrovelhista não estava plenamente assegurado. O período crítico de luta pelo controle do aparelho (regional) de Estado perduraria até o final do governo Pedro Velho (1895), envolvendo um confronto direto e cruento.

O primeiro dissídio sério enfrentado por Pedro Velho após assumir o governo deu-se por ocasião da eleição do substituto para sua vaga na Câmara Federal. Indicando o irmão, Augusto Severo, enfrentou a oposição de José Bernardo e dos ‘históricos’ do Seridó. Nascimento Castro, ex-governador, redator de *A Republica*, também se insurgiu. Janúncio da Nóbrega, ‘histórico’ seridoense, apresentou-se como candidato da oposição, sendo derrotado por Augusto Severo. O Congresso Nacional, todavia, anulou a eleição.<sup>146</sup>

Apesar da grande votação que Augusto Severo conquistou em várias regiões do estado quando enfrentou Janúncio da Nóbrega, pelo menos em uma delas quase não obteve votos. O Seridó, base política de José Bernardo, viu seus eleitores demonstrarem fidelidade ao seu principal líder, votando a maioria esmagadora em Janúncio, candidato de José Bernardo.

A querela em torno do preenchimento da vaga continuou em 1893, já que a eleição do ano anterior havia sido anulada. Dessa vez, Augusto Severo enfrentou Tobias do Rego Monteiro, vencendo novamente e se elegendo pela primeira vez deputado federal, apesar de mais uma derrota na região do Seridó, que se mostrou oposicionista sob a liderança de José Bernardo até o ano de 1897, quando aconteceu a reaproximação com Pedro Velho.

Mas, segundo Bueno, o principal dissídio enfrentado por Pedro Velho se constituía nos atos do presidente da República, Floriano Peixoto, num momento caracterizado pela luta entre o civilismo e o militarismo:

---

<sup>145</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*, p. 215-216.

<sup>146</sup> SPINELLI, José Antônio. *Coronéis e oligarquias no Rio Grande do Norte: (Primeira República) e outros estudos*, p. 37.

Os anos coincidiram, grosso modo, com as administrações de Floriano e Pedro Velho (1891-1895) foram dos mais conturbados da história da República. Os dois governantes ressentiram-se, por isso, da instabilidade política característica do momento, fruto da encarniçada disputa pelo controle do poder central e estadual entre facções militares e civis rivais [...].<sup>147</sup>

Em várias ocasiões, os atritos entre o governante estadual e o governante nacional contribuíram para adensar ainda mais a instabilidade que caracterizava aquele contexto de início da República. Entre esses atritos, duas negativas de Pedro Velho se sobressaíram determinando a ira de Floriano Peixoto: a primeira diz respeito ao pedido do presidente para que um amigo seu fosse nomeado para a composição do Superior Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, o qual foi negado por Pedro Velho e recebeu como resposta a demissão de alguns amigos do governador que eram membros da Guarda Nacional; a segunda, uma solicitação política para que Pedro Velho indicasse o nome do opositor Amaro Cavalcanti para a vaga do Senado. Essa nova negativa do governador, que decidiu apoiar o correligionário Almino Afonso – que saíra vitorioso –, fez com que o presidente se sentisse afrontado e reagisse rapidamente:

O presidente moveu guerra de morte ao governador potiguar. As autoridades federais suspeitas de ligações com o mesmo foram substituídas. Para o comando do 34º Batalhão (unidade federal sediada no Estado) veio o coronel Virgínio Napoleão Ramos, com o objetivo de promover a deposição de Pedro Velho. O 34º recebia munição e instruções reservadas por parte do comandante do Distrito Militar para realizar a deposição, enquanto que oficialmente Floriano mandava respeitar a ordem. Pedro Velho também recebeu auxílio: o almirante Custódio de Melo, adversário de Floriano, enviou-lhe trezentas carabinas, e Fonseca e Silva, diretor da Intendência de Guerra, algumas caixas de munição. Os atritos entre o 34º e a polícia eram frequentes, com mortes, brigas e ferimentos.<sup>148</sup>

Diante dos entraves impostos por Floriano Peixoto e a oposição que era florianista, Pedro Velho resistiu e apoiou Prudente de Moraes para a presidência da República na eleição de 1894. Com a vitória de Prudente, as agitações no cenário republicano foram se diluindo, ao mesmo tempo em que a sua liderança política se consolidava cada vez mais.

Segundo Itamar de Souza, apesar de médico, Pedro Velho administrou o estado como um jurista. Fez um governo ausente de obras materiais, porém promoveu a consolidação

---

<sup>147</sup> BUENO, Almir de Carvalho. *Visões de República: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*, p. 139.

<sup>148</sup> SPINELLI, José Antônio. *Coronéis e oligarquias no Rio Grande do Norte: (Primeira República) e outros estudos*, p. 38.

do regime republicano, interrompendo durante a sua administração um período de instabilidade política, marcado por uma sucessão de governos provisórios e pelas querelas com a oposição e com o presidente Floriano Peixoto:

O governo de Pedro Velho representou o fim da instabilidade política do Estado e, por outro lado, a consolidação do regime republicano no território norte-rio-grandense.

A nomeação de seu irmão, Alberto Maranhão, para Secretário do Estado, marcou o início da oligarquia Maranhão, fundada por ele e continuada por Alberto e Tavares de Lyra.

Pedro Velho notabilizou-se mais como político do que como administrador de obras materiais. Ao longo desse seu governo, ele não construiu nem um quilômetro de estrada e nem um prédio escolar. Preocupou-se fundamentalmente com a organização do Estado em todos os setores da sua atividade.<sup>149</sup>

Após o abrandamento dos ânimos, passamos a visibilizar uma importante parte da construção do mundo dos Albuquerque Maranhão, (de)marcado pela continuidade política iniciada e liderada por Pedro Velho, na sequência conduzida por sua parentela e alguns correligionários que governaram o Rio Grande do Norte até 1913 e fizeram ecoar o poder de umas das organizações familiares mais duradouras do país.

Com o término do mandato de Pedro Velho, que em pouco tempo tornou-se deputado federal e posteriormente senador, assumiu o governo do estado o correligionário Ferreira Chaves, para dar continuidade ao corrilho dominante iniciado em 1892. Durante essa primeira administração de Chaves, no período de março de 1896 a março de 1900, já conseguimos observar o tamanho da influência e do domínio político de Pedro Velho, quando fez eleger seu sucessor e, mais especificamente, quando articulou junto a Ferreira Chaves, no ano de 1898, uma mudança no Artigo 28, § 4º da Constituição Estadual de 1892, alterando a idade obrigatória para um cidadão assumir os cargos de governador ou vice.

Segundo o teor inicial do artigo, a idade mínima seria de 35 anos. Com a alteração, passou a ser de 25 anos, beneficiando diretamente um dos membros da organização familiar Albuquerque Maranhão, e fazendo valer a vontade continuísta de Pedro Velho à frente do domínio do governo do Estado. E assim, no dia 14 de junho de 1899, o então procurador do Estado, Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão, elegeu-se governador do Rio Grande do Norte, beneficiado pela mudança do dispositivo constitucional. Naquela eleição, contando apenas 26 anos de idade e alguns poucos de experiência administrativa como secretário de Estado nos governos de Pedro Velho e Ferreira Chaves, o bacharel em

---

<sup>149</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 309.

Direito Alberto Maranhão tornou-se o mais jovem responsável pela condução dos rumos de uma das unidades federativas do Brasil republicano.

Contudo, depois de verificarmos a sequência histórica em torno da política do Rio Grande do Norte durante os primeiros anos da República, consideramos que anteriormente aos investimentos feitos na memória e na construção heroica de Pedro Velho, através do imaginário que se fez prevalecer na historiografia, já existia a prática habitual de reconhecê-lo através da denominação de espaços e a edificação de monumentos. Reconhecimento este não restrito à figura de Pedro Velho, mas, estendido a vários componentes da mesma organização familiar.

Dessa forma, o mundo da organização familiar Albuquerque Maranhão passou a ser (re)conhecido no Rio Grande do Norte, inicialmente, pelos atos de toponimização criados a partir da primeira administração estadual de Alberto Maranhão, quando empreendeu seus esforços em torno do reconhecimento a alguns membros da família e depois, na sua segunda administração, passou às auto-homenagens contidas nos nomes das espacialidades e condecorações.

Assim, em alguns casos, o processo de estabelecimento de novas denominações, levantou algumas questões interessantes em torno dos nomes que eram tomados como as primeiras referências. A explicação para a referência dada à Vila Nova (de Cuitezeiras), clarifica o nosso entendimento:

[...] Num determinado ponto, a margem do Curimataú, havia uma grande mata, onde predominavam cuitezeiras enormes, quando se iniciou o povoado, tomando o nome das árvores que davam ao aspecto do solo o seu maior relevo. Há uns vinte annos, uma enchente do Curimataú destruiu a villa, que progredia na exploração da agricultura. Os habitantes mudaram-se para o chapadão de terras altas, onde surgiu logo um povoado, de proporções vastas e feição moderna, no traçado das ruas e na operosidade dos habitantes. Lembrados das antigas árvores, que foram os ancestraes da vida vegetal do município e querendo prendel-as à origem do novo povoado, assentou-se, num accordo commum de todos os interessados, em dar a povoação nascente o nome de Villa Nova de Cuitezeiras [...].<sup>150</sup>

Podemos notar que a significância da representação do topônimo, no tocante à referência que carregava, se fundamenta na lembrança do antigo povoado que havia sido destruído pela enchente do rio Curimataú. Assim, manter a denominação era permitir a existência imaginária da história daquele povoado, mesmo perante a lei estadual que impôs a alteração do topônimo Villa Nova para Villa de Pedro Velho:

---

<sup>150</sup> DANTAS, Manoel. *Denominação dos Municípios*, p. 17.

[...] Mais tarde, em homenagem ao grande chefe rio-grandense, morto em plena actvidade de sua acção organizadora no regimen republicano, o Congresso do Estado mudou o nome da villa e município para Pedro Velho. Mas, sem espírito de hostilidade a memória do fundador da República no Rio Grande do Norte; porem, por amor a tradição, o nome de Pedro Velho, existe apenas oficialmente: para o povo, o município marginal ao Curimataú é e continuará a ser Villa Nova de Cuitezeiras, ou simplesmente Villa Nova.<sup>151</sup>

A partir de tal perspectiva, entendemos que, se as homenagens que ajudaram a afirmar e fortalecer o nome da organização familiar através da celebração dos nomes de seus membros mais representativos sobre as espacialidades, o processo de toponimização só foi possível porque um lastro de organização e segurança administrativa havia sido planejado e deixado por Pedro Velho. E foi a partir dessa base que o governador Alberto Maranhão, herdeiro político de Pedro Velho, fez valer a homenagem ao irmão e líder, naquele momento reconhecido e tomado como patrono de uma espacialidade municipal no Rio Grande do Norte, a Vila de Pedro Velho.

Entendemos que esse ato, assim como os demais, só foram possíveis devido ao aparelhamento político e econômico conduzido pelo líder maior Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, mediante os interesses de seu grupo com ações e acomodação de vários correligionários em cargos políticos e administrativos da esfera estadual. Para Arrais, Pedro Velho é um exemplo singular de liderança e continuidade política:

Não há exemplo de continuidade política mais ilustrativa do que o Rio Grande do Norte. De 1892 até sua morte, [...] o médico Pedro Velho de Albuquerque Maranhão comandara os rumos do estado do Rio Grande do Norte. Descendente do antigo tronco dos fundadores da capitania, cujos interesses foram se radicando principalmente na agricultura de cana-de-açúcar, com ramificações na zona da mata norte de Pernambuco, Pedro Velho foi o artífice do regime republicano no estado, firmando um poder sólido, depois de um período de abalos e ajustes entre a política local e o poder federal, consagrando-o como chefe político de uma oligarquia [...].<sup>152</sup>

Respectivamente, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão, irmãos consanguíneos, tornaram-se os atores centrais para a análise do imaginário que naquele momento instituiu nomes de vilas, municípios, cidades, escolas, monumentos, prédios públicos, medalhas de mérito, feriados etc. O primeiro por preparar o estrado político para a sustentação da família e constituir-se como a principal liderança

---

<sup>151</sup> DANTAS, Manoel. *Denominação dos Municípios*, p. 17-18.

<sup>152</sup> ARRAIS, Raimundo (org.), ANDRADE, Alenuska & MARINHO, Márcia. *O corpo e alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930*, p. 67.

política estadual e o segundo por ter sido o mais influente na instituição de parte do magma toponímico que tratou de enaltecê-los.

**EM NOME(S) DE UM (RE)CONHECIMENTO:** Do aeronauta caído que lançou para além das nuvens o nome de sua família

LEI N. 197 DE 28 DE AGOSTO DE 1903

Declara que a villa do Triumpho e município e districto judiciário do mesmo nome denominar-se-ão Augusto Severo.

O Governador do Estado do Rio Grande do Norte: Faço saber que o Congresso Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. Único – A villa do Triumpho, município e districto judiciário do mesmo nome denominar-se-ão d’ora em diante – Augusto Severo, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte – Natal, 28 de Agosto de 1903, 15º da República.

ALBERTO MARANHÃO  
Joaquim Soares Raposo da Câmara<sup>153</sup>

1902 pode ser considerado um ano de muita importância para a nossa análise, em decorrência de conter a data de um trágico acontecimento de repercussão internacional: o acidente que levou à morte, no mês de maio, Augusto Severo de Albuquerque Maranhão e o seu mecânico auxiliar, George Sachet, quando tentavam colocar em prática o invento Pax no céu de Paris. A partir daquele 12 de maio de 1902, o sonho progressista de voar não se converteu apenas em tragédia para a organização familiar Albuquerque Maranhão, tornou-se também o marco originário de uma sequência de homenagens que foram sendo efetuadas em (re)conhecimento ao talentoso aeronauta brasileiro, membro daquela família.

Devemos considerar que Alberto Maranhão governava o Rio Grande do Norte com muitas limitações financeiras e inexperiência política proporcional à sua juventude, mas que, no entanto quem controlava de fato a administração era seu irmão, o Senador Pedro Velho:

Na realidade, a partir de um escritório no jornal *A República*, Pedro Velho comandava a administração do jovem irmão governador. Assim, afirmava a

---

<sup>153</sup> RIO GRANDE DO NORTE. Governo do Estado. Lei n. 197 de 28 de agosto de 1903. Declara que a Villa do Triumpho e município e districto judiciário do mesmo nome denominar-se-ão Augusto Severo. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*, 1903.

oposição, ‘ali pode-se dizer, que o Senador Pedro Velho é um verdadeiro ‘Sultão’; ali superintendendo todos os negócios – desde a nomeação de inspetor de quarteirão até a mais alta gestão das coisas públicas’. A oposição tinha razão? [...].<sup>154</sup>

Se essa oposição citada por Souza tinha razão ou não, o que se sabe, segundo Cascudo, endossando o discurso de centralização administrativa de Pedro Velho, é que: “‘Acompanhava tudo’, dizia Ferreira Chaves, meu padrinho de batismo, referindo-se à vigilância do chefe. ‘Fui caixeiro de Pedro Velho’, confessava Alberto Maranhão, evocando seu governo de 1900-1904 na glória do sextênio de 1908-1914. ‘Agora sou governador’ [...]”.<sup>155</sup>

Foi nessa primeira administração de Alberto Maranhão, pautada pela quase inexistência de obras públicas – sobressaindo-se a conclusão do Teatro Carlos Gomes<sup>156</sup>, iniciado no governo de seu antecessor, Ferreira Chaves –, que verificamos o início do processo de legitimação dos nomes dos membros da organização familiar Albuquerque Maranhão por meio do processo de toponimização conduzido quando eles próprios governaram o Rio Grande do Norte.

O primeiro investimento feito pelo governador Alberto Maranhão na memória do ilustre irmão ocorreu no mesmo ano do trágico acidente que lhe ceifou a vida, com a sanção da Lei estadual nº 175, de 26 de agosto, a qual declarava feriado o dia 12 de maio: “[...] em homenagem à memória do eminente aeronauta Rio Grandense do Norte, Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, morto gloriosamente em Paris, nesse dia do corrente anno, por ocasião da ascensão da aeronave ‘Pax’ de sua invenção.”<sup>157</sup> A continuidade do engrandecimento da memória de Augusto Severo no Rio Grande do Norte, iniciado com o estabelecimento do feriado, deu-se ainda naquela administração, quando os próprios membros da organização familiar começaram a inscrever os nomes dos entes mais próximos e expressivos na espacialidade estadual.

Assim, um ano depois da morte do aeronauta Augusto Severo, a Lei estadual nº 197, de 28 de agosto de 1903, sancionada pelo irmão governador, Alberto Maranhão, não se traduziu somente num momento histórico de (re)denominação de um espaço urbano, foi o

---

<sup>154</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 318-319.

<sup>155</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *Vida de Pedro Velho*, p. 82.

<sup>156</sup> Atualmente o Teatro Carlos Gomes denomina-se Teatro Alberto Maranhão, em decorrência de mudança toponímica ocorrida na década de 1950, com o objetivo de reconhecer o nome daquele que empreendeu a sua construção e primeira grande reforma quando ainda era governador no início do século XX.

<sup>157</sup> RIO GRANDE DO NORTE. Governo do Estado. Lei n. 175 de 26 de agosto de 1902: Declara feriado o dia 12 de maio homenagem à memória do eminente aeronauta Rio Grandense do Norte, Augusto Severo de Albuquerque Maranhão. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*, 1902.

momento inaugural da constituição de um imaginário que integrava os interesses políticos, econômicos e sociais, que já vinham sendo processados desde o estabelecimento da República. Imaginário fortalecido quando a *organização familiar Albuquerque Maranhão* passou a ditar os rumos políticos do Rio Grande do Norte.

Falar da relevância que teve essa (des)toponimização, objeto da lei problematizada, também requer que entendamos a história dos nomes do município em evidência, tendo em vista a sobreposição toponímica que se efetivou paulatinamente desde o momento de sua criação oficial até a alteração que celebrou a memória de Augusto Severo. Algumas informações importantes sobre as camadas de história que estabeleceram as relativas denominações foram reconstruídas por Cascudo, ao colocar em ênfase o roteiro cronológico:

AUGUSTO SEVERO: – Município de CAMPO GRANDE em 4 de setembro de 1858. Suprimido a 5 de março de 1868, incorporando-o ao município de Caraúbas, criado pela mesma lei. Restaurado a 30 de maio de 1870, com o nome de município do TRIUNFO. Denominação atual em 28 de agosto de 1903. Cidade em 2 de dezembro de 1936. Desmembrado do Açu. A criação em 1858 mantinha o nome da grande fazenda de gado Campo Grande, comprada pelo Capitão João do Vale Bezerra [...].<sup>158</sup>

Ainda nesse momento que dedicamos às referências que foram tomadas para cada um dos topônimos, seja ele *Campo Grande*, *Triunfo* ou *Augusto Severo*, Manoel Dantas, em 1922, chamou a atenção para a existência de uma tradição em volta do nome original do lugar (Campo Grande) que se conservou na memória do povo, mesmo depois dos dois atos oficiais editados para alterá-lo – o primeiro em 1870, o outro dezenove anos atrás –, a exemplo do que aconteceu na Vila de Cuitezeiras (Pedro Velho):

Este mesmo espírito de amor a tradição se verifica em relação ao município de Augusto Severo. Primitivamente, quando aquelas terras se povoaram de fazendas de gado, tendo em vista a configuração dos vastos baixios e colinas de fraca ondulação, cobertos de pastagens, o povo denominou-as de Campo Grande, nome que passou ao povoado e município. Acharam os legisladores que Campo Grande era um nome muito terra a terra e o transformaram em Triunfo, que não evocava o menor efeito guerreiro. Permaneceu para o povo, a denominação de Campo Grande, até que entenderam gravar na denominação de um município o nome glorioso de Augusto Severo, um dos martyres da aviação, morto na conquista dos ares. Mas o povo, olhos fitos na vastidão dos tableiros, mais impressionado por elles que pela glória do navegador aéreo, continua a chamar Campo Grande a terra que Augusto Severo jamais perambulou.<sup>159</sup>

---

<sup>158</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *Nomes da Terra*, p. 162.

<sup>159</sup> DANTAS, Manoel. *Denominação dos Municípios*, p. 18-19.

Apesar da ênfase na lembrança do nome original, Manoel Dantas também discorreu sobre as questões políticas que envolveram as denominações existentes, desde a primeira (Campo Grande) à mais recente (Augusto Severo). Assim, *Triumpho* se faz revelador das querelas provinciais entre liberais e conservadores, quando fizeram valer os seus triunfos políticos no topônimo do município:

[...] Em virtude da Lei prov. n. 601, de 5 de março de 1868, foi reduzida á simples povoação do município de Caraúbas, até ser restaurada, por lei n. 613, de 30 de maio de 1870, com a denominação de Triumpho. O nome – Triumpho – informa o des. Felipe Guerra, foi a consequência da lucta política travada sobre a supressão e restauração do município. O dr. Amaro Bezerra, chefe liberal e inimigo do Cons. Britto Guerra, chefe conservador, para feril-o, obteve a supressão do município de Campo Grande, donde aquelle Conselheiro era natural e onde residia grande parte de sua família. Subindo o partido conservador, em 1870, o Conselheiro Britto Guerra obteve a restauração do município com a denominação de Triumpho, em atençaõ à lucta travada com o dr. Amaro Bezerra.<sup>160</sup>

Desse modo, a relação entre poder e espaço – revelada por atos como o da promulgação da Lei estadual nº 197, na qual o governador Alberto Maranhão, no exercício de seu primeiro mandato, declarou que a villa de *Triumpho*, o município e o distrito judiciário do mesmo nome denominar-se-iam, a partir daquele momento, *Augusto Severo* – pôs em lugar central a *organização familiar Albuquerque Maranhão*, entre os expoentes, os homenageados e os locais de evocação formadores do imaginário toponímico local. Podemos também sugerir que o ato aqui citado, representante de todo um conjunto de práticas, emergira como um marco de criação do hábito denominativo, por parte daquele grupo que sempre se mostrou interessado em impor os nomes dos seus membros ilustres sobre as espacialidades urbanas no Rio Grande do Norte, fossem estas da categoria de vila, cidade, município, distrito, rua, avenida, escola etc.

Com o intuito de observar uma possível presença desses nomes na cartografia da época, recorreremos a um mapa que data do mesmo ano do estabelecimento da lei estadual que mudou a denominação da Vila do Triumpho para Vila Augusto Severo.<sup>161</sup> Nele, verificamos que pelo menos no condizente aos principais centros urbanos e acidentes geográficos do Rio Grande do Norte, não aparecia nenhum topônimo(s) que venerasse(m) diretamente a memória de alguma personalidade ilustre. Apesar de o mapa e a alteração toponímica que atribuiu ao

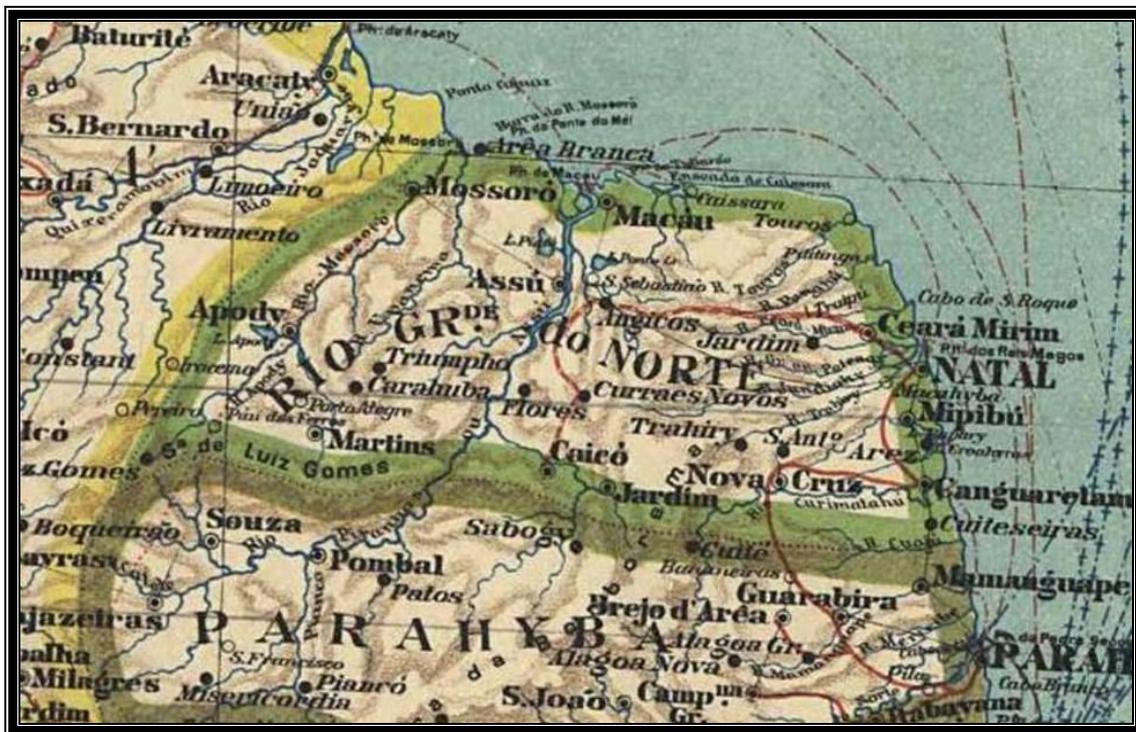
---

<sup>160</sup> DANTAS, Manoel. *Denominação dos Municípios*, p. 19.

<sup>161</sup> Ressaltamos ainda que no ano de 1991 o município de *Augusto Severo*, por força de lei estadual, voltou a se chamar *Campo Grande*, resgatando a sua primeira denominação. Algo semelhante ao que aconteceu com o nome do município de Caicó. Já o município de *Pedro Velho* continua até os dias com esse topônimo.

município o nome de *Augusto Severo* corresponderem ao mesmo ano, é o topônimo *Triumpho* que ainda aparece referenciando aquela circunscrição geográfica.

Figura 5: O Rio Grande do Norte no mapa



Fonte: Mapa Geral da República do Brasil, 1903 apud PEIXOTO, Renato Amado. Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX. Revista de História Regional, v. 15, p. 169-193, 2010, p. 172.

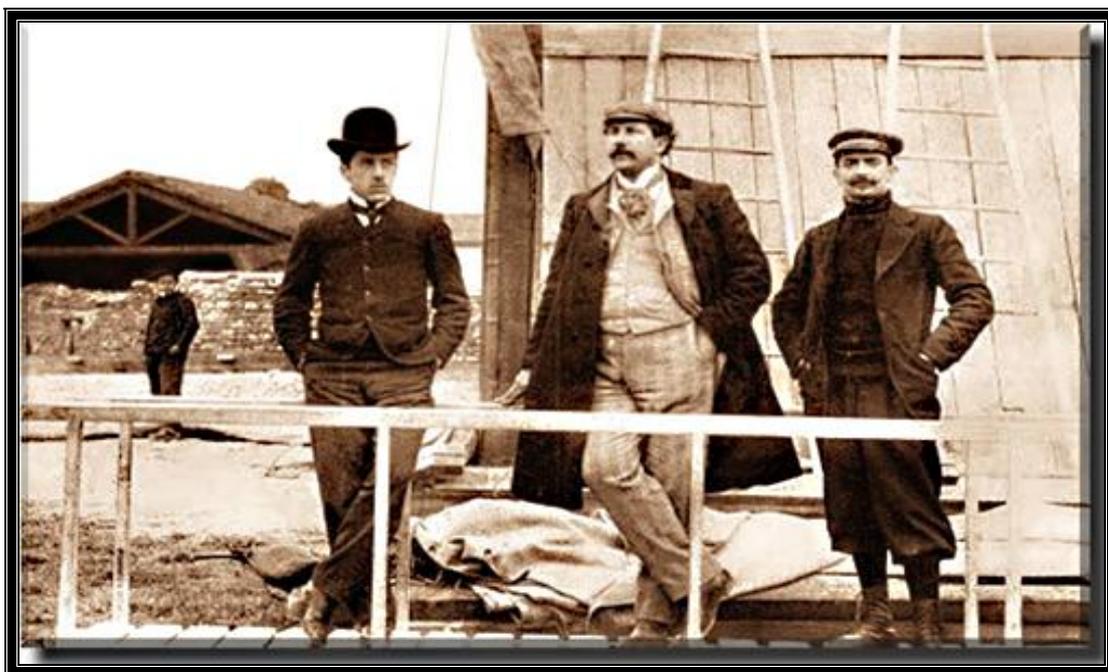
Apesar do detalhamento do espaço que contém o Rio Grande do Norte no *Mapa Geral da República*, do ano de 1903, é possível observar que há um único município (*Luís Gomes*<sup>162</sup>) com topônimo referente a uma personalidade, cujo homenageado não era membro da parentela de Alberto Maranhão, o que clarifica e vai ao encontro da nossa ideia de atribuição pioneira ao feito registrado pela Lei estadual nº 197.

Valorizar o nome de Augusto Severo, mesmo que tenha sido a partir da tragédia que levava a sua morte, serviu consideravelmente a um jogo de duplo interesse orientado pelo desejo de (re)conhecimento dos Albuquerque Maranhão. O trágico acontecimento noticiado em várias partes do Brasil e do mundo teve como motivação a realização do sonho de voar, o que envolvia o fato e o seu protagonista numa atmosfera de nobreza e garantia a valorização de seu nome – a reboque o de sua parentela – e a sua inserção no imaginário regional, por via

<sup>162</sup> O município de Luís Gomes foi criado no ano de 1890. O topônimo carrega homenagem a Luís Gomes de Medeiros, natural da Vila Nova do Príncipe (Caicó), que foi considerado o empreendedor da conquista das terras do município que o homenageia. Para mais detalhes ver: CASCUDO, Luís da Câmara. *Nomes da Terra*, p. 205.

dos topônimos urbanos, da decretação do feriado e da edificação de monumentos que também o(s) fazia(m) ser lembrado(s) e (re)conhecido(s).

**Figura 06:** “Fotografia tomada no dia 12 de maio de 1902, em Paris, na qual aparecem Santos Dumont (E), Augusto Severo (C) e o mecânico Georges Sache (D) pouco tempo antes do início da ascensão do Pax. Santos Dumont, à época com 29 anos de idade, presenciou a queda do Pax e a morte do patricio e amigo Severo.”



Fonte: [ronaldofotografia.blogspot.com/2011/06/tragediaaugustosevero](http://ronaldofotografia.blogspot.com/2011/06/tragediaaugustosevero). Acesso em 15/01/2012.

Ao fazer parte do seletto grupo de vanguarda que estava à frente de importantes experimentos na arte de voar, Augusto Severo mantinha forte ligação com aquele que se consagraria como o realizador do sonho de voar utilizando uma máquina. Alberto Santos Dumont aparece na fotografia do exato dia do acidente, ladeando Severo juntamente com o mecânico francês George Sachet que também falecera no mesmo desastre.

Para o deputado e, sobretudo, estudioso das ciências aeronáuticas, Augusto Severo, sobrevoar Paris significava estar sobre o espaço que representava a existência do que havia de mais moderno no mundo. Sendo assim, reconhecer a memória de Severo substanciava-se como uma ação dupla que, por um lado, visava adicionar a Natal ícones que lhe conferissem essa impressão de modernidade, perseguida inicialmente pelos Albuquerque Maranhão e, por outro, serviria de afirmação do nome de mais um dos importantes representantes da família. Augusto Severo passou a ser utilizado pela organização familiar como símbolo de inteligência, o gênio que se destacou, mesmo no meio de um seletto grupo genético composto por seus irmãos, que eram médicos, juristas, músicos, empreendedores e, ao mesmo tempo, políticos.

Nesse mesmo ciclo de homenagens iniciado por Alberto Maranhão, verificamos outra prática que se fez recorrente: a preservação da lembrança do nome do mecânico George Sachet nas homenagens a Augusto Severo. O primeiro vestígio dessa prática data do mesmo ano do falecimento de ambos. A edição de primeiro de agosto de 1902 do jornal *A República* trazia na íntegra uma indicação feita por parte da Intendência Municipal de Natal, aos 31 de julho daquele ano: a resolução nº 68 requereu a alteração do nome da rua “25 de Dezembro”, no bairro da Ribeira, para a denominação Rua *Sachet*, tendo em vista “[...] que o município deve prestar homenagem á memória do companheiro dedicado e leal do glorioso Rio Grandense do Norte Augusto Severo, morto heroicamente pela pátria e pela sciencia.”<sup>163</sup>

Para além da associação feita individualmente dos nomes de Severo e Sachet aos topônimos de ruas, avenidas, praças e monumentos, o reconhecimento de ambas as memórias também se apresenta conjunta no espaço urbano de Natal, *onde a Rua Sachet se encontra com a Praça Augusto Severo*. Desse modo, as referências à memória de Sachet contribuíram ainda mais para o engrandecimento do nome de Severo, tendo em vista que, quando formalizada alguma homenagem ao mecânico sempre ocorria uma associação à figura do potiguar. Mas, o reconhecimento à importante contribuição de Augusto Severo para com a ciência aeronáutica não se restringiu apenas ao espaço norte-rio-grandense. As homenagens àquele que era considerado o gênio da família cruzaram o país e atravessaram o Atlântico, garantindo que o empenho do hábil inventor do *Pax* fosse rememorado em ruas e placas de alguns lugares do Brasil e de Paris, local da instantânea realização de sonho e desastre.

Na década de 1950, o historiador e cronista Costa e Silva Sobrinho, utilizando-se do jornal santista *A Tribuna*, por via da série *Santos noutros Tempos*, publicou um artigo intitulado “Uma homenagem a Augusto Severo”<sup>164</sup>, no qual apontou o reconhecimento às importantes contribuições legadas à ciência aeronáutica por Severo, cuja família recebera, poucos dias após sua trágica morte, da Intendência de Santos, homenagem e ajuda financeira.

Na primeira sessão após a fatalidade, especificamente no dia 22 de maio de 1902, “[...] a Câmara Municipal de Santos rendeu um dos preitos mais honrosos à memória daquele intrépido e glorioso patricio.”<sup>165</sup> Coube ao intendente municipal, o Dr. Francisco Malta Cardoso, a indicação da homenagem:

Indico que a Câmara Municipal, representando e traduzindo o sentimento unânime dos seus munícipes, insira na ata da presente sessão, a primeira que

---

<sup>163</sup> Resolução n. 68. *A República*. Natal, 01 ago. 1902.

<sup>164</sup> SOBRINHO, Costa e Silva. Uma homenagem a Augusto Severo. *A Tribuna*. Santos, 7 jun. 1953, p. 21.

<sup>165</sup> SOBRINHO, Costa e Silva. Uma homenagem a Augusto Severo. *A Tribuna*. Santos, 7 jun. 1953, p. 21.

se realiza depois do falecimento de Augusto Severo, um voto de profundo pesar pelo lutuoso desastre que roubou à Pátria brasileira e à humanidade, incluindo-o no número dos mártires da ciência, esse nosso ilustre patricio, que, com sacrifício da vida, contribuiu eficientemente para adiantamento da resolução do problema aerostático, ligando à aproximação desse ideal e dos aplausos do futuro o nome de sua individualidade e a glória de sua Pátria.<sup>166</sup>

O (re)conhecimento apresentado pela ata da sessão da Câmara de Santos à memória de Augusto Severo o dignificava, por meio de um voto de profundo pesar, ao qualificá-lo como “ilustre patricio” e “mártir da ciência” por ter contribuído eficientemente para a resolução da problemática que dificultava o desenvolvimento dos transportes aéreos.

Continuando as homenagens que veneravam a memória de Severo, o intendente fez uma dupla indicação com o intuito de honrar o legado científico daquele que merecera os aplausos de sua pátria:

E, certo de que à terra de Bartolomeu Lourenço, mais do que a qualquer outra região nacional, incumbe evidenciar a sua veneração à memória daquele que aceitou e soube honrar o legado científico do *Voador*, indico ainda que a edilidade santista se inscreva com a quantia de um conto de réis (1:000\$000) na subscrição que for iniciada para aliviar a pobreza da desolada família desse nosso ilustre patricio; que a uma das ruas da nossa cidade, a primeira que se abrir, seja dado o nome de Augusto Severo; que, finalmente, da presente indicação seja enviada uma cópia ao exmo. sr. Pedro Velho, digno irmão de Augusto Severo.<sup>167</sup>

As indicações mencionadas na ata, uma de ordem econômica e outra da ordem da estrutura urbanística de Santos, possivelmente fazem parte das primeiras medidas tomadas por parte de um agente do poder público com o objetivo de celebrar a memória de Augusto Severo, haja vista a proximidade entre o dia da sessão e a data do trágico acidente, bem como a preocupação no envio da ajuda financeira destinada à família. Porém, algo interessante reclama nossa atenção: o fato de a ajuda de um conto de réis ter sido direcionada para “aliviar a pobreza da desolada família” do ilustre patricio.

Sobre isso questionamos: Que família seria essa? Seriam os Albuquerque Maranhão, que naquele momento ocupavam e controlavam os mais altos cargos da política estadual – dentre os quais, considerados apenas os mais representativos, podemos destacar Alberto Maranhão (governador), Pedro Velho (senador) e Fabrício Maranhão (presidente do Congresso Legislativo)? Ou seria essa “pobreza” pertinente, mais especificamente, à sua

---

<sup>166</sup> Apud SOBRINHO, Costa e Silva. Uma homenagem a Augusto Severo. *A Tribuna*, Santos, 7 jun. 1953, p. 21.

<sup>167</sup> Apud SOBRINHO, Costa e Silva. Uma homenagem a Augusto Severo. *A Tribuna*, Santos, 7 jun. 1953, p. 21.

família nuclear, composta por seus cinco filhos, tendo em vista que Augusto Severo, mesmo ocupando cargo de deputado federal, havia tomado alguns empréstimos para investir num valioso empreendimento no exterior, o Pax?

Levando em conta a relevância da questão, o nome de Severo também havia de ser honrado na denominação da primeira rua que fosse aberta em Santos a partir daquela data. Requeridas as homenagens, ao final da sessão foi solicitado o envio de uma cópia da indicação ao irmão do homenageado, o então Senador da República Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, demonstrando o reconhecimento de importantes membros daquela organização familiar em âmbito nacional.

Além das homenagens em solo nacional, o (re)conhecimento à memória do ilustre aeronauta ultrapassou as fronteiras do Brasil. Assim, verificamos que outras reverências ao nome de Augusto Severo podem ser encontradas em denominações de avenidas, ruas e monumentos, inclusive na cidade onde ele tanto desejou realizar o sonho de mostrar ao mundo a possibilidade de voar. Na França, no local da queda do dirigível *Pax* existe uma placa de mármore com os seguintes dizeres: "Aqui foram mortos vítimas da ciência SEVERO aeronauta brasileiro e seu mecânico o francês SACHET caídos do dirigível PAX em 12 de maio de 1902 – Placa inaugurada em 10 de agosto de 1913."<sup>168</sup>

Figura 07: Placa em homenagem a Augusto Severo e George Sachet, Paris/França.



Fonte: [www.redetec.org.br/inventabrasil/severo9.jpg&imgrefurl](http://www.redetec.org.br/inventabrasil/severo9.jpg&imgrefurl). Acesso em 15/01/2012.

<sup>168</sup> Tradução livre do autor.

Assim, seja no Rio Grande do Norte, em outras partes do Brasil ou em Paris, o nome de Augusto Severo de Albuquerque Maranhão ainda ecoa na memória de espaços e monumentos. Por isso, mesmo não tendo chegado ao cargo de governador do Rio Grande do Norte, como os seus irmãos Pedro Velho e Alberto Maranhão e seu primo Tavares de Lyra, o “Ícaro”<sup>169</sup> potiguar tornou-se o membro mais homenageado da organização familiar Albuquerque Maranhão, contribuindo consideravelmente para a afirmação da memória da família, que para esse fim tantas vezes se serviu da imagem do ilustre membro.

Diante de tantos indícios de dedicação a aviação, entendemos que a política não era o seu principal interesse. Porém, utilizando o poder político foi que seus parentes mais próximos – algumas vezes envolvidos pela emoção, outras vezes não – colocaram em prática, por intermédio das denominações, os reais interesses de valorizar o nome de um aeronauta que ficara conhecido internacionalmente, ao mesmo tempo em que fazia reconhecer a sua origem familiar.

Mesmo perante os constantes investimentos em torno do processo de toponimização que os membros daquela organização familiar haviam começado no Rio Grande do Norte, devemos considerar que esse mesmo grupo político também instituiu outras práticas, características das administrações dos Albuquerque Maranhão e correligionários, cuja análise nos possibilitou encontrar outros indícios da criação de topônimos em conformidade com os interesses que se sobressaiam. Entre esses hábitos estavam o domínio de vários cargos públicos administrativos e políticos, e o monopólio de importantes setores da economia estadual, dos quais trataremos a seguir.

### **ENTRE O DOCE E O SALGADO: O(s) sabor(es) dos interesses**

Açúcar e sal, elementos da alimentação diferentes na essência, nos usos, nas práticas de produzir e de empregar, porém, conforme consta na história da Primeira República no Rio Grande do Norte, com fortes semelhanças no trato recebido, quando envolvidos pelos interesses econômicos e pelas relações de poder.

Cascudo reconheceu que esses dois importantes ingredientes que salgam ou adoçam a alimentação mundial, juntamente a outros alimentos ou ingredientes estão envolvidos em práticas de toponimização, ao verificar que “Os comestíveis denominavam

---

<sup>169</sup> Tomamos como referência o personagem mitológico grego *Ícaro* para a representação de Augusto Severo, estudioso das ciências aeronáuticas, pela proximidade que encontramos entre os dois, mortos em busca da realização do sonho de conseguir voar.

ruas nas velhas capitais na Europa, fixando mercados ou locais de depósito. Têm força de evocação que nenhum monumento substitui.”<sup>170</sup>

Buscando situar espacialmente as citadas práticas que envolvem a denominação formal ou informal de várias ruas, Cascudo recorreu a exemplos da tradição no Velho Mundo. Na Europa, em diversos países ecoa na memória e em placas de fachadas as devidas referências a ingredientes, alimentos, hábitos e atividades funcionais. Algumas ruas, avenidas, travessas, estradas, largos etc ganharam significado, quase ausente um interesse político motivador, por suas denominações vinculadas a um sabor ou em referência a alimentos e práticas:

Paris conserva a Rue du Chapon, Avenue du Coq, Cherche-Midi (local de acesso dos pobres para os restos do jantar fidalgo ao meio-dia), Rue de la Faisenderie, de la Pepinière, des Vinaigres, que tinham estatuto corporativo em 1394, des Pommiers, du Poulet, tantas outras. Londres guarda Bread Street, e também Baker Street, imortalizada por Sherlock Holmes, Fisher Street, Grape Street, Hare Street, Milk Street, Sardinia Street, Pudding Lane, Salmon Lane... Lisboa seria o exemplo para o Brasil urbano. Vivem em Lisboa contemporânea a Rua do Açúcar, do Açougue, das Águas Belas, dos Bacalhoeiros, da Padaria, do Forno, do Pasteleiro, dos Pescadores, da Peixeira, das Salgadeiras, Terreirinho das Farinhas, Mercatudo, Rua das Cozinhas, como em Coimbra, Travessa e Estrada da Pimenteira. Largo das Pimenteiras, do Piza Sal, todas maiores de quatrocentos anos.<sup>171</sup>

Paris, Londres, Lisboa e Coimbra são as cidades contextualizadas por haver uma larga recorrência ao costume denominativo. Mais especificamente em Lisboa e Coimbra, entendidas como possíveis exemplos para o Brasil, dada a nossa ligação histórica com Portugal, nos deparamos com logradouros que se referem ao açúcar e ao sal, mas também às águas, às farinhas e às pimenteiras. Também nos deparemos com a lembrança de algum *saber-fazer* na do *açougue*, na da *padaria*, na do *forno*, na do *pasteleiro*, na dos *pescadores*, na da *peixaria*, na das *salgadeiras*, na das *cozinhas* etc, perdurando os topônimos por mais de quatro séculos.

Aportando em várias cidades do Brasil, percorrendo incontáveis quilômetros e caminhando por centenas de ruas, Cascudo nos deu notícia da quase inexistência de tão peculiar hábito cultural por essas terras. Para ele, as Intendências municipais através dos ocupantes dos cargos decisórios podem ser consideradas as grandes responsáveis pelo desaparecimento de ruas que referenciavam o sal, o açúcar e outros produtos, estabelecimentos, hábitos e atividades profissionais:

---

<sup>170</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*, p. 64.

<sup>171</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*, p. 64.

No Brasil a raspadora municipal apagou quase todos os velhos nomes denunciadores da vida passada; as Praças do Mercado, Salgadeiras, Travessa do Sal, Praia do Peixe, Largo da Feira, existentes por tôda parte. Ainda resiste no Rio de Janeiro a Rua da Quitanda, sobrevivência da Quitanda dos Mariscos. O resto desapareceu, Mercado, Rua do Peixe, Mata Porcos, Açougue Velho, Pescadores. Já não há a Rua da Mandioca em Cuiabá e a Rua do Pão de Ló na cidade do Salvador, citada por Teodoro Sampaio; a Rua da Cachaça em São João Del Rei registada em 1867 por Richard Burton. Em São Paulo o Beco da Cachaça passou a ser a Rua da Quitanda. Mas outros nomes vivem os trabalhos antigos, Viaduto do Chá, Largo do Café, Perdizes, Mangueiras, Limeira. E mesmo a Rua Acarajé e a Rua Acaçá, paulistas e não baianas.<sup>172</sup>

De fato, as Intendências tinham o poder decisório de fazer imprimir ou suprimir a denominação em conformidade com o interesse que a envolvia. Contudo, na maior parte das vezes o que se viu foi que as Intendências seguiram a vontade dos governadores, como no caso das várias oposições e supressões de topônimos que vieram a ocorrer em Natal e no interior do estado durante a Primeira República. Contudo, mesmo diante das críticas de Cascudo, ressaltamos que existia em Natal no início da República uma rua denominada *do Comércio* no bairro Ribeira, assim como uma rua denominada *da Salgadeira*,<sup>173</sup> esta última no bairro Cidade Alta, o que, mesmo assim não deixa de corroborar a escassez de referência às atividades econômicas/comerciais na toponímia do estado.

Depois desse prelúdio em torno das referências alimentares e comerciais fundamentadas por Cascudo, retomamos a atuação da organização familiar Albuquerque Maranhão sobre suas bases econômicas, o açúcar e o sal, tendo em vista que estas atividades econômicas figuravam entre os sustentáculos daquele grupo no poder.

Se em capitais do Brasil com maior espaço físico e habitadas há mais tempo só encontramos pouquíssimas referências, nas terras norte-rio-grandenses tanto sal quanto açúcar emprestaram seus valores econômico e simbólico para que através da política fossem direta ou indiretamente lembrados no espaço e na história. *Areia Branca*<sup>174</sup> e *Pedro Velho* são exemplares toponímicos de municípios que carregam em suas denominações as representações das riquezas econômicas e dos indivíduos e organizações familiares que tiveram suas imagens associadas a esses produtos tão lucrativos.

---

<sup>172</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*, p. 65.

<sup>173</sup> A salgadeira tomada como referência para tal rua seria o local onde se abatia os animais para consumo.

<sup>174</sup> Elevado a categoria de município em 1892, desmembrando-se de Mossoró. O topônimo *Areia Branca* é uma referência ao local de ocupação inicial, o Sítio das *Areias Brancas*. Para mais detalhes, ver: CASCUDO, Luís da Câmara. *Nomes da Terra: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte*, p. 161-162.

Devido à alta lucratividade, açúcar e sal tornaram-se interesses de primeira ordem por ocuparem lugares importantes nas exportações do estado. Em volta dos monopólios sobre a comercialização desses produtos, estavam delineados cada um dos interesses pelas finanças e pelos cargos que mantinham relação direta com a economia. Assim sendo, várias camadas da história política e econômica do Rio Grande do Norte estão presentes nos inúmeros acordos que se efetivaram a partir dos interesses que recaíam diretamente nas milhares de toneladas de sal e açúcar que saíram daqui para abastecer outros mercados. Segundo indica Souza, o monopólio do sal teve o início de sua plena efetivação no primeiro mandato de Ferreira Chaves, com intermédio e anuência dos Albuquerque Maranhão:

O monopólio do sal no Rio Grande do Norte passou a ocorrer de forma efetiva durante a primeira administração de Ferreira Chaves. O contrato foi assinado no dia 13 de agosto de 1897, em Palácio, entre o governo do Estado e os representantes da Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Açu, Srs. Paulo Maria Azevedo e Castro e Pedro Carlos de Andrade, residentes no Rio de Janeiro. O Sr. Adelino Maranhão, irmão de Pedro Velho, foi naquela ocasião o legítimo procurador dos contratantes e o Dr. Alberto Maranhão que, na época, era o Secretário do Governo Ferreira Chaves, serviu de testemunha.<sup>175</sup>

Cabe-nos lembrar que à época da Primeira República os interesses sobre os lucros advindos do sal eram tão latentes que o centenário conflito envolvendo o Rio Grande do Norte e o Ceará, conhecido como o Caso Grossos, estava sendo retomado, por conta das disputas das terras fronteiriças, produtoras de sal.

Já a questão do açúcar ia além de interesses econômicos e políticos, envolvendo toda uma tradição familiar associada à imagem dos Albuquerque Maranhão. Sendo eles comerciantes e detentores de engenhos em cidades como Macaíba e Canguaretama, tornava-se essencial a tomada de algumas providências no sentido de tentar minimizar os efeitos do mercado mundial e a falta de modernização da indústria do açúcar neste estado.

Para que tenhamos noção da importância de tais empreendimentos açucareiros para a solidez da imagem da organização familiar dominante, podemos transitar do início da República na última década do século XIX ao segundo governo de Alberto Maranhão (1908-1913) e ao longo de todo esse período nos deparamos com constantes investimentos em defesa daquela cultura. Em 1890 já conseguimos verificar as manobras de Pedro Velho para conquistar benefícios estatais, obtidos através do controle do imposto sobre o açúcar:

---

<sup>175</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 39.

Fazendo jus à corrupção inerente à prática oligárquica, Pedro Velho conseguiu a aprovação de um decreto de 1890, elevando a 10% o imposto de importação do açúcar, nacional ou estrangeiro, favorecendo a produção açucareira dos engenhos dos Albuquerque Maranhão, na medida em que dificultou a concorrência que lhes podia ser feita pelo produto importado.<sup>176</sup>

Entretanto, na segunda administração de Alberto Maranhão, quando já eram constatadas as crescentes quedas nos percentuais de exportação do açúcar do Rio Grande do Norte, começaram a ocorrer algumas iniciativas de considerável repercussão em torno da produção açucareira no âmbito do estado. A Lei nº 275, de 24 de novembro de 1909, trazia na íntegra a intermediação do Congresso Legislativo autorizando que o Governo do estado pudesse fazer contrato com quem melhores condições oferecesse ao estabelecimento de fábricas para explorar açúcar, pesca, laticínios e doces. Ao governo ainda era reservado o direito de conceder alguns favores aos contratantes como forma de incentivo pelos empreendimentos desenvolvidos.

Foi também do mesmo período, o principal acordo monopolista firmado entre Estado e iniciativa privada em torno da produção do sal, importante gerador de lucros por via das exportações. Em dezembro de 1911, Alberto Maranhão renovou um contrato do início daquela década que concedia à Companhia de Comércio e Navegação o monopólio do sal. Esse contrato que antes se restringia a um período de seis anos foi então ampliado para quarenta anos.

A par desses exemplos, entendemos que todas as relações em torno do poder fluíam a partir da lógica dos interesses. A costura que reunia dos mais simples aos mais rentáveis benefícios, sejam eles políticos ou econômicos, acontecia a partir da efetivação dos apoios, obtidos em troca de concessões para a construção de grandes obras, nomeações para cargos importantes e outras consideráveis benesses que iam gradualmente fortalecendo aquele sistema político.

Não obstante o domínio econômico, devemos matizar o domínio da política estadual, obra controlada por Pedro Velho. Diante de tantas eleições em que os prediletos indicados pela liderança maior foram sufragados pela maioria dos votos, verificamos o amplo poderio daquela organização familiar sobre uma vasta gama de cargos políticos eletivos e administrativos. Para melhor exemplificarmos a influência de Pedro Velho nos arranjos políticos, vejamos os resultados da eleição de 1894:

---

<sup>176</sup> MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*, p. 214.

Por ocasião da eleição de 31 de março de 1894, Pedro Velho saiu amplamente vitorioso, dando 10.606 votos ao Dr. Prudente de Moraes, candidato à Presidência da República.

Para o Senado, foi eleito o Dr. Almino Afonso. Os quatro deputados federais eleitos eram também seus candidatos: Augusto Severo (seu irmão, reeleito); Augusto Tavares de Lyra (seu primo e, depois, genro); Francisco Gurgel e o Dr. Junqueira Aires.<sup>177</sup>

Além do controle da política, notado pela eleição maciça de seus correligionários por várias vezes para os mais importantes cargos, Pedro Velho também desejava controlar os meios de comunicação, por entender a influência destes sobre a opinião pública. Enquanto proprietário do maior periódico que circulava no Rio Grande do Norte, o jornal *A República*, era também interessante para Pedro Velho controlar o Correio Postal tendo em vista ser importante saber o que e para quem circulavam as correspondências:

Em decorrência do seu prestígio junto a Prudente de Moraes, Pedro Velho conseguiu a nomeação do Sr. João Lyra Tavares, seu primo e funcionário da casa comercial de Fabrício Pedrosa, para o cargo de administrador dos Correios no Rio Grande do Norte. Numa sociedade sem rádio e sem televisão, controlar o correio postal significava controlar quase todas as comunicações.<sup>178</sup>

Podemos também observar que por trás do favorecimento ao ocupante de cada cargo, fosse ele político ou administrativo, sempre havia outro interesse além do agrado ao beneficiário. O preenchimento de determinados cargos com pessoas de confiança acabava por instalar outros postos para a captação de votos – apoios em troca de empregos:

Antes de entregar o governo do Estado ao seu sucessor, Pedro Velho ajeitou a situação de mais um membro da oligarquia: Afonso Maranhão Filho, sem ser engenheiro, foi nomeado pelo Governo Federal para o cargo de engenheiro da Comissão de Melhoramento do Porto. Vale salientar que essa comissão funcionou durante muitos anos como um cabide de emprego. Ali dizia a oposição, havia mais protegido da oligarquia Albuquerque Maranhão do que grãos de areia nas dunas da Redinha.<sup>179</sup>

Em decorrência da eleição de Ferreira Chaves para a sucessão de Pedro Velho, vieram as provas de fidelidade ao líder, pautadas na mesma linha de concessão de benefícios. Uma das mais importantes foi a nomeação de Alberto Maranhão para o cargo de secretário do governo, para gradualmente ir inserindo-o no trato administrativo estadual. Ainda naquela

---

<sup>177</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 168.

<sup>178</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 169.

<sup>179</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 170.

primeira administração de Ferreira Chaves, Alberto Maranhão foi nomeado procurador do Estado no ano de 1898, juntamente a outros membros da organização familiar Albuquerque, também agraciados por Chaves com cargos ou articulações que objetivavam fortalecer o controle político e a obtenção de benesses econômicas:

[...] Por sua vez, Joaquim Scipião, seu irmão [de Pedro velho], foi nomeado para a Promotoria Pública de Canguaretama [...]. Enquanto isso, Joaquim Felismino de Albuquerque Maranhão, que era juiz distrital em Nísia Floresta, foi transferido para Arês a fim de controlar melhor a política daquele município.

Com o Sr. Adelino Maranhão, outro irmão do Pedro Velho, Ferreira Chaves contratou a cobrança do imposto sobre o sal, operação altamente vantajosa para o contratante.<sup>180</sup>

Ainda sobre o domínio de cargos e a concessão de privilégios, quando sucedeu Ferreira Chaves no governo do estado, Alberto Maranhão seguiu a linha continuísta. Verificamos que “No início de seu governo, a família Albuquerque Maranhão já estava tão bem arrumada nos melhores e nos mais importantes cargos, que era chamada pela oposição de a ‘Família do Tesouro’. Mesmo assim, havia ainda lugar para outros parentes próximos.”<sup>181</sup>

O “tesouro” – o governo do estado – foi gradualmente se tornando uma “propriedade” daquela organização familiar, visto que Alberto Maranhão, sempre avalizado por Pedro Velho, prosseguiu com a concessão de privilégios. Por exemplo, quando contratou com Domingos de Barros – genro de seu irmão Fabrício Maranhão – a instalação da iluminação a gás acetileno em toda a Natal no ano de 1900; ou com o próprio Fabrício Maranhão o fornecimento de materiais para a construção daquele que seria considerado o símbolo da modernidade que se ensaiava na Natal do início do século XX, o teatro Carlos Gomes.

A expansão do poder e da influência de Pedro Velho agigantou-se de tal modo que “Infere-se [...] que, no final do século XIX, a oligarquia Albuquerque Maranhão já dominava a Intendência de Natal, a de Canguaretama, o Correio Central, o Poder Legislativo, o Senado e a Câmara Federal. Faltava, apenas, dominar mais diretamente o governo do Estado.”<sup>182</sup> E Pedro Velho conseguiu suprir essa falta fazendo eleger toda a sua sucessão – Ferreira Chaves (1896-1900); Alberto Maranhão (1900-1904); Augusto Tavares de Lyra (1904-1906); Antônio de Melo e Souza (1907-1908); e Alberto Maranhão (1908-1913) –,

---

<sup>180</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 171.

<sup>181</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 174.

<sup>182</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 169.

dominando o Rio Grande do Norte, desde o momento inicial do seu mandato de governador e até muito além do término dele.

Diante do continuísmo pedrovelhista, ressaltamos que a realização de tal feito se construiu a partir da efetivação das várias articulações e dos mecanismos requeridos para a sustentação dessa continuidade – ocupação de cargos políticos eletivos e administrativos e firmação de vários acordos monopolistas em prol de aliados, familiares e correligionários, contribuindo decisivamente para a solidez financeira necessária ao grupo político que liderava a política estadual.

Conforme analisávamos o jogo de interesses que movia tais empreendimentos, também entendíamos que os setores político e econômico da sociedade se alinhavam para se fazer efetivar na prática aqueles interesses que fossem mais lucrativos. Assim, se alinharam o açúcar e o sal com os Albuquerque Maranhão, no início da Primeira República; e o algodão com o grupo político do Seridó durante o final do mesmo período.

Deste modo, observamos o poder político justificando o poder econômico, através dos investimentos e relações comerciais, e o poder econômico sustentando as necessidades do poder político. Ambos se complementavam na realidade prática que perpassava eleições e administrações e convertiam este ou aquele produto em símbolo do progresso do estado, inculcando-o no campo do imaginário revestido pelo manto da defesa dos interesses da coletividade, quando no íntimo eram os interesses particulares que estavam sendo defendidos, quando se tratava essencialmente de garantir a conquista e a manutenção do próprio poder.

Contudo, cabe-nos ressaltar que os investimentos feitos para o alicerce da organização familiar Albuquerque Maranhão, substanciados na concretização dos interesses que envolviam diretamente o controle do político, por via da ocupação dos principais cargos políticos eletivos e comissionados; e do econômico, por intermédio dos monopólios do sal e do açúcar e outras concessões que envolviam as obras públicas, também dependiam do fortalecimento do regime político em vigor, tendo em vista que dele decorria o maior poder de ação concedido a cada unidade da federação, em contraposição ao centralismo monárquico. Segundo Spinelli, o conjunto de privilégios que elencamos só foi possível devido à descentralização política advinda da instauração da República, fato este que beneficiou diretamente os grupos políticos que dominavam cada estado:

[...] a instauração do regime republicano abriu espaço à consolidação das oligarquias na medida em que a descentralização conferiu maior autonomia ao aparelho regional de Estado, permitindo às frações regionais das classes dominantes um maior controle sobre a máquina administrativo-repressiva

(definição da política fiscal, contratação de empréstimos externos, emissão de apólices, criação de novas repartições e serviços, nomeação de autoridades e funcionários estaduais etc.).<sup>183</sup>

Isso posto, fica claro porque à medida que a organização familiar Albuquerque Maranhão ia montando e paramentando a sua estrutura administrativa, amparada no controle do partido situacionista e do governo do estado, também se fazia oportuno afirmar a República, em virtude dos benefícios decorrentes do alinhamento à proposta nacional, o que requeria ações que contribuíssem com a legitimação daquele regime.

Podemos verificar a existência dessas ações em favor do nome da República, sobretudo, em algumas referências toponímicas que prevaleceram na espacialidade da capital ainda na última década do século XIX. Não obstante a existência da *Praça da República* no bairro da Ribeira desde o ano de 1892, outros investimentos se deram em função da lembrança do nome de figuras que se destacaram na defesa do regime republicano, pelo que tiveram seus nomes reconhecidos e celebrados nas denominações de alguns logradouros.

Sobre esta prática de afirmação associada à defesa do regime por meio de figuras de atuação eloquente no cenário republicano local, verificamos a existência de justificativa que corrobora com o nosso entendimento, na matéria do jornal *A República* de 11 de março de 1896, que trata da denominação da rua em homenagem ao dr. Junqueira Ayres:

Assim se denomina hoje a larga e bella avenida que prende ao bairro da Ribeira a parte alta desta capital.

Segundo já havíamos anunciado, a patriótica intendência assim quiz expressar, do modo mais significativo e honroso, o alto preço e justo reconhecimento de que se há tornado credor para os norte-rio-grandenses o nosso eminente correligionário, Exmo. Dr. Junqueira Ayres; e, por unanimidade, votou a resolução que abaixo publicamos.

Após a sessão em que se effectuara essa deliberação, tão espontanea e digna de applausos, uma comissão de membros da intendencia foi pessoalmente levar á residência do illustre tribuno uma copia authentica do acto, escripta em pergaminho.

Associando-nos sinceramente à idéia, enviamos as nossas congratulações tanto ao benemerito deputado, alvo da merecida distincção, como ao honrado conselho municipal, que por essa maneira, procurou testemunhar-lhe o conceito em que são tidos o seo laureado nome e os seus inolvidaveis serviços [...].<sup>184</sup>

Nas palavras de apresentação proferidas pelo jornal previamente à Resolução n. 28, que trata da alteração toponímica problematizada, podemos encontrar vários indícios dos

---

<sup>183</sup> SPINELLI, José Antônio. *Coronéis e oligarquias no Rio Grande do Norte: (Primeira República) e outros estudos*, p. 31.

<sup>184</sup> RUA DO DR. JUNQUEIRA AYRES. *A Republica*, Natal, 11 mar. 1896. p. 1.

investimentos feitos a partir da e para a afirmação da República. Não obstante a largura da rua, característica física das novas projeções urbanas – referentes a modernos logradouros como os de Paris e da cidade do Rio de Janeiro, que passava pelo processo de reforma urbana do seu centro –, ao invés de ruas estreitas e enviesadas que se fizeram típicas nas espacialidades urbanas coloniais e provinciais, verificamos a presença do teor patriótico que envolvia a atitude da Intendência e os inolvidáveis serviços do deputado republicano, correligionário dos proprietários do jornal, do partido republicano, enfim, dos intendentess.

Cabe ainda ressaltar que à época o governador do Rio Grande do Norte era Pedro Velho, que naquele mesmo mês passaria o comando do governo ao correligionário eleito, Ferreira Chaves. E o presidente da Intendência era Olympio Tavares, primo do governador. Diante dos laços familiares e da propriedade do órgão de imprensa que divulgava a documentação oficial do Estado e da Intendência de Natal, não era surpreendente o uso dos adjetivos honrado e patriótico para qualificar o conselho municipal. Assim, mediante o parentesco evidente, a justificativa mais direta que fundamenta a nossa compreensão sobre o investimento feito no laureado nome do defensor republicano Junqueira Ayres para a rua que ligava a Cidade Alta a cidade baixa (Ribeira) encontrava-se no teor da Resolução:

#### Resolução n. 28

A Intendencia Municipal da cidade do Natal

Considerando que, no actual momento da politica brasileira, é dever de todo republicano zelar e fazer manter com fé intransigente e altivo desassombro o respeito às instituições proclamadas pela revolução de quinze de Novembro; Considerando que o cidadão João Alfredo Correia de Oliveira, como signatario do manifesto restaurador - documento que embora sem echo na opinião publica, constitue uma affronta à consciencia nacional - mostra-se infenso á felicidade da patria;

Considerando que bem e legitimamente tem merecido do estado o Doutor Junqueira Ayres, tanto pela sua lealdade republicana, como pela relevância de seos serviços no Congresso Federal;

Resolve:

Art. 1º - A rua conhecida nesta capital pela denominação de “Conselheiro João Alfredo” passa, nesta data, a chamar-se rua do “Doutor Junqueira Ayres”.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das sessões do Conselho municipal da cidade do Natal, 5 de Março de 1896.

Olympio Tavares - Vice-Presidente, Joaquim Manoel Teixeira de Moura, Manoel Joaquim de Amorim Garcia, Francisco Rodrigues Vianna, Alexandre James O'Grady, Luiz Francelino de Aguiar.

Conforme o secretario, Joaquim Severino da Silva.<sup>185</sup>

---

<sup>185</sup> RESOLUÇÃO n. 28. *A Republica*, Natal, 11 mar. 1896.

O objetivo da Resolução nº 28 para a mudança do topônimo se coaduna com a apresentação da matéria no jornal. A defesa, o respeito e o zelo, deveres de todo republicano para com a República proclamada a 15 de novembro, constituíam os principais fundamentos para a substituição do topônimo “Conselheiro João Alfredo” – que celebrava um monarquista, signatário do manifesto restaurador daquele regime –, por “Doutor Junqueira Ayres”, deputado federal dotado de dupla lealdade: à República e ao grupo político do qual era correligionário.

Porém, o processo denominativo de reconhecimento à República não ficou restrito, nem à última década do século XIX, nem a circunferência urbana relativa à Natal daquele período – Cidade Alta e Ribeira. Tal processo afirmativo pôde inclusive ser ampliado para os futuros espaços da cidade pelos quais a elite ansiava, envolvida pelos ideais de progresso que anunciavam a modernidade. Esses anseios se realizaram, sobretudo, na construção de uma nova área da cidade, uma “Cidade Nova”, com avenidas longas e largas que se entrecruzavam planejadas e nomeadas conforme os interesses representativos de um imaginário que aproximava os contextos nacional e local. Segundo Cascudo, antes que tal projeto fosse realizado, ele havia sido sonhado por Pedro Velho quando governava o estado:

Desde o Governador Pedro Velho, 1892-96, que o plano se esboçou confusamente. Mas não havia recursos materiais nem técnicos. O tempo foi passando. Os governadores conversavam, especialmente com o chefe Pedro Velho que, nos passeios a cavalo, chamava aquela zona *Cidade Nova*. Quem ouvia a frase, ficava rindo por dentro, com o tamanho do sonho e o impossível da realização.<sup>186</sup>

Contudo, se a princípio as limitações financeiras para fazer valer tal empreendimento o impossibilitavam, por não poder contar com recursos materiais e técnicos na virada do século XIX para o século XX, verificamos o início da realização do desejo de Pedro Velho com a criação do bairro “Cidade Nova”, o terceiro da cidade, denominado assim como o sonhador reconhecia aquela área, para ele símbolo de progresso e futuro da cidade.

---

<sup>186</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Cidade do Natal*, p. 435-436.

**EM NOME(S) DA REPÚBLICA NA CAPITAL: Práticas de (re)afirmação política nos novos espaços de Natal**

Resolução n. 55

A Intendencia Municipal do Natal

Resolve:

Art. 1º – Terá a denominação de Cidade Nova a parte da area urbana que demora a leste da linha formada pelo prolongamento norte-sul do muro que limita, pelo nascente, a chacara de propriedade do dr. Santos.

Art. 2º – A Cidade Nova comprehenderá, desde já, de accordo com a respectiva planta archivada na secretaria, quatro avenidas paralelas, com as denominações de Deodoro, Floriano, Prudente de Moraes e Campos Salles, cortadas por seis ruas com os nomes de Seridó, Potengy, Trahiry, Mipibú, Mossoró e Assú e duas praças, denominadas Pedro Velho e Municipal. A avenida que partindo da Praça Pedro Velho se dirige, no rumo do norte, para as dunas, terá o nome de Alberto Maranhão.

Art. 3º – Os concessionarios dos terrenos aforados e os dos que a contar do 1º de janeiro proximo, forem requeridos, deverão, no praso improrogavel de doze mezes contados da presente data para os primeiros e do dia da concessão, para os segundos, fechal-os por muros ou cercas sendo-lhes concedido trez annos para a respectiva edificação.

§ 1º - Todas as esquinas das praças avenidas e ruas serão em curvas de dois metros de raio.

§ 2º - Aos requerentes de concessões de terrenos nos diversos quarteirões da Cidade Nova não poderão ser dados em aforamento mais de trinta metros de frente para as avenidas, praças e ruas, e metade do fundo respectivo, salvo se já tiverem petição pendente de despacho.

§ 3º - Os predios que forem construidos na Cidade Nova deverão ser distanciados uns dos outros pelo menos cinco metros.

Art. 4º – A inobservancia do disposto no art. antecedente e seus paragraphos importa a caducida de concessão.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das sessões, em 30 de Dezembro de 1901.

Joaquim Manuel T. de Moura, Theodosio Paiva,  
Pedro Avelino, Raymundo Bezerra da Costa,  
Fortunato Rufino Aranha.  
Conforme o secretario,  
Joaquim Severino da Silva.<sup>187</sup>

No dia 04 de janeiro de 1902, o jornal *A República* trazia a publicação da Resolução municipal nº 55, aprovada pela Intendência de Natal no dia 30 de dezembro de 1901, era o começo da realização do sonho de Pedro Velho. Esta resolução pode ser considerada como um dos principais documentos a cerca do crescimento urbano da capital do Rio Grande do Norte, tendo em vista ser uma espécie de “divisor de águas” na transformação

<sup>187</sup> CIDADE Nova. *A Republica*, Natal, 04 jan. 1902. p. 1.

da realidade que correspondia à cidade com ares provincianos enfatizada por Cascudo: “Oficialmente existe a Cidade do Natal há trezentos e trinta anos. [...] Em 1873 ainda se dizia – “*Cidade do Natal? Não ha-tal!*”! [...] A cidade do Natal, entre rio e mares, ficou como uma massa esperando o aspecto. O título [de cidade] já possuía desde 1599.”<sup>188</sup>. Para Cascudo, a Natal de 1599 ao início do século XX, só se constituía cidade no nome, ou melhor, no título, porque já havia nascido *cidade* – seja ela “do Natal do Rio Grande”, “dos Reis” ou “do Natal” em referência ao período do ano em que se edificou o seu marco fundante – a Fortaleza dos Reis Magos –, dando início a conquista da terra.

O espaço em questão, referenciado por Cascudo, corresponde aos dois bairros existentes até o final do século XIX – *Cidade Alta* (núcleo originário de caráter residencial) e *Ribeira* (predominantemente comercial e portuário), ambos marcados por tímidas feições em sua estrutura física, o que dava motivo para as críticas sobre as limitações ao aspecto de Natal. Esse mesmo Cascudo também afirmou que “A história da cidade está na sua toponímia.”<sup>189</sup>, fator este que nos faria entender que uma análise dos nomes desses dois primeiros bairros da cidade, nos possibilitaria uma noção da realidade dos limites físicos da área urbana da capital antes da Resolução que criou a *Cidade Nova*.

A explicação mais plausível sobre as denominações dos dois primeiros bairros de Natal tem sua sustentação nas características de suas formações geográficas.<sup>190</sup> A contraposição entre as características do espaço foi o que motivou os referenciais, onde o topônimo referente à *Cidade Alta* traduz o habitar residencial que se iniciou numa área elevada, e *Ribeira*, “[...] conhecido também por *Cidade Baixa*, nasceu banhado pelas águas do rio Potengi e teve o seu desenvolvimento urbano impulsionado pela construção do porto, cujas obras foram iniciadas no final do século XIX.”<sup>191</sup> Ainda sobre a *Ribeira*, observamos nas palavras de Cascudo uma caracterização mais densa sobre o que seria aquela parte mais baixa de Natal:

[...] era uma campina alagada pelas marés do Potengi. As águas lavavam os pés dos morros. Onde está o Teatro Carlos Gomes tomava-se banho salgado em fins do século XIX.

[...].

---

<sup>188</sup> CASCUDO, Luís da Câmara; ARRAIS, Raimundo (Org.). *Crônicas de origem: a cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20*. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2005. p. 139-143.

<sup>189</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*, p. 64.

<sup>190</sup> *Cidade Alta e Ribeira*, pela caracterização geográfica que sugerem, se enquadram respectivamente nos referenciais geomorfotoponímico e hidrotoponímico em decorrência da presença do relevo e da hidrografia.

<sup>191</sup> SOUZA, Itamar de. *Nova História de Natal*, p. 233.

O terreno era quase ensopado, pantanoso, enlodado. Apenas alguns trechos ficavam a descoberto das marés nas altas de janeiro.<sup>192</sup>

Retomando a Resolução nº 55, verificamos que a situação da Natal questionada por Cascudo, por sua falta de aspecto urbano desenvolvido, passaria a ganhar novos contornos com a criação do bairro da *Cidade Nova*, representante do ideal republicano de progresso investido na espacialidade a ser recortada por artérias urbanas longas e largas. Não obstante as transformações físicas e estéticas, a citada Resolução também pode ser compreendida como uma expoente possível da relação entre uma cartografia urbana e uma toponímia que fora alicerçada com base no encontro entre as memórias nacional e regional/local. Ambas se completando na história espacial da cidade, assim como também se “completavam” nas dependências políticas que existiam. Ambas referenciadas nas placas que anunciavam o novo (o progresso republicano) no espaço novo (Cidade Nova) e que também iriam revestir o espaço antigo (Cidade Alta e Ribeira) com nuances físicas e comportamentais mais modernas.

Os interesses em torno da legitimação da República, que desde o início da última década do século XIX já se faziam representados e reconhecidos quando da mudança do nome de cidades e distritos do Rio Grande do Norte, cujas denominações remetiam ao Império, encontrou na capital esses novos espaços abertos para servirem à sua continuada afirmação.

E essa era a situação da Natal: pequenina, porém, ávida por novidades e por crescimento no início do século XX. A denominação *Cidade Nova* em si já revelava o intuito de crescimento espacial para a *urbe* conduzido e demarcado pela experiência republicana que legava às suas quatro primeiras avenidas os nomes dos presidentes *Deodoro da Fonseca*, *Floriano Peixoto*, *Prudente de Moraes* e *Campos Sales*. Assim, através dos conjuntos de denominações constantes no documento de criação da *Cidade Nova*, nos deparamos com a existência de acontecimentos de cunho nacional que influenciaram decisivamente na história local. A Proclamação da República não modificou apenas a forma de conduzir constitucionalmente uma nação, mas, incutiu no imaginário local edificador das novas cartografias urbanas a sua representação materializada nas homenagens aos primeiros presidentes do Brasil republicano.

Na Natal da *Cidade Nova*, valorizar os nomes desses presidentes através daquelas avenidas era identificar-se com o regime político vigente, associando-o às denominações dos

---

<sup>192</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Cidade do Natal*, p. 178.

logradouros, tendo em vista que os novos espaços de circulação e habitação da cidade teriam como referência as denominações dos condutores da República em âmbito nacional e local.

Tão expressivas quanto às denominações que celebram os nomes dos presidentes eram as homenagens direcionadas aos governadores Pedro Velho e Alberto Maranhão, as únicas figuras locais celebradas na Resolução que criou a Cidade Nova e lhe atribuiu nomes. Respectivamente, Praça Pedro Velho e Avenida Alberto Maranhão se constituem símbolos do crescimento do poder dos estados advindos da República, ao mesmo tempo que reconhece o papel de ambos. Para Knauss e Azevedo, através “[...] dos nomes das ruas, procura-se perenizar a presença de uma data, de um lugar ou de uma personalidade da história que a cidade reconhece como parte de sua própria história [...].”<sup>193</sup> Nesse sentido, celebrar os presidentes era também reconhecer a importância dos chefes de estado a frente da República, demonstrando a presença do regime político e agradando a quem fosse interessante.

E assim, com a Resolução nº 55 também verificamos no artigo 2º um entrecruzamento de avenidas e ruas que se encontram além da existência cartográfica. A parcela da história nacional afirmada pelas denominações presidenciais também se encontra com a geografia local presente nos rios potiguares que emprestaram seus nomes às seis primeiras ruas da *Cidade Nova*: *Seridó, Potengy, Trahiry, Mipibú, Mossoró e Assú*. Os rios evidenciados aproximam a capital das regiões interioranas do Estado, como se as “águas do progresso” fluíssem a partir da Natal banhada pelo Potengy, ou como se Seridó, Trahiry, Mipibú, Mossoró e Assú corressem em direção ao advento republicano que afirmava-se na capital, sobretudo, na Cidade Nova.

Esse encontro da história política nacional com a política e natureza locais também se faz visível na cartografia urbana da *Cidade Nova*, através das placas identificadoras das ruas, elementos referenciais e demarcadores dos reais interesses envolvidos na toponimização do novo bairro.

**Figura 08:** Placa referenciando a avenida em homenagem ao Presidente Prudente de Moraes / Natal-RN



Fonte: Acervo do autor

<sup>193</sup> KNAUSS, Paulo e AZEVEDO, Francisca. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 12, n. 1, p. 195.

**Figura 09:** Placa referenciando a rua em homenagem ao Governador Alberto Maranhão / Natal-RN



Fonte: Acervo do Autor

**Figura 10:** Placa na rua que carrega a referência ao rio Potengi / Natal-RN



Fonte: Acervo do autor

Essas placas, além de significarem e darem vida a interpretações sobre o período em que se inicia o crescimento urbano e a modernização de Natal, contribuíram consideravelmente para a (re)afirmação visual e referencial do novo regime político da nação, bem como daqueles que estariam atrelados a tal desenvolvimento no Rio Grande do Norte. Essas personalidades nacionais também serviram ao objetivo de afirmar o sentimento republicano no imaginário da paisagem local, quando se constituíram em objetos de representação de fácil identificação no espaço da cidade, certa vez que estavam referenciados nos logradouros através das placas.

Observando a diversidade de nomes constantes nas placas das avenidas, ruas e praças da Cidade Nova, não encontramos somente uma parcela da história ainda preservada pelas denominações, encontramos também algumas camadas dessa história que remonta ao momento de clivagem entre Império e República e vai tendo continuidade com as práticas de afirmação desse regime republicano no cenário local, ao mesmo tempo em que serve também ao desejo dos membros do grupo dominante de serem lembrados, reconhecidos enquanto

artífices que deram corpo e nome aos novos espaços da cidade, através dessas mesmas práticas denominativas constantes das resoluções em pauta.

Conforme Oliveira, podemos verificar que por trás dos atos políticos que criavam as denominações, como nas Resoluções municipais nº 28/1896 (que celebra o nome do republicano Junqueira Aires) e nº 55/1901 (que cria a Cidade Nova), indiretamente pairava uma *pedagogia da memória*, impregnada na essência do nome das ruas, avenidas e praças, que foi utilizada para retomar e afirmar acontecimentos históricos e personalidades construtoras de *temp(l)os*, espaços e práticas:

[...] as ruas fazem parte de uma pedagogia da memória que envolve história local, acontecimentos históricos de cunho nacional e regional, emancipação política, além de construir uma paisagem de nomes de personalidades diversas, tais como [...] comerciantes, religiosos, políticos, dentre outros que desfilam no panorama sócio-cultural da *urbe* enquanto construtores de tempos e templos, de cartografias, de práticas locais de consumo e lazer.<sup>194</sup>

Essa pedagogia da memória encontra-se diretamente com os referenciais historio-sociotopônimo e hidrotopônimo sugeridos por Dick, nos quais a República, a política local e a natureza tornaram-se, através dos nomes, objetos de legitimação.

Assim, com a criação da Cidade Nova em 1901 e a gradual abertura das ruas e avenidas ao longo daquela década, outros nomes foram sendo tomados para patronos dos novos logradouros. A tendência para a manutenção do referencial das homenagens seguiu o mesmo padrão inicial das denominações contidas na Resolução que criou a cidade nova, reconhecendo presidentes, políticos e figuras ligadas ao corrilho dominante, bem como o nome de outros rios.

Depois das primeiras celebrações toponímicas, a continuidade do processo de legitimação da República nas artérias urbanas de Natal se deu a partir da lembrança de outros presidentes – *Rodrigues Alves; Afonso Pena; Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca*. Somavam-se a eles as referências a personalidades locais, como *Praça Auta de Souza; Rua Sachet* (mecânico que trabalhava com Augusto Severo); *Rua do Coronel Juvino Barreto; Rua Frei Miguelinho; Praça Padre João Maria; Avenida Joaquim Manuel; Rua Pedro Soares; Avenida Tavares de Lyra; Rua Doutor Pereira Simões; Avenida Senador José Bernardo; Avenida Alexandrino de Alencar* etc; além de alguns rios, cujos nomes passaram a identificar ruas,

---

<sup>194</sup> OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. *Temp(l)os de consumo: Memórias, territorialidades e cultura histórica nas ruas recifenses dos anos 20 (século XX)*. *SAECULUM – REVISTA DE HISTÓRIA* [16], p. 60.

como *Ceará-Mirim*, *Maxaranguape*, *Apody*, *Jundiahy*, entre outros, aumentando ainda mais a malha fluvial que já denominava as primeiras seis ruas da capital.

À medida que se buscava o crescimento físico do espaço urbano de Natal, tentava-se associar a tal desenvolvimento os avanços advindos do regime republicano e os demais nomes que foram sendo utilizados para batizar as novas avenidas e ruas que iam gradualmente sendo abertas também se tornaram importantes símbolos desta associação. Sobre isso, partilhamos do entendimento de Peixoto, quando pensa a Cidade Nova como a construção de uma nova cidade, a Natal republicana, tendo em vista que naquela espacialidade o novo imaginário tinha a modernização como uma atividade de planejamento do urbano e não numa possível remodelação, como a que iria acontecer na Ribeira e na Cidade Alta durante a segunda administração de Alberto Maranhão:

Outra cidade, a Natal republicana, foi construída ao lado da antiga, a acanhada e incipiente Natal do império e da colônia, e sobre essa nova cidade se inscreveram topônimos que espelhavam a manifestação do novo imaginário, inscrevendo também sobre ela a organização familiar natalense.<sup>195</sup>

A criação da Cidade Nova, ao lado da antiga Natal, no início do século XX, tomada pelos ideais de progresso que recaiam sobre a feição urbana da capital, abriu o caminho para que se iniciasse, ao mesmo tempo, um conjunto de reformas que se faziam necessárias ao núcleo antigo da cidade – Ribeira e Cidade Alta –, na tentativa de transformar a imagem desses bairros, paramentando-os com equipamentos e estrutura física mais atualizada, harmonizando-os com os ares de modernidade inerentes ao progresso representado pela disposição estrutural do novo espaço urbano. Nesse ínterim, cabe considerarmos que o conjunto de reformas nos dois primeiros bairros da cidade, não se remeteu aos nomes *Cidade Alta* e *Ribeira*, estes foram conservados, tendo em vista que segundo Cascudo: “A toponímia reserva os nomes novos para os novos bairros, inominados e virgens, sem a deposição dos antigos, postos no direito consuetudinário da História.”<sup>196</sup>

Já a administração de Augusto Tavares de Lyra<sup>197</sup>, sucedendo o primeiro governo de Alberto Maranhão, foi acompanhada logo no seu ano de início por uma grande seca que assolou o sertão nordestino, fator este que poderia comprometer o surto de crescimento e

---

<sup>195</sup> PEIXOTO, Renato Amado. *Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX*. Revista de História Regional, v. 15, p. 190.

<sup>196</sup> CASCUDO, Luis da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*, p. 64.

<sup>197</sup> Assim como Alberto Maranhão, Augusto Tavares de Lyra também foi beneficiado pelo dispositivo constitucional que reduziu a idade mínima para assumir o cargo de governador de 35 para 25 anos. Na época que foi eleito, contava com apenas 32 anos de idade, porém, desde os 21 anos já era deputado estadual.

modernização da cidade. Nessa seca de 1904, Natal viu-se invadida por retirantes vindos de várias partes do estado em busca de melhores condições de vida. Com a população da capital praticamente duplicada pela quantidade de pessoas que chegavam diariamente, o governador Tavares de Lyra resolveu aproveitar a corrente migratória para utilizar parte da mão de obra disponível na realização de algumas reformas na estrutura física da cidade:

[...] O governador Tavares de Lyra organizou quatro comissões em torno das quais se dividiram os flagelados. Homens e mulheres trabalharam na construção da estrada de ferro Natal-Ceará-Mirim, sob o comando do engenheiro Sampaio Correia; outros trabalhavam na construção da praça Augusto Severo; uma terceira equipe carregava pedras das praias para calçar a avenida Rio Branco e outras artérias, assim como no desmatamento de várias avenidas do bairro Cidade Nova [...].<sup>198</sup>

E assim, a Natal que teve parte de sua estrutura urbana modificada durante a administração de Tavares de Lyra, passou a contar com obras nos três principais núcleos habitados da cidade. Nesse período, foram calçadas algumas artérias do bairro Cidade Alta, entre elas as ruas São Tomé e Coronel Juvino Barreto, a ladeira do Colégio Atheneu e parte da travessa Ulisses Caldas. A avenida Rio Branco teve seu percurso calçado aumentado em cerca de 700 metros, nos quais se utilizaram pedras das praias, e teve o calçamento rebaixado e nivelado a avenida Junqueira Ayres, onde também foi erguido um palacete para abrigar o Congresso Legislativo.

Em meio a essas transformações que vão ocorrendo na estrutura física dos antigos bairros da cidade, certa vez que o imaginário republicano os havia tomado através do desejo de modernizar-se, entendemos, conforme Peixoto, que nesses bairros também se construiu uma cidade nova, paramentada por suas reformas, maciçamente pelas ações do governo, que tinha o interesse de se fazer notado, lembrado enquanto operador das transformações:

Na verdade, outra cidade vai ser construída por meio dos braços dos retirantes, a expensas dos espaços circundantes, fazendo pesar demoradamente sobre o novo estado o ônus financeiro da obra. Sobre esses outros espaços também vai operar a produção historiográfica que passaria a mostrar a uniformidade de esforços e a operosidade de um centro transformado em transcendente. Sobre estes outros espaços também seriam inscritos os operadores dessa transformação, que passaram a denominar municípios e cidades, como: Almino Afonso, Pedro Velho e Augusto Severo. A natureza se curvou à visão de Pedro Velho.<sup>199</sup>

---

<sup>198</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 320.

<sup>199</sup> PEIXOTO, Renato Amado. *Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX*. Revista de História Regional, v. 15, p. 191.

Voltando-nos para a parte baixa da cidade, verificamos que a principal transformação da Ribeira durante a administração de Tavares de Lyra, deveu-se à drenagem da área encharcada que encobria parte do bairro, onde em seguida instalou-se a moderna praça que homenageia Augusto Severo, inaugurada em 1905, defronte ao Teatro Carlos Gomes. Obras estas realizadas sob a tutela do arquiteto Herculano Ramos – também responsável pela construção do palacete da avenida Junqueira Aires e por várias outras obras, as quais executou sem qualquer concorrência, beneficiado pela condição de correligionário do governo.

Seguindo o fluxo das melhorias urbanas, trechos da Cidade Alta e da Ribeira passaram a contar com iluminação a gás acetileno e, diante de tantas obras no espaço da cidade, a Intendência do Município do Natal resolveu dar reconhecimento a atuação do governador através da Resolução nº 98, de 27 de dezembro de 1904, denominando *Augusto Lyra*, a praça e o cais situados em frente à rua do Comércio, na Ribeira, local onde se efetuavam os desembarques de passageiros na área portuária. Ainda nessa mesma Resolução municipal, encontramos outra homenagem que se tornou interessante por referenciar a pessoa do próprio presidente da Intendência que havia sancionado aquela resolução, dando o nome de Praça Joaquim Manuel a um largo que se localizava entre as ruas Coronel Juvino e Felipe Camarão, na Cidade Alta.

Para Dick, os *historiotopônimos* também são constituídos pelas homenagens a presidentes, governadores, intendentes e outras figuras de relevância, “[...] evocadores de situações peculiares que se referem à própria constituição da vida nacional, do ponto de vista político ou de sua soberania [...]”.<sup>200</sup> No condizente à lembrança dos nomes dos rios nas denominações das primeiras ruas da Cidade Nova, não no que corresponde aos significados de cada vocábulo, mas à sua representação geográfica, fomentam a presença do referencial *hidrotoponímico*.

Depois de passados quase três anos da administração de Tavares de Lyra, um novo desafio lhe fora posto, quando, a convite do presidente Afonso Pena, assumiu o cargo de ministro da Justiça e Negócios Interiores. Pela necessidade de interrupção de seu mandato de governador, o vice-governador Manuel Moreira Dantas assumiu o governo por cerca de três meses, com o compromisso de realizar um novo pleito para escolher quem iria governar o estado pelo pouco mais de um ano que restara do mandato, uma vez que a Constituição Estadual não garantia ao vice o direito à conclusão do período administrativo. Deu-se o processo eleitoral, em dezembro daquele mesmo ano, no qual se elegeu mais um representante

---

<sup>200</sup> DICK, M. V. de P. do A. *A Dinâmica dos Nomes na Cidade de São Paulo – 1554-1897*, p. 234-235.

da organização familiar Albuquerque Maranhão. O cargo mais ambicionado do estado fora ocupado pelo correligionário Antônio José de Melo e Souza, oriundo de Papari, na região litorânea, base de dominação e sustentação política dos Albuquerque Maranhão.

Na primeira administração de Antônio José de Melo e Souza à frente do executivo estadual, entre fevereiro de 1907 e março de 1908, observamos claramente sua posição de *attaché* da organização familiar Albuquerque Maranhão, a exemplo do que também fora Ferreira Chaves quando governador no final do século XIX. O breve tempo que permaneceu no cargo e os escassos recursos financeiros o impossibilitaram de realizar grandes obras na realidade urbanística que envolvia a remodelação da parte antiga da cidade e a continuidade do crescimento da parte moderna referente à Cidade Nova. Contudo, nesse limitado período administrativo foi reformada a legislação estadual, com vistas principalmente a dar ao futuro governador um maior tempo para conduzir os rumos do Estado e ao mesmo tempo satisfazer o desejo de manter seu grupo político no poder.

Sendo assim, a Constituição Política do Estado do Rio Grande do Norte, reformada e promulgada em 25 de março de 1907, trazia como conteúdo do Artigo 22, da Seção II – que trata do poder executivo –, a alteração na quantidade de anos que duraria o mandato de governador. Segundo o conteúdo deste artigo: “O poder executivo será exercido por um Governador eleito por seis annos” e não mais quatro anos, como vinha sendo desde a eleição de Pedro Velho.

Na época, os interesses envolvidos giravam mais uma vez em torno de Alberto Maranhão, como ocorrera em 1897, quando as mudanças na legislação eleitoral abriram-lhe o caminho para o cargo de governador, diminuindo a idade legal necessária para assumir aquele cargo. Já em 1907 o grande interesse em ampliar o prazo da administração do governador de quatro para seis anos tinha como objetivo favorecer o maior interessado, que se preparava para voltar a chefiar o poder executivo no estado.

Apesar desse curtíssimo tempo de pouco mais de um ano governando o Rio Grande do Norte, a primeira administração de Antônio de Souza não ficou restrita à plena obediência aos mandados dos Albuquerque Maranhão, para fazer valer as alterações na legislação eleitoral do estado. O governador, mostrando-se atualizado com a política de expansão educacional que pairava sobre a nação, tornou-se o pioneiro na edificação de um grupo escolar no Rio Grande do Norte. Nessa perspectiva, a temática da educação estadual requer o desenvolvimento de uma análise, por inaugurar um novo período na área da instrução pública e ao mesmo tempo evidenciar a contribuição de Antônio de Souza ao processo de

adequação da capital às referências de progresso urbano, ao equipá-la com uma moderna instituição de ensino.

## **EM NOME(S) DA EDUCAÇÃO**

No primeiro ano de sua segunda administração estadual (1908), Alberto Maranhão deu início à expansão e à qualificação da educação do estado e a edificação de grupos escolares passou a ser uma das inovações desse governo marcado pelo interesse em fazer efetivar-se uma remodelação urbana, direcionada a partir de parâmetros característicos de uma cidade moderna. Mas verificamos que foi no ano que antecederia a posse de Alberto Maranhão para o seu segundo mandato à frente do executivo estadual que a situação da educação passou a ser vista como uma realidade negativa, que precisava ser revertida e direcionada aos anseios de uma sociedade que gradualmente vinha começando a edificar espaços que se tornariam representativos do progresso republicano na disposição física de uma cidade.

O primeiro importante passo nessa direção foi dado pelo governador Antônio José de Melo e Souza, no ano de 1907, quando, segundo Itamar de Souza, enfatizou publicamente em sua Mensagem Anual, lida perante o Congresso Legislativo, a real situação do arranjo que era a educação do Rio Grande do Norte:

Não é fácil encontrar na Capital, e muito menos no interior do Estado, indivíduos com a idoneidade precisa que, mediante os insignificantes vencimentos que se lhes atribuem, tomem o mínimo interesse por altíssima função de ensinar. E cumpre ver ainda que, além de mal pagos, porque até em algum município apenas se lhes concede a subvenção de 50\$000 mensais paga pelo Tesouro em virtude da lei de 1900, essa insuficiente remuneração anda sempre atrasada e o professor, não tendo recursos materiais que lhe permitam utilizar descansadamente o pouco que sabe, vai negociar, vai fazer roçado ou, ainda, recorrer a expedientes que a necessidade sugere a quem não muito raramente atinge as fronteiras da mendicidade [...]. Há, no Estado, 46 cadeiras municipais, estando matriculados em todas 1.766 alunos e sendo a frequência média de 1.353.<sup>201</sup>

Essa Mensagem Anual revela muito além da preocupada posição do político Antônio José de Melo e Souza diante da educação estadual. Nela vemos incutido o lugar de

---

<sup>201</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 322-323.

fala do governador enquanto intelectual que, sendo professor e jornalista, utilizou-se da fluente capacidade de escrever para demonstrar suas preocupações com a instrução pública, chamando a atenção para a calamitosa realidade dos educadores à época, ao falar dos “insignificantes vencimentos” do professor que, além de poucos, sempre pagos com atraso, forçava-lhes a buscar remuneração em outras atividades. O discurso traz à tona também a insuficiente quantidade de salas de aula – 46 cadeiras (unidades de salas escolares) municipais em todo o Estado –, conforme os dados de matrícula e frequência.

E assim posicionava-se Antônio de Souza, com o intuito de ir além da análise exposta sobre a situação educacional do estado e ao mesmo tempo não parecer refém do curtíssimo tempo que estaria à frente de sua primeira administração estadual. Para tentar amenizar a problemática, mandou edificar em Natal um grupo escolar paramentado com recursos arquitetônicos que se direcionavam para os interesses de modernização da capital. O Decreto nº 174, de 05 de março de 1908, que trata da criação de um grupo escolar no bairro da Ribeira, a ser denominado *Augusto Severo*, indiretamente elevou o governador Antônio José de Melo e Souza à posição de importante contribuinte para a educação estadual, por ter iniciado a expansão que fora colocada em prática pela administração de seu sucessor. Mas, por trás da valorosa contribuição, também enxergamos a posição que desempenhou como, fiel correligionário, ao repetir o constante hábito de denominar espacialidades com homenagens aos membros da organização familiar Albuquerque Maranhão.

**Figura 11:** Prédio onde funcionou o Grupo Escolar Augusto Severo, localizado à Praça Augusto Severo – Ribeira / Natal-RN



Fonte: Acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Seção RN

De outra forma ainda lhes favoreceu o Grupo Escolar Augusto Severo, pois apesar de oficialmente fundado e tendo iniciada a sua construção no governo de Antônio de Souza, a sua inauguração ocorreu logo no início da segunda administração de Alberto Maranhão. Mas para o governador o fato de a importante instituição carregar o nome do seu irmão mais conhecido não era suficiente. Para celebrar adequadamente a memória de seu irmão Augusto Severo – tomado como exemplo de dedicação aos estudos científicos – era necessário tornar aquele espaço uma referência, um modelo para a educação daquela época no Rio Grande do Norte, e mais uma vez fazer (re)conhecida, junto ao povo, por meio da representação construída com base na atuação de um de seus entes, a atuação de sua organização familiar.

Assim, em meio à política vigente de criação de grupos escolares, o Grupo Escolar Augusto Severo foi elevado à categoria de grupo *modelo*, pelo do Decreto nº 198, de 10 de maio de 1909, “para servir de tipo ao ensino publico elementar em todo o estado”. Aquele que era considerado o gênio da família Albuquerque Maranhão fora mais uma vez reconhecido, agora dando seu nome à instituição escolar adotada como padrão para toda uma realidade estadual, satisfazendo à vontade do governador.

O citado Decreto, que elevou o primeiro grupo escolar de Natal à condição de modelo a ser seguido pelas demais instituições recém ou futuramente criadas, trazia em seu Artigo 1º importantes elementos que envolvem questões relativas à espacialidade, tanto no tocante à localização daquele grupo escolar, quanto ao indicativo de criação de outros grupos escolares nos demais municípios do estado:

Art. 1º - O Grupo Escholar ‘Augusto Severo’ que funciona no bairro baixo [Ribeira] da capital, á praça do mesmo nome [Augusto Severo], será a eschola modelo para servir de typo ao ensino publico elementar em todo o Estado, devendo os regimentos internos dos diversos grupos e escholas já inaugurados e a inauguraram-se n’este e em outros municípios, modelar-se pelo regulamento e regimento interno do ‘Augusto Severo’.<sup>202</sup>

Localizado na Ribeira, defronte para a *Praça Augusto Severo*, o Grupo Escolar homônimo indica a intenção do governador de ocupar alguns dos diversos e significativos espaços do estado por intermédio do peculiar processo de nomeação por ele praticado. Nesse ínterim, cabe ressaltar que as iniciativas em torno da expansão educacional do estado, por via da construção de grupos escolares, estavam previstas por legislação específica, cuja vigência fora iniciada em 1907, no governo de Antônio de Souza, com a Lei 249, de 22 de novembro –

---

<sup>202</sup> RIO GRANDE DO NORTE. Governo do Estado. Decreto n. 198, de 10/05/1909. Declara que o GRUPO ESCOLAR “AUGUSTO SEVERO” será a Escola Modelo para servir de tipo ao ensino público elementar em todo o Estado. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*, 1909.

que autorizava o governo a reformar a Instrução Pública do estado. Essa mesma intenção seria mais uma vez formalizada naquele ano de 1909 na Lei nº 284, de 30 de novembro, que determinava a efetivação de tal *reforma na Instrução Pública* do Rio Grande do Norte, objetivando inclusive criar novos grupos escolares, além dos que já haviam sido criados por iniciativa do Decreto nº 178, de 29 de abril de 1908 – que ao mesmo tempo restabelecia a Diretoria da Instrução Pública, criava a Escola Normal para a formação de professores, além de grupos escolares e escolas mistas.

E assim, em decorrência dessas leis que trataram da educação estadual, sancionadas entre 1907 e 1909, foi que Natal passou a contar com uma instituição educacional moderna – tanto em parâmetros físicos quanto pedagógicos – que, além disso, trazia um nome de referência. Para Ana Moreira, as propostas física e pedagógica do Grupo Escolar *Augusto Severo* estavam em sintonia com o projeto de cidade modernizada, almejado pelas autoridades que seriam responsáveis pela execução das obras tão desejadas e que iriam concretizar o ideal republicano de progresso nos novos e nos remodelados espaços de Natal:

Era necessário destacar que a cidade moderna também dispunha de uma escola moderna. Sua construção integrou o programa de obras de embelezamento, melhoramento e saneamento da cidade e configurou um projeto estético de modernidade do bairro da Ribeira, na primeira década do século XX, através de um processo de remodelação, com contínuas intervenções públicas, visando à construção de uma cidade modernizada, higienizada e bela.<sup>203</sup>

O Grupo Escolar Augusto Severo foi construído como parte do programa urbano-cultural de edificações modernas da cidade do Natal. Com o objetivo de integrá-lo ao cenário de remodelação e expansão da capital do Estado, nas primeiras décadas do século XX. O estilo eclético da arquitetura do prédio, marcado por elementos do Art Nouveau, evidenciando o uso de materiais nobres e técnicas importadas da Europa, fora assinado também pelo arquiteto mineiro Herculano Ramos, responsável por outras obras no governo de Alberto Maranhão – anteriormente citadas neste trabalho.

Uma vez estabelecido o modelo a seguir, Alberto Maranhão foi dando continuidade à política de expansão da rede de ensino primário do Rio Grande do Norte, construindo novos grupos escolares e perpetuando o hábito de nomeá-los sempre em homenagens aos membros de sua família. Depois de inaugurado o Grupo Escolar Augusto Severo, em 1908 na capital, agora seria a vez de um espaço urbano do interior do estado

---

<sup>203</sup> MOREIRA, Ana Zélia Maria. *Um espaço pioneiro de modernidade educacional: Grupo Escolar “Augusto Severo”*, p. 124.

prestar homenagem a outro membro de sua organização familiar, fato este que demonstra o interesse de Alberto Maranhão em também expandir pelo estado as referências à sua parentela.

Através do Decreto estadual nº 224, de 08 de julho de 1910, o governador criou o Grupo Escolar *Fabício Maranhão* na *Villa de Pedro Velho*, compreendendo duas escolas elementares, cada uma destinada a acolher estudantes de um gênero. Analisando esse documento-fonte, nos deparamos com um encontro entre três irmãos ocorrido na política, nos espaços e na história do Rio Grande do Norte: o irmão governador e responsável pelo decreto (Alberto) prestou homenagem ao irmão que estava no cargo de presidente do Congresso Estadual naquele momento (Fabício), dando o nome deste a um grupo escolar localizado na localidade que imortalizou o nome do irmão e mentor (Pedro Velho), já falecido e também homenageado pelo mesmo governador.

Em algumas palavras de Denise Monteiro, verificamos essa abrangência política, econômica e espacial da organização familiar Albuquerque Maranhão em torno de parte da zona litorânea e Agreste do estado, através das referências à pessoa de Fabício Gomes de Albuquerque Maranhão, que não seria apenas visto como um irmão do governador e de Pedro Velho, mas, sobretudo, empreendedor no ramo da produção do açúcar e político com dupla atuação na capital e no interior do estado:

Vasta era a rede de poder dessa oligarquia, que se estendia da Intendência de Natal à representação do Rio Grande do Norte no Senado Federal. Dentre os inúmeros cargos públicos que ela monopolizou encontravam-se, por exemplo, a presidência da Assembléia Legislativa do Estado – então chamada Congresso Estadual – que esteve nas mãos de Fabício Gomes de Albuquerque Maranhão, irmão de Pedro Velho, durante 16 anos (1897 a 1913). Mas Fabício foi, também, durante 20 anos (1893-1913), o presidente da Intendência de Canguaretama, onde era senhor de engenho.<sup>204</sup>

Pensar Fabício Gomes de Albuquerque Maranhão, como político e proprietário de engenho, abre-nos a possibilidade de entender parte do poder monopolizado por sua família à frente da estrutura governamental do Rio Grande do Norte. Apesar de não ter ocupado o cargo de governador e não ser tão questionado pela atuação quanto foram e são seus irmãos Pedro Velho e Alberto Maranhão, Fabício Maranhão foi o membro da organização familiar que se reelegeu por mais tempo para os mesmos cargos de Presidente do Congresso Legislativo e Presidente da Intendência de Canguaretama, onde ficavam seus

---

<sup>204</sup> MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*, p. 214.

redutos político e econômico açucareiro, sendo ocupante dos cargos citados por 16 e 20 anos respectivamente.

Fabício Maranhão deixou os importantes cargos públicos que acumulou no ano de 1913, coincidindo com o ano de término do segundo mandato de governador de Alberto Maranhão, momento em que, paulatinamente, os Albuquerque Maranhão começaram a desocupar aqueles cargos do executivo estadual dos quais pareciam ter domínio perpétuo, no entanto, lembrados pela intenção do governador para serem eternizados nas denominações dos grupos escolares.

Contudo, não foram apenas Augusto Severo e Fabício Maranhão que tiveram seus nomes tomados em importância para serem lembrados na memória e nas fachadas das instituições de ensino idealizadas pelo governo do irmão Alberto. Como se não fosse suficiente já existir uma vila, uma praça, um monumento e algumas ruas no Rio Grande do Norte com o topônimo Pedro Velho, um último reconhecimento feito ao seu irmão e mentor foi concretizado com a criação do Grupo Escolar *Pedro Velho*.

O Decreto estadual nº 286, de 10 de julho de 1913, atendia a uma representação dirigida pelo presidente da Intendência do município de Canguaretama ao governador. Assim, no artigo 1º do citado decreto, verificamos a criação, a denominação e a caracterização do Grupo Escolar *Pedro Velho* naquela cidade. Um detalhe importante que vale ser ressaltado, tendo em vista que seria bastante natural um intendente requerer ao governador a criação de uma instituição de ensino na cidade em que administra, é que à época o presidente da Intendência de Canguaretama era o senhor Fabício Maranhão já havia vinte anos. E assim, a exemplo do que ocorrera na Vila *Pedro Velho* com a criação do Grupo Escolar *Fabício Maranhão*, agora observamos uma inversão nos nomes do espaço urbano e do grupo escolar e mais uma vez encontraram-se na memória espacial os irmãos Pedro Velho, Fabício e Alberto Maranhão.

Porém, para não parecer que todos os grupos escolares construídos na segunda gestão de Alberto Maranhão à frente do executivo estadual haviam sido denominados conforme o interesse principal de promover a sua organização familiar, retomemos o interesse que fora tão associado à pessoa daquele governador pela criação e nomeação de instituições educacionais.

As iniciativas que se somam à gama de homenagens familiares efetivadas por Alberto Maranhão, revelam a existência de outros referenciais nominativos, que rememoravam personalidades importantes e acontecimentos no cenário local. As denominações que fugiam à regra do principal interesse dele se concretizaram na criação de

vários grupos escolares: *30 de Setembro* na Cidade de Mossoró (Nov./1908); *Senador Guerra* na Cidade de Caicó; *Thomaz de Araújo* na Cidade de Acari; *Antônio Carlos* na Vila de Caraúbas; *Almino Afonso* na Cidade de Martins; *Coronel Mariz* na Vila de Serra Negra; *Barão de Mipibu* na Cidade de São José – sendo estes do ano de 1909; *Moreira Brandão* na Vila de Goianinha; *Antônio de Azevedo* na Cidade de Jardim; *Nísia Floresta* na Vila de Papari; *Joaquim Correia* na Vila de Pau dos Ferros – criados no ano de 1910; *Jacumaúma* na Vila de Arez; *Tenente Coronel José Correia* na Cidade de Assu; *Auta de Souza* na Cidade de Macaíba; *Capitão Mor Galvão* na Vila de Currais Novos; *Ferreira Pinto* na Cidade de Apodi; *José Rufino* na Vila de Angicos – criados no ano de 1911; *Coronel Fernandes* na Vila de Luiz Gomes; *Dr. Otaviano* na Vila de São Gonçalo; *Felipe Camarão* na Cidade de Ceará-Mirim; *Frei Miguelinho* na Cidade de Natal – sendo estes últimos do ano de 1912.

Ao observar o conjunto nominativo que se fez necessário em decorrência da criação dos grupos escolares, nos deparamos com o enquadramento desses nomes no referencial *historio-sociotopônimo*, segundo o método taxionômico proposto por Dick. Esse referencial, além de contar com nomes de personalidades de destaque nacional, como Nísia Floresta e Frei Miguelinho, e denominações com a lembrança de indivíduos de expressão histórica local, como Felipe Camarão, Tomaz de Araújo e outros patronos nos demais grupos escolares, também abre espaço a acontecimentos importantes, como por exemplo, o dia 30 de setembro, data em que é celebrada, em Mossoró, a libertação dos escravos – ocorrida naquela cidade no ano de 1884.

De 1908 a 1913, foram ao todo vinte e quatro grupos escolares pensados e criados para responder ao jogo de interesses dos Albuquerque Maranhão. Jogo esse que também se ramificava pelos redutos eleitorais de seus correligionários políticos, objetivando responder a uma rede de interesses da família que buscava agradar as lideranças locais, através, por exemplo, da denominação de uma importante edificação para fins educacionais, que em algumas situações homenageava o próprio líder da política local, fosse ele coronel, tenente, capitão, intendente etc. Naquele contexto, o que importava era que a engrenagem maior precisava dar respostas às peças que lhe sustentavam, de acordo com o modelo de política praticado na Primeira fase da República. Para Spinelli, a habilidade como eram costuradas as alianças explica em parte o caminho para manter o domínio do poder:

[...] No plano estadual, as alianças entre os grandes *coronéis* (chefias municipais e/ou zonais) garantiam a hegemonia da facção dominante. A habilidade dos políticos oligárquicos em soldar as alianças frente à infinidade de querelas pessoais e familiares – além dos interesses

econômicos conflitantes que caracterizavam a vida política interiorana – seria a condição para manter o domínio da máquina político-administrativa estadual [...].<sup>205</sup>

Nesse sentido, seria no mínimo ingênuo pensar que o intuito do governador Alberto Maranhão, ao criar grupos escolares, limitava-se ao valoroso objetivo de ampliar os espaços para promover a educação num estado no qual estes ainda eram muito escassos. Os interesses que também estavam incutidos nas denominações dos espaços escolares visavam fortalecer na memória do povo o(s) nome(s) de sua organização familiar e ao mesmo tempo continuar mantendo as alianças que contribuía(m) para sua sustentação política. Assim, conforme descaradamente aumentavam os topônimos valorativos referentes aos parentes e aliados de Alberto Maranhão, também cresciam as críticas dos oposicionistas que tentavam principalmente através da imprensa escrita chamar a atenção do público letrado.

## **EM NOME(S) DA OPOSIÇÃO**

A oposição mais incisiva e articulada, disposta ao enfrentamento político do grupo do *Partido Republicano Federal* no Rio Grande do Norte, organizou-se na última década do século XIX, sob a bandeira do *Partido Republicano Constitucional* (PRC)<sup>206</sup>, responsável por aglutinar aqueles descontentes com os direcionamentos políticos inicialmente conduzidos por Pedro Velho e posteriormente por Alberto Maranhão.

Transcorria o ano de 1897, Ferreira Chaves governava o Rio Grande do Norte sob a tutela da autoridade política de Pedro Velho, quando uma reunião organizada por oposicionistas fora realizada para fundar o Diretório estadual do Partido Republicano Constitucional. Sob esta perspectiva, observamos que a oposição estava buscando se estruturar para fazer frente aos representantes do Partido Republicano Federal. Em tal reunião, presidida pelo Dr. José Paulo Antunes, foram explicadas as razões para o evento: “[...] o partido oposicionista ao governo estadual devia empenhar-se em amparar e prestigiar o

---

<sup>205</sup> SPINELLI, José Antônio. *Coronéis e oligarquias no Rio Grande do Norte: (Primeira República) e outros estudos*, p. 28.

<sup>206</sup> O Diretório do *Partido Republicano Constitucional do Rio Grande do Norte* foi fundado em Natal na rua Vigário Bartolomeu, nº6, aos 27 de agosto de 1897, oitavo da República. In: SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 185.

princípio da autoridade sem o qual não evoluem os princípios de liberdade que estão consagrados na Carta Constitucional de 24 de fevereiro.”<sup>207</sup>

A presidência do Partido Republicano Constitucional no Rio Grande do Norte foi ocupada originalmente pelo desembargador Jerônimo Américo Raposo da Câmara e contava com Amaro Cavalcanti e Tobias do Rego Monteiro como delegados do partido na capital federal. Segundo Itamar de Souza, o citado partido já “[...] nasceu forte, robusto, disposto a travar tantas lutas quantas fossem necessárias à sua consolidação como agremiação política. Cerca de duzentos políticos de todos os recantos do Estado assinaram sua ata de fundação. Entusiasmo de neófito!”<sup>208</sup>

O “entusiasmo de neófito”, utilizado por Souza para qualificar a euforia dos membros da nova agremiação política, é justificado pelo próprio autor, a partir da perspectiva que não se reconhecia à oposição o direito de existir. O opositor não era visto como adversário, mas, como um “terrível inimigo” que se devia combater independentemente dos meios utilizados.

Compreendendo as dificuldades para se promover um embate contra um partido forte que controlava os principais cargos do poder no estado, sempre concedendo aos correligionários todas as benesses desse poder e para os adversários os rigores da lei e a violência do arbítrio, os membros do *Partido Republicano Constitucional*, às vésperas da eleição para o governo do estado do ano de 1899, resolveram publicar um *Manifesto*<sup>209</sup> que denunciava todos os abusos de poder cometidos pelo grupo situacionista.

Em 04 de junho de 1899, na página inicial do *Diário de Natal*<sup>210</sup>, o *Manifesto* opositor dirigia-se aos concidadãos potiguares com o objetivo de tornar públicos os motivos que os impediam de concorrer àquela próxima eleição para governador do estado, tendo em vista que “nem pode, aliás, ter este nome [eleição] a farsa vergonhosa que se vai representar no dia 14 de junho”, data em que estava marcado o citado sufrágio.

---

<sup>207</sup> In: SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 185.

<sup>208</sup> In: SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 185.

<sup>209</sup> MANIFESTO. *Diário do Natal*, Natal, 04 jun. 1899.

<sup>210</sup> Além do jornal *Diário do Natal*, cuja primeira denominação foi *O Nortista* até setembro de 1895 – de propriedade do Coronel Elias Souto e contando com os redatores: Nascimento Castro, Amorim Garcia, Carvalho e Souza e Calistrato Carrilho –, a imprensa opositora ao período de dominação da organização familiar Albuquerque Maranhão, contou com a participação de outros folhetins que circularam na capital e em cidades do interior do estado. Entre os jornais de maior destaque, que assim como o *Diário de Natal* externaram sua posição contrária, estavam a *Gazeta do Comércio*; o *Rio Grande do Norte*, editado na capital (redação de Amorim Garcia, Amintas Barros e José Gervásio); o *Patrão*, editado em Caicó e de propriedade do Senador José Bernardo, durante o período de rompimento com Pedro Velho em meados da última década do século XIX; e *O Município* em Ceará-Mirim, entre outros com menor eloquência. Para mais detalhes sobre a imprensa opositora e as perseguições a ela direcionadas, consultar: SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*.

O *Manifesto* começava enfatizando o temor de uma derrota por parte da “oligarquia” que havia se apossado de todas as forças do poder público e apresentava esse temor de submeter-se ao legítimo julgamento do povo como justificativa para que aquele grupo, utilizando sua influência, tivesse constituído um “aparelho de compressão eleitoral” capaz de impossibilitar o funcionamento da vontade popular. Assim, a temática inicial reivindicava lisura para o alistamento eleitoral que havia se convertido numa “comédia”.

Sob este olhar, os representantes do Partido Republicano Constitucional denunciavam as violências praticadas nas eleições e alistamentos de eleitores, quando haviam sido excluídos do corpo eleitoral, pela “prepotência” das comissões seccionais e da junta municipal da capital, os nomes de mais de quatrocentos correligionários que eram empregados da União e tinham domicílio provado. Tal exclusão fora apontada, pelo fato desses correligionários da oposição terem sufragado a candidatura do atual presidente da República, ato anulado pelo Supremo Tribunal Federal, que pôs abaixo a perseguição e restituiu àqueles eleitores o direito que lhes havia sido usurpado.

A “comédia” do alistamento eleitoral para a próxima eleição que estava para acontecer em poucos dias foi apresentada através de “atos”. A reconstituição das cenas fora marcada pela riqueza de detalhes e de espaços, numa excursão que começava pela capital, questionando os números apresentados pela junta eleitoral que só acusava 481 eleitores, quando na revisão federal anterior constava de 1.035. Em municípios como Macau, Mossoró, Nova Cruz, Touros e São Miguel de Pau dos Ferros são listados vários atos de corrupção eleitoral que sempre buscavam excluir da cena todos aqueles que estavam desalinhados com as ideias e candidatos do grupo dominante.

Entre tantos processos aparatosos que foram sendo apontados, o *Manifesto* explicita claramente o desconhecimento dos reais algarismos que correspondiam ao eleitorado estadual. A realidade apontada é exposta e creditada ao que queria a “oligarquia” que “explorava” o estado:

[...] garantir-se no monopólio das posições locais e, mais ainda, furtar-se à fiscalização dos adversários, na hipótese de eleições para preenchimento dos cargos públicos. Agora deve ela achar-se segura de que dentro das garantias de que se cercou, só o protesto impotente da imprensa ameaçada, poderá perturbá-la na liberdade de seu domínio, já não bastará o acervo de suas glórias passadas, que lhe é pouco para assegurar no país a primazia conquistada pelas suas invenções. Agora há segurança para mais.<sup>211</sup>

---

<sup>211</sup> MANIFESTO. *Diário do Natal*, Natal, 04 jun. 1899. p. 1.

Depois de apresentados os protestos políticos que condenavam os atos de perseguição oriundos do grupo situacionista, como o fechamento de Intendências e deposição de intendentess, a anulação de alistamentos, a recusa de eleitores – entre outras práticas adotadas pelo grupo que comandava o poder no governo estadual, interessado em manter-se à frente dos cargos públicos – os olhares críticos passaram a enfatizar a ordem dos interesses econômicos, questionando alguns dos principais privilégios financeiros dos quais gozavam o senador Pedro Velho e o governador Ferreira Chaves. As benesses que envolviam aqueles líderes da situação – apontadas pela oposição como “usurpações” – traduziam em parte o favorecimento ou a facilitação para o escoamento das cifras sob seu controle em prol de seus interesses. O que torna válido salientar que interesses políticos e econômicos conviviam proximamente, porque se completavam na sustentação no poder, justificando ainda mais o direcionamento quanto ao teor de ambas as críticas.

Ao apontar os reais interesses econômicos do grupo pedrovelhista naquele momento, o discurso oposicionista tratou de rememorar importantes ações de favorecimento, iniciadas ainda no governo de Pedro Velho, que teria feito “[...] a seu irmão Augusto Severo concessão de uma estrada de ferro e obtido para o mesmo e seu irmão Fabrício Maranhão privilégio de engenhos centrais.”<sup>212</sup>

Os empreendimentos açucareiros de propriedade dos Albuquerque Maranhão se converteram em alvos certos para uma oposição que criticava duramente as proteções e os privilégios concedidos aos concessionários. Assim, Fabrício Maranhão, presidente da Assembléia Estadual e proprietário de engenhos em Canguaretama em tal momento, foi apontado como influente articulador:

Não basta que este, presidente da Assembléia Estadual, proibido pela Constituição de fazer contratos com o Governo, tenha conseguido dos cofres públicos 80:000\$000 de empréstimos para sua usina, tenha feito votar para proteger sua indústria o imposto de 300 réis sobre litro de aguardente fabricado noutro Estado.<sup>213</sup>

E os benefícios econômicos apontados pela oposição não se restringiram apenas às cifras adquiridas com a construção de uma estrada de ferro, por parte de Augusto Severo, ou ao trato com o açúcar, associado aos engenhos de Fabrício Maranhão. A indústria têxtil tornou-se outro importante foco para questionamentos, certa vez que favorecia principalmente

---

<sup>212</sup> MANIFESTO. *Diário do Natal*, Natal, 04 jun. 1899. p.1.

<sup>213</sup> MANIFESTO. *Diário do Natal*, Natal, 04 jun. 1899. p.1.

a pessoa de Juvino Barreto, fortemente ligado por laços familiares ao futuro governador Alberto Maranhão:

É nada que a fábrica de tecidos do Sr. Juvino Barreto, cunhado e sogro do irmão do Sr. Pedro Velho, que vai ser designado governador, tenha recebido, além do privilégio por quarenta anos com isenção de direitos a proteção de serem os produtos de algodão entrados de qualquer procedência, carregados com o imposto de 40 réis por metro corrido.<sup>214</sup>

A construção civil e a agro-indústria foram setores de destaque na economia norte-rio-grandense na passagem da última década do século XIX e primeiras do século XX, uma vez que estavam atreladas aos cabedais dos Albuquerque Maranhão e foram pretensiosamente manipuladas para o favorecimento próprio, no jogo político que envolvia o protagonismo de Pedro Velho e Ferreira Chaves no poder estatal. O líder do partido situacionista e o governador do estado eram perfeitamente alinhados e oportunamente alçados a um lugar central na viabilização e desvios de recursos, segundo os olhares da oposição:

É muito regular que o Sr. Pedro Velho e o Sr. Chaves tenham recebido 300:000\$000 da União para construir açudes, não tendo até hoje prestado contas perante o Governo Federal do desperdício daquela quantia, em que, aliás, o primeiro daqueles senhores já declarou no Senado nunca ter tocado.<sup>215</sup>

O teor das acusações, além de revelar as proveniências dos recursos, os valores envolvidos, os desperdícios e o superfaturamento de obras que estariam para ser realizadas em alguns pontos do estado, tratou de apontar onde deveriam ter sido aplicados os investimentos advindos da União. A possível ingerência política dos recursos estatais torna-se igualmente explícita em um importante empreendimento privado alocado para um suposto escoamento de cifras elevadas:

É muito regular ainda que o Sr. Chaves tenha recebido da União a importância de 70:828\$000 para o nosso Ateneu e a tenha aplicado no pagamento de outras despesas, em detrimento daquele estabelecimento. É nada que se pague anualmente à tipografia dos Senhores Pedro Velho e Alberto Maranhão trinta e tantos contos de réis pela publicação do expediente e impressão de leis, quando esta despesa nunca atingiu a seis contos nas passadas administrações.<sup>216</sup>

---

<sup>214</sup> MANIFESTO. *Diário do Natal*, Natal, 04 jun. 1899. p.1.

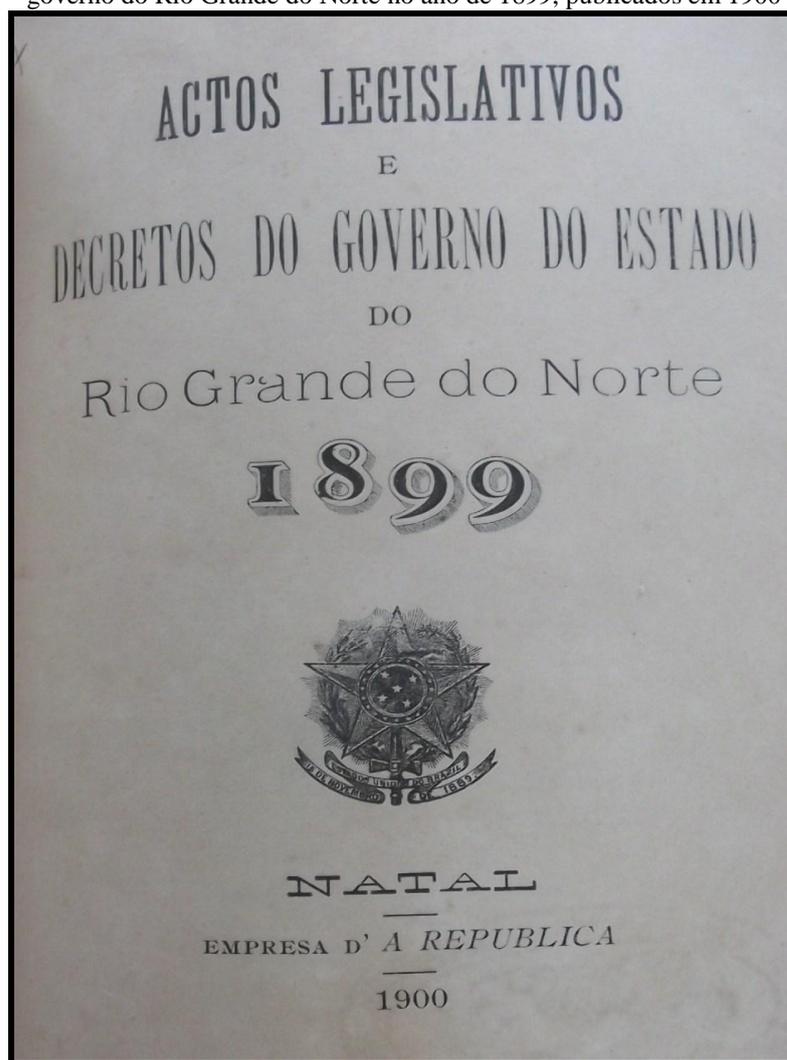
<sup>215</sup> MANIFESTO. *Diário do Natal*, Natal, 04 jun. 1899. p.1.

<sup>216</sup> MANIFESTO. *Diário do Natal*, Natal, 04 jun. 1899. p.1.

As publicações da documentação oficial do Rio Grande do Norte foram mencionadas e tornaram-se alvo de especulação por que eram impressas na tipografia *A República* de propriedade da organização familiar *Albuquerque Maranhão*. Além da publicação, a própria divulgação das leis e decretos ocorria no jornal *A República*, favorecendo ainda mais para o surgimento de acusações. Além do monopólio instaurado sobre a imprensa “oficial”, pelo órgão designado como o responsável pelas publicações, as acusações também giraram em torno do encarecimento dos serviços prestados ao estado para favorecer os proprietários com valores exorbitantes, incomparáveis às cifras destinadas a tal fim nas administrações anteriores.

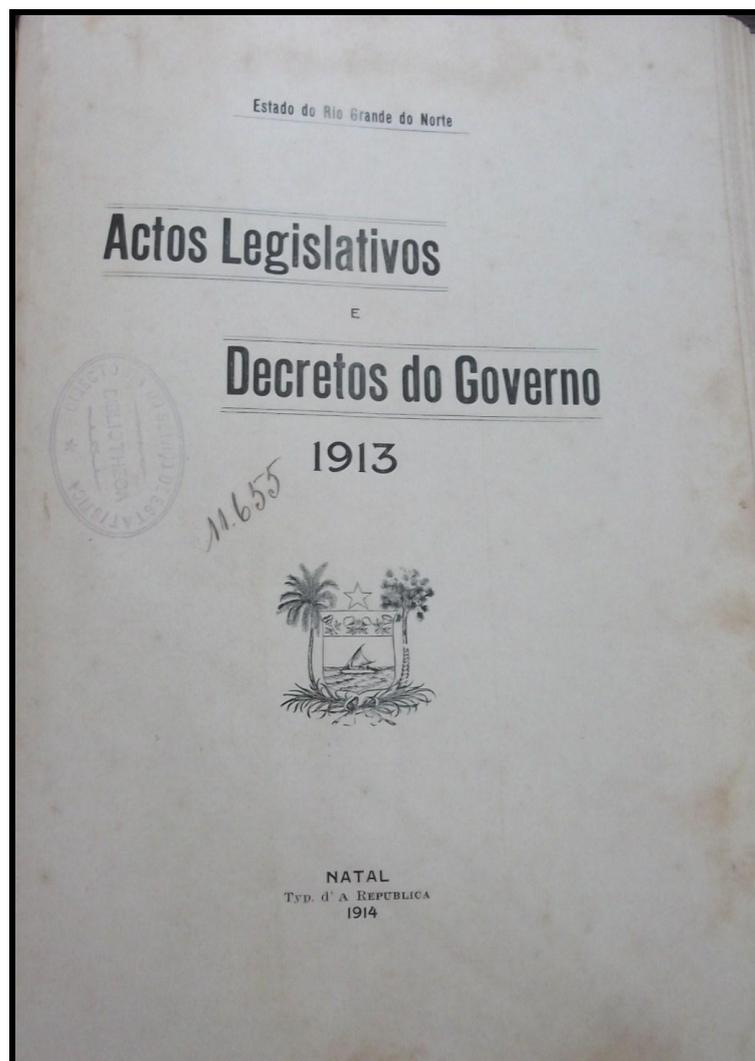
Na sequência, podemos visualizar a responsabilidade pela publicação da imprensa oficial, nas capas dos cadernos que continham as leis e decretos estaduais de 1899 e 1913:

**Figura 12:** Folha de rosto referente aos atos legislativos e decretos do governo do Rio Grande do Norte no ano de 1899, publicados em 1900



Fonte: Acervo do IHG-RN

**Figura 13:** Folha de rosto referente aos atos legislativos e decretos do governo do Rio Grande do Norte no ano de 1913, publicados em 1914



Fonte: Acervo do IHG-RN

As capas das publicações ora apresentadas em parte confirmam o monopólio da imprensa, questionado pelo protesto. Basta verificar o período cronológico de tal dominação, a partir das publicações oficiais que foram disponibilizadas no primeiro ano de governo de Alberto Maranhão (1900), até as publicações do último ano de seu segundo governo em 1913.

Depois de feitas as críticas ao monopólio da imprensa “oficial”, o direcionamento final do *Manifesto* oposicionista de 1899 seguiu associando situações de ordem econômica e política que proporcionaram amplos benefícios aos envolvidos. Quanto a isso, questionava-se o Congresso Estadual por concessão de privilégio a Alberto Maranhão para refino do açúcar, exportação de sal e fabricação de sabão, inclusive protegendo este último favor através da cobrança de um imposto de sessenta réis por quilograma sobre os produtos advindos de outra procedência.

As referências econômicas citadas a título de privilégios concedidos a um membro dos Albuquerque Maranhão correspondem apenas à primeira parte das acusações finais do texto. O teor mais forte e denso dos ataques da oposição esteve solidamente direcionado às ações políticas. Nesse âmbito, fazia-se necessário expor as figuras de Pedro Velho e Alberto Maranhão, pelo fato de o primeiro ter influenciado diretamente na construção do caminho que levaria mais precocemente o segundo à conquista do cargo de governador do estado:

O Sr. Alberto Maranhão, para quem o Sr. Pedro Velho, seu irmão, guardou, quando governador, durante onze meses o lugar de secretário, à espera de que S. Exa. Concluísse seu curso de Direito; o Sr. Alberto Maranhão, por amor de quem se reformou a Constituição, para permitir-lhe a elegibilidade ao cargo de governador com a idade de 25 anos, diminuindo-se de dez a que a princípio fora estabelecida; o Sr. Alberto Maranhão, elevado a procurador-geral do Estado, por essa mesma reforma, que serviu de falsa base à aposentadoria ilegal de cinco desembargadores e cinco juízes de direito de uma relação de sete membros; o Sr. Alberto Maranhão, eleito por esse processo, está garantido para elevar-se além da obra de seu irmão e chefe [...].<sup>217</sup>

A trajetória política de Alberto Maranhão – vista como obra traçada sob a influência de Pedro Velho – se tornara enfoque indispensável devido ao momento político vivido naquele contexto. Faltavam poucos dias para a eleição estadual que, ao que tudo indicava, iria consagrá-lo como governador do estado. Por isso, era propício falar de Alberto Maranhão ainda muito jovem como secretário de estado, e principalmente, como o maior favorecido pela reforma ocorrida no item 3º, § 4º do Art. 28º, Capítulo I, Seção II da Constituição Estadual, no que trata do pré-requisito da idade mínima que deveria ter um cidadão no Rio Grande do Norte para assumir o cargo de governador. A reforma que diminuiu em uma década – de 35 para 25 anos – a idade mínima necessária para assumir o poder maior do estado tinha como principal objetivo contemplar diretamente Alberto Maranhão – à época com apenas 26 anos – e ao mesmo tempo manter o poder e os benefícios daquele grupo político.

Sobre a precoce investidura de Alberto Maranhão para o cargo de governador do estado, outra matéria presente na mesma edição do *Diário do Natal* que publicou o Manifesto em 1899 apresentou críticas, qualificando o candidato situacionista como “filhote da dynastya reinante” – como tratou a organização familiar Albuquerque Maranhão –, o *corrilho* dominante que controlava o “orgão do tesouro” – o governo do estado:

---

<sup>217</sup> MANIFESTO. *Diário de Natal*, Natal, 04 jun. 1899. p.1.

Debalde o *orgão do thesouro* se esforça por dar visos de popularidade à candidatura do *filhote* da *dynastia reinante*, promovendo e angariando umas *adhesões espontâneas*, que nada valem, que nada significam, pois é até sabido que os *adhesistas* nem se acham incluídos no alistamento estadual, pelo qual vai ser feita a eleição do *candidato oficial*, e não estão nele incluídos, porque, ao tempo de sua confecção, eram eles do partido da oposição.<sup>218</sup>

Além da crítica ao típico *filhotismo* pelo qual associaram Alberto Maranhão, as considerações também justificavam a insignificância de algumas adesões, por elas não fazerem parte do alistamento eleitoral organizado anteriormente, quando os adesistas a candidatura situacionista pertenciam à oposição.

Retomando as críticas contidas no *Manifesto* de 1899, verificamos que elas se estenderam à figura de Ferreira Chaves, governador naquele momento, que havia dirigido tal reforma constitucional no ano de 1898 e que assinou outro decreto que o aposentava como desembargador e direcionava automaticamente a vaga naquele cargo para seu irmão Aprígio Chaves.

Por fim, o *Manifesto* que foi assinado em Natal, no dia 03 de junho de 1899, pelo diretório do Partido Republicano Constitucional, formado por Jerônimo Américo Raposo da Câmara (presidente); Manuel do Nascimento Castro e Silva; Antônio de Amorim Garcia; Vestremundo Arthemio Coelho e pelo Dr. Affonso Moreira de Loyolla Barata apresentou, em seus dois últimos parágrafos, considerações sobre a representação da figura do governador que iria ser eleito naquela próxima data de 14 de junho.

Como se já estivessem cientes da vitória de Alberto Maranhão em decorrência de toda a força política e econômica que o mesmo representava, favorecido pela máquina estatal, os opositoristas reforçaram nas linhas finais do *Manifesto* o fato daquele candidato prestes a ser eleito para o cargo de governador nunca chegar a representar valores como a vontade, a aspiração e a honra do Rio Grande do Norte. Pois, estes seriam guardados, “[...] através de todas as perseguições, de todas as violências, de todas as usurpações, entre os filhos desta terra infeliz, que um dia havemos de libertar da immoralidade política que a empobrece e opprime.”<sup>219</sup>

Apesar das manifestações oposicionistas, Alberto Maranhão foi eleito para dar sequência ao plano de Pedro Velho, que desejava a continuidade situacionista, e durante a sua primeira administração, mostrou-se na maior parte das vezes indiferente às críticas da imprensa, pois estava empenhado na grande obra de sua primeira passagem pelo governo: o

---

<sup>218</sup> A CANDIDATURA do Dr. Alberto Maranhão. *Diário do Natal*, Natal, 04 jun. 1899. p.2.

<sup>219</sup> MANIFESTO. *Diário do Natal*, Natal, 04 jun. 1899. p.1.

Teatro Carlos Gomes. Esgotado o tempo da primeira administração de Alberto Maranhão, iniciara o governo de Tavares de Lyra, que se apresentou portador de uma postura bastante combativa para com os oposicionistas, consumada em perseguições judiciais e atos de violência como o que foi dirigido ao folhetim humorístico intitulado *Zé Povinho* em fevereiro de 1905, quando um considerável número de exemplares foi apreendido e destruído por oficiais da polícia. O empastelamento de jornais oposicionistas era algo que parecia comum à época, tendo em vista os numerosos atos que pairavam sobre os periódicos que se posicionavam contrariamente ao grupo situacionista:

Mas, o pior estava por acontecer, pois o alvo da ira governante eram os grandes jornais de oposição: ‘Diário do Natal’ e ‘Gazeta do Comércio’. Apesar das ameaças, a imprensa oposicionista continuava fustigando acremente os atos do governo. Este, não suportando os ataques, não pôde se conter. Verdade é que, no dia 19 de maio de 1905, os soldados do Batalhão de Segurança destruíram as tipografias desses dois jornais, fato ocorrido nas caladas da madrugada. Uma vez que todas as tipografias da cidade negaram-se a imprimir uma nota de protesto noticiando o atentado brutal, pois temiam a repressão do governo, os proprietários dos dois jornais mandaram imprimir dois mil exemplares de um boletim, em João Pessoa (PB), o qual foi distribuído por todo o país.<sup>220</sup>

A notícia que correu por toda a cidade e para além do estado, dava conta da destruição gerada pelo assalto às tipografias do *Diário do Natal* e da *Gazeta do Comércio*, gerando um altíssimo prejuízo aos proprietários. Mas com o restabelecimento dos importantes aparelhos de oposição, tiveram continuidade as críticas, na maior parte das vezes replicadas pelo folhetim oficial *A República*.

Contudo, os embates entre a situação e a oposição não se centralizaram apenas nos campos da política, da economia e da imprensa estadual. As duras críticas que tentavam de todas as formas desarticular o corrilho dominante foram lançadas, sobretudo, ao hábito de nomear ou alterar as referências toponímicas de logradouros, prédios públicos e monumentos, conforme os interesses próprios de se fazerem lembrar no espaço e na história. As ações e reações partidárias, na maior da parte das vezes, continuaram a chegar ao conhecimento do público letrado da época através da imprensa escrita. Enquanto o jornal *A República* estava a serviço da máquina estatal e dos interesses daqueles que o comandavam, divulgando os decretos que denominavam espaços públicos, o jornal *Diário do Natal* emprestava suas páginas à escrita oposicionista liderada pelos membros do *Partido Republicano*

---

<sup>220</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 248.

*Constitucional*, que buscavam desqualificar os interesses do governador Alberto Maranhão e do grupo político que havia herdado a liderança após a morte de Pedro Velho.

Tendo sido eleito para seu segundo mandato como governador, no ano de 1908, Alberto Maranhão tratou de reforçar ainda mais o(s) nome(s) de sua família na memória histórico-espacial do Rio Grande do Norte. No ano de 1909, o governante buscava dedicar o seu empenho à remodelação da saúde estadual, reestruturando o antigo Hospital de *Caridade* e redenominando-o como Hospital *Juvino Barreto*.

As preocupações com o imaginário social que envolvia os atos denominativos evocavam-se na imprensa por duas lógicas. Assim, fazemos uso do evento correspondente à inauguração do Hospital *Juvino Barreto*, no ano de 1909, como momento-chave para pensar uma primeira lógica exposta no jornal *A República*, que valorizava os atos governamentais e os principais interessados envolvidos, e uma segunda lógica, exposta no jornal *Diário do Natal* pelas críticas pertinentes, acerca da constante “ vaidade ” do governador Alberto Maranhão em homenagear a sua gente.

A edição de 13 de setembro de 1909 do jornal *A República* tratou de relatar o principal acontecimento daquele mês na capital do Rio Grande do Norte, ocorrido no dia anterior: a cerimônia de inauguração do *Hospital Juvino Barreto*. O dia festivo que teve como ápice o momento da inauguração das instalações do novo hospital começou às 8 horas com uma longa missa celebrada pelo padre Moisés Ferreira do Nascimento. Como era de praxe, no *A República* publicavam-se não apenas as decisões governamentais, fossem elas materializadas em leis ou decretos, também se propagavam os fatos de maior expressão na sociedade e na cena política estadual: “ Conforme noticiamos, realizou-se, ontem, a uma hora da tarde, a inauguração do Hospital de Caridade Juvino Barreto. ”<sup>221</sup>

Seguindo a regra do que era mais comum no veículo impresso representante do governo, após apresentar a notícia passava-se à descrição do acontecimento, fazendo menção aos ilustres ali presentes, especialmente aos políticos, que muitas vezes ocupavam cargos importantes no próprio governo; ou a outras pessoas ligadas politicamente ao governador ou apadrinhadas por ele; ou a alguém de sua organização familiar ou do grupo político que liderava:

Assistiram a esse ato, entre outras pessoas, o Exmo. Dr. Alberto Maranhão, acompanhado de sua Exma. Família, seu secretário e ajudante de ordens, major Joaquim Soares e capitão Joaquim Anselmo, coronel Joaquim Manoel, presidente do governo municipal, Dr. Manoel Dantas e sua gentilíssima

---

<sup>221</sup> HOSPITAL Juvino Barreto. *A República*, Natal, 13 set. 1909. p.1.

filha, senhorita Beatriz, Dr. Calistrato Carrilho, inspetor de Higiene, Dr. Pedro Amorim, diretor do serviço médico-legal da Polícia, coronel Joaquim Etelvino, Ricardo Barreto e Montano Emerenciano, representante desta folha.<sup>222</sup>

Depois de listados oportunamente alguns dos presentes, o processo descritivo passava a relatar o ato inaugural, momento este centralizado na pessoa do governador Alberto Maranhão: “Ao servir-se um copo de cerveja S.Excia. congratulou-se com a diretoria do estabelecimento e com o Dr. Januário Cicco, externando a excelente impressão recebida e declarando oficialmente inaugurado o Hospital de Caridade Juvino Barreto.”<sup>223</sup>

A continuidade das pompas da inauguração do hospital foi animada pela banda de música do Batalhão de Segurança. O noticiário também relatou que ao término do evento, ocorreu uma minuciosa visita às dependências do estabelecimento, verificando a existência de artefatos médico-cirúrgicos:

Na sala de cirurgia, vimos a moderna mesa de operações do professor Gosset, mesa para curativos, lavabo-ambulância, mesa prateleira para pensos, um armário com o arsenal cirúrgico, contendo ferros para as necessidades de pequena e alta cirurgia, pulverizador a vapor, para desinfecção das salas, estufa para esterilização de ferros etc.<sup>224</sup>

Após passarem pela sala de cirurgia dirigida pelo único médico daquela instituição o Dr. Januário Cicco, o percurso da visita se deu pela secretaria e parlatório, que também servia de consultório médico e abrigava retratos do patrono do estabelecimento e do governador. O trajeto prosseguiu pela capela, dormitório e rouparia, enfermarias *Santa Inez* e *Santo Alberto*, dependências para pensionistas, farmácia, despensa, refeitório e cozinha, sempre enfatizando a qualidade e a “magnífica impressão gravada em nosso espírito”.

As tentativas de perpetuação de uma memória familiar no espaço e na história norte-rio-grandense, pensadas como iniciativas demarcatórias advindas do lugar de fala dos Albuquerque Maranhão, ressoaram não apenas enquanto importantes iniciativas que denominavam artérias urbanas, cidades e espaços administrativos e de socialização envolvidos pelo advento da modernidade. Essas ações ecoaram na voz crítica e concomitantemente, na escrita de alguns dos principais meios de comunicação da época, vistas como tentativas vaidosas de promoção e afirmação do e no poder estadual: “Afinal, depois de 4 longos anos de espera reabriu-se o Hospital de Caridade, não no seu antigo prédio

---

<sup>222</sup> HOSPITAL Juvino Barreto. *A República*, Natal, 13 set. 1909. p.1.

<sup>223</sup> HOSPITAL Juvino Barreto. *A República*, Natal, 13 set. 1909. p.1.

<sup>224</sup> HOSPITAL Juvino Barreto. *A República*, Natal, 13 set. 1909. p.1.

da rua Presidente Passos, mas na casa adquirida pelo governo do Estado para um asylo de mendicidade que morreu antes de nascer.”<sup>225</sup>

Via-se o novo hospital como uma reabertura do antigo Hospital de *Caridade* que havia sido fechado. Porém, nem o local nem o nome eram os mesmos: “A denominação do Hospital de Caridade, que sempre teve o estabelecimento mantido pelos cofres públicos, foi substituída agora, pela de *Hospital Juvino Barreto*, em homenagem ao falecido sogro do Dr. Alberto Maranhão.”<sup>226</sup> Torna-se importante observar que a referida casa no alto do monte, utilizada para abrigar o novo espaço destinado a cuidar da saúde dos habitantes de Natal, já havia pertencido aos Albuquerque Maranhão e fora depois vendida a terceiros, que por sua vez a venderam ao governo do estado.

A oposição no Rio Grande do Norte, que assim como em 1899 continuava a ser liderada na imprensa pelo jornal *Diário do Natal*, não apenas alfinetou os reais interesses familiares dos Albuquerque Maranhão, sobretudo, elencou as ações envolvidas no esforço desempenhado para perpetuar no espaço as significações próprias que a citada organização familiar buscou construir à frente do governo do Rio Grande do Norte.

Naquela edição do *Diário do Natal* do dia 14 de setembro de 1909, à época dirigido pelo Dr. Augusto Leopoldo Raposo da Câmara, ecoaram não apenas as críticas à disposição espacial da mais recente inauguração do governo do Estado naquele momento, o *Hospital Juvino Barreto*. As críticas foram lançadas, como já enfatizamos, ao interesse habitual, principalmente, do governador Alberto Maranhão em imprimir aos espaços denominações que rememoravam sua parentela:

Já temos praça Pedro Velho, monumento Pedro Velho, Villa Pedro Velho, praça Augusto Severo, Villa Augusto Severo, Avenida Augusto Lira, avenida Alberto Maranhão, avenida Amaro Barreto, avenida Juvino Barreto, e agora mais Hospital Juvino Barreto e Enfermaria Santo Alberto e Santa Ignez. Oh! gente vaidosa!<sup>227</sup>

Assim, observamos que na citada matéria do *Diário de Natal* existiu a preocupação em apontar os espaços estratégicos e seus homenageados. Espaços estes que tinham abrangência que ia além da capital, demarcando inclusive o interior do estado. Naquela ocasião, Pedro Velho está presente na denominação de uma praça e de um monumento em sua homenagem – ambos localizados em Natal – e ao mesmo tempo tem seu nome lembrado na *Vila de Pedro Velho*. O outro irmão citado, Augusto Severo, é mencionado

---

<sup>225</sup> O HOSPITAL. *Diário do Natal*, Natal, 14 set. 1909. p. 1.

<sup>226</sup> O HOSPITAL. *Diário do Natal*, Natal, 14 set. 1909. p. 1.

<sup>227</sup> O HOSPITAL. *Diário do Natal*, Natal, 14 set. 1909. p. 1.

oportunamente nos nomes de uma praça e de uma avenida da capital e de uma vila do interior do estado. Verifica-se também a presença do primo Augusto Tavares de Lira, ex-governador do estado, na avenida que carrega seu nome, situada no bairro da Ribeira. O senhor Amaro Barreto – pai dos irmãos Pedro, Augusto e Alberto – é citado no nome da avenida que parte do bairro do Alecrim em direção a Macaíba.

Por fim, as críticas aos homenageados se direcionaram às denominações presentes no recém-inaugurado hospital. O nome de Juvino Barreto, sogro do governador Alberto Maranhão, passa a ser contestado por já ter sido lembrado em uma avenida da capital. Eis que surge a defesa, pela ala oposicionista, do nome do Padre João Maria, como forma de homenageá-lo por seus importantes atos de caridade que amenizaram durante décadas o sofrimento dos mais desvalidos:

Si havia um nome nesta terra que merecesse figurar no alto do hospital – esse nome era o do caridoso Padre João Maria. Este também nada legou ao Estado para o hospital, porem, fez mais do que isto, porque arrancava o magro pão da sua bôcca para dividil-o com os infelizes que tinham fome; na quadra das epidemias, quando todos fugiam dos variolosos esse os procurava nas suas choças, dava-lhes o remédio e a tizana que elle próprio fazia à beira do fogo, á qualquer hora do dia ou da noite, quer chovesse, quer fizesse sol. Era sublime vel-o sacrificar-se pela pobresa desvalida, desamparada!<sup>228</sup>

O arremate final é uma espécie de ataque direto a onipresença do governador, que além de já contar com uma avenida da capital em vossa homenagem, tomou para si e sua irmã/sogra Inez os nomes das enfermarias do hospital. A “santificação”, propositalmente apresentada pelas denominações das enfermarias *Santo Alberto e Santa Inez*, talvez tenha sido uma tentativa direta de camuflar os reais interesses que gritavam aos ouvidos de quem observava a presença de tantas homenagens peculiares, talvez fosse um ato bastante incisivo de afronta a todos aqueles que questionavam a “ vaidade ” do governador.

---

<sup>228</sup> O HOSPITAL. *Diário do Natal*, Natal, 14 set. 1909. p. 1.

**EM NOME(S) DE ALBERTO MARANHÃO:** A penúltima representação e o *paroxismo da vaidade*

DECRETO N. 263 DE 8 DE JANEIRO DE 1912

Crêa um grupo escolar na Villa de Nova Cruz,  
denominado ALBERTO MARANHÃO

O Governador do Estado do Rio Grande do Norte, usando da attribuição conferida pelo Código de Ensino vigente,

Decreta:

Art. 1º - É creado na Villa de Nova Cruz um grupo escolar denominado “Alberto Maranhão”, compreendendo duas escolas elementares, uma para cada sexo.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo, 8 de janeiro de 1912, 24º da República.

ALBERTO MARANHÃO  
Francisco Pinto de Abreu.<sup>229</sup>

Pensar uma sociedade como o seu *mundo* era ultrapassar o desejo de atribuir denominações às diversas espacialidades que já faziam menção aos parentes mais próximos, negligenciando qualquer ataque oposicionista, como os que se fizeram constantes no Diário do Natal e outros jornais. As benesses econômicas advindas do poder político não eram suficientes para aquele que tratou de demarcar na pele espacial do Rio Grande do Norte os nomes que lhe eram mais íntimos e significativos. Assim, visibilizamos com a criação do grupo escolar *Alberto Maranhão*, uma necessidade inata do governador de satisfazer completamente o ego pessoal autodenominando espaços, medalhas de mérito etc.

Esse mundo dos Albuquerque Maranhão, centrado em Natal e adjacências, sobre o qual se efetivaram as ações em torno do imaginário toponímico que celebrava aquela organização familiar, requeria adequação às ideias progressistas que circulavam nos principais centros urbanos do Brasil e do mundo. Portanto, ocupando um cargo eletivo durante seis anos, Alberto Maranhão empreendeu, em prol de seus interesses, um processo de reestruturação de diversos espaços da capital, pontuados por várias normas de civilidade que transitavam por

---

<sup>229</sup> RIO GRANDE DO NORTE. Governo do Estado. Decreto n. 263 de 8 de janeiro de 1912. Crêa um grupo escolar na Villa de Nova Cruz denominado ALBERTO MARANHÃO. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*, 1912.

temas como salubridade, sociabilidade, estética, natureza etc, visando sempre modernizar a estrutura física de Natal.

Esses temas norteadores das ações efetivadas pela administração estadual na capital do estado refletiam as ideias que circulavam pelo mundo, principalmente a partir da influencia dos conhecimentos e práticas modernos que constituíam a *Belle Époque* francesa<sup>230</sup>, centrada na vanguardista Paris, adotada como referencial para uma sociedade ávida pelo progresso material e dos costumes:

A capital da *Belle Époque* era Paris. [...] Paris traduziu desde meados do século XIX, as grandes conquistas do espírito. A língua francesa, por exemplo, estava envolvida num prestígio fulgurante, nomeando noções filosóficas e políticas, indumentária, mobiliário... Paris figuraria como o grande centro civilizatório do século XIX e parte do século XX, fornecendo o modelo do viver urbano, da civilidade, refinamento e sensibilidade artística.<sup>231</sup>

Diante da principal referência, as transformações que se efetivariam no *corpo*<sup>232</sup> da cidade tinham o intuito de se fazerem sentidas na *alma* das pessoas, porque essas pessoas desejavam o *novo* – o progresso inerente a República. Essas transformações foram sentidas por exemplo a partir do tema norteador que interagiu higiene/salubridade em vários espaços de Natal. Sobre esse tema, devemos considerar que a ação inaugural correspondeu ao aterramento da área pantanosa que deu origem ao jardim público (Praça Augusto Severo), na Ribeira, ocorrido ainda na administração de Tavares de Lyra.

A temática da (in)salubridade inclusive se fazia objeto de interesses que giravam em torno não somente dos dois bairros mais antigos, revelando um dos principais intuitos da Cidade Nova diante de sua contraposição à Cidade Alta:

Destinada à moradia das elites, que passariam a habitar um espaço moderno e construído segundo os princípios difundidos pelo higienismo, a Cidade Nova estava localizada num ponto espacialmente afastado do ‘corpo sujo’ a Cidade Alta/Antiga e suas imediações, que abrigava serviços insalubres, como matadouro [...].<sup>233</sup>

---

<sup>230</sup> Devemos considerar que enquanto o otimismo que caracterizou a *Belle Époque* francesa se dissipava com a Primeira Guerra Mundial, em Natal esse otimismo dava seus primeiros passos nas primeiras décadas do século XX. Para mais detalhes sobre esse descompasso, ver: ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenуска; MARINHO, Márcia. *O corpo e alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930*.

<sup>231</sup> ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenуска; MARINHO, Márcia. *O corpo e alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930*, p. 46.

<sup>232</sup> Para as referências que tomamos sobre a metáfora do *corpo* e da *alma* da cidade, ver: ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenуска; MARINHO, Márcia. *O corpo e alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930*. 2008.

<sup>233</sup> ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenуска; MARINHO, Márcia. *O corpo e alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930*, p. 111.

A mesma questão também abre uma possibilidade de análise sobre as denominações dos dois bairros que irão surgir quando da divisão da Cidade Nova em 1908<sup>234</sup>. *Petrópolis e Tirol* cada um em seu íntimo revela uma busca por uma vida mais saudável, referenciada em ambientes exteriores, em cidades com climas mais amenos. Segundo Cascudo, tanto o nome Petrópolis quanto Tirol, foram sugeridos por Alberto Maranhão para denominar os dois bairros que substituiriam o topônimo Cidade Nova. Sobre *Petrópolis*, “[...] Considerando a beleza da colina, lembrei-me criar o novo bairro e o fiz pensando na Petrópolis fluminense, dos veranistas do Rio, a cidade dos diários, e no nome de Pedro Velho [...]”<sup>235</sup>. Já o topônimo *Tirol*, revela uma fantasia ou talvez delírio de Alberto Maranhão em ter esses ares mais amenos numa cidade de clima tropical relacionando-o com a Áustria: “A denominação de Tirol, ao bairro, foi uma simples fantasia sem justificativa real. Uma lembrança da província austríaca, qualquer coisa de reminiscência recalcada de leituras literárias, e nada mais.”<sup>236</sup>

Contudo, a ampliação e disseminação mais profícuas desses desejos pelo higienismo ocorreram quando Alberto Maranhão, em sua segunda administração (1908-1913), resolveu ampliar as ações, criando o Hospital Juvino Barreto, o Asilo de Mendicidade João Maria, o Isolamento de Tuberculosos, o Asilo de Alienados; arborizando a Avenida Tavares de Lyra; substituindo o encanamento de água antigo; construindo um matadouro moderno; instalando câmaras frigoríficas no mercado público e um forno para incineração do lixo, que passou a ter um processo organizado de coleta; etc.

Sobre a existência de tal aparato tecnológico no referido mercado e do forno para incinerar o lixo, devemos considerar que se deram em decorrência da instalação da luz elétrica na cidade, no ano de 1911, em substituição à iluminação feita a gás acetileno. Com os motores elétricos adquiridos para equipar a usina de Oitizeiro, localizada nas proximidades do Baldo, foi possível fazer melhorias no sistema de transporte urbano, passando a contar com bondes elétricos que circulavam por cerca de sete quilômetros de linhas que cruzavam os bairros até então existentes. A esteira do desenvolvimento fomentado pela energia elétrica também possibilitou instalar a rede de telefonia naquele mesmo ano.

As transformações em cadeia ocorridas na estrutura física de Natal também geraram a proliferação de espaços de sociabilidade, além dos que já existiam. Defronte ao jardim que substituiu o alagadiço na área central da Ribeira encontravam-se três exemplos da

---

<sup>234</sup> A criação de Petrópolis ocorreu por força da Resolução nº 118, de 25 de fevereiro de 1908. Para mais detalhes ver: RESOLUÇÃO n. 118. *A Republica*, Natal, 28 fev. 1908.

<sup>235</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Cidade do Natal*, p. 437.

<sup>236</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Cidade do Natal*, p. 438.

arquitetura moderna, expressão das ideias progressistas em Natal – O Teatro Carlos Gomes (1904), reformado em 1912 pelo mesmo arquiteto que fez o projeto inicial (Herculano Ramos); o grupo escolar Augusto Severo (1908), que contava com escola de música também criada por decreto do governador Alberto Maranhão; e a Escola Doméstica (1914). Todos avizinados, podem ser vistos como “[...] espaços que comunicam, que educam (e deseducam!), que ensinam posturas, que possuem historicidades”<sup>237</sup>, constituindo assim parte de uma paisagem que definitivamente colocaria Natal na existência plena enquanto cidade.

Era também defronte à praça ajardinada da Ribeira que passava o bonde que trazia os praticantes para outros espaços de sociabilidade e modernidade existentes no entorno daquela área. Naquelas proximidades também se localizavam a fábrica de tecidos e a residência de Juvino Barreto – precisamente na esquina da praça com a avenida Junqueira Aires – e o Hotel Continental, além do que Oliveira convencionou chamar de *temp(l)os de consumo*<sup>238</sup>, territórios de práticas culturais portadores de tabuletas que os nomeiam e sugerem compreensões diversas que podem transitar pela memória dos espaços e sujeitos e suas práticas econômicas. Alguns desses temp(l)os de consumo em Natal são o cinema *Polytheama* e as casas comerciais *Paris em Natal* e *Lira Oliveira & Cia*, que também se constituíam em símbolos do novo no espaço da capital:

Pegada com o Polytheama estava a loja Paris em Natal, um belo sobradão de balcões de ferro, onde o coronel Aureliano de Medeiros, com seus filhos Oswaldo e Ulisses, oferecia ao povo chique da cidade, toda sorte de artigos importados, que iam do pó de arroz ao extrato, do calçado ao chapéu de palhinha, feltro ou panamá; do ‘foulard’ de fina seda francesa aos cortes de pura casemira inglesa... ‘Paris em Natal’ fazia esquina com a travessa que ia dar na Alfândega Velha, hoje chamada Travessa Aureliano.<sup>239</sup>

Os espaços do novo, como os cinemas *Polytheama* e *Royal*, a *Casa Paris*, os cafés, bares, clubes e casas de bilhar, proponentes de sociabilidades e consumos, findavam por empreender a caracterização dos logradouros em que se localizavam, inclusive através dos nomes oriundos do exterior que batizavam algumas casas comerciais, cinemas e ruas, que se constituíam portadores da importação do moderno. Essas ruas, onde se localizavam alguns

---

<sup>237</sup> OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Temp(l)os de consumo: Memórias, territorialidades e cultura histórica nas ruas recifenses dos anos 20 (século XX). *SAECULUM – REVISTA DE HISTÓRIA* [16], p. 59.

<sup>238</sup> Sobre a referência para *temp(l)os de consumo* ver: OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Temp(l)os de consumo: Memórias, territorialidades e cultura histórica nas ruas recifenses dos anos 20 (século XX). *SAECULUM – REVISTA DE HISTÓRIA* [16].

<sup>239</sup> SEVERO NETO, Augusto. *Ontem vestido de menino*, p. 111-112.

dos símbolos do progresso se tornariam, segundo o olhar de Oliveira, territórios de uma *geografia desejante*:

[...] Territórios sócio-espaciais dos prazeres proibidos e lazeres permitidos, das dores, dos gritos e do silêncio das madrugadas mortas, gélidas, monótonas ou, talvez, *calientes*. Geografia desejante para os sujeitos afeitos aos novos códigos de sensibilidade e de consumo, à proporção que emergem como o lugar do desenraizamento, a partir do qual se projeta a decadência das sociabilidades tradicionais e de seus códigos culturais [...].<sup>240</sup>

Sobre a *geografia desejante* que aos poucos ia compondo a paisagem de Natal no século XX, composta por artérias urbanas que abrigavam as novidades, também inversa a um tempo em que a cidade havia ficado paralisada nos seus dois núcleos de habitação, promovendo reformas nesses bairros, devemos considerar que o cinema e as casas que comercializavam, sobretudo, artigos importados também reproduziam os interesses pelo novo já bastante dissolvidos na cidade do Rio de Janeiro e em Recife.

A capital pernambucana constituía o centro referencial mais próximo, de onde ainda muito se consumiam produtos que simbolizavam elegância, estética e até mesmo ideias que prezavam por uma paisagem moderna e espaços salubres e civilizados como os que foram disponibilizados na abertura das largas avenidas dos bairros da Cidade Nova a exemplo do que aconteceu no Rio de Janeiro. Tomando o cinema como forma de visualizar essas influências, Arrais também lhe atribui importância por ser um veículo de dupla função, que além da proposta de entretenimento era também capaz de divulgar o progresso fazendo comparar o que era Natal com outras cidades de referência:

Comparar Natal com outros centros era uma obsessão das classes privilegiadas, pois aos olhos da elite essa comparação servia como medida do progresso alcançado pela cidade. Mais uma vez um estabelecimento voltado para o entretenimento escondia outras aspirações. O cinema não era somente lazer; por meio das imagens projetadas nas telas os natalenses tomavam conhecimento de lugares longínquos, visualizavam o turbilhão de novidades que circulavam nas cidades européias, se interavam sobre a moda e comportamento na velha Europa e na atraente América, formando assim pelas viagens cinematográficas opiniões sobre lugares, pessoas e objetos.<sup>241</sup>

Apesar dos importantes investimentos públicos e privados destinados à moderna paramentação de Natal nas primeiras décadas do século XX, a última administração de um

---

<sup>240</sup> OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Temp(l)os de consumo: Memórias, territorialidades e cultura histórica nas ruas recifenses dos anos 20 (século XX). *SAECULUM – REVISTA DE HISTÓRIA* [16], p. 59.

<sup>241</sup> ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenуска; MARINHO, Márcia. *O corpo e alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930*, p. 167.

Albuquerque Maranhão à frente do estado não se restringiu apenas ao espaço da capital. No que se refere à atenção destinada pelo governo à área interiorana, os grupos escolares são reconhecidos, por serem atualmente, em sua maioria instituições centenárias – como uma marca da segunda administração de Alberto Maranhão. Segundo Souza, essa atenção para com a área interiorana também recaía, assim como em Natal, sobre questões de abastecimento d’água, aterramentos e construções de estradas:

Em relação ao interior do Rio Grande do Norte, a sua administração não foi menos profícua. Assim, em São José de Mipibu, ele mandou captar as águas da fonte natural e permanente para o abastecimento d’água daquela cidade. Em Macaíba, sua terra natal, construiu o cais de atracação, melhorando assim o transporte fluvial entre aquela cidade e a capital do Estado. Em Macau, mandou fazer um aterro, numa extensão de quatro quilômetros, ligando essa cidade à estrada do sertão, à margem do rio Açu. Para facilitar o deslocamento de pessoas e produtos entre o sertão e as cidades portuárias, ele construiu três mil quilômetros de estradas carroçáveis em direção às cidades de Mossoró, de Macau, de Canguaretama e de Natal.<sup>242</sup>

Observando as ações do governo no interior do estado, detectamos o seu raio de atuação, centrado na zona litorânea, área de sua base de sustentação política e econômica, e também a área onde o interesse pela personificação imperou sobre as denominações das espacialidades. As obras no espaço físico e, sobretudo, os nomes a elas empreendidos nos revelaram os diversos interesses fomentadores da atuação da organização familiar Albuquerque Maranhão.

Ressaltamos que em decorrência de uma receita bastante limitada, muitas das transformações nessa estrutura física da capital e do interior do Rio Grande do Norte, durante a segunda administração de Alberto Maranhão, só foram possíveis a partir de um empréstimo contraído junto a dois banqueiros franceses e mais o Banco Sindical Francês, autorizado pelo Congresso Legislativo – à época presidido por Fabrício Maranhão, irmão do governador – por meio de uma lei estadual. Nessa perspectiva, a forma como o governador Alberto Maranhão “resolveu” a situação referente às limitações econômicas do estado se coaduna com o entendimento de Rémond sobre a instância do político, sendo “[...] o lugar de gestão da sociedade global, ele dirige em parte as outras atividades; define seu *status*, regulamenta seu exercício. A lei autoriza ou proíbe, encoraja ou impede. Os créditos públicos suscitam, ajudam, favorecem [...].”<sup>243</sup>

---

<sup>242</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 329-330.

<sup>243</sup> RÉMOND, René (org). *Por uma história política*, p. 447.

Ainda sobre o empréstimo citado, nos chama a atenção o valor das cifras a ele pertinentes – 350.000 libras esterlinas (correspondente a 5 mil contos de réis), quase cinco vezes a quantia da receita fixada para o orçamento, com o qual contava o governador – cerca de 1.158:000\$000 contos de réis. Segundo as cláusulas do empréstimo, tais valores seriam pagos ao longo de trinta e sete anos, acrescentados juros relativos a cada semestre e ano.

Foi de posse de tal quantia que Alberto Maranhão passou a empreender dinamismo à sua administração, viabilizado por contratos<sup>244</sup> que beneficiavam tanto a imagem do contratante – o governo –, quanto e principalmente dos contratados – os correligionários e parentes proprietários de várias empresas, que seriam responsáveis pelas modificações e introdução de novos equipamentos na capital e em outras áreas do Rio Grande do Norte, como no caso da suposta Colônia Agrícola e Campo de Demonstração no vale do Potengi.

Em *O corpo e a alma da cidade*: Natal entre 1900 e 1930, verificamos uma construção metafórica que a associa esses novos equipamentos e reformas na capital e no estado com os interesses que pairavam sobre eles:

[...] o *corpo* não está dissociado da *alma*. Nem é meramente cenário dos acontecimentos. O corpo (a estrutura material) da cidade é a expressão da alma (os desejos) da sociedade. Ou seja: nas formas materiais da cidade (uma praça, um jardim, um teatro) e nos acontecimentos que elas abrigam (uma parada cívica, uma corrida de bicicletas) foram depositadas décadas, às vezes séculos, de camadas de sentidos projetadas por gestos, atos, palavras pronunciadas solenemente... [...].<sup>245</sup>

Esse conjunto de obras estruturantes e ações nominativas, sobre o *corpo* de Natal e do interior do Rio Grande do Norte, que caracterizaram a organização familiar Albuquerque Maranhão recaem diretamente nas considerações de Castoriadis sobre a instituição, pela elite dominante, de um *mundo* próprio, o qual apresenta e personifica, o qual projeta, nele se impondo como referência para toda a sociedade. Sobre o que aqui chamamos de *mundo* instituído pelos Albuquerque Maranhão, ver representação cartográfica que condensa os principais representados, o período e o raio geográfico de sua atuação, na página 173.

Somava-se às denominações das espacialidades que compunham o Rio Grande do Norte instituído como o *mundo* dos Albuquerque Maranhão, entre 1892 e 1913, outro hábito que também se fez vigente na mesma perspectiva de celebração: a monumentalização da

---

<sup>244</sup> Para mais detalhes sobre as transações comerciais firmadas entre o governo do estado e as empresas que seriam responsáveis pela execução de algumas obras estruturantes, ver: SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*.

<sup>245</sup> ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. *O corpo e a alma da cidade*: Natal entre 1900 e 1930, p. 181.

memória da família, forte aliada da toponímia num investimento em prol do (re)conhecimento dos nomes daqueles que foram tomados pela historiografia como os responsáveis pela afirmação da República e, a partir dela, do desenvolvimento local naquele período.

Assim, o primeiro e o último ano da segunda administração estadual de Alberto Maranhão são marcos nessa trajetória que pode ser observada a partir da prática de (re)afirmação do nome da família pelo investimento feito na materialização de sua imagem. O primeiro ano foi consagrado à monumentalização de Pedro Velho, o mentor, articulador e provedor do lastro que aparelhou e possibilitou a sustentação da organização familiar por mais de duas décadas à frente do governo do estado.

A criação do monumento em homenagem ao Senador Pedro Velho foi fruto da Lei estadual nº 259, de 24 de novembro de 1908, que autorizava o governo a auxiliar com a quantia necessária para erguê-lo, além de aprovar o crédito aberto para as despesas de seu funeral, também custeadas pelo governo, por ocasião de seu falecimento no final de 1907. Contudo, a inauguração do monumento só veio a ocorrer em cerimônia solene no dia 07 de setembro de 1909, propositadamente para ser na expressiva data nacional.

Ainda no mesmo ano, por força da Resolução municipal nº 132, de 16 de agosto, justificando ser “[...] dever dos representantes do município render homenagem aos que trabalharam e se esforçaram pelo desenvolvimento e progresso da comarca e considerando que ao major Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão se deve a iniciativa e construção de nossa primeira estrada de rodagem.”, fora denominada avenida *Amaro Barreto* a estrada que partia da avenida Alexandrino de Alencar em direção a Macaíba, fato que tornava a celebrar mais um dos membros da organização familiar Albuquerque Maranhão, especificamente o pai do governador Alberto Maranhão e de seus irmãos.

Retomando a homenagem a Pedro Velho, o monumento originalmente localizado à rua Junqueira Ayres, Cidade Alta, na praça que também celebrava a memória daquele líder, encontra-se desde a década de 1950 na atual *Praça Pedro Velho* (Praça Cívica), no bairro Petrópolis, passando o espaço anterior a ser denominado *Praça das Mães*. Sobre o conjunto da obra, composto pelo busto de Pedro Velho, pedestal e uma escultura feminina, Itamar de Souza revela alguns detalhes:

[...] Então, seu irmão, o governador Alberto Maranhão, no intuito de imortalizá-lo no bronze, contratou o Sr. Corbiniano da Silva Villaça para fazer um monumento em homenagem a Pedro Velho. Após elaborar o projeto, ele recorreu ao escultor francês, Edmundo Badoche, que recentemente havia feito obra semelhante, em Paris, em homenagem a Júlio Verne. O monumento de Pedro Velho consistia em seu busto, posto em cima

de um pedestal de granito e uma mulher oferecendo um ramalhete ao homenageado [...].<sup>246</sup>

Resguardando-se a defasagem temporal do fato e o imaginando como a continuidade dos anseios que ora tematizamos, por parte dos Albuquerque Maranhão, nem chega a despertar estranheza que o imponente monumento tenha deixado o singelo lugar que ocupava na parte mais antiga da cidade para adornar um novo espaço, cuja magnitude lhe fosse consoante.

**Figura 14:** Monumento em homenagem a Pedro Velho, localizado na praça homônima. Natal-RN



Fonte: Acervo do autor

Já no último ano de governo, Alberto Maranhão rendeu celebração monumental ao irmão “cientista aviador”, Augusto Severo. A homenagem ao gênio da família encontra-se localizada desde o ano de 1913, na praça homônima edificada ainda na gestão de Tavares de

---

<sup>246</sup> SOUZA, Itamar de. *Nova História de Natal*, p. 151-152.

Lyra. Ressaltamos ainda que a construção de tal monumento contou com a ajuda de algumas pessoas que fizeram doação de recursos para a confecção do mesmo.

**Figura 15:** Homenagem do governo do Estado a Augusto Severo, situada à praça que leva o mesmo nome. A fotografia detalha a degradação em que se encontra o monumento, sem a placa principal.

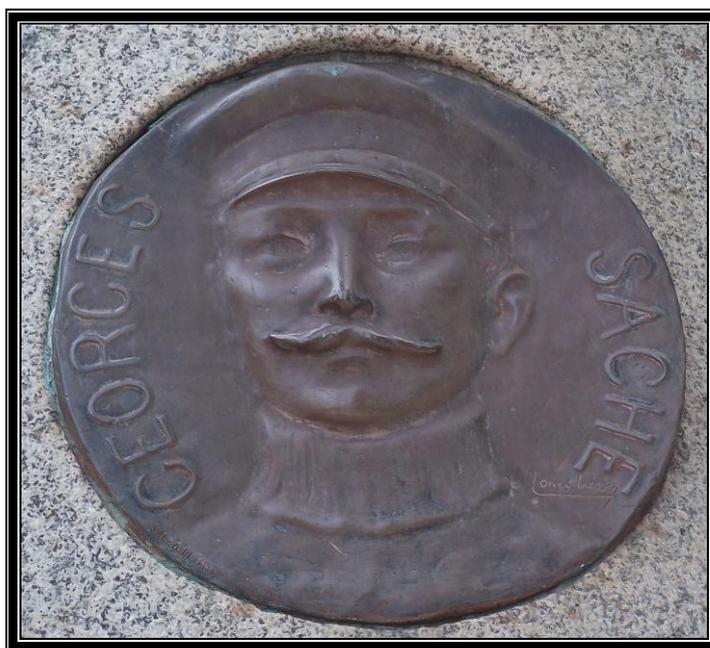


Fonte: Acervo do autor

O citado monumento é composto por um pedestal e uma estátua do homenageado, colocados à frente do prédio onde funcionou o Grupo Escolar Augusto Severo, completando o tripé de homenagens numa mesma circunferência – praça, grupo escolar e monumento. Ainda na parte posterior do monumento em homenagem a Augusto Severo, encontra-se mais um exemplo do trabalho dedicado aos assuntos aeronáuticos, em parceria com o mecânico Sachet.

Essa parceira nos assuntos profissionais também ficou registrada em fotografias e documentos e depois da trágica morte de ambos passou a ser lembrada através dos monumentos e artérias urbanas que lhes direcionaram homenagens pelas denominações.

**Figura 16:** Imagem do mecânico George Sachet gravada na parte posterior do monumento em homenagem a Augusto Severo.



Fonte: Acervo do autor

Diante dos fortes investimentos materiais verificados na monumentalização da memória de Pedro Velho e Augusto Severo, compartilhamos do mesmo entendimento de Carvalho sobre tal atitude ser uma tentativa de aproximação com o mundo extra-elite, onde o efeito visual teria maior influência sobre o público com baixo nível de escolaridade e analfabetismo do que o discurso e os escritos:

O extravasamento das visões de república para o mundo extra-elite, ou as tentativas de operar tal extravasamento, [...] não poderia ser feito por meio do discurso, inacessível a um público com baixo nível de educação formal. Ele teria de ser feito mediante sinais mais universais, de leitura mais fácil, como as imagens, as alegorias, os símbolos, os mitos [...].<sup>247</sup>

Assim, os topônimos e monumentos que materializaram as homenagens aos Albuquerque Maranhão, além de constituir tentativas de afirmação do valorizado lugar que pretendiam ocupar na memória do povo – a exemplo do procedimento utilizado em nível

<sup>247</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas*, p. 10.

nacional para difundir a República e seus símbolos, mitos, alegorias, nomes etc –, também demarcam apropriações e revelam desejos, perpetuados por meio das alterações concretizadas pelos atos de destoponimização, como os que ocorreram para homenagear Augusto Severo e Pedro Velho, respectivamente, com a supressão dos nomes das Vilas de Triumpho e Nova de Cuitezeiras:

[...] é evidentemente também uma propriedade essencial da língua como história engendrar, como modificações de seu ‘estado’ o que é sempre integrável num ‘estado’, o poder alterar-se, continuando a funcionar eficazmente, o transformar constantemente o não-habitual em habitual, o original em adquirido, ser aquisição ou eliminação incessante e perpetuar, através disso mesmo, sua capacidade de ser ela própria [...].<sup>248</sup>

Nessa perspectiva de integração de novos referenciais, consideramos o decreto governamental nº 263, de 08 de Janeiro de 1912, assinado por Alberto Maranhão em seu segundo mandato, um dos momentos ápice de seu “vaidoso” hábito de atribuir a alguns espaços o seu próprio nome, instituindo-se como parte do *mundo* que ajudara a criar. Assim, a criação do grupo escolar *Alberto Maranhão*, localizado na Villa de Nova Cruz, representa mais que a ação de levar ao interior do estado o sobrenome Albuquerque Maranhão, é mais um passo dado em direção ao interesse de fortalecer o próprio nome na sociedade do Rio Grande do Norte naquelas primeiras décadas do século XX, somando-se às lembranças já efetivadas por via dos nomes dos irmãos Pedro Velho, Augusto Severo e Fabrício Maranhão, o que caracterizava a atitude em torno do interesse toponímico como uma tentativa de serem eles próprios o *mundo* que conduziam.

Naquele contexto de (re)conhecimento e afirmação do lugar que ocupavam no cenário estadual através da toponímia, o *movimento salvacionista*<sup>249</sup> já irradiava por vários recantos do país as constantes tentativas de tomar e desconstruir os poderes das organizações familiares que ditavam os rumos de vários estados da nação:

[...] Após derrotar Rui Barbosa nas eleições para presidente da República, o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca tomou posse na Presidência da República no dia 15 de novembro de 1910. No Rio Grande do Norte, ele fora apoiado pela oligarquia Albuquerque Maranhão e pela oposição. Mesmo assim, era preciso se precaver contra a onda das ‘salvações nacionais’, eufemismo dado ao movimento político através do qual os militares vinham derrubando, pela força, as oligarquias dominantes em cada Estado. Já se sabia, em Natal, que o capitão José da Penha, apoiado pela esposa do

---

<sup>248</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*, p.255.

<sup>249</sup> Dedicaremos atenção à citada temática no tópico intitulado *Em nome(s) da transição*, no capítulo III.

presidente Hermes da Fonseca, dona Orsina Francione, viria fazer a ‘salvação’ do Rio Grande do Norte. Ora, o sonho de dona Orsina era ver o seu filho, Leônidas Hermes, amigo do capitão José da Penha, governando o Rio Grande do Norte.<sup>250</sup>

Com vistas a impedir a realização do projeto de José da Penha, a organização familiar Albuquerque Maranhão tratou desde cedo de fazer concretizar um determinado investimento em torno da figura do presidente. Tratava-se da criação, por meio de uma Resolução<sup>251</sup> municipal, do mês de fevereiro de 1911, da avenida Hermes da Fonseca, inaugurada no mês seguinte. Contudo, ressaltamos que a princípio a homenagem não foi suficiente para impedir a campanha liderada por José da Penha, sendo necessárias outras articulações que acabaram por levar ao insucesso salvacionista no Rio Grande do Norte.

Isso posto, fez bastante sentido a preocupação de Alberto Maranhão em (de)marcar o espaço através das lembranças das memórias de seus entes falecidos e dos ainda vivos no citado momento. Enfatizando as obras com denominações de seu próprio interesse, fortalecia-se e colocava-se aos olhos do povo por meio dos espaços e da memória tomada como referência para eles.

Como realizador da construção do citado grupo escolar *Alberto Maranhão* ou com a criação do Hospital *Juvino Barreto* – que abrigava a enfermaria *Santo Alberto* –, fazia-se necessário não só lembrar as obras, mas, principalmente quem as havia feito. Assim, observa-se que ao fazer uso da máquina estadual para incutir na memória dos espaços os nomes da organização familiar que representava, Alberto Maranhão estava tentando perpetuar na lembrança da sociedade em geral as suas realizações e de seus familiares, ao mesmo tempo em que buscava manter-se na liderança de seu grupo político, ocupando o poder maior no Rio Grande do Norte.

A análise de Arrais sobre o que era a produção da cidade de Natal: “[...] acima de tudo, uma realização que partia das estruturas do Estado, que, por sua vez, na cultura política brasileira da época, era o espaço de expressão de grupos privilegiados.”<sup>252</sup>, enfatiza a atuação da elite dominante estadual, também extensiva a outras espacialidades do Rio Grande do Norte quando empreendeu seus desejos na estrutura material e sentimental.

Esse “paroxismo da vaidade”, singularizado notoriamente pelas denominações empreendidas por Alberto Maranhão, sustentava-se pelo poder político que era irradiado da

---

<sup>250</sup> SOUZA, Itamar de. *Nova História de Natal*, p. 389-390.

<sup>251</sup> Não continha numeração a Resolução municipal que criou a avenida Hermes da Fonseca, a exemplo de outras resoluções do ano de 1911, que não foram numeradas.

<sup>252</sup> ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenуска; MARINHO, Márcia. *O corpo e alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930*, p. 16.

capital ao interior e que ao mesmo tempo despertava amplas críticas pela oposição, desde o início de sua segunda administração à frente do Rio Grande do Norte. Conforme a prática denominativa transcorria naturalmente para Alberto Maranhão, essas críticas tornavam-se recorrentes em paralelo com o magma toponímico que estava sendo construído àquela época. Um soneto intitulado *Cinema...*, publicado na edição do jornal Diário do Natal de 15 de setembro de 1909, já nos dava conta do quanto se repetia o hábito que era tão importante para o governador:

- Visitaste o hospital?  
- Porque não? verdadeira novidade nesta capital tão progressista...  
- Que lá viste demais?  
- O nome das enfermarias: *Sta. Ignez* e *Sto. Alberto*.  
- Ah! isto é porque elle já está (como direi ?...) canonisado protector da  
dansa e da musica...  
- Então não lhe satisfaz  
seu nome na enfermaria.  
- A vaidade voraz  
em tudo consenteria...  
contanto que o nome figure  
pela rua, na praça, hospital...  
inda mesmo que seja banal  
a *coisa* e que mui pouco dure.

SCIPIO.<sup>253</sup>

Os ataques contidos no soneto *Cinema*, assinado pelo pseudônimo *Scipio* e oportunamente publicado pelo jornal oposicionista dois dias após a inauguração do Hospital Juvino Barreto, fazem uma espécie de apanhado sobre algumas das atitudes vaidosas de Alberto Maranhão. A propósito, nessa matéria o Diário do Natal elegeu como problema a criação de instituições e o processo de toponimização de algumas espacialidades.

Para o governador, além das denominações com a lembrança de sua família e sua própria lembrança, fazia-se necessário ocupar a todos os corações, inclusive pela criação das medalhas de mérito Alberto Maranhão, que traziam no sentido da condecoração a lembrança de Alberto como sendo o máximo louvor na imagem do grande prêmio. Utilizando-se desses expedientes, a organização familiar Albuquerque Maranhão, detentora da maior parte dos principais cargos políticos e comissionados do estado, portadora de riquezas e personificada na espacialidade em vários recantos da capital e do interior através da toponímia, chegara ao seu ápice em 1913, ano da sucessão de Alberto Maranhão. No entanto, encontrava-se à época envolvida por um cenário nacional/local que sacudiria a realidade que construía e mantivera

---

<sup>253</sup> *Cinema...* In: O HOSPITAL. *Diário do Natal*, Natal, 15 set. 1909. p. 2.

ao longo de vinte e um anos, e que desconstruía parte do Rio Grande do Norte que havia sido instituído como o seu mundo.

Para melhor visibilizar o raio de atuação de algumas práticas comuns da organização familiar Albuquerque Maranhão durante aquele período, organizamos os quadros que apresentamos na sequência e o mapa da página 173:

**Quadro 01:** Principais cargos políticos eletivos e comissionados ocupados por alguns membros da organização familiar Albuquerque Maranhão durante o período de seu efetivo domínio do governo do estado (1892-1913)

<b>MEMBRO</b>	<b>CARGO(S)</b>
Pedro Velho de Albuquerque Maranhão	Vice-governador; Governador; Deputado Federal e Senador;
Fabício Gomes Pedroza (avô de Pedro Velho)	Presidente da Intendência de Natal;
Augusto Severo (irmão)	Deputado federal;
Fabício Maranhão (irmão)	Deputado estadual (Presidente do Congresso Legislativo); Intendente de Canguaretama;
Alberto Maranhão (irmão)	Secretário do Governo; Procurador Geral do Estado; Governador; Deputado Federal;
Adelino Maranhão (irmão)	Secretário da Junta Comercial do Estado;
Joaquim Scipião (irmão)	Secretário da Junta Comercial do Estado, tendo assumido devido à morte do irmão Adelino Maranhão; Promotor Público de Canguaretama;
Joaquim Felismino de A. Maranhão (parente)	Juiz distrital em Nísia Floresta e Arez;
Afonso de Albuquerque Maranhão (parente)	Promotor público de São José de Mipibu
Afonso Maranhão Filho (parente)	Engenheiro (sem formação) responsável pela Comissão de Melhoramento do Porto de Natal;
Augusto Tavares de Lyra (primo e genro de Pedro Velho)	Deputado Federal; Governador; Ministro da Justiça e Negócios Interiores durante a Presidência de Afonso Pena; Senador;
Juvino Barreto (cunhado de Pedro Velho, cunhado e sogro de Alberto Maranhão)	Vice-presidente da Intendência de Natal;
José Pedro de Oliveira Galvão (parente)	Senador;
Carlos Maranhão (cunhado de Tavares de Lyra e filho de Pedro Velho)	Guarda do sal em Macau;
João Avelino (parente)	Presidente da Intendência de Natal;
Olympio Tavares (parente)	Presidente da Intendência de Natal; Deputado Estadual e Presidente do Banco do Natal;
Sérgio Paes Barreto (cunhado de Alberto Maranhão)	Deputado Estadual e Deputado Federal;
João Lyra Tavares (parente)	Administrador dos Correios no RN;

Fonte: Organizado com base em informações colhidas em decretos estaduais, resoluções municipais publicadas em *A República* e na leitura da historiografia regional.

**Quadro 02:** Principais cargos ocupados por alguns correligionários da organização familiar Albuquerque Maranhão durante o período de seu efetivo domínio do governo do estado (1892-1913)

Ferreira Chaves (correligionário)	Desembargador; Governador e Senador;
Antônio J. de M. e Souza (correligionário)	Deputado Estadual; Governador; Senador;
Aprígio Chaves (irmão de Ferreira Chaves)	Desembargador que substituiu Ferreira Chaves quando de sua aposentadoria.
Almino Afonso (correligionário)	Senador;
Francisco Gomes da Rocha Fagundes (Chico Gordo) – (correligionário)	Senador;
Junqueira Aires (correligionário)	Deputado Federal;
Joaquim Manuel Teixeira de Moura (correligionário)	Presidente da Intendência de Natal
Eloy de Souza (correligionário)	Deputado Federal
Francisco Gurgel de Oliveira (correligionário)	Deputado Federal;
José Bernardo de Medeiros (correligionário)	Senador;
José Augusto Bezerra de Medeiros (genro de José Bernardo – correligionário)	Deputado Estadual e Deputado Federal;
Juvenal Lamartine de Faria (correligionário)	Deputado Federal

Fonte: Organizado com base em informações colhidas em leis decretos estaduais, resoluções municipais publicadas em *A República* e na leitura da historiografia regional.

Com a organização dos dois quadros e o mapa da página 173 apresentamos opções de sistematização de parte da ocupação de cargos políticos eletivos e comissionados durante o domínio político da organização familiar Albuquerque Maranhão, e a cartografia do *mundo* dos Albuquerque maranhão, referentes às denominações que ocorreram entre os anos de 1892 e 1913.

Neste íterim entre a administração estadual de Pedro Velho, na última década do século XIX, e a segunda administração de Alberto Maranhão, já em meados da segunda década do século XX, verificamos que alguns dos cargos foram ocupados por parentes e correligionários que muitas vezes se revezaram na ocupação atribuída, sempre com o objetivo de tornar ininterrupto o ciclo de dominação e poder estabelecido pelo grupo.

Optamos, então, por limitar os quadros acima aos cargos que aquelas pessoas ocuparam naquele período, tendo em vista que algumas delas vieram a ocupar outros cargos posteriormente ao ano de 1913. Quanto ao mapa que fechará a referência ao que entendemos ser o segundo imaginário toponímico que se instaurou na Primeira República no Rio Grande do Norte, também resolvemos restringi-lo às homenagens ocorridas naquele período, não ignorando que outras homenagens aos membros da organização familiar Albuquerque Maranhão, bem como a alguns correligionários seus, vieram a ser feitas após o período de domínio político liderado por aquela família que começava, com o processo eleitoral de

sucessão de Alberto Maranhão, um processo de declínio consolidado com a eleição de Ferreira Chaves.

Tratando do processo sucessório de 1913, problematizaremos a emergência do grupo político dissidente, responsável por afastar os Albuquerque Maranhão da administração do governo do estado, constituindo inicialmente um período que entendemos ser de transição, o qual culminou com a mudança do eixo político dominante, que se dirigia nas últimas décadas da Primeira República para a área do Sertão norte-rio-grandense. A elite que assumiu o governo do estado na terceira década do século XX, se apresentava envolta por um imaginário que incorporou elementos práticos utilizados pela organização Albuquerque Maranhão, mas, sobretudo, composto por imagens, discursos, símbolos e nomes decorrentes de uma espacialidade própria.

**MAPA 01**  
**O RIO GRANDE DO NORTE**  
**INSTITUÍDO COMO O MUNDO**  
**DOS ALBUQUERQUE MARANHÃO**

**PEDRO VELHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO**

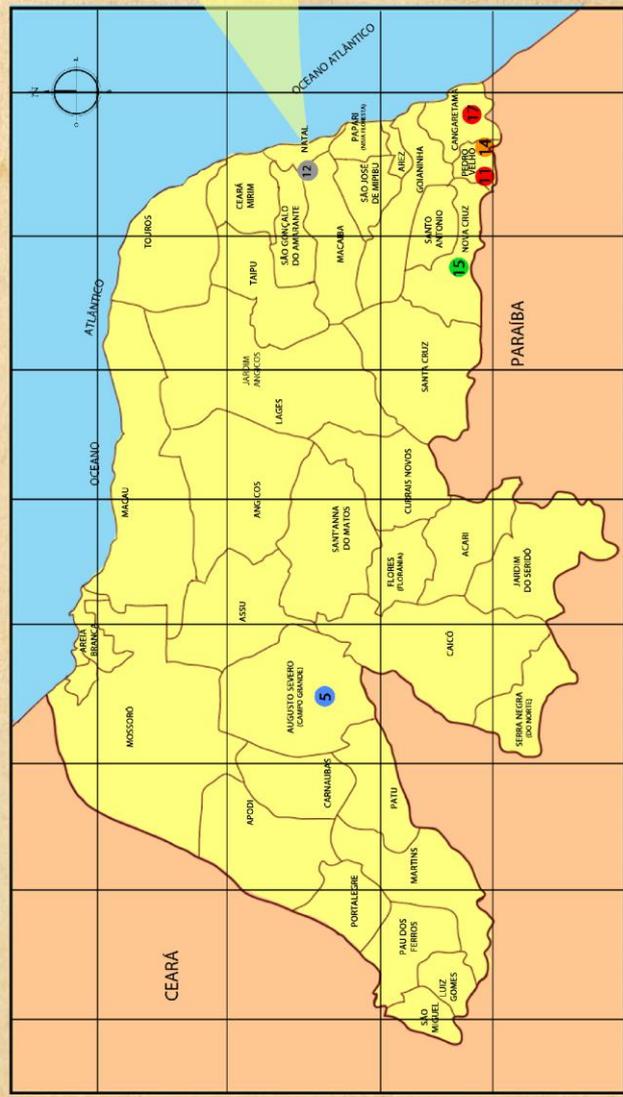


- 1 Praça Pedro Velho (Jan./1901)
- 10 Monumento a Pedro Velho (Nov./1908)
- 11 Vila de Pedro Velho (Nov./1908)
- 17 Grupo Escolar Pedro Velho (Jul./1913)

**ALBERTO FREDERICO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO**



- 2 Avenida Alberto Maranhão (Jan./1901)
- 4 Rua do Coronel Juvino (cunhado/sogro) (Set./1902)
- 13 Hospital Juvino Barreto; Enferm. Santo Alberto e Santa Ignês (Set./1909)
- 15 Grupo Esc. Alberto Maranhão (Jan./1912)



**AMARO BARRETO DE A. MARANHÃO**



- 12 Avenida Amaro Barreto (Ago./1909)

**AUGUSTO TAVARES DE LYRA**



- 6 Praça e Caes Augusto Lyra (Dez./1904)
- 8 Avenida Tavares de Lyra (Fev./1908)

**AUGUSTO SEVERO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO**



- 3 Rua Sachet (mecânico) – (Jul./1902)
- 5 Vila, Município e Distrito Judiciário de Augusto Severo (Ago./1903)
- 7 Praça Augusto Severo (Nov./1905)
- 9 Grupo Escolar Augusto Severo (Mar./1908)
- 16 Monumento a Augusto Severo (Mai./1913)

**FABRÍCIO GOMES ALBUQUERQUE MARANHÃO**



- 14 Grupo Escolar Fabrício Maranhão (Jul./1910)

FONTE: IDEMA (2004) adaptado pelo autor. Conforme as referências de Camara (1923), Cascudo (1968) e imagens do IHGRN.



## ***EM NOME(S) DO SERIDÓ***

*Entre as regiões que formam o Rio Grande do Norte,  
uma há de traços bem definidos e característicos: o Seridó.*

José Augusto Bezerra de Medeiros, 1966

**DO NOME AO(S) IMAGINÁRIO(S):** *A feição regionalista seridoense através do exame de sua toponímia*

Lei n. 44 (p. 80 v)

A Intendência Municipal do Jardim, uzando das attribuições que lhe confere a lei.

Decreta:

Art. 1º Fica mudada a denonimação de “Espírito Santo” pela qual era conhecida a sede do 3º districto Municipal, a qual passará a denominar-se Povoação de “Ouro Branco”, para todos os effeitos.

Art. 2º Revogam-se as desposições em contrario.

Sala das Sessões da Intendência Municipal da Cidade do Jardim do Seridó, em sessão ordinária de 10 de Maio de 1920.

(Assignado) Heraclio Pires Fernandes, Presidente,  
João Medeiros  
Martinho Gomes d’Oliveira  
Juvenal Juvencio d’Oliveira  
Está conforme ao original  
O Secretario  
Francisco Auto<sup>254</sup>

Tomamos o momento de encontro entre os dois topônimos, *Espírito Santo* e *Ouro Branco*, para inaugurar as nossas discussões sobre o que entendemos ser o terceiro imaginário toponímico que se efetivou durante a Primeira República no Rio Grande do Norte. A supressão do primeiro termo para a elevação do segundo, revela uma questão de interesse para o processo de (des)toponimização que os relacionou, tendo em vista a amplidão dos imaginários e interesses envolvidos na construção de cada um.

Nessa perspectiva, utilizamos a Lei Municipal nº 44, de maio de 1920, decretada pela Intendência de Jardim (do Seridó), para tentar compreender o cenário político que se instaurou no Rio Grande do Norte nas duas últimas décadas da Primeira República, contexto

---

<sup>254</sup> ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ. *Livro de Actas*. (manuscrito). Jardim do Seridó, 1891-1926, p. 80.

de transição e emergência da nova elite que viria a conduzir os rumos políticos do estado. A aproximação que fazemos entre os topônimos *Espírito Santo* e *Ouro Branco*, parte do entendimento de que os significados estão para além do léxico formador de cada um, em decorrência dos referenciais que os envolvem e os tornam parte da costura de um mesmo tecido histórico, geográfico e linguístico, “[...] de traços bem definidos e característicos [...]”<sup>255</sup> – como externou José Augusto Bezerra de Medeiros – denominado *Seridó*.

Pensar esse *Seridó* enquanto espaço de origem de uma elite em processo de emergência e afirmação política, requer antes uma discussão que paira sobre os significados atribuídos ao vocábulo que o nomeia, porque, segundo o entendimento de Castoriadis: “[...] Uma palavra só é palavra, só ‘tem’ uma significação ou refere-se a uma significação se, e somente se ela pode adquirir outras, referir-se a outras significações [...]”<sup>256</sup>. No vocábulo *Seridó*, encontrarmos algumas aberturas para a análise dos imaginários que lhe dão consistência e ao mesmo tempo se ramificam a partir de outros topônimos. Assim, iniciamos a problematização do topônimo *Seridó* por meio do clássico *Nomes da Terra*, em que Câmara Cascudo apresentou essa denominação através de uma concepção corográfica construída com base em vários elementos de cunho geográfico:

SERIDÓ: – Região compreendendo vinte e dois municípios, tendo nome do rio que, atravessando Parelhas através do boqueirão, despeja no Piranhas, além do Caicó. Os municípios de Jardim do Seridó (1859) e S. José do Seridó, (1963), conservam o topônimo. De *cerit-toh*<sup>257</sup>, sem folhagem, pouca folhagem, pouca sombra ou cobertura vegetal, segundo Coriolano de Medeiros [...].<sup>258</sup>

Os elementos encontrados na construção do termo *Seridó*: os limites físicos; a relação da denominação da região com o vocábulo que se refere ao rio; os municípios que carregam no sobrenome a referência regional; e a problemática acerca da denominação – além do arremate final da discussão do topônimo, tomando como referência a explicação de Coriolano de Medeiros, fundamentada nas características da vegetação típica do Sertão –, fomentam o enredo corográfico proposto por Cascudo para o topônimo *Seridó*.

Nessa explicação sugerida por Cascudo também conseguimos identificar a existência de duas chaves de compreensão para um mesmo nome, uma que parte da referência geográfica em torno da região, e outra que se consubstancia no léxico da palavra a partir das

<sup>255</sup> MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. *O Rio Grande do Norte no Senado da República*, p. 41.

<sup>256</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*, p. 254.

<sup>257</sup> Para essa variação do vocábulo, Cascudo buscou referência em: MEDEIROS, Coriolano de. *Dicionário corográfico do Estado da Paraíba*, 1950.

<sup>258</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *Nomes da Terra*, p. 122.

características naturais atribuídas a essa circunferência regional. Contudo, entendemos que a representação do nome *Seridó* não se esgota na abrangência dos referenciais corográficos utilizados por Cascudo. Numa compreensão mais recentemente sugerida para o vocábulo em questão, construída sob a ótica acadêmica, Ione Morais ressalta o encontro múltiplo e produtivo entre a natureza e o homem, verificado na composição dos signos representativos do seu imaginário no regionalismo inerente:

O conteúdo simbólico impregnado no vocábulo Seridó, corresponde à sobreposição de textos que reproduzem, no imaginário, signos das vivências regionais em que a bricolagem entre natureza e artefatos humanos confere sentido às formas, aos cheiros, às cores e aos sons que constituem a paisagem do lugar.<sup>259</sup>

A “bricolagem entre natureza e artefatos humanos” sugerida por Morais se encaixa diretamente em alguns discursos que ainda iremos problematizar e que remetem ao conhecimento sobre a região, como nos casos do Seridó enquanto *espaço de provação e promessa*, pensado por Manoel Antônio Dantas Corrêa em meados do século XIX e do processo de afirmação do nome da região, atrelado ao desenvolvimento agrícola representado pela cotonicultura nas primeiras décadas do século XX.

Pela presença da ideia de paisagem em ambas as representações, sugeridas por Cascudo e Morais para o topônimo Seridó, verificamos que tais entendimentos se aproximam da compreensão conceitual apresentada por Schama, quando diz que “Paisagem é cultura antes de ser natureza, um construto da imaginação projetado sobre a mata, a água, rocha, [...]”<sup>260</sup> A abordagem de Schama para a ideia de paisagem enquanto uma construção cultural tem semelhança com o entendimento que Claval propõe sobre toponímia: “[...] é um traço da cultura e uma herança cultural.”<sup>261</sup> Sobre a defesa da atuação humana à frente da constituição dos recortes geográficos, Albuquerque Júnior utiliza o Nordeste como exemplar desses investimentos humanos quando da fundação da imagística que existe em torno da região:

O Nordeste não é um fato inerte na natureza. Não está dado desde sempre. Os recortes geográficos, as regiões são fatos humanos, são pedaços de história, magma de enfrentamentos que se cristalizaram, são ilusórios ancoradouros da lava da luta social que um dia veio à tona e escorreu sobre seu território. O Nordeste é uma espacialidade fundada historicamente,

---

<sup>259</sup> MORAIS, Ione R. Diniz. *Seridó norte-rio-grandense: uma geografia da resistência*, p. 22.

<sup>260</sup> SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*, p. 70.

<sup>261</sup> CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*, p. 202.

originada por uma tradição de pensamento, uma imagística e textos que lhe deram realidade e presença.<sup>262</sup>

O pensamento de Albuquerque Júnior e o de Macêdo se coadunam, quando este concebe o Seridó como uma invenção histórica também efetivada pela atuação de seus artefatos humanos, os quais instauram narrativas em torno de uma tessitura regional:

O Seridó não é um *a priori* da natureza, não estava lá desde todo o sempre. Fez-se um espaço construído histórica e culturalmente no tempo social. A forma histórica que foi tomando possibilitou a articulação de uma narrativa sobre o seu espaço e sua história. Este enredo é o discurso regionalista. Na verdade, não é somente uma voz ou um gênero narrativo. Vários textos concorrem para a formatação de um texto maior sobre a região [...].<sup>263</sup>

Diante das referências, entendemos que no Seridó, a paisagem é composta pela fusão de natureza e cultura que nomeiam a espacialidade e ao mesmo tempo tornam-se parte da elaboração de seu regionalismo, neste momento visibilizado pelas denominações fundamentadas na religiosidade cristã católica; pelas formações geográficas presentes na natureza local, algumas vezes batizada pela linguagem indígena; e pela trama que envolve os interesses contidos na relação poder/imaginário, ao interagir diretamente as instâncias política e econômica. Residindo nesse último caso os fatores que ajudam a justificar o nosso intuito em partirmos dos referenciais que envolvem o nome da região.

Ainda sobre a questão que envolve o topônimo, ressaltamos que em Moraes encontramos o entendimento do que seria *Seridó*, segundo Olavo de Medeiros Filho. Para ele, devido a abrangência dos significados inerentes, o termo seria “intraduzível”<sup>264</sup>. No entanto, mesmo renunciando a impossibilidade de explicar o nome Seridó, Olavo de Medeiros Filho nos apresentou importantes indícios históricos sobre o processo de construção da região fundamentado na ocupação do seu espaço:

A distribuição de datas e sesmarias, nos séculos XVII e XVIII, [...] foi o principal acontecimento ocorrido na região sertaneja. De tempos em tempos, também ocorria o levantamento de uma capela, promovido por proprietários rurais em suas fazendas, lembrando a indispensável influência religiosa naqueles rincões desassistidos.

Tais capelas deram origem às atuais cidades de Caicó, Serra Negra do Norte, Acari, Santa Luzia, Pedra Lavrada, Cuité, Patos, Jardim do Seridó e Jardim de Piranhas. Todos tiveram o seu nascimento em fazendas de gado [...].<sup>265</sup>

---

<sup>262</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*, p. 79.

<sup>263</sup> MACÊDO, Muirakytan K. de. Do Seridó. No Rio Grande do Norte. *Rev. Perigo Iminente*, p. 31.

<sup>264</sup> MORAIS, Ione R. Diniz. *Seridó norte-rio-grandense: uma geografia da resistência*, p. 23.

<sup>265</sup> MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Cronologia Seridoense*, p. 4.

Nessas informações, verificamos a presença do processo cultural que envolveu a ocupação das terras, a partir da relação entre a religiosidade e o criatório de gado nas áreas próximas as ribeiras dos rios, correspondendo à base fundante da circunferência que futuramente seria reconhecida como Seridó. Seguindo a mesma linha de pensamento, Muirakytan Macêdo também indica a presença histórica em torno da referência toponímica da região ao evidenciar o encontro entre o elemento dominador com aqueles que seriam os responsáveis pela paternidade do topônimo:

[...] Algum zeloso funcionário colonial registrou em 1545 ‘a premera vizita dos portugueses ao território interiorano inclusive o Valle Sirido como então he chammado pelos tapuyos jundoins’. Relatava ele o contato com os índios tapuias Janduis, que, a se acreditar no texto, têm a paternidade toponímica da região, enterrando de vez a versão de que Seridó poderia etimologicamente derivar de uma expressão marrana, forjada pelos cristãos-novos (judeus “convertidos”) que ali chegaram escapando das visitas inquisitoriais no Brasil colônia.<sup>266</sup>

Contudo, seja *Sirido*, *Ceri-toh* ou *Seridó* – como aparece o vocábulo nos documentos e nas análises de Câmara Cascudo, Ione Morais, Olavo de Medeiros e Muirakytan Macêdo –; sendo utilizado para nomear o rio, o vale, a região, a cidade, a rua, a avenida, o hospital, a estação; constitui(em) escrita(s) e espacialidade(s) que aponta(m) discursivamente para um mesmo referencial, para a mesma identificação e sentimento de pertença que historicamente foram alicerçados e emoldurados por um conjunto de instâncias imaginárias formadoras de uma *face regionalista*. Nessa perspectiva, procuraremos problematizar o Seridó como a região que “[...] nasce onde se encontram poder e linguagem, onde se dá a produção imagética e textual da espacialização das relações de poder.”<sup>267</sup>

Ao retomar a proposta inicial de observar a *feição regionalista* do Seridó por via das denominações atribuídas às espacialidades, o topônimo *Ouro Branco*, resultante da mudança da denominação do 3º Distrito<sup>268</sup> do município de Jardim do Seridó, a partir de 10 de maio de 1920, é perscrutado como objeto de análise por representar e expandir o leque de significados atrelados à região, fomentados pelo poder de nomear. Nesse caso, a construção imagética e regionalista sobre o Seridó foi paulatinamente se fortalecendo através dos

---

<sup>266</sup> MACÊDO, Muirakytan K. de. Do Seridó. No Rio Grande do Norte. *Rev. Perigo Iminente*, p. 31.

<sup>267</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*, p. 33.

<sup>268</sup> Na época, *Parellhas* e *Equador* constituíam-se nos 1º e 2º Distritos de Jardim do Seridó.

esforços em torno da valorização do seu produto mais significativo naquele momento – o algodão.

A associação de alguns símbolos ao nome da região recai diretamente sobre o que entende Castoriadis acerca da importância histórica da linguagem em relação aos imaginários formadores e formados por termos distintos e ao mesmo tempo idênticos, no caso do Seridó, cingidos por uma mesma feição regionalista:

É essencial que a linguagem forneça sempre a possibilidade de tratar as significações que ela acompanha como um conjunto formado por termos determinados, rigorosamente cingíveis, cada um idêntico a si e distinto de todos os outros, separáveis e separados. E é essencial que forneça sempre a possibilidade de que novos termos venham a emergir, que as relações entre termos existentes sejam redefinidas, portanto, também que os termos existentes, inseparáveis de suas relações, o sejam [...].<sup>269</sup>

Pelo exemplo da alteração toponímica que utilizamos para inaugurar o nosso olhar sobre a relação mantida entre as denominações espaciais e a própria região, já podemos detectar o poder e a economia enquanto agentes do processo de construção/afirmação de um regionalismo no sertão do Rio Grande do Norte. Contudo, a feição identitária – passível de análise – atribuída ao Seridó não está reduzida às duas instâncias iniciais apresentadas. Segundo Muirakytan Macedo – ao pensar a cultura e a identidade no Seridó, quando da elaboração do *Plano de Desenvolvimento Sustentável*<sup>270</sup> da região –, ela tem maior abrangência e se sustenta sobre quatro pilares que não se hierarquizam nem se tornam incomunicáveis:

É possível, a partir de determinadas recorrências discursivas, culturalmente configuradas no Seridó, detectar alguns traços distintivos de sua feição regionalista. Pode-se analiticamente isolar características de maior realce. Assim, os componentes dessa rede de significações estão ancorados, basicamente, em quatro instâncias: a religiosa, a política, a socioeconômica e a educacional. Esses quatro mananciais são responsáveis pela formação da *identidade* regional seridoense, tal como ela é encenada e atualizada no imaginário da maioria da sociedade que vive no Seridó.<sup>271</sup>

---

<sup>269</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*, p. 398.

<sup>270</sup> O *Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó*, construído no final da última década do século XX, foi uma iniciativa do *Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Seridó*, através de uma parceria entre o Governo do Estado, Diocese de Caicó e alguns representantes de outros setores da sociedade.

<sup>271</sup> MACÊDO, Muirakytan K. de. *Cultura e Identidade no Seridó*. In: *Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Seridó do Rio Grande do Norte*, p. 176.

*Religião, política, economia e educação*, enquanto delineadores dos discursos edificantes do Seridó foram/são determinantes nas atribuições ou supressões ocorrentes na toponímia que lhe é peculiar, atualizando-se ou permanecendo o imaginário, conforme o interesse estabelecido a cada momento. Foi assim desde o processo de ocupação territorial, por parte do elemento estrangeiro, que logo tratou de imprimir suas feições culturais às espacialidades envolvidas – na maioria das vezes fazendo-se necessário suprimir a presença física indígena<sup>272</sup>:

A territorialização do espaço que hoje é referenciado como Seridó pelos órgãos estatais sofreu modificações ao longo do tempo. Num primeiro momento, que correspondeu à ocupação colonial do espaço seridoense pela pecuária (séculos XVII e XVIII), o Seridó apareceu pela primeira vez demarcado no mundo físico pela ribeira do rio de mesmo nome. Subtraindo violentamente a variável indígena da equação, a população colonial prosperou e fez-se necessário, para que não se perdesse civil e espiritualmente, ordená-la no redil católico. Cartograficamente, o território agora poderia ser visto do alto não apenas com o risco dos rios, mas com a geometria rotunda da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana. Vila do Príncipe e Freguesia casavam-se em iguais limites.<sup>273</sup>

A demarcação do Seridó no mundo físico através da ribeira do mesmo nome se estabeleceu através de uma íntima associação com a fé católica, sendo um exemplar claro da influência da *instância religiosa* no processo de delineamento das feições territorial e regionalista envolvidas.

A forte presença da religiosidade católica no processo de delineamento geopolítico e cultural do Seridó pode claramente ser percebida nas referências denominativas que foram efetivadas ao longo do tempo em várias espacialidades. Anteriormente à criação de qualquer vila ou cidade no espaço que hoje corresponde ao Seridó, duas extensões territoriais podem ser consideradas as primeiras referências ou elementos unificadores para aquela cartografia regional: uma que compreendia a freguesia da *Gloriosa Senhora Sant'Anna*, outra mais antiga, que ensejava a ribeira do rio Seridó. Em 1748, é criada a citada freguesia, abrangendo uma área maior que a correspondente ao *Seridó historicamente construído*<sup>274</sup>,

---

<sup>272</sup> Estamos fazendo referência ao extermínio dos indígenas, ocorrido na Capitania do Rio Grande nas últimas décadas do século XVII, acontecimento este denominado Guerra dos Bárbaros ou Levante dos Tapuias, assim como o reconheceu Olavo de Medeiros Filho. Para mais detalhes, ver: MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Índios do Açu e Seridó*. 1984.

<sup>273</sup> MACÊDO, Muirakytan K. de. Do Seridó. No Rio Grande do Norte. *Rev. Perigo Iminente*, p. 33.

<sup>274</sup> Apesar da existência de uma configuração espacial técnica atribuída ao território do Seridó por parte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), consideramos aqui uma outra configuração que seria a do Seridó historicamente construído abordado por MORAIS, 2005. Tal configuração se faz necessária, tendo em vista que atualmente, o Seridó é composto pelo território de 23 (vinte e três) municípios que, de forma direta ou indireta, se desmembraram da primeira mancha urbana a se constituir municipalidade no referido recorte

fundado inicialmente pelas bases religiosa (das freguesias) e econômica (das fazendas de criação), pois contava em seus limites com terras que também se estendiam pela Paraíba. E assim, faz-se necessário à nossa análise pensar em um Seridó historicamente construído para tentar compreender os imaginários que também se efetivaram através de uma toponímia construída ao longo da história.

Do primeiro município do Seridó, *A Villa Nova do Príncipe*, com ata de instalação de 1788, desmembraram-se os outros cinco municípios que compuseram a divisão territorial da região durante quase todo o período da Primeira República. Esse processo inicial de delineamento geográfico do Seridó (que relaciona a instância religiosa e a política, perpassando a freguesia de Sant'Anna, a Villa Nova do Príncipe e o surgimento dos demais municípios) recai diretamente sobre o que afirma Dick: “[...] há uma transição, em certos casos, de um período religioso para uma época monárquica e, desta, para a fase republicana, passando-se por uma cadeia de nomes [...]”<sup>275</sup>

Da *Villa Nova do Príncipe*, único município existente naquele espaço durante o período colonial, emanciparam-se a *Villa do Acari* em 1833; a *Villa do Jardim* (do Seridó) em 1858; e a *Villa de Serra Negra* (do Norte) em 1874. Quando chegou o momento de clivagem que declinou o Império e ascendeu a República enquanto regime político da nação, constavam apenas esses quatro municípios na divisão territorial do Seridó. Logo após a Proclamação da República, a Cidade do Príncipe e o Distrito de São João do Príncipe tiveram seus topônimos alterados, em resposta à destituição do regime monárquico, e as *Villas de Currais Novos* e de *Flôres (Florânia)* emanciparam-se da *Villa do Acari* no ano de 1890. Ainda na última década da Primeira República, o Seridó foi mais uma vez recortado, quando a *Villa de Parelhas* emancipou-se da cidade de *Jardim do Seridó*, no ano de 1926, durante a administração estadual do seridoense José Augusto Bezerra de Medeiros. As citadas municipalidades compõem a base territorial sobre a qual continuaremos a discorrer, tendo em vista que eram elas os núcleos urbanos iniciais dos quais foram se desmembrando os demais municípios do Seridó.

Retomando os alicerces edificantes e afirmativos do regionalismo seridoense, voltamo-nos para o documento inaugural que utilizamos, devido a abertura possível para a construção de outras interpretações que tornam cingíveis novas e antigas terminologias através da história. Para tanto, observamos no relato de Cascudo sobre a ocupação do núcleo

---

espacial. A partir da emergência do Arraial do Queiquó (de onde provém o topônimo Caicó), no ano de 1700, ao longo do tempo foram surgindo outros núcleos urbanos que se desmembraram e deram origem aos demais municípios.

<sup>275</sup> DICK, Maria V. de P. do A. *A Dinâmica dos Nomes na Cidade de São Paulo – 1554-1897*, p. 22.

urbano ao qual pertencia o distrito do Espírito Santo (Ouro Branco), a presença dos referenciais geográfico, econômico e religioso:

O Tenente Antônio de Azevedo Maia, já maior e casado, aparece em data controvertida. Seguramente muito depois de 1770. Comprou ao Sargento-Mor Alexandre Nunes de Matos, de Iguaçú, Pernambuco, o sítio que já se chamava da *Conceição*. Em novembro de 1790, ele e a mulher, Dona Micaela Dantas Correia, filha do fundador da *Carnaúba dos Dantas* no Acari, doam 600 braças de sua propriedade a N. S<sup>a</sup> da Conceição, patrimônio de Capela possivelmente existente ou em construção [...]. Em 1802, falecendo Antônio de Azevedo Maia, deixando viúva de segundas núpcias e ampla descendência prolífera, a *Povoação da Conceição* era quase Vila, oferecendo túmulo a quem lhe dera berço. Povoação mencionada em 1835. Escola em abril de 1853. Freguesia de N. S<sup>a</sup> da Conceição em setembro de 1856 [...].<sup>276</sup>

Na esteira do mesmo referencial toponímico do município sede (Jardim do Seridó), quando fora Povoação da *Conceição*, o primeiro núcleo do que viria a ser o Distrito de Ouro Branco nasceu com o topônimo cristão *Espírito Santo*, em proximidade com um rio de mesmo nome, segundo nos informa Cascudo:

Povoado do ESPÍRITO SANTO, fundado em 1904 pelos Srs. Cirilo de Sousa e Silva (o velho Cirilo, do ‘Poção’) e Manuel Correia, do ‘Cubiçado’. Fica à margem do rio do mesmo nome, num vale propício aos plantios, notadamente algodoais, cana-de-açúcar, cereais. Instalado oficialmente em 16 de julho de 1905 pelo presidente da Intendência de Jardim do Seridó, Felinto Elísio de Oliveira Azevedo (1852-1944), data da primeira feira [...].<sup>277</sup>

A recorrência ao culto católico na toponímia seridoense, que pode ser verificada inclusive nas referências *Conceição* do Azevedo e *Espírito Santo*, foram sendo suprimidas no intuito de remeter os novos nomes aos tempos auspiciosos de progresso e crescimento da espacialidade seridoense. A substituição dos topônimos *Conceição do Azevedo*, que tornou-se o município de *Jardim* (do Seridó), em 1858, e *Espírito Santo*, cuja povoação passou a ser denominada de distrito de *Ouro Branco*, em 1920, revelou uma mudança na tradição toponímica instalada na espacialidade desde o período colonial, com a criação da freguesia de Sant’Anna. Apesar da referência aos cultos de Nossa Senhora da Conceição em Jardim do Seridó e do Divino Espírito Santo em Ouro Branco se perpetuarem até hoje na instância religiosa enquanto padroeiros daqueles municípios, a referência toponímica tornou-se alvo de outros interesses que se efetivaram pela alteração daqueles nomes.

<sup>276</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *Nomes da Terra*, p. 195-196.

<sup>277</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *Nomes da Terra*, p. 222.

Mesmo observando os claros exemplos substanciados na freguesia de Sant'Anna e nas Povoações da Conceição e do Espírito Santo, marcas diretas da instância religiosa no processo de definição do território cartográfico do Seridó, também entendemos que tal instância se impregnou no imaginário subjetivo sertanejo, assim como atesta Muirakytan Macêdo ao propor as chaves de compreensão sobre a presença católica para além da circunscrição geográfica delimitada.

Segundo Muirakytan Macêdo, a influência do religioso no imaginário direciona-se para a compreensão da ideia de *espaço como provação e promessa*<sup>278</sup>, na qual se detecta o fato de o Seridó ser objeto de produção de saber e conhecimento para suas elites já em meados do século XIX. A outra chave de compreensão proposta retoma o período inicial da ocupação sertaneja na espacialidade correspondente ao Seridó, quando teriam sido geradas explicações míticas para o nascimento de várias povoações:

Quando o sertão era virgem, a tribu dos Caicós, celebre pela sua ferocidade, julgava-se invencível, porque Tupan vivia alli, encarnado num touro bravio que habitava um intrincado mufumbal, existente no local onde está, hoje, situada a cidade do Caicó.

Destroçada a tribu, permaneceu intacto o mysterioso mufumbal, morada de um Deus, mesmo selvagem.

Certo dia, um vaqueiro inexperto, penetrando no mufumbal, viu-se, de repente, atacado pelo touro sagrado, que iria, indubitavelmente, matal-o. Rapidamente inspirado, o vaqueiro fez o 'voto' a N. S. Sant'Anna de construir alli uma capela, si o livrasse de tamanho perigo.

Como por encanto, o touro desapareceu.

O vaqueiro destruiu a matta e iniciou, logo, a construcção da capella.

O anno era secco e a única aguada existente era a de um poço do rio Seridó.

O vaqueiro fez novo 'voto' a S. Anna para o poço não seccar antes de concluida a construcção a capella.<sup>279</sup>

Nessa possibilidade de compreensão da influência da instância religiosa no regionalismo seridoense através do mito da fundação de Caicó verificamos um encontro entre as duas bases fundantes do processo de ocupação das terras da circunferência geográfica do Seridó historicamente construído, a religiosidade e o ciclo da pecuária. A partir desse encontro, também foi possível desvelar a emergência de uma *cartografia da fé* que, segundo

---

<sup>278</sup> Sobre o *espaço como provação e promessa*, consultar capítulo homônimo em *A penúltima versão do Seridó* – uma história do regionalismo seridoense, (2005), no qual Muirakytan Macêdo discute a crônica de Manoel Antônio Dantas Corrêa, datada de 1847, abordando a presença de um diálogo semântico com o livro do Êxodo da Bíblia na construção de um *espaço agônico* onde a fé humana é testada para se fazer cumprir a promessa da bem-aventurança.

<sup>279</sup> DANTAS, Manoel. *Denominação dos Municípios*, p. 31.

Helder Macedo, seria relativa à freguesia de Sant’Anna, geograficamente cortada pelas ribeiras dos rios, fator fundamental à época da doação das primeiras sesmarias:

Os alicerces da construção dessa cartografia da fé estão ligados a excelência do ambiente do sertão do Rio Grande, notadamente das ribeiras das Espinharas, do Piranhas, do Sabugi e do Acauã, aliada à necessidade de campos para refrigerar e acomodar os rebanhos de gado vacuum – fatores que já havia chamado a atenção de colonos desde, pelo menos, os anos de 1670. As sesmarias doadas nessas ribeiras nessa época, [...] remeteram a um sertão, hostil, inóspito, ermo e ignoto, paradoxalmente recheado de ‘tapuias’ ou de índios Janduí e Kanindé [...].<sup>280</sup>

Encontramos o mesmo pensamento em Muirakytan Macêdo, quando ele endossa os papéis da ocupação e delimitação do espaço, a partir dos empreendimentos humanos firmados na fé e na economia, na freguesia e nas fazendas de criar gado, nas proximidades dos rios, dentre os quais se destaca um homônimo da circunferência regional:

Decretada a criação da nova freguesia, o Visitador fixa seu território, em cuja descrição podemos apreciar a primeira delimitação do espaço que viria a ser conhecido como Seridó. Aqui enaltece-se a nomeação de sua territorialidade. Até quase metade do século XVIII, no período em que era somente povoado por homens e sesmarias de *criar gados*, o rio homônimo delineava e nomeava sua configuração [...].<sup>281</sup>

A relação mantida entre a ocupação da espacialidade seridoense e os mecanismos empreendidos sobre ela sugerem, sobretudo, um olhar para a toponímia, que também se fez influenciada pela atuação humana, a partir da inspiração decorrente dos temas envoltos do criatório e da hidrografia:

A toponímia dos sertões avulta inspirada tanto no criatório, quanto em rios e riachos. Com a diferença de que, na maioria dos casos, do primeiro retiraram-se os nomes com que se batizaram os povoados (Currais Novos, Curral Velho, Curral dos Padres, Currálinho etc), ao passo que dos últimos foram extraídos os topônimos para a designação de territórios mais vastos: *Sertão do Acauã, Açú, Seridó, Apodi, Espinharas etc.*<sup>282</sup>

---

<sup>280</sup> MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó: historicidade e produção do território. *Rev. Espacialidades*, vol. 1, no. 0, p. 6.

<sup>281</sup> MACÊDO, Muirakytan K. de. *A penúltima versão do Seridó – uma história do regionalismo seridoense*, p. 67.

<sup>282</sup> MACÊDO, Muirakytan K. de. *A penúltima versão do Seridó – uma história do regionalismo seridoense*, p. 38.

Outro indício da cartografia da fé e da hidrografia, referente às ribeiras que cortam o Seridó historicamente construído, pode ser encontrado nas estrofes do atual hino<sup>283</sup> à Nossa Senhora da Guia, padroeira de Acari, escrito na década de 1920, pela poetisa natalense Palmyra Wanderley, em que verificamos a existência de camadas de história referentes à influência da instância religiosa no processo de ocupação e definição de parte da circunferência geográfica relativa ao Seridó:

Desde o serrote florido / Até o rio corrente  
O teu nome é repetido / Bem dentro d'alma da gente

Nossa Senhora da Guia / Padroeira do Acari  
Nossos passos alumia / São teus os filhos daqui.

No hino à padroeira de Acari, nos deparamos com o indício da amplitude da freguesia de Nossa Senhora da Guia, desmembrada da freguesia de Sant'Anna em 1835. Nele indiretamente é delimitada a espacialidade do culto a Nossa Senhora da Guia, indo “desde o serrote florido até o rio corrente” – verso no qual o *serrote florido* faria alusão à Vila de Flores, que se desmembrou de Acari em 1890, e o *rio corrente* seria o *Acauã*, afluente do rio *Seridó* que corta o espaço da cidade de Acari, curso d'água de grande importância no processo de ocupação do município que também abrangia as Povoações de Cruzeta e Carnaúba, ainda subordinadas politicamente, à época da composição do hino.

É interessante ressaltar ainda a importância de outra questão contemporânea às primeiras divisões geopolíticas (criação da Vila do Acari em 1833) e eclesiásticas (criação da freguesia de Nossa Senhora da Guia em 1835) do Seridó norte-rio-grandense, a resolução das querelas que se davam em torno dos limites da região entre as Províncias do Rio Grande do Norte e da Paraíba: “No tocante à sua geografia, o Seridó teve delimitado o seu território através do decreto da Regência de 25 de outubro de 1831, o que representou uma vitória pessoal do pe. Francisco de Brito Guerra, então deputado-geral [...]”<sup>284</sup>.

Após esse prelúdio, necessário para a compreensão de parte do momento político pelo qual passava o Rio Grande do Norte nas duas últimas décadas da primeira República, tentamos condensar parte dos imaginários representativos da construção histórica do regionalismo seridoense num mapa intitulado: “Representações Cartográficas do Seridó”. O citado mapa é uma construção que dispõe de cartografias espaço-temporais distintas, numa

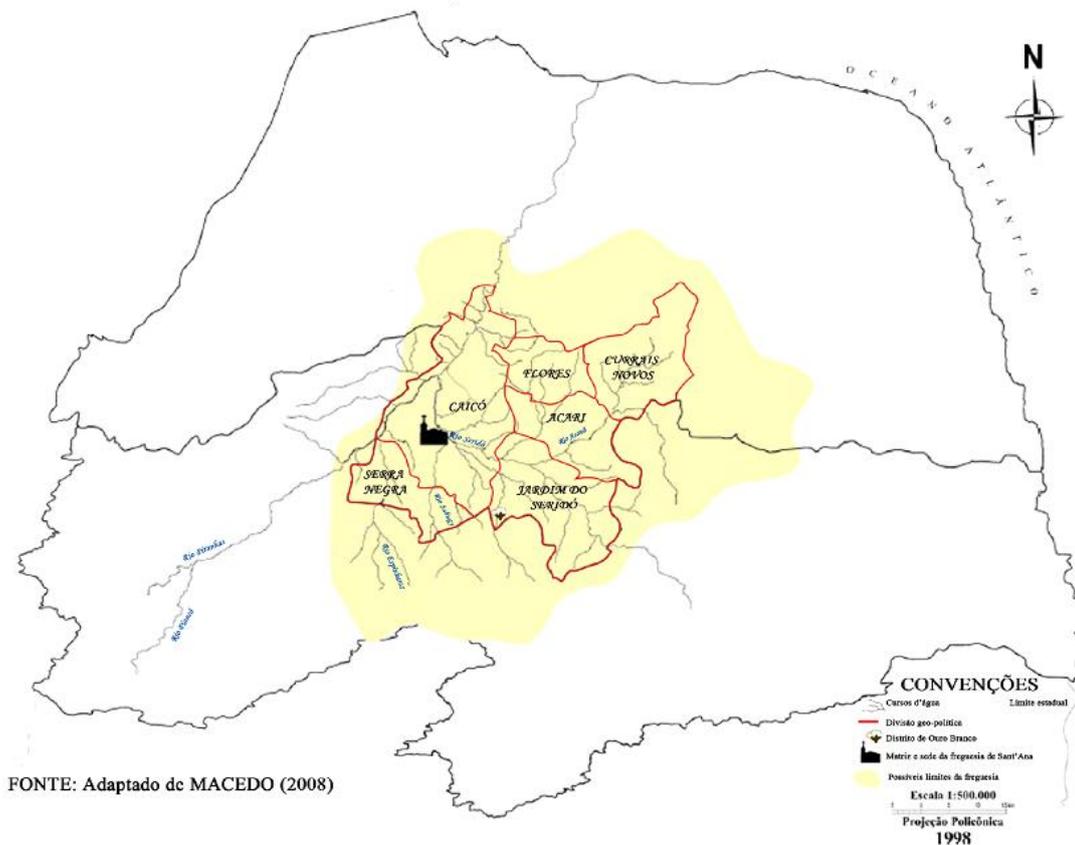
---

<sup>283</sup> O hino teria sido escrito por Palmyra Wanderley, a pedido do seu irmão Luiz Wanderley, pároco de Acari na década de 1920.

<sup>284</sup> MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Cronologia Seridoense*, p. 235.

proposta que preza pela diversidade entre tempos e espaços e tem o intuito de representar o Seridó como um espaço construído a partir e ao longo de diferentes camadas histórico-geográficas visibilizadas pelas instâncias que lhe deram forma e sentido. Essas camadas estão dispostas inicialmente nas representações em torno das ribeiras dos rios em correspondência aos primeiros núcleos habitados.

## MAPA 02: REPRESENTAÇÕES CARTOGRÁFICAS DO SERIDÓ



Da instância religiosa, prezamos por contemplar a freguesia de Sant'Anna, aqui adotada como uma das primeiras circunferências capazes de sugerir uma ideia de unidade para a região – embora representada de modo alargado, abarcando considerável parte da Paraíba. Observando os possíveis limites da freguesia de Sant'Anna, no período que vai de meados do século XVIII até a quarta década do século XIX, ou seja, desde quando teria sido criada até o início do processo de fragmentação territorial, marcado pela criação da freguesia de Nossa Senhora da Guia de Acari, pouco depois da emancipação da Vila do Acari, podemos notar que a freguesia de Sant'Anna recobria toda a área que se entende como Seridó historicamente construído, inclusive extravasando esses limites em direção a outras áreas do estado.

Da instância política reservamos ao mapa a representação dos seis municípios que existiam no Seridó durante o período da Primeira República, tendo em vista serem esses seis municípios as bases da divisão territorial que ocorreu após a Primeira República, todos estes oriundos da fragmentação do primeiro núcleo urbano – a Vila Nova do Príncipe (Caicó). A partir da representação geopolítica, ainda fizemos uma referência indireta à instância econômica, quando indicamos a localização do Distrito de Ouro Branco, em decorrência da importância singular da representação contida na denominação para a nossa análise.

Foi diante da existência dessas instâncias identitárias que representamos em nosso mapa, que Muirakytan Macêdo passou a problematizar a questão que envolve a (in)existência de uma identidade estadual. Para ele, considerando o Rio Grande do Norte, somente no Seridó podemos encontrar um reconhecimento regional, tendo em vista a ausência, em outras partes do estado, de tipos humanos que ultrapassem a municipalidade para dar existência e atribuir significado a um indivíduo característico da região:

Se a identidade estadual não pode ser delineada por uma procedência étnica e cultural clara, o problema se faz maior quando percebemos cada uma das singularidades regionais no interior do estado do Rio Grande do Norte. Embora tenhamos instituídas meso e microrregiões, na maior parte das vezes nos designamos por contornos municipais. Muitos são natalenses, mossoroenses, açuenses, macaibenses debruçando o rosário a não terminar mais. No entanto, quase não temos uma diversidade de tipos humanos que vazem os limites municipais e reflitam uma região. Quando temos o desenho cartográfico para regiões Mato Grande, Trairi, Serra de Martins, Vale do Açu etc, falta o tipo humano materializando o nome. Do ponto de vista do discurso regionalista temos em muitos casos o continente espacial substantivado, mas falta o conteúdo humano adjetivado.<sup>285</sup>

Ainda segundo Macêdo, não obstante o reconhecimento ao recorte regional correspondente ao Seridó, também se faz reconhecido o ser autóctone que se identifica e é identificado como próprio da região, em contraposição aos demais tipos humanos que têm seu sentimento de pertença reduzido a espacialidade do município de origem:

No Rio Grande do Norte é provável que somente o Seridó tenha a topologia física e cultural a se fechar, a ponto de neste enlace partilhar um ser autóctone, uma criatura do lugar: o seridoense. Outros recortes espaciais conseguiram produzir até um esboço regionalista, mas não conseguiram produzir, pelo menos até agora, o vivente regional qualificado com as cores dessa delimitação. Entretanto, ter o tipo humano emulando as qualidades regionais tem seu custo que nem sempre é pacífico, tramado no consenso e, digamos, politicamente correto.<sup>286</sup>

---

<sup>285</sup> MACÊDO, Muirakytan K. de. Do Seridó. No Rio Grande do Norte. *Rev. Perigo Iminente*, p. 31.

<sup>286</sup> MACÊDO, Muirakytan K. de. Do Seridó. No Rio Grande do Norte. *Rev. Perigo Iminente*, p. 31.

Identificado com a região, esse arquétipo referente é também produtor de discursos que afirmam o nome do Seridó a partir de elementos típicos de projeção e de ampla identificação. Curiosamente, algumas figuras de relevância no cenário político como Manoel Dantas, José Augusto e Juvenal Lamartine, desempenharam um importante papel na corporificação e na significação textual do espaço de procedência:

O Seridó é nas laudas de tais autores uma configuração espacial que toma vida e fôlego a partir de cada construção de frases, de períodos, de parágrafos. A escrita vem corporificar o espaço Seridó. Assim, quando se fala de Seridó em jornais, revistas ou músicas é a apresentação de espaços e identificações que, na maioria das vezes, está ligado ao gado, ao algodão, à seca; o que reforça uma ideia de Seridó como espacialidade rural e da tradição, sendo esta espacialidade recorrente ainda hoje nos veículos de comunicação e diversas mídias.<sup>287</sup>

Na análise de Medeiros Neta, verificamos que os autores/políticos citados, também responsáveis pela presença do Seridó na historiografia regional, têm em comum a descendência das famílias<sup>288</sup> que teriam participado do processo de colonização e povoamento da região. E além da proximidade existente a partir da linhagem genealógica, é interessante ressaltar que ambos exerceram papel de destaque na política estadual.

A mesma compreensão de Medeiros Neta sobre os elos genealógicos que aproximam esses autores num só corpo familiar abre caminho para a existência de outra possível chave de explicação para o regionalismo seridoense, constituída em torno do fechamento do espaço, a partir das estratégias que envolveram a rede familiar ali existente e, mais precisamente, o domínio político do estado, exercido pelo grupo oriundo dessas famílias na última década da Primeira República. Para Peixoto, ao analisar as produções espaciais e identitárias no Rio Grande do Norte nas primeiras décadas do século XX, esse fechamento em torno do espaço do Seridó se deu a partir de uma organização encabeçada pelas famílias Medeiros e Galvão:

Já no caso do espaço Seridoense outro sistema se configurou a partir das características peculiares das organizações familiares ali estabelecidas. Desde o final do século XIX e mesmo antes da influência exercida pelo patriarca da família Medeiros, José Bernardo, senador da República, houve uma tendência ao fechamento do espaço seridoense em torno de uma

---

<sup>287</sup> MEDEIROS NETA, Olívia Morais de. *Ser(Tão) Seridó em suas cartografias espaciais*, p. 38.

<sup>288</sup> Para mais detalhes sobre a genealogia das famílias seridoenses, ver: MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhas famílias do Seridó*. 1981.

estratégia de aglutinação das famílias dominantes. Esta estratégia permitiu reunir famílias como os Galvão, os Faria e os Medeiros numa organização eficaz, longeva e capaz de resistir mesmo as grandes mudanças da política brasileira, como a Revolução de 1930. Fechado o espaço seridoense essa organização familiar conseguiu, inclusive, projetar sua influência em direção ao centro e ao norte do estado.<sup>289</sup>

Essa chave explicativa em torno de um fechamento cultural familiar, fundamentada pelas observações de Medeiros Neta e Peixoto, nos permite reconhecer os dois principais condutores do processo de domínio político do estado, por parte dos seridoenses: José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine de Faria. Ambos pertencentes à organização familiar que se estruturou ainda antes da atuação do senador José Bernardo nas últimas décadas do século XIX e oriundos de uma mesma elite agrária, aproveitaram-se da liderança econômica vivida pelo Seridó no cenário estadual em virtude das rendas advindas do cultivo do algodão, para se impor no momento em que os Albuquerque Maranhão foram afastados do governo do estado. O papel da economia seridoense nas finanças estaduais foi fundamental para os políticos que almejavam o poder maior no Rio Grande do Norte, o que se percebe pelo uso recorrentemente que fizeram da imagem do principal símbolo da região naquele momento:

O algodão era tomado como a panacéia para todos os males. Produto por excelência para a projeção do sertão no mercado internacional, o algodão gerava toda uma simbologia que o associa ao que há de “moderno” na e para a *região*. No entanto, se abundava o ouro branco, faltava o poder. A interseção da economia com a política soldou-se na segunda década do século XX, quando as elites algodoeiras “capturaram” o Estado (1924-1930) nos governos de José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine de Faria. Dali era mais fácil calcificar determinados elementos discursivos que projetaram o Seridó definitivamente como região.<sup>290</sup>

Naquele momento, o “ouro branco” era utilizado como sinônimo de Seridó. Era fonte de riqueza, objeto de discurso, elemento unificador e símbolo da elite que desejava conquistar a liderança política estadual. Nestor Lima quando adjetivou o município de Acari pela qualidade de suas terras, além de reconhecer a presença do algodão, condensou algumas das características que se fizeram próprias da região ao longo de sua construção histórica:

Município importante pela excellencia dos seus terrenos para o cultivo do algodão *mocó* e para a criação do gado bovino, Acary mantem as tradições

---

<sup>289</sup> PEIXOTO, Renato Amado. *Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX*. Revista de História Regional, v. 15, p. 185-186.

<sup>290</sup> MACÊDO, Muirakytan K. de. Do Seridó. No Rio Grande do Norte. *Rev. Perigo Iminente*, p. 33.

da grande família de Thomaz de Araújo Pereira, cuja história é a própria história da localidade, sempre havida como baluarte de resistência política, na zona seridóense.<sup>291</sup>

O olhar de Nestor Lima sobre a espacialidade municipal revela importantes aspectos das instâncias que deram sustentação ao regionalismo seridoense, dentre eles: a relação existente da agricultura (algodão) com a pecuária (criação de gado), formando a base da economia local; e o sentimento de tradição pelo qual foram envoltas as famílias seridoenses, cuja história se confunde com a da região.

Assim, depois de analisarmos o movimento que envolveu o processo de toponimização nas espacialidades seridoenses durante a passagem do Império para a Primeira República e mais especificamente no processo de ascensão e afirmação da elite política seridoense, verificamos que, mesmo diante da alteração de uma denominação que parecia perpetuada (Espírito Santo), recaiu sobre o novo nome (Ouro Branco) uma referência a alguma das instâncias edificadoras do regionalismo seridoense.

Diante dessas relações cingíveis entre os imaginários e as denominações espaciais com as quais nos deparamos, passamos a ver na atuação política dos seridoenses um fator determinante nesse processo de construção e, sobretudo, de afirmação do regionalismo local no espaço estadual. Neste ínterim, a instância política nos salta aos olhos pela recorrência da valorização do nome da região através de elementos econômicos e personalidades que foram lançadas ao patamar de símbolos representativos.

Contudo, para podermos compreender como se deu esse processo de adensamento do(s) imaginário(s) toponímico(s) em torno do Seridó nas duas últimas décadas da Primeira República, fez-se necessário problematizar o momento de transição de poder que se efetivou da organização familiar Albuquerque Maranhão para o grupo político do Seridó, iniciado com a eleição que iria substituir o governador Alberto Maranhão em 1913, passando pelo momento de transição entre as elites, configurado nos governos de Joaquim Ferreira Chaves e Antônio José de Melo e Souza, e culminando com as administrações dos seridoenses José Augusto Bezerra de Medeiros (1924 – 1927) e Juvenal Lamartine de Faria (1928 – 1930).

---

<sup>291</sup> LIMA, Nestor. *Municípios do Rio Grande do Norte: Acari, Angicos e Apodi*, p. 10.

## **EM NOME(S) DA TRANSIÇÃO:** O caminho da clivagem política do Litoral para o Sertão

1913, ano crucial para os rumos políticos do Rio Grande do Norte, tendo como pauta principal a sucessão do governador Alberto Maranhão. Nesse momento de grande relevância, estava em jogo o desejo dos Albuquerque Maranhão de continuar mantendo todas as regalias advindas do poder maior no estado. Já há duas décadas à frente das principais decisões no Rio Grande do Norte, deixar o poder e todas as benesses que dele provinham aparecia como uma possibilidade distante para aqueles que estavam acostumados com tantos benefícios.

Nesse interim, a imagem do governador e de sua organização familiar apresentava-se questionada pelas sucessivas críticas oposicionistas que recaiam sobre os abusos de poder de sua administração. Os monopólios do açúcar, do sal, dos cargos comissionados e eletivos e de outros recursos advindos das obras governamentais dirigidas por aliados, consistiam em alvos certos para todos aqueles que estavam descontentes.

Se antes de sua sucessão governamental Alberto Maranhão procurava ignorar os comentários sobre os seus mandos e desmandos, agora fazia diferente, porque os descontentamentos não ecoavam somente dos membros da oposição que criticavam inclusive as práticas do governador de denominar os espaços com os nomes dos membros de sua organização familiar. O coro crítico à liderança de Alberto Maranhão era endossado, sobretudo, por correligionários seridoenses que estavam insatisfeitos com aquela realidade monopolizada:

Nessas condições, começou a despontar no seio do partido governamental, articulada pela facção do Seridó, a candidatura alternativa do desembargador Joaquim Ferreira Chaves [...]. Sentindo-se fraco para impor seu candidato ao partido, o governador resolveu consultar a cúpula federal, na esperança de conseguir respaldo ‘de cima’. Esta era, aliás, uma etapa necessária no ritual de escolha do candidato naqueles Estados que, como o Rio Grande do Norte, ocupavam uma posição subalterna no seio da federação oligárquica. A indicação do governador teria que obedecer a um complicado jogo de interesses que incluía, além das conveniências dos grupos dominantes locais, as imposições da camada dirigente que dominava a política federal.<sup>292</sup>

O desenrolar das cenas correspondentes ao processo de sucessão eleitoral paulatinamente se caracterizou como um momento de clivagem, no qual visibilizamos o redirecionamento dos interesses envolvidos, que muito em breve levariam a uma reordenação

---

<sup>292</sup> SPINELLI, José Antônio. *Coronéis e oligarquias no Rio Grande do Norte: (Primeira República) e outros estudos*, p. 44.

política à frente do estado. O contexto da sucessão revelou uma questão de altíssima importância: a necessidade de mais uma vez “apartar o sangue”, assim como fez Pedro Velho, no momento em que deixou o poder, em 1895.

Outra etapa interessante do processo de sucessão do governador, revelada nas palavras de Spinelli, diz respeito à necessidade do respaldo federal para a escolha do candidato. A *posição subalterna* atribuída ao Rio Grande do Norte no cenário político e econômico brasileiro era o que determinava a dependência da benção maior daqueles que dirigiam a política nacional.

Apesar de ter ocupado a posição de um fiel *attaché* daquela organização familiar durante muitos anos, sempre sendo visto como um coadjuvante na cena política estadual, Ferreira Chaves agora estava diante da oportunidade da ocupação do lugar central. Contudo, não foi fácil o caminho para que Chaves conseguisse chegar pela segunda vez ao cargo de governador do estado, tendo em vista que da primeira vez, em 1895, quando eleito governador para suceder Pedro Velho, havia sido o nome indicado pelo próprio grupo para disputar a eleição, e dessa vez o primeiro nome não era o dele.

Nesse sentido, o caminho que fizera de Ferreira Chaves o representante legítimo de parte da ala situacionista teve o concurso da entrada do capitão José da Penha<sup>293</sup> naquele cenário político. José da Penha, que apesar de norte-rio-grandense, era deputado pelo estado do Ceará, tornou-se a figura oposicionista central no processo eleitoral de sucessão do governador Alberto Maranhão:

O capitão Penha, com a receptividade de elementos oposicionistas locais (entre os quais contavam-se os Dr.s Almeida Castro, Augusto Leopoldo Raposo da Câmara, Érico Souto, Homem de Siqueira, Virgílio Bandeira e João Gurgel), lançou o nome do tenente Leônidas Hermes da Fonseca (filho do presidente da República) ao governo estadual esperando contar com apoio federal, decisivo no episódio das “salvações” que atingiram outros Estados do Norte e Nordeste do país.<sup>294</sup>

---

<sup>293</sup> A figura do capitão José da Penha se faz pertinente às características e ao contexto das *salvações nacionais* durante a administração do Marechal Hermes da Fonseca. Diante da fragilidade da base política do presidente Hermes, as *salvações* se constituíram em um movimento apoiado pelo setor militar, que tinha o objetivo de interferir na política dos estados, na tentativa de retirar do poder as organizações familiares que há décadas dominavam os governos locais e ao mesmo tempo fazer dominante um grupo que desse apoio ao presidente. Com a denominação oficial de *re-saneamento político*, a política de *salvações* encontrou em políticos-militares como José da Penha, a representação típica do salvador incumbido de libertar seu estado dos domínios “eternos” familiares. Para maiores detalhes sobre as “salvações” militares, ver: SOUZA, Maria do C. C. de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*, p. 162-226.

<sup>294</sup> SPINELLI, José Antônio. *Coronéis e oligarquias no Rio Grande do Norte: (Primeira República) e outros estudos*, p. 44.

Diante do entrave salvacionista, o sucessor de Alberto Maranhão não partilhava do sangue da organização familiar de Pedro Velho, porém, foi alguém que até então parecia confiável a ponto de confundir a opinião pública e ao mesmo tempo possuir a capacidade de reorganizar a administração estadual com a preparação do caminho para a volta de um Albuquerque Maranhão ao governo. Contudo, a tentativa dos Albuquerque Maranhão fez cair nas mãos de Ferreira Chaves a “liderança” e a condução dos rumos do Rio Grande do Norte naquele momento de sua história. Segundo informa Itamar de Souza, ainda houve um membro daquela organização que pleiteou o próprio nome para o tão almejado cargo:

Tavares de Lyra quis ser o candidato ao governo do Estado. Entretanto, a onda de “Salvação”, trazida para o Rio Grande do Norte pelo capitão José da Penha, era um sério obstáculo à eleição de mais um membro da oligarquia Albuquerque Maranhão. A hora era de camuflar, lançando a candidatura de um *attaché* [...].<sup>295</sup>

Preterido o nome de Tavares de Lyra, Ferreira Chaves tornou-se o nome de “consenso” entre as lideranças municipais da “confiança” do governador Alberto Maranhão para a eleição de seu substituto, uma espécie de camuflagem frente aos obstáculos postos pela representação das “salvações nacionais” no Rio Grande do Norte, que combatiam a eleição de mais um membro da “família do tesouro”. Mais por necessidade de sobrevivência política do que por vontade, os Albuquerque Maranhão “aceitaram” a indicação do nome de Ferreira Chaves, afinal parecia ser para aquele momento a alternativa mais viável para uma futura continuidade, o retorno de um Albuquerque Maranhão ao governo estadual. Vale ressaltar que, antes da aceitação da candidatura de Ferreira Chaves, dois nomes despontaram na preferência do governador Alberto Maranhão:

Tudo indica que os nomes da preferência de Alberto Maranhão para realizar a operação de “apartar o sangue” eram os de Pedro Soares ou Antônio de Souza. Mas, até que um desses nomes fosse indicado oficialmente pelo partido, era necessário vencer algumas etapas. Começaram, então, a se apresentar dificuldades que surpreenderam a facção no poder.<sup>296</sup>

Com o afastamento dos nomes daqueles que no momento mais se afinavam com as vontades do governador Alberto Maranhão, e dada a disposição advinda do apoio dos políticos seridoenses, Ferreira Chaves foi conduzido à posição de candidato situacionista,

---

<sup>295</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 180.

<sup>296</sup> SPINELLI, José Antônio. *Coronéis e oligarquias no Rio Grande do Norte: (Primeira República) e outros estudos*, p. 43.

sendo eleito sem concorrência com cerca de 11.536 votos, o equivalente a 62,44% do eleitorado, apesar do manifesto, lançado de véspera por José da Penha, solicitando a abstenção dos correligionários naquele pleito.

Ressaltamos ainda que na fase preliminar do processo eleitoral, momento de escolha dos candidatos, Ferreira Chaves teve validado o seu nome como o candidato situacionista por uma cúpula nacional do Partido Republicano Federal, representada pela pessoa do influente senador Pinheiro Machado<sup>297</sup> – amigo pessoal de Ferreira Chaves – em consulta feita na capital federal, a mando do governador Alberto Maranhão, pelo deputado seridoense José Augusto Bezerra de Medeiros.

Analisando tal cenário político, entendemos que se a atuação de José da Penha não chegou a alterar de imediato a realidade política dominante no Rio Grande do Norte, pelo menos teve forte repercussão sobre o posicionamento de uma considerável parcela da opinião pública a respeito do domínio empreendido durante décadas, pelos Albuquerque Maranhão e seus correligionários.

[...] o capitão José da Penha viera fazer a ‘salvação’ do Rio Grande do Norte. Apresentou como seu candidato o tenente Leônidas Hermes, seu amigo, e filho do marechal Hermes da Fonseca, então presidente da República. Devido à forte influência que o senador Pinheiro Machado exercia no marechal Hermes, o tenente Leônidas cá não veio submeter o seu nome ao veredicto das urnas. Por isso, o desembargador Ferreira Chaves foi eleito governador sem concorrente, uma vez que os adversários optaram pela abstenção no dia da eleição.<sup>298</sup>

Apesar de terem acontecido vários episódios em torno da campanha salvacionista promovida por José da Penha, estes não foram suficientes para minar o prestígio do grupo situacionista com o homem de maior confiança e influência sobre a administração de Hermes da Fonseca. Para se ter noção da importância do apoio dado por Pinheiro Machado aos situacionistas, lembramos que o dileto senador convenceu o presidente da República a nem sequer cogitar a candidatura do próprio filho ao governo do Rio Grande do Norte, colocando abaixo todos os planos de José da Penha de retirar do poder o grupo liderado pelos Albuquerque Maranhão.

---

<sup>297</sup> Como forma de agradecimento ao indubitável apoio do Senador Pinheiro Machado ao grupo situacionista na questão das salvaçãoes nacionais no Rio Grande do Norte, a Intendência do Natal, em comum acordo com o governo do estado, mudou a denominação da avenida presidente Nilo Peçanha para avenida General Pinheiro Machado, legando o nome de Nilo Peçanha a outra avenida da cidade. Para maiores detalhes ver: RESOLUÇÃO n. 177. *A Republica*, Natal, 23 mar. 1914.

<sup>298</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 331.

Em outros estados, o movimento das “Salvações Nacionais” foi bastante efetivo ao conseguir destituir do poder administrativo estadual algumas das organizações familiares que se perpetuavam e se beneficiavam por considerável tempo daqueles cargos. Nos casos de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Pará e Ceará, foram respectivamente derrubadas ao tempo das “salvações do Norte” as organizações familiares Rosa e Silva; Malta; Venâncio Neiva; Lemos; e Aciole.<sup>299</sup>

Depois de eleito para a sua segunda administração, Ferreira Chaves deu início ao processo de ruptura com os principais membros da família Albuquerque Maranhão. Com essa reordenação no poder estadual abria-se o caminho para um outro imaginário espacial norte-rio-grandense.

Para pensar essa mudança de imaginário que se instaurou sobre a espacialidade norte-rio-grandense durante a última década da Primeira República, devemos considerar que, nem a saída dos Albuquerque Maranhão do domínio do poder central do estado, nem a futura chegada do grupo político do Seridó àquele poder maior, ocorreram de forma direta e contínua. O caminho que se fez através de uma clivagem que levou ao que entendemos ser *o terceiro imaginário espacial*, celebrado nos nomes das espacialidades do Rio Grande do Norte por via da mudança do eixo político que passou a dirigir o estado durante os últimos momentos da Primeira República, se deu em decorrência de um processo de transição pontuado pelas ações daquele que sucedera Alberto Maranhão à frente do governo.

Ferreira Chaves poderia não ser o principal obstáculo aos interesses de continuidade dos Albuquerque Maranhão, visto que o grupo político seridoense despontava com força expressiva, contudo pode ser considerado, em termos práticos, como o responsável por implodir as relações econômicas e políticas que davam sustentação à organização familiar dominante.

Segundo Itamar de Souza, o governador Ferreira Chaves, até então aliado dos Albuquerque Maranhão, foi desarticulando gradualmente ao longo do seu mandato a estrutura política e econômica que havia sido montada, inclusive com sua ajuda, para a manutenção dos interesses daquele grupo desde a administração de Pedro Velho:

Ferreira Chaves foi eleito sem concorrente e tirou todo o seu mandato (1914-1918). Desde o início do seu governo, começou a dismantlar a máquina da oligarquia, como se tivesse sido eleito pela oposição. Ele preparou uma

---

<sup>299</sup> Para mais detalhes sobre tais lideranças familiares no seio de cada estado, consultar CARONE, Edgar. *A República Velha: instituições e classes sociais*, 1975.

legislação eleitoral adrede arquitetada para prejudicar os candidatos da oligarquia, da qual, até pouco tempo, ele fora um fiel *attaché*.<sup>300</sup>

O governador Ferreira Chaves tratou de afastar qualquer rumor sobre uma possível renúncia para a volta de um Albuquerque Maranhão – como era da vontade de Tavares de Lyra –, através de algumas soluções enérgicas, dentre as quais se destaca a diminuição do superlotado quadro de funcionários para sanar as dívidas deixadas por seu antecessor, o que também se constituía como uma alternativa importante com a dupla função para sanear, ao mesmo tempo, a administração e as finanças e suprimir os privilégios financeiros e cargos comissionados:

Ao finalizar o seu mandato em dezembro de 1913, Alberto Maranhão deixara o Estado superlotado de funcionários, cujos vencimentos estavam atrasados desde agosto. Portanto, cinco meses. No intuito de reorganizar as finanças, Ferreira Chaves, desde o início do seu mandato, agiu com mão de ferro dismantando o ‘inventário’ feito pelo seu antecessor. Assim reduziu de 40 para 20 o número de praças do Esquadrão de Cavalaria, ‘mandando vender, pelo Tesouro, em hasta pública, como se efetivou, as montarias excedentes’. Embora a lei nº 356 tivesse fixado o efetivo do Batalhão de Segurança em 318 oficiais e praças, na realidade existia mais que o dobro. Em cumprimento da lei, Ferreira Chaves reduziu-o ao quadro de direito. Além, disso suprimiu cargos civis, reduziu subvenções e extinguiu numerosas gratificações, enfim, tudo aquilo que contribuía para desequilibrar o orçamento estadual.<sup>301</sup>

As investidas de Ferreira Chaves contra os correligionários da organização familiar Albuquerque Maranhão continuaram, no âmbito econômico, através das rescisões de vários contratos firmados pelo Estado, durante a administração daquele grupo. Talvez a mais significativa destas tenha sido a anulação do contrato firmado no ano de 1912 entre o governador Alberto Maranhão, enquanto representante do executivo, e o Sindicato de Salineiros do Rio Grande do Norte, garantindo a continuidade do monopólio sobre a comercialização do sal, por um período de 20 anos. O próprio Chaves tratou de colocar um ponto final no monopólio que havia sido inaugurado ainda na sua primeira administração no ano de 1897.

Entre as razões que motivaram o interesse do governador em rever as condições do citado monopólio estava o prejuízo que o mesmo vinha causando aos cofres públicos:

[...] Ferreira Chaves anulou o referido contrato em janeiro de 1914, porque o Estado tinha um prejuízo anual de 1.750:000\$000. As medidas tomadas pelo

---

<sup>300</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 180.

<sup>301</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 331-332.

governador acabaram com o monopólio do sal, iniciado em 1897, e restauraram a liberdade de comércio nesse setor. Os resultados foram altamente vantajosos para a economia potiguar, porque aumentaram as exportações e, sobretudo, os impostos arrecadados pelo Estado [...].<sup>302</sup>

A quebra do monopólio sobre o sal foi um grande golpe contra a estrutura de poder dos Albuquerque Maranhão, porque tirou deles a moeda de troca para os apoios que recebiam dos salineiros na forma de doações financeiras para as campanhas eleitorais.

Outra rescisão merecedora de destaque, objeto do decreto estadual nº 12, de 31 de março de 1914, efetuou-se sobre um contrato que assegurava o monopólio do fornecimento da carne verde, concedido ao Coronel Francisco Cascudo, mesmo sendo Ferreira Chaves o padrinho de seu filho, Câmara Cascudo. Apesar de insatisfeito com a considerável perda e devedor de vários favores aos Albuquerque Maranhão, o Coronel Cascudo optou por romper com aquela organização familiar e passou a apoiar o governo de Ferreira Chaves.

Para Spinelli, o conjunto de investidas do governador, aqui citadas por Itamar de Souza, constituiu-se duplamente como um ataque direto ao acúmulo de privilégios dos Albuquerque Maranhão e como representação da ruptura para com eles. Também com o objetivo de combater o acúmulo de tais privilégios, foram feitas algumas alterações na legislação eleitoral, visando ao afastamento imediato dos membros daquela organização familiar do acesso ao cargo de governador estadual:

A reforma da Constituição estadual, em 1915, deu ensejo a novo ataque contra privilégios acumulados pelos Maranhão. Entre outras coisas, esta reforma tornou inelegíveis, para o mesmo cargo, parentes consanguíneos e afins até o terceiro grau; criou a figura do vice-governador, retirando do presidente do Legislativo estadual (função exercida em caráter quase vitalício pelo *coronel* Fabrício Maranhão, irmão de Pedro Velho e Alberto Maranhão) a atribuição de substituir o governador e reduziu o mandato de governador, nas eleições seguintes, para quatro anos [...].<sup>303</sup>

Diante das ações do governador Ferreira Chaves, observamos também que sua fidelidade política ficara quase restrita àquele que o levou a um lugar de relevância no contexto político estadual. Com a morte de Pedro Velho em 1907, o sentimento de gratidão mantido por Ferreira Chaves, quando esteve à frente do executivo estadual, entre 1896 e 1899, externado através de práticas como a concessão de cargos e benefícios, e defesa frente à

---

<sup>302</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 332.

<sup>303</sup> SPINELLI, José Antônio. *Coronéis e oligarquias no Rio Grande do Norte: (Primeira República) e outros estudos*, p. 47.

oposição que atacava a organização familiar Albuquerque Maranhão, foi gradualmente se convertendo em prol do interesse pela ocupação do lugar central da política estadual.

Contudo, a administração de Ferreira Chaves não é lembrada apenas pelas atitudes que buscaram equilibrar as finanças estaduais e promover alterações na legislação eleitoral do estado. Além dessas práticas de retaliação e de reordenação na política estadual, a construção da *Estrada de Automóveis do Seridó* tornou-se reconhecida como a principal obra estrutural durante a última administração de Chaves.

A importância dada à execução dessa obra recaía diretamente sobre duas questões, uma consoante aos meios de transporte que conduziam as pessoas do interior à capital; outra referente ao escoamento da produção do algodão, que necessitava ser mais ágil para tornar viável sua exportação. Até aquele momento, o trem ou o lombo dos animais utilizando estradas longas e estreitas eram as únicas alternativas disponíveis a quem precisasse transportar pessoas ou cargas entre as áreas do interior do estado. Isso justificava a necessidade de uma estrada de automóveis que fosse até o sertão e facilitasse esse intercâmbio.

A par dessas necessidades, logo no primeiro ano de mandato, aos 20 de janeiro de 1914, Ferreira Chaves assinou o decreto nº 4, que concedia ao Engenheiro José Francisco Brandão Cavalcanti a permissão para a construção da via que em sua primeira etapa partiria de Macaíba até a cidade de Santa Cruz. Em 1919, último ano do governo de Ferreira Chaves, a Estrada de Automóveis do Seridó já tinha sua primeira etapa quase que inteiramente pronta. No entanto, faltava efetivamente chegar ao Seridó e para tanto foram empregados investimentos do Governo Federal, através da IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas), que autorizavam o prolongamento da estrada até Currais Novos.

A “proximidade” existente entre Ferreira Chaves e o grupo político do Seridó, ora fortalecido pelo lugar central ocupado na economia potiguar por via da cotonicultura, ia paulatinamente e indiretamente se caracterizando o momento de transferência do poder. Pelo menos na instância econômica, o algodão já era reconhecido nos discursos, nas cifras e nos investimentos governamentais como o principal provedor das rendas do estado.

O segundo governo de Ferreira Chaves (1914-1919), assim como o de seu sucessor Antônio José de Melo e Souza (1920-1923) são tomados aqui como constituintes desse momento de transição do poder entre as elites que conduziram a Primeira República no Rio Grande do Norte, não apenas pela reorientação no setor econômico, mas, também, porque o espaço de origem da nova liderança política se apresentaria diferente do daquela que por mais de duas décadas tomara as principais decisões no âmbito estadual.

Um fato interessante para a nossa análise é que no segundo governo de Ferreira Chaves não nos deparamos com a mesma prática de denominar os espaços com os nomes dos membros da organização familiar, o que se tornou, além de um hábito, uma marca das administrações dos Albuquerque Maranhão. Tanto que o campo da educação foi mantido como uma prioridade de investimentos na segunda administração estadual de Chaves, porém sem o mesmo interesse pela dinâmica toponímica amplamente utilizada por Alberto Maranhão que, enquanto somava novos grupos escolares à rede estadual de ensino, multiplicou os homenageados em suas denominações, conforme seus próprios interesses. Nesse período, Ferreira Chaves

Criou os grupos escolares: em Areia Branca, o Grupo Escolar Conselheiro Brito Guerra; em São Miguel, o Grupo Escolar Padre Cosme; em Taipu, o Grupo Escolar Joaquim Nabuco; em Santa Cruz, o Grupo Escolar Quintino Bocayuva; em Parelhas, o Grupo Escolar Barão do Rio Branco; e em Augusto Severo, o Grupo Escolar Coronel Tito Jacome.<sup>304</sup>

A prioridade a que nos referimos apresentou-se no sentido da continuidade da expansão da rede de grupos escolares, fazendo interagir topônimos que homenagearam figuras nacionais da época (Joaquim Nabuco; Quintino Bocayuva e Barão do Rio Branco) com figuras locais de um período precedente (Conselheiro Brito Guerra; Padre Cosme e Coronel Tito Jacome) para nomear os grupos escolares inaugurados na segunda gestão de Chaves.

Contudo, a não ser quando construiu a residência oficial do governador, à qual deu o nome de “Vila Cincinato”, em homenagem ao neto Cincinato Galvão Ferreira Chaves, não encontramos qualquer registro toponímico com o intuito de engrandecer ou inculcar na memória espacial os nomes de Ferreira Chaves ou de alguém de seu núcleo familiar. Podemos então caracterizar este período como um hiato no magma que correspondia ao conjunto de denominações que prevaleceram em conformidade com cada interesse verificado sobre os nomes das espacialidades desde o início da República, mas que se conformava com os problemas políticos do Rio Grande do Norte.

Outra reação de Ferreira Chaves, com o intuito de diminuir o elevado ego da organização familiar Albuquerque Maranhão, ressoou no âmbito da memória quando sancionou em 1º de dezembro de 1914 a Lei estadual nº 376, que tinha como conteúdo central

---

<sup>304</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 335.

a supressão de alguns feriados estaduais, dentre os quais o que homenageava Augusto Severo no dia 12 de maio.

Tais observações nos mostram que denominar instituições e logradouros, criar monumentos e decretar feriados fazendo menção ao próprio nome ou de sua parentela não era o grande interesse de Ferreira Chaves à frente do governo. Ele se apresentava mais preocupado em firmar-se no poder, afastando os representantes do grupo que o inseriu na cena política do Rio Grande do Norte. A execução desse distanciamento ocorreu pela eliminação de benefícios adquiridos por décadas através de leis e decretos estaduais.

Concomitantemente às atuações de Ferreira Chaves e de seu sucessor, Antônio de Souza, nos deparamos com uma gradual mudança do eixo político estadual. A organização familiar Albuquerque Maranhão, detentora de um poder mantido principalmente pelos benefícios advindos do controle dos monopólios do açúcar e do sal e sediado na capital e suas adjacências foi paulatinamente sendo retirado do lugar central que ocupava<sup>305</sup>, porém, sem se afastar de todos os postos políticos – senador, deputado, ministro –, mas dando lugar à ascensão do grupo político oriundo do Seridó e representante da atividade econômica que mais gerava lucros ao Rio Grande do Norte:

Enquanto a oligarquia Maranhão dominou a política do Estado, as atenções do governo voltaram-se para o agreste e litoral, onde se produziram o açúcar e o sal respectivamente. Com a eleição de José Augusto ao governo do Estado, o poder político deslocou-se para o Seridó algodoeiro e pecuário. Esse fato coincidiu com a conjuntura nacional bastante favorável à expansão da produção algodoeira [...].<sup>306</sup>

Essa clivagem política e econômica que destacamos até o momento não ocorreu de forma passiva através da transição pontuada pelos governos de Ferreira Chaves e Antônio de Souza. Não era intuito de Chaves guardar lugar para que um “correligionário” seridoense assumisse o governo. Seu desejo era articular sua candidatura para mais uma vez retornar ao executivo estadual quando da sucessão de Antônio de Souza, na eleição de 1923.

As pretensões envolvidas nos processos de sucessão do cargo de governador, entre Ferreira Chaves e Antônio de Souza (na eleição de 1919) e entre Antônio de Souza e seu sucessor (na eleição de 1923), se tornaram objeto de análise de Spinelli ao ressaltar a

---

<sup>305</sup> Agora ocupando o lugar de oposição, Tavares de Lyra e Alberto Maranhão fundaram o jornal *A Opinião* no ano de 1919, constituindo-o veículo para combater o governador Ferreira Chaves, e caracterizando um período marcado por acusações recíprocas.

<sup>306</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 341.

reordenação ocorrida no cenário político estadual, verificando o lugar oposicionista agora ocupado pelos Albuquerque Maranhão:

Em 1920, Joaquim Ferreira Chaves impôs seu candidato à própria sucessão, Antônio de Souza, um ex-aliado dos Maranhão que havia governado o Estado em 1906-1908, completando o mandato de Tavares de Lyra, que se afastara para assumir o cargo de ministro da Justiça e Negócios Interiores no governo de Afonso Pena, que então se iniciava. Os Maranhão reagiram articulando um partido de oposição, o Partido Republicano do Rio Grande do Norte, pelo qual apresentaram a candidatura do Dr. João Dionylsio Filgueira, derrotado por Souza. Chaves fez-se eleger senador para o período seguinte (1920-1928) e conservou a direção do partido, mantendo-se dessa forma, na chefia política do Estado. Assim como tinham feito os Maranhão, ele se preparava para voltar ao executivo estadual no quadriênio seguinte.<sup>307</sup>

Com o maior poder de liderança no Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte (PRF), Ferreira Chaves viu seu nome ser consagrado pela convenção partidária, tornando-se o candidato situacionista ao governo do estado para as eleições de 1923. Mas, lançada a candidatura, Chaves sofre, em decorrência de seus interesses, forte reação opositiva, que não partiu do grupo liderado àquela época pela organização familiar Albuquerque Maranhão.

Assim como aconteceu na eleição de 1913, os entraves aos objetivos do principal líder político surgiram dentro do próprio partido. A ação contrária mais uma vez partiu da elite política seridoense, que já liderava o cenário econômico e agora entendia ser chegado o momento de também determinar os rumos políticos do estado, obtendo o cargo de Governador. Segundo Spinelli, as figuras centrais José Augusto e Juvenal Lamartine promoveram as articulações necessárias à resistência contra as pretensões de Ferreira Chaves. Para isso, contaram, no plano local, com o apoio de alguns coronéis seridoenses: Adonias Galvão, Miguel Teixeira e Joel Damasceno, entre outros; e, no plano nacional, demonstraram a influência que possuíam junto ao Presidente da República, Artur Bernardes:

Ferreira Chaves não conseguirá se impor na política estadual instituindo sua própria oligarquia, como era seu plano. Na verdade, os *coronéis* do Seridó representavam a forma mais incisiva de contraposição à oligarquia Maranhão, tanto em 1913/1914 como em 1923/1924, quando neste último embate conduzem José Augusto ao governo estadual. Não se quer dizer que formalizando a oposição, essa facção seridoense promovesse uma cesura

---

<sup>307</sup> SPINELLI, José Antônio. *Coronéis e oligarquias no Rio Grande do Norte: (Primeira República) e outros estudos*, p. 51.

completa com as forças políticas do litoral. Na verdade, o *sistema político do Seridó* assimilou elementos da oligarquia Maranhão.<sup>308</sup>

Com a efetivação das atitudes políticas que retiraram Ferreira Chaves e homologaram o nome do deputado federal José Augusto para a disputa do governo do estado como o candidato situacionista, fechava-se o período que existiu entre os dois ciclos políticos liderados pelo litoral e pelo sertão:

Era chegada a hora de completar a virada que havia se iniciado em 1913/1914, removendo como um entulho o homem que fora instrumento, agente ativo e beneficiário daquelas mudanças. A oligarquia algodoeiro-pecuária exercia o poder agora sem intermediações, na pessoa de seus representantes diretos, homens afeitos à produção e ao comércio do algodão e à discussão de suas questões técnicas. Foi este o sentido da reviravolta de 1923/1924.<sup>309</sup>

As eleições de José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine de Faria ao posto de governador elevaram esses dois políticos ao status de principais representantes e defensores da elite cotonicultora e seridoense à frente das decisões estaduais na última década da Primeira República. Assim, o algodão não se tornou apenas um subsídio à defesa de interesses políticos e econômicos de uma elite, mas, sobretudo, foi convertido em seu principal símbolo para a nova reordenação do poder político no espaço norte-rio-grandense:

A oligarquia do Seridó foi representada pelos governos de José Augusto Bezerra de Medeiros e seu sucessor, e também parente, Juvenal Lamartine. Ambos eram ligados à grande propriedade rural algodoeira-pecuária e formaram-se em Direito, em Recife. O primeiro era sobrinho-neto do coronel José Bezerra de Araújo Galvão que, [...] dominava vasto ‘curral eleitoral’ em Currais Novos. O segundo era genro do coronel Silvino Bezerra de Araújo Galvão, chefe político de Acari e irmão do ‘coronel Zé Bezerra’.<sup>310</sup>

No comentário de Monteiro observamos a mesma descendência econômica e educacional dos últimos dois governadores do Rio Grande do Norte no período da Primeira República. Não obstante o fato de manterem laços familiares próximos e serem oriundos de uma mesma elite algodoeiro-pecuária, também contavam com a mesma formação acadêmica, tendo ambos obtido o grau de bacharel em Direito na cidade de Recife.

---

<sup>308</sup> MACÊDO, Muirakytan K. de. *A penúltima versão do Seridó* – uma história do regionalismo seridoense, p. 195.

<sup>309</sup> SPINELLI, José Antônio. *Coronéis e oligarquias no Rio Grande do Norte: (Primeira República) e outros estudos*, p. 52.

<sup>310</sup> MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*, p. 227.

Dando continuidade a essa perspectiva que envolveu a reordenação do eixo político-econômico através do discurso de afirmação do algodão na centralidade econômica do Rio Grande do Norte, o governador José Augusto enfaticamente citou por via da sua primeira mensagem anual, enviada a Assembleia Legislativa em 1924, a importância e o atual lugar do açúcar na realidade estadual:

*Cana-de-Açúcar* – O açúcar foi, em tempo passados, a mais vultuosa fonte de vida econômica do Rio Grande do Norte. Sucedeu, porém, que a indústria açucareira passou em todo País por uma grande crise que aqui repercutiu mais intensamente, por falta de capitais, pelas frequentes inundações da nossa principal região produtora, o Ceará-Mirim, e pelo atraso dos nossos processos culturais. Temos, entretanto, condições naturais muito propícias ao florescimento de tal indústria. Os nossos vales úmidos do litoral, Ceará-Mirim, Capió, Penha, Maxaranguape, etc., possuem terras fertilíssimas, nas quais a cana-de-açúcar viceja admiravelmente. Tudo depende de conseguirmos capitais que venham transformar os vetustos processos da cultura, dotando a fabricação do açúcar dos modernos aparelhos usados e adotados em toda parte.<sup>311</sup>

Nas palavras de José Augusto, observamos o reconhecimento ao açúcar de cana como significativa fonte de renda para o estado, tendo em vista a produtividade em sintonia com o clima e solo dos vales úmidos do litoral. Porém, também é clara e perceptível sua objetividade em reconhecer que as volumosas rendas advindas do açúcar se concentraram num tempo passado, o que não era mais possível na realidade daquele presente agora liderado pelas rendas advindas do algodão.

A elegante valorização do açúcar nas palavras de José Augusto trazia incutido o redirecionamento da liderança político-econômica no estado, quando o açúcar e os Albuquerque Maranhão, sediados na região litorânea, perderam o domínio estadual para o algodão e para o grupo político da região do Seridó. As palavras do governador também soavam como demarcação e afirmação do poder político, tendo em vista que antes mesmo da conquista da instância política, a transferência de produto e eixo econômico já se fazia reconhecida.

A mudança da referência de elite, perceptível também no âmbito espacial, significou uma nova dinâmica para a representação dos interesses. A forma como as denominações foram reconfiguradas nos deu a possibilidade de ler tais mudanças políticas,

---

<sup>311</sup> MEDEIROS, José Augusto B. de. Mensagem lida perante a Assembléia Legislativa na abertura da 1ª Sessão da 12ª Legislatura, em 1º de novembro de 1924, pelo Governador José Augusto Bezerra de Medeiros. In: *Mensagens dos presidentes do Estado do Rio Grande do Norte na Primeira República*, p. 49-50.

econômicas e espaciais, verificando que a toponímia passou a ter como objeto central a região do Seridó, mais especificamente notada a partir da figura do algodão e de suas representações.

Tais mudanças recaem novamente sobre o pensamento de Castoriadis acerca da linguagem enquanto detentora de uma propriedade de não esgotamento ao ser aberta para o surgimento e reordenamento de significados para as denominações:

[...] Porque é uma propriedade essencial da linguagem *enquanto sistema* a de não esgotar-se no seu vasto estado sincrônico, de não ser jamais redutível a uma totalidade fechada de significações fixas, determinadas, disponíveis, mas de conter sempre um *a mais* eminente e constantemente iminente, de ser sempre sincronicamente *aberta* a uma transformação das significações [...].<sup>312</sup>

Desse modo, a partir do comentário de Castoriadis passamos a adensar o olhar sobre o terceiro imaginário toponímico que se efetivou durante a Primeira República no Rio Grande do Norte, o que nos impele a uma discussão que revela continuidades, descontinuidades e novidades frente às dinâmicas que caracterizaram as representações afirmadas anteriormente, no momento de clivagem entre Império e República, e nas administrações da organização familiar Albuquerque Maranhão.

A problematização dos novos nomes atribuídos aos espaços continuará sendo uma possibilidade de compreensão daquela realidade, completando nossa versão de que uma história dos imaginários políticos pôde ser tecida a partir dos interesses que motivaram as denominações espaciais.

---

<sup>312</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*, p.254.

**EM NOME(S) DA COTONICULTURA:** Origem, símbolos, propagandas e iniciativas para a valorização e reconhecimento do algodão (seridoense)

DECRETO N. 201, DE 1º DE JULHO DE 1909

*Crêa o brasão de armas do Estado do Rio Grande do Norte*

O Governador do Estado do Rio Grande do Norte, tendo ouvido a respeito o Instituto Histórico e Geographico,

DECRETA:

Art. 1º - O brasão de armas do Estado do Rio Grande do Norte é um escudo de campo aberto, dividido a dois terços de altura, tendo no plano inferior o mar, onde navega uma jangada de pescadores, que representam as indústrias do sal e da pesca. No terço superior, em campo de prata, duas flores aos lados e ao centro dois capulhos de algodoeiro. Ladeiam o escudo, em toda sua altura, um coqueiro á direita e uma carnaubeira á esquerda, tendo os troncos ligados por duas canas de assucar, presas por um laço com as cores nacionaes. Tanto os moveis do escudo, como os emblemas, em cores naturaes, representam a flora principal do Estado. Cobre o escudo uma estrella branca, symbolizando o Rio Grande do Norte na União Brasileira.

Art. 2º - O desenho original deste brasão de armas, executado pelo sr. Corbiniano Villaça, será archivado na Secretaria do Governo e d'elle se tirará uma copia authentica para o archivo do Instituto Histórico e Geographico do Estado.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1º de Julho de 1909, 21º da República.

ALBERTO MARANHÃO.  
*Henrique Castriciano de Souza.*<sup>313</sup>

No ano de 1909, ainda no início do segundo governo de Alberto Maranhão, nos deparamos com a criação do brasão de armas do Rio Grande do Norte, símbolo pelo qual já era possível reconhecer a importância do algodão, entre outras fontes de renda, para a economia estadual e que referendava indiretamente a origem regional de tão lucrativa fonte de recursos.

Sobre a criação deste brasão devemos ressaltar que buscou seguir a tendência republicana, a qual fomentava a construção de símbolos nacionais que fortaleceriam aquele regime político, nos âmbitos nacional e local. A instituição de símbolos como bandeiras, hinos, brasões etc era pensada com o intuito de disseminar e afirmar no imaginário alguns

---

<sup>313</sup> RIO GRANDE DO NORTE. Governo do Estado. Decreto N. 201, 01/07/1909: Crêa o brasão de armas do Estado do Rio Grande do Norte. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*, 1910.

ideais republicanos, como os de *ordem e progresso*. Nesse sentido, a criação do brasão de armas do estado do Rio Grande do Norte veio a contribuir com os interesses nacional e local, quando se amparou representativamente em ícones econômicos que atestavam o progresso.

No processo de elaboração da imagem em análise ocorreu uma espécie de consultoria prestada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHG-RN), inclusive reconhecida pelo próprio governador na primeira parte do Decreto nº 201/1909. O papel do IHG-RN tinha relação com o interesse de construção de uma identidade norte-rio-grandense, fator este reconhecidamente associado às funções dos Institutos Históricos e Geográficos.<sup>314</sup>

A participação do IHG-RN tinha relação direta com a elaboração da imagem, uma vez que a Instituição seria responsável pelas informações mais relevantes passadas ao artista executor, Corbiniano Villaça, que coincidentemente, era o escultor oficial de outras obras do governo do Rio Grande do Norte naquele período, entre elas o conjunto escultórico que homenageia Pedro Velho na praça do mesmo nome em Natal.

E assim, numa análise das informações encontradas em cada elemento sugerido pelo IHG-RN, substanciada na imagem criada por Villaça, nos direcionamos a uma compreensão que se coaduna ao entendimento de José Murilo de Carvalho a despeito de como se manifesta o reconhecimento das formas de expressão do imaginário social, sobretudo, através de representações que podem ser pensadas e ao mesmo tempo tornadas visíveis:

O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também – [...] – por símbolos, alegorias, rituais, mitos. Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos. Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas.<sup>315</sup>

Os investimentos feitos na criação de símbolos, alegorias, rituais e mitos são entendidos enquanto partes integrantes do imaginário social republicano, tendo em vista que neles estavam diluídos os ideais que mais interessavam para o fortalecimento daquele regime político. Em direção a essa perspectiva caminhava também a construção de símbolos locais como o que aqui problematizamos – o *brasão de armas* do Rio Grande do Norte.

---

<sup>314</sup> Para mais detalhes sobre a importância dos Institutos Históricos e Geográficos na construção de uma identidade nacional, ver: PEIXOTO, Renato Amado. *A máscara da Medusa: A construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX*. Tese (Doutorado em História) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

<sup>315</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas*, p. 10-11.

A escolha das cores e dos elementos utilizados na construção desses símbolos nacionais e locais se dava a partir de interesses que envolviam o desenvolvimento econômico, por isso, fazer representar as principais fontes de rendas nos símbolos estaduais consistia também, em disseminar uma auto-representação imaginária para o próprio estado e para a nação.

Acompanhando a efetiva relação entre os espaços local e nacional por meio dos símbolos, nos deparamos no brasão com uma estrela branca referente à presença do Rio Grande do Norte na União Brasileira. Entre as oito constelações contidas na bandeira nacional, o Rio Grande do Norte está representado na constelação *Escorpião*, sendo a estrela *Lambda do Escorpião*. Um outro símbolo das relações entre o Rio Grande do Norte e o Brasil é o laço que une a carnaubeira, o coqueiro e a cana, sendo o mesmo nas cores verde e amarelo.

**Figura 17:** Cópia do primeiro brasão de armas do Estado do Rio Grande do Norte



Fonte: Acervo do IHG-RN

**Figura 18:** Representação contemporânea do brasão de armas do Rio Grande do Norte



Fonte: <http://www.rn.gov.br/conheca-o-rn/simbolos>

No brasão do Rio Grande do Norte também verificamos a presença da ideia de espaço a partir da representação da natureza local utilizada para emoldurar o núcleo central daquele símbolo. O mar, as flores e algumas plantas nativas foram associados às riquezas que brotam da superfície e geravam naquele momento alguns dos aparatos econômicos mais lucrativos para esta unidade da nação.

O mar, onde navega uma jangada, buscou-se relacionar às indústrias da pesca e do sal enquanto importantes recursos advindos do vasto litoral que acompanha boa parte dos limites territoriais do estado. Saindo do mar e adentrando as terras, verificamos a presença da flora em tema de flores e plantas. Representativas da fertilidade de algumas partes do solo do Rio Grande do Norte, as flores, a cana-de-açúcar, a carnaúba, o coqueiro e os capulhos de algodão dão corpo e visibilidade a uma multiplicidade de recursos que o estado apresentava.

Acreditamos que não tenha sido uma mera coincidência os exemplares de cana-de-açúcar constituírem a base representativa e os capulhos de algodão encimarem àquela construção simbólica. Lucratividade e representação se apresentavam como uma combinação cúmplice, na qual os interesses locais estavam associados aos interesses da nação republicana. Associação e subordinação a interesses maiores podem, inclusive, ser imagetivamente referendadas pela presença da já citada estrela que representa o Rio Grande do Norte na bandeira nacional.

Verificadas as possibilidades de representação do espaço local através de uma construção simbólica, sobretudo pela ordem econômica, retomamos a importância do algodão e a sua centralidade observada na posição estratégica no brasão e na economia do estado. Seguindo a mesma perspectiva de valorização contida no *brasão*, a significância relativa à qualidade do produto advindo do Seridó já era afamada e divulgada na seção de alguns periódicos destinadas à propaganda comercial, antes da conquista do governo do estado pelos políticos do Seridó, e ainda mais, antes mesmo da própria Proclamação da República.

Anteriormente à criação do brasão de armas do Rio Grande do Norte, ainda no momento de clivagem entre Império e República, mais especificamente em 1889, verificamos na edição do jornal *O Povo*, de 13 de abril daquele ano, uma alusão ao algodão norte-riograndense produzido na região do Seridó, que já era reconhecido e tomado como a referência principal no setor em divulgações propagandísticas veiculadas nos jornais.

O anúncio da *Fábrica de fiação e tecidos do Natal de Juvino Barreto e Cia.*, veiculado no jornal *O Povo*, atesta o interesse maior em divulgar e expandir o seu comércio de tecidos. No anúncio, o comerciante buscou associar a qualidade dos produtos à imagem já reconhecida do algodão do Seridó:

Figura 19: Anúncio da Fábrica de fiação e tecidos do Natal de propriedade de Juvino Barreto

RIO GRANDE DO NORTE

**Fabrica de fiação e tecidos**  
DO  
**NATAL**  
DE  
**J. BARRETO & C.**

Já são bem conhecidos os algodões desta fabrica preparados com

**ALGODÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE**  
e de preferéncia o do SERIDO', reputado o melhor, recommendam-se pelo bem acabado do trabalho, que lhes dá uma

**FORTIDÃO SEM COMPETENCIA.**

Fabricam-se por ora ONZE MARCAS de algodões brancos, lizos e trançados que se vende á

**PREÇOS BARATISSIMOS, COM GRANDES DESCONTOS.**  
Fornece-se preços correntes a quem pedir.

**J. BARRETO & C.**

FABRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS

FABRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS

Fonte: Edição do jornal *O Povo* de 13/04/1889.

Não obstante o interesse comercial que propagandeava o estoque de onze marcas de algodões brancos, lisos e trançados, vendidos a preços baratíssimos e com grandes descontos, vincula-se a qualidade dos melhores tecidos com o algodão seridoense, que era o preferido e recomendado pela reputação de ser o melhor e contribuir para o bom acabamento dos produtos.

Seguindo alguns apontamentos de Denise Monteiro, entendemos que esse final do século XIX, momento em que foi veiculada aquela propaganda, é um período de renascimento da cotonicultura nordestina nos cenários nacional e internacional, cuja consolidação gradual, como o carro-chefe da economia do Rio Grande do Norte, ocorre ao longo das primeiras décadas do século XX. Para Monteiro, esse crescimento da cotonicultura nordestina está associado à expansão industrial no Brasil:

O desenvolvimento da indústria têxtil algodoeira nacional deu um novo impulso a uma lavoura tradicional do Nordeste – a cotonicultura. Mais do que isso, a possibilidade de abastecer as fábricas têxteis nacionais constituiu uma alternativa vital para o algodão nordestino, que havia perdido seu lugar no mercado mundial.<sup>316</sup>

O crescimento da indústria têxtil nacional ganhou elevado impulso no período da Primeira Guerra Mundial a partir da carência dos mercados consumidores internacionais, cujas demandas dariam vazão ao surto de crescimento da cotonicultura no Nordeste brasileiro. Para se ter noção do crescimento da produção do algodão no Rio Grande do Norte, Denise Monteiro atesta que nem mesmo alguns problemas que se efetivavam constantemente foram páreos para o contexto favorável à expansão da lavoura e das rendas advindas da malvácea:

No Rio Grande do Norte, apesar das crises provocadas por secas e pragas nas plantações, as exportações de algodão com destino aos portos do Rio de Janeiro e Santos cresceriam tendencialmente em quantidade e em valor até 1930, tornando a cotonicultura a mais importante atividade agrícola do estado e fonte fundamental da receita, através dos impostos de exportação [...].<sup>317</sup>

Comprovamos a tendência para o citado crescimento por intermédio de números oficiais relativos às exportações do algodão norte-rio-grandense nas quatro décadas correspondentes à Primeira República. Em cada década, tomamos um ano como referência para demonstrar a significância quantitativa do algodão na economia estadual.

---

<sup>316</sup> MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*, p. 225.

<sup>317</sup> MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*, p. 226.

**Quadro 03:** Produção algodoeira do RN - Amostragem por década

Ano	Produção (kg)	Valores / réis
1896*	1.609.178	1.206:883\$500
1907**	5.024.716	3.735:409\$107
1913**	9.711.107	7.747:100\$762
1929***	16.120.997	44.085:930\$304

Fonte: Elaborado com base em: \*LYRA, A. Tavares. de. *Chorographia do Rio Grande do Norte*, p. 169-170.

\*\*MEDEIROS, José Augusto B. de. Mensagem lida perante a Assembléia Legislativa na abertura da 1ª Sessão da 12ª Legislatura, em 1º de novembro de 1924, pelo Governador José Augusto Bezerra de Medeiros. In: *Mensagens dos presidentes do Estado do Rio Grande do Norte na Primeira República*, p. 219.

\*\*\*FARIA, Juvenal Lamartine de. Mensagem à Assembléia Legislativa. 1930, p. 163.

Os números apresentados mostram uma ascendência na produção algodoeira do Rio Grande do Norte. Contudo, ressaltamos que, em alguns anos intermediários aos apresentados na tabela, os números relativos revelam grande queda na quantidade produzida e no valor da produção. Em outros anos, a produção diminuiu, porém o valor aumentou em conformidade com a elevação do preço do algodão no mercado, sendo esse valor anual muitas vezes superior a outros relativos às maiores safras.

Por trás desses números que comprovavam a ascensão e a importância da cotonicultura para a economia do estado através das exportações, encontrava-se um conjunto de iniciativas em prol da valorização do seu mais lucrativo produto. Sobre as primeiras iniciativas tomadas por particulares da região do Seridó, devemos ressaltar o caráter histórico que as envolve, tendo em vista a relevância da descoberta e do pioneirismo no desenvolvimento de técnicas para o melhoramento do *algodão* (do) *Seridó*, popularmente conhecido como *algodão mocó*.

Sobre a origem do *algodão mocó*, existe um relato envolvido por características lendárias que credencia o acariense *Francisco Raymundo de Araújo*<sup>318</sup> como sendo o responsável pela descoberta do “ouro branco”:

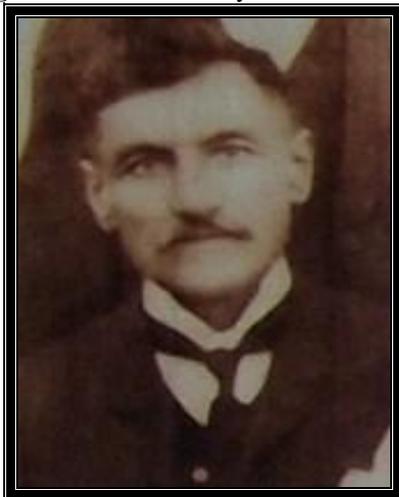
[...] Quem o selecionou com todo carinho, foi meu avô. Caçando mocó, sua caça preferida, encontrou numa loca, o precioso *ouro branco* e, colhendo os robustos capulhos, levou para casa, fazendo em seguida uma plantação especial. Teve a ideia de plantar nos altos, abrindo covas com dinamite e depois de adubadas, novas plantas eram feitas. O resultado foi surpreendente

<sup>318</sup> Francisco Raymundo de Araújo, nasceu na Fazenda Garrote, município de Acari, em 06/01/1855 e faleceu em 17/04/1940, tendo sido sepultado na mesma cidade. Descendente de tradicional família proprietária de terras, sendo seus pais Félix de Araújo Pereira e Maria Suzana da Anunciação Brito, adquiriu seus estudos em Exu-PE em companhia de seu tio, o conhecido padre José Modesto de Brito. Era ferreiro e chegou a ocupar o cargo de Intendente de Acari entre os anos de 1906 a 1910.

e por intermédio do tio Joaquim, enviou uma amostra do fibra longa para uma exposição em Nova York, ganhando ali, a medalha de ouro. Chamou tanto a atenção, que o Dr. Amphilóquio Câmara acompanhou uma expedição de 21 engenheiros agrônomos norte-americanos para visitar a Fazenda. Também nesse sentido esteve lá o Marechal Rondon e muitas outras pessoas. Meu avô também era uma preciosidade! [...] Ainda sobre o algodão Mocó, muitas vezes ele dizia: meu interesse em selecionar esse algodão, é só valorizar nossa terra com ‘essa fibra longa’ [...].<sup>319</sup>

As informações da narrativa foram apresentadas por Janúncio Bezerra da Nóbrega, quando as colheu através de uma carta que lhe fora enviada por uma religiosa que residia no Rio de Janeiro, conhecida como Irmã Savéria, que afirmava ser neta de Francisco Raymundo de Araújo, da Fazenda *Epinal*, popularmente conhecida como *Água Doce*. Segundo a freira – que tinha como nome de nascimento Anna Celsa de Araújo Dantas –, teria sido o seu avô, à caça de um dos roedores mais típicos da zona sertaneja, o responsável pela descoberta de tão valioso tipo de algodão que brotava de uma loca onde os roedores se escondiam.

**Figura 20:** Francisco Raymundo de Araújo



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Acari

Foi no relato de Irmã Savéria que encontramos uma possibilidade de compreensão para a construção toponímica<sup>320</sup> popular, pela qual foi associado o nome do *algodão* (do) *Seridó* ao nome *Mocó*, em decorrência da situação em que Francisco Raymundo de Araújo o teria encontrado. No mesmo relato também acompanhamos a disposição de Francisco Raymundo para o desenvolvimento das suas práticas empíricas para o cultivo da malvácea,

<sup>319</sup> NÓBREGA, Janúncio Bezerra da. *Revivendo o Seridó*, p. 51-52.

<sup>320</sup> Sobre a discussão que envolve a origem da típica e lucrativa espécie, cabe-nos ressaltar que também fora objeto de pesquisas científicas – sem nenhuma conclusão a esse respeito – dirigidas pelos agrônomos Octávio Lamartine de Faria e Fernando Melo, quando coordenaram os trabalhos para melhoramento e difusão da espécie na Estação Experimental do Seridó.

quando, diante de robustos capulhos, decidiu dar-lhes destino através de uma plantação especial localizada em terras mais elevadas. Na plantação, as sementes foram introduzidas em covas que haviam sido abertas por dinamites e na sequência adubadas para que brotassem novos pés.

Ainda na narrativa da Irmã Savéria, observamos a existência de um equívoco relacionado à expedição que fora acompanhada por Amphilóquio Camara, às terras do Rio Grande do Norte, em 1921. Não se tratava de engenheiros agrônomos estadunidenses, e sim, europeus em *missão* científica, chefiada por Arno Pearse,<sup>321</sup> que haveria de percorrer várias partes do território nacional.

Sobre a visita da *Missão Pearse*, em julho de 1921, ao algodão da propriedade do coronel Francisco Raymundo, o jornal *A Notícia* enfatizou as principais discussões que giraram em torno da verdadeira espécie de algodão *Mocó* e ao mesmo tempo ressaltou a importância do anfitrião da propriedade, que há muito vinha selecionando a espécie:

Faz-se logo uma visita ao seu vasto algodão, estabelecendo-se animada discussão sobre a verdadeira espécie do “Mocó”. Cada sertanejo, cada localidade, tem um modo de ver, de dar as características que constituem, no seu entender, o legítimo “Mocó”, e de tudo quanto se diz apenas se deduz que o legítimo, o verdadeiro “Mocó”, desapareceu de nossos campos, existindo hoje várias espécies hybridadas, e dahi essa falta de uniformidade do tipo de algodão, com perda gradual das qualidades primitivas que tornavam o “Mocó” *primus inter pares*.

O cel. Francisco Raymundo é um dos nossos mais antigos e inteligentes plantadores de algodão, cuidando, desde muito, da selecção do mesmo, e nas suas terras também se encontra o “sca-island”, do Egypto, que dá bem nas vasantes.<sup>322</sup>

Ainda tratando das iniciativas tomadas para o desenvolvimento da produção do algodão, é necessário elucidar que, além daquelas particulares, às quais nos reportamos anteriormente, e até para além delas, existiram outras tantas iniciativas governamentais que visavam a contribuir substancialmente para que o reconhecido algodão (do) *Seridó* fosse disseminado por mais terras e continuasse gerando lucros à fazenda estadual.

Em 1924, ao assumir o governo do estado, José Augusto Bezerra de Medeiros deu significativa contribuição ao setor ao externar em suas palavras sobre a criação e a importância do *Departamento de Agricultura*<sup>323</sup> para o desenvolvimento da economia

---

<sup>321</sup> Da *Missão Pearse*, trataremos especificamente mais à frente, ao discorrer sobre o desenvolvimento de suas atividades no Rio Grande do Norte.

<sup>322</sup> A MISSÃO ALGODOEIRA – Sua excursão no interior do Estado. *A Notícia*, Natal, 24 set. 1921. p. 2.

<sup>323</sup> O Departamento de Agricultura foi criado naquele mesmo ano de 1924 com a denominação de *Diretoria Geral de Agricultura e Obras Públicas*, em obediência a uma lei estadual votada ainda no último ano da

estadual. Para o então governador, uma das principais funções do citado órgão administrativo seria estudar os ramos econômicos da produção local, a fim de que medidas sustentadas por experiências e pesquisas fossem tomadas para efetivar um melhor desenvolvimento de cada uma das culturas.

Nessa perspectiva, o algodão, o sal e a cana-de-açúcar, sobressaindo-se por serem os produtos mais lucrativos à fazenda estadual, foram apontados como merecedores de atenção e preocupação e, ao mesmo tempo, reconhecidos como subsidiários às possibilidades econômicas do Rio Grande do Norte. Na mesma ocasião, o governador José Augusto enalteceu devidamente o algodão, proporcionalmente às receitas que advinham da produção da malvácea, fonte provedora das melhores rendas ao estado:

*Algodão* – É o principal ramo de produção do Rio Grande do Norte. A nossa economia pública e privada baseia-se principalmente no algodão. É, pois, dever precípuo do governo velar pela sorte da nossa produção algodoeira, com o carinho a que ela faz jus. Penso de há muito que no assunto a nossa primeira preocupação deve consistir em aprimorar o nosso produto, já de si excelente, fixando-lhe o tipo definitivo com o qual ele há de superar nos mercados de consumo todos os similares nacionais. Como sabeis, temos a fortuna de possuir, entre as nossas variedades algodoeiras, o famoso algodão do Seridó, de fibra longa e resistente, melhor do que qualquer outro de produção nacional, preferentemente acolhido nas fábricas para a confecção de tecidos finos e exigentes.<sup>324</sup>

A expansão da lavoura algodoeira, com o objetivo de aumentar as rendas pública e privada, bem como a manutenção e cuidados com a qualidade do algodão potiguar tornaram-se uma causa de vultosa expressão no momento de passagem da segunda para a terceira década do século XX. Para isso, segundo o governador, seria necessário aprimorar o produto, que já era excelente, fixando-lhe um “tipo definitivo”, para superar todos os que estivessem no mesmo patamar no mercado nacional. Mais interessante é o enaltecimento, por José Augusto, do algodão (do) *Seridó* ou *Mocó*, reconhecido nacionalmente pela qualidade que lhe conferia a preferência da indústria têxtil.

Em virtude da grande dependência que a economia estadual tinha dos lucros gerados pelo algodão, verificamos que algumas medidas de favorecimento à sua produção

---

administração anterior (1923). Sobre a criação do citado órgão estadual e a alteração da denominação para *Departamento de Agricultura*, no mesmo ano de sua fundação, nos deu ciência da deliberação o governador José Augusto Bezerra de Medeiros na Mensagem Anual que foi lida perante o Congresso Legislativo em 1º de Novembro de 1924. Mensagem esta que expõe também a realidade estadual e demais deliberações tomadas em seu primeiro ano à frente da administração pública estadual.

<sup>324</sup> MEDEIROS, José Augusto B. de. Mensagem lida perante a Assembléia Legislativa na abertura da 1ª Sessão da 12ª Legislatura, em 1º de novembro de 1924, pelo Governador José Augusto Bezerra de Medeiros. In: *Mensagens dos presidentes do Estado do Rio Grande do Norte na Primeira República*, p. 48.

foram sendo tomadas antes mesmo da chegada do grupo político do Seridó ao governo do estado. Encontramos na segunda administração de Antônio de Souza, entre 1920-1923, ações em torno da problemática visando resolver/amenizar as principais preocupações das elites que se beneficiavam direta ou indiretamente dos lucros advindos da produção e comercialização da malvácea.

Cuidar do algodão era, sobretudo, uma garantia de conquista e/ou preservação de interesses que transitavam entre os planos econômico e político. A dependência daqueles dividendos tornou-se tamanha que se recorreu inclusive ao auxílio de estrangeiros, conhecedores do manejo comercial e de técnicas de cultivo do algodão. Da Inglaterra para o Rio Grande do Norte, a *Missão Pearse*<sup>325</sup> – como foi informalmente denominado esse plano de ações que envolvia visitas in loco, discussões e análises em torno da cotonicultura local/nacional – promoveu um intensivo intercâmbio entre os produtores locais e os “ingleses”, que há séculos mantinham experiências no trato do algodão e aqui chegaram sob um manto de pioneirismo e tradição.

O desenvolvimento de tal *Missão Algodoeira* no Brasil foi um desdobramento da atuação internacional do brasileiro Roberto Cochrane Simonsen<sup>326</sup>, iniciada em 1919, quando integrou, a convite do Ministro da Agricultura, Pádua Sales, a missão comercial brasileira enviada à Inglaterra:

A missão à Inglaterra teve notável êxito. Roberto Simonsen pronunciou o seu discurso solicitando a vinda de capitais e técnicos para auxiliar o crescimento da economia brasileira, além de um maior incremento nas relações comerciais entre os dois países [...]. Durante a viagem, com tal repercussão, Roberto Simonsen foi nomeado representante do Brasil no Congresso Internacional dos Industriais de Algodão, realizado em Paris em setembro de 1919. Nesse encontro, apresentou um trabalho intitulado “Possibilidades Algodoeiras do Brasil” e sugeriu a vinda de especialistas capazes de introduzir no Brasil técnicas de expansão da cotonicultura, que passou por uma fase de recuperação dos prejuízos ocasionados pelo conflito mundial. Como consequência da sua boa atuação nesse congresso, veio ao Brasil o técnico inglês Arno Pearse [...].<sup>327</sup>

---

<sup>325</sup> A *Missão Pearse* correspondeu a um conjunto de ações desenvolvidas por técnicos europeus no manejo do algodão, por iniciativa da *Comissão Internacional Algodoeira* em colaboração com a *Superintendência do Serviço de Algodão* no Brasil. Os trabalhos da comitiva compreenderam visitas e análises a cerca da realidade com que se depararam nas terras cultivadas do Rio Grande do Norte e de outros estados produtores da malvácea no ano de 1921.

<sup>326</sup> Para mais informações sobre a atuação de Roberto Simonsen, ver: TEIXEIRA, Charles Medeiros. *A controvérsia sobre o planejamento na economia brasileira: Gudin X Simonsen*. 2007. 64f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

<sup>327</sup> TEIXEIRA, Charles Medeiros. *A controvérsia sobre o planejamento na economia brasileira: Gudin X Simonsen*. p. 25.

Assim, a matéria de capa do jornal *A Notícia*, na edição de 30 de julho de 1921, assinada por Kerginaldo Cavalcanti (redator-chefe), intitulada *Dr. Amphiloquio Camara*, além de realizar uma espécie de apresentação/agradecimento à citada empreitada quando de sua passagem pelo Rio Grande do Norte, também serviu aos interesses do proprietário do folhetim, que era nada menos que o homenageado no título daquela chamada.

Diante do conteúdo exposto na matéria, verificamos a confiança dada a Amphiloquio Camara pelo executivo estadual através da “honrosa incumbência” de conduzir a *Missão Pearse* pelo interior do estado:

Querendo manifestar, ainda uma vez, o seu cavalheirismo aos membros da missão *Pearse*, em cada um dos quaes fez um sincero amigo e admirador, o nosso collega de redacção acompanhou-os até o Estado da Parahyba. Ahi na manifestação popular feita a missão *Pearse*, Amphiloquio Camara, que não perde oportunidade de por em evidencia a administração honesta e patriótica do Dr. Antonio de Souza, agradecendo a saudação a este feita pelo Dr. Mauricio de Medeiros, representante do governo Parahybano, frizou bem a sinceridade das cores, que em nossa terra, são tratados os magnos problemas que mais de perto interessam ao nosso povo. Durante e depois da excurção, o nosso companheiro teve occasião de ouvir do chefe da missão, o sr. Arno *Pearse*, bem como do Dr. William Coelho de Souza, Superintendente do Serviço de Algodão do Paiz, as melhores referencias sobre o Algodão do Seridó, pela sua resistênciã e comprimento de fibra, chegando o Sr. *Pearse* a declarar não ter visto igual em S. Paulo.<sup>328</sup>

A passagem relatada, que põe em evidência a atuação de Amphiloquio Camara, concorre com o final dos trabalhos da *Missão Pearse* no Rio Grande do Norte, no momento em que partiu em direção ao estado da Paraíba. Nesse contexto, devemos ressaltar que as informações que chegavam ao público sobre aquela expedição de tamanha significância para o desenvolvimento da cotonicultura nacional, circularam por meio do jornal *A Notícia*, no ano de 1921, através de uma série de matérias<sup>329</sup> que descreveram o percurso da tão almejada missão em terras locais produtoras da malvacea.

O jornal *A Notícia*, além de informar sobre os mais diversos acontecimentos, punha em evidência quem necessitava fazer-se lembrado e reconhecido. A propósito, o nome

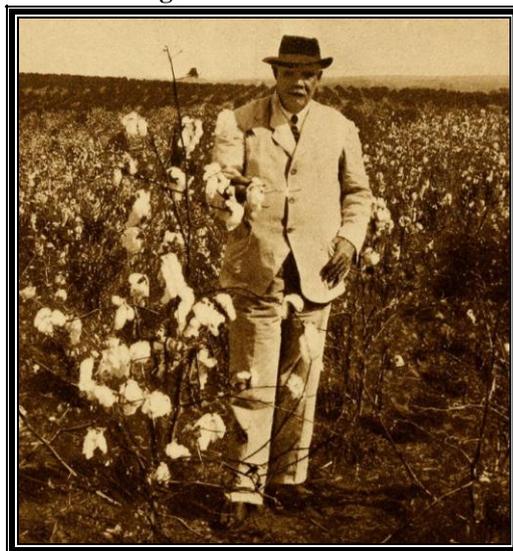
---

<sup>328</sup> DR. AMPHILOQUIO Camara. *A Notícia*, Natal, 30 jul. 1921, p. 1.

<sup>329</sup> Justifica-se o fato de que a narrativa sobre as atividades da *Missão Pearse* em terras norte-rio-grandenses tenha durado bem mais tempo do que a própria *Missão* em si pelo fato de o jornal *A Notícia* contar com apenas uma publicação semanal, com intervalo entre as publicações variando entre seis e sete dias, bem como, pelo fato de os relatos serem oriundos das memórias registradas no diário de Amphiloquio Camara, que estava participando da expedição. Assim, a *Missão Pearse* que transcorreu por pouco mais de duas semanas do mês de julho de 1921, foi relatada em quase todas as semanas que a sucederam entre os últimos dias daquele mês até o final de outubro do mesmo ano, despertando o interesse para o desenvolvimento de outras iniciativas em favor do trato com o algodão.

da valorosa excursão pelas terras do Rio Grande do Norte e outras áreas do país em que o algodão era plantado e mais gerava lucros, fazia referência ao dirigente responsável pela *Missão – Arno Pearse* – que, enquanto coordenador da parte técnica do trabalho, teve o seu nome tomado como referência para a denominação do conjunto de ações que esteve conduzindo no Brasil.

**Figura 21:** Arno Pearse



Fonte: PEARSE, Arno. *Brazilian Cotton*. 1922

Uma discussão interessante sobre a informalidade nominal atribuída à *Missão Algodoeira* está disponível na edição de 20 de agosto de 1921 do *A Notícia*, que trazia um questionamento sobre o adjetivo pátrio “inglês” atribuído à *missão*, cuja maioria dos membros, na verdade, não tinha aquela origem:

Era desejo nosso relatar, em todas as suas minudencias, o que foi a excursão Pearse no interior do nosso Estado, dando aos nossos leitores uma impressão precisa e sincera dos hábitos dos membros da Missão Algodoeira, vulgarmente chamada de *ingleza*, quando ella, propriamente, se compunha de um allemão, o chefe, Sr. Arno Pearse, naturalizado inglez, de dois suissos, srs. Max Syz e F. Jenny, e de um brasileiro, dr. Oscar Piquet Carneiro, aos quaes, antes de sua chegada ao Rio Grande do Norte, se haviam aggregado os srs. W. Ulenhoff, allemão, e J. H. Scott, este, somente, genuinamente inglez, representantes de casas comerciaes da Parahyba, “Kroncke & Cia” e “Julius von Sohsten”.<sup>330</sup>

Mesmo diante de tal questionamento, o nome pelo qual a *Missão Algodoeira* foi sendo matizada nos discursos e na propaganda foi *Missão Pearse*, inclusive no próprio folhetim questionador. Além da constante lembrança do nome do dirigente Arno Pearse, os

<sup>330</sup> A MISSÃO ALGODOEIRA – Sua excursão no interior do Estado. *A Notícia*, Natal, 20 ago. 1921. p. 2.

nomes de Amphiloquio Camara – proprietário do jornal *A Notícia* e representante do governo do estado naquela missão – e do governador Antônio de Souza se sobressaíam recorrentemente nos relatos do folhetim, que destinou, a partir do dia 25 de junho de 1921, uma seção especial para noticiar as iniciativas que envolviam o trato para com o algodão no Rio Grande do Norte. A citada seção batizada de *Serviço do Algodão* consistia em notas oficiais da *Delegacia Regional do Serviço do Algodão* no estado, órgão coordenado pelo delegado regional, o engenheiro agrônomo Antídio Guerra.

A primeira matéria publicada na seção *Serviço do Algodão*, em 25 de junho de 1921, intitulada *A Delegacia Regional do Serviço do Algodão no Rio G. do Norte*, abordou a criação, por decreto de 27 de março de 1920, do *Serviço (Nacional) do Algodão* – órgão maior ao qual estavam subordinadas as delegacias regionais de cada estado –, enfatizando os objetivos da instituição:

[...] < incrementar e melhorar a produção algodoeira no Brasil, mediante estudo, propaganda dos processos culturaes e de beneficiamento mais convenientes ao paiz, e applicação das medidas de defesa sanitária agrícola, recommendadas pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Commércio >, exerce a sua acção nos Estados algodoeiros da União por meio das Delegacias Regionais nelles mantidas, a cargo, cada uma, de um delegado auxiliado por um ou mais ajudantes.<sup>331</sup>

Depois de apresentados os interesses diretos do órgão nacional, fomentador e sistematizador das principais ações em torno da cotonicultura, a matéria teve continuidade com a abordagem da criação da *Delegacia Regional do Rio Grande do Norte*, em setembro de 1920, tendo como funcionários o delegado, um ajudante e um escriturário, e estando localizada em um prédio da Avenida Sachet (Ribeira, Natal). No tocante às primeiras ações da citada *Delegacia Regional*, teve destaque a criação de uma agência, na cidade de Caicó, em janeiro de 1921, em virtude de ali ser o centro da zona algodoeira de excelência no estado:

Em Janeiro deste anno foi instalada no Caicó uma Agência da mesma repartição, com depósito de machinas agrícolas para os trabalhos culturaes e de insecticidas para o expurgo de sementes e prophylaxia á lagarta do algodoeiro, a cargo do Agrônomo Gabriel Castello Branco, ajudante de 1ª classe, ali residente. Essa Agência, creada no próprio centro da zona algodoeira por excellência, deste Estado, será a base de actividade do Serviço do Algodão em toda a zona do Seridó, o qual, por esta se irradiará progressivamente á medida que o permittirem as circunstâncias.<sup>332</sup>

---

<sup>331</sup> SERVIÇO do algodão. *A Notícia*, Natal, 25 jun. 1921. p. 1.

<sup>332</sup> SERVIÇO do algodão. *A Notícia*, Natal, 25 jun. 1921. p. 1.

Com a instalação daquela agência em Caicó já se reconhecia o potencial e o desempenho econômico da região, decorrente da excelência do produto ali cultivado, sendo motivo de preocupação e interesse a sua disseminação por outros pontos do estado, em busca da melhoria da qualidade do algodão e do barateamento do seu custo de produção, ambos só alcançados através de seleção e práticas de métodos culturais modernos.

A finalização da matéria inaugural também prestava informações sobre a fundação de alguns *campos de cooperação* com os agricultores de alguns municípios – entre eles Caicó, Sant’Anna do Mattos e São Gonçalo – para a seleção das melhores variedades da malvacea e a introdução de maquinários modernos, e revelava o objetivo de criar outros desses *campos* em outras localidades. Tais *campos de cooperação* eram regidos por um regulamento próprio, publicado na edição do *A Notícia* de 23 de julho de 1921, com o intuito de mediar as ações entre o *Serviço de Cooperação*, oferecido pela *Delegacia Regional*, e o lavrador, seja ele de uma grande fazenda ou de uma pequena propriedade. Portanto, verificamos que as ações em torno de experiências que buscavam aprimorar a cotonicultura no Rio Grande do Norte tiveram início antes mesmo das iniciativas dos governadores oriundos do Seridó, principalmente, por obra da *Delegacia Regional do Serviço do Algodão no Rio Grande do Norte*.

E por intermédio da citada *Delegacia Regional* foi que a iniciativa nacional que ensejou a *Missão Pearse* chegou às terras deste estado. A seção do jornal *A Notícia* relativa aos informes do *Serviço do Algodão*, na edição de 9 de julho daquele ano, descreveu a chegada da *Comissão Internacional Algodoeira* ao Rio Grande do Norte, ressaltando os nomes dos principais agentes e o momento de recepção pelos representantes do governo do estado:

Em trem especial da Great Western, chegou a esta cidade, no dia 5 do corrente, a Comissão Internacional Algodoeira, chefiada pelo sr. Arno Pearse e da qual fazem parte os srs. Max Syz e F. Jenny, técnicos do algodão, dr. Oscar Piquet, do Centro Industrial do Brazil, servindo de intérprete, W. Ulenhoff, da casa Kroncke & cia, J. H. Scott, da casa Julius Von Sôhsten & cia.

Recebida á *gare* pelo represen- do Exmo. Sr. Governador do Estado e pelo sr. dr. Antídio de Brito Guerra, delegado regional do algodão, foi a mesma conduzida á “Villa Cincinato”, onde o Governo lhe reservara condigna hospedagem.

No dia seguinte, os illustres membros da comissão estiveram em Palácio, conferenciando demoradamente com s. excia, o sr. dr. Antônio de Souza, acerca do importante assumpto de que é objecto a sua excursão neste Estado.<sup>333</sup>

---

<sup>333</sup> SERVIÇO do algodão. *A Notícia*, Natal, 09 jul. 1921. p. 2.

Além dos informes relativos à composição da *Missão* e sua hospedagem, aquela matéria também fora complementada com a expectativa do governador pelo êxito da empreitada, chegando a disponibilizar um trem especial além de automóveis para o percurso na zona do algodão no estado. Ao final, mencionou-se que no dia 7 de julho, a citada *Missão Algodoeira* partiu da capital, acompanhada pelos drs. Antídio Guerra e Amphiloquio Camara, objetivando dar início aos trabalhos de observação e análise da produção do algodão no interior do Rio Grande do Norte.

Ao percurso da *Missão Pearse* pelas estradas e veredas interioranas, no mês de julho de 1921, o *A Notícia* dedicou uma seção especial nas edições de 20 de agosto; 4, 11, 24 de setembro e 22 de outubro, refazendo todo o caminho de conhecimento e mapeamento da zona algodoeira do estado. Esta seção que fora intitulada *Missão Algodoeira – Sua Excursão no interior do Estado* relatou o caminho feito em etapas pelos expedicionários, inicialmente de Natal à Lages, de onde se destinaram para o trecho Angicos-Assú. Finalizada essa etapa, o penúltimo roteiro se dirigiu ao Sertão do Oeste entre Mossoró e Caraúbas. Por fim, a excursão partiu para o Sertão do Seridó, chegando naquela região cerca de uma semana depois do início dos trabalhos.

A primeira visita aos algoduais do Seridó aconteceu no município de Caicó, iniciando a fase mais demorada e almejada pela *Missão Pearse* no Rio Grande do Norte, em virtude de ser o Seridó, o espaço onde brotava uma das mais valiosas espécies de algodão do Brasil:

Uma visita a zona do Seridó era o principal objectivo da Missão Pearse. A fama de que gosa o algodão ali plantado attrahia os seus illustres membros. Tinham, por isso, de demorar alguns dias nessa rica região. A primeira fazenda a ser visitada é “Caboclo”, propriedade do adeantado criador major Manoel Cesário, onde chegam as 8 ½ da manhã do dia 13. Caboclo está situada no valle do “Sabueiro”, que é um affluente do rio “Seridó”. O plantio do algodão, quase todo “Mocó”, occupa uma extensão approximada de cem hectares, sendo que uma grande parte foi percorrida a Cavallo por *mister Pearses* e seus companheiros, já então em número de nove.<sup>334</sup>

A expedição pelo Seridó prosseguiu visitando várias fazendas, percorrendo os algoduais com o intuito de colher sementes da melhor espécie, trocar experiências com os produtores locais sobre o trato com a malvácea, verificando as técnicas utilizadas no desenvolvimento da cotonicultura:

---

<sup>334</sup> A MISSÃO ALGODOEIRA – Sua excursão no interior do Estado. *A Notícia*, Natal, 11 set. 1921. p. 2

Da fazenda “Caboclo” dirigem-se na tarde desse mesmo dia para a de “São Nicolau”, excelente propriedade do inteligente cel. Joaquim Martiniano, membro de uma das mais numerosas e prestimosas famílias sertanejas. Bem recebidos, fazem, antes do jantar, uma longa excursão pelos cercados do cel. Martiniano, relectos de lindo algodoal, numa área de 120 hectares. Ahi, pela primeira vez, os itinerantes tem oportunidade de admirar uma plantação de algodão no taboleiro, que em nada é inferior ao dos vales. Viram, igualmente, uma espécie de “mocó silvestre”, de duração secular, apanhando várias amostras.<sup>335</sup>

De Caicó a *Missão* partiu para a cidade de Acari, antes passando pelas povoações de São José do Seridó e Cruzeta, sempre visitando algumas propriedades. Em Acari, foram ao encontro do coronel Francisco Raymundo de Araújo, a quem se atribuía a descoberta da espécie “Mocó”, para visitar o algodoal da Fazenda Epinal (Água Doce), no intuito de conhecerem as técnicas de cultivo e seleção ali empregadas. De Acari dirigiram-se para outro importante centro produtor da malvácea, chegando à cidade de Jardim do Seridó no dia 21 de julho.

Foi em Jardim do Seridó que a *Missão Pearse* pode concretizar a metáfora do “Ouro branco” relativa à importância do algodão do e para o Seridó, tendo em vista a localização na qual haviam encontrado os melhores exemplares no estado:

Na visita que se faz ao algodoal do cel. Felinto, ocupando uma área de 1.200 braças de comprimento por 100 de largura em media, *mister* Peares, encantado, como todos, com as excellentes qualidades desse algodoal, declara não ter igual em São Paulo, onde a preciosa malvácea está sendo plantada com o maximo cuidado e carinho e todas as regras da technica. Na opnião do *mister* Peares o melhor algodão encontrado no Estado é o da zona sudoeste de Jardim do Seridó sobrepondo-se comtudo, a todo elle, o da fazenda “Sombrio”. O cel. Felinto Elyseo recebeu de todos os presentes os mais fortes abraços e ardentes aclamações, pelo interesse e intelligencia com que está seleccionando o algodão “Mocó”, desde annos.<sup>336</sup>

Depois de longa marcha pelas diversas regiões do estado, entre idas e vindas – com péssimas condições de locomoção, tendo em vista a precariedade das estradas e meios de transporte –, finalmente os membros da *Missão Pearse* haviam encontrado exemplar puro da malvácea, sem existência de qualquer tipo de hibridação. No Sertão do Seridó, na parte sudoeste do território do município de Jardim do Seridó, o algodão *mocó*, símbolo típico do fator qualitativo que envolvia a representação em torno do algodão produzido no estado,

---

<sup>335</sup> A MISSÃO ALGODOEIRA – Sua excursão no interior do Estado. *A Notícia*, Natal, 11 set. 1921. p. 2.

<sup>336</sup> A MISSÃO ALGODOEIRA – Sua excursão no interior do Estado. *A Notícia*, Natal, 24 set. 1921. p. 2.

brotava em meio aos zelosos cuidados técnicos tomados pelo proprietário da Fazenda Sombrio, o coronel Felinto Elyseo.

Segundo Arno Pearse, as experiências de Felinto Elyseo e outros produtores de algodão no Seridó eram exemplos a serem seguidos, tornando-se tema recorrente nas conversas que promoveu sempre que se fez necessário fazer uma espécie de pedagogização do trato com o algodão:

O exemplo já está dado pelo cel. Felinto Elyseo e outros, e deve ser seguido para que mais compensador seja o nosso trabalho. Mister Pearses em conversa com os sertanejos, tudo isso explicava, e ainda mais: o modo de apanhar o algodão, separando, em sacolas diferentes, o bom, o limpo, do ruim ou sujo; - o modo de descaroçamento, condemnando o emprego de machinas de serra para o algodão bom, de fibra longa, mostrando como ellas cortam em cerca de 5 e 6 milímetros a fibra, desvalorizando-o, portanto; - o tempo em que deve ser feita a colheita, evitando que se deixe o algodão cair, porque misturado com a terra nunca que poderá ser um producto de primeira sorte.<sup>337</sup>

A visita expedicionária pelo Seridó também percorreu propriedades no Distrito de Ouro Branco e na Vila de Parelhas, ambos pertencentes à mesma circunferência municipal da cidade de Jardim do Seridó, onde externaram vários comentários sobre o progresso desses núcleos urbanos. Na zona rural daquelas espacialidades, também encontraram exemplares de excelência do algodão *mocó*, destacando-se o procedente do vale dos Quintos na Vila de Parelhas:

No dia 25, pela manhã, saem todos com destino a ‘Santa Luzia,’ na Parahyba, mas antes vão ao valle dos ‘Quintos,’ próximo á villa de Parelhas, aonde constata, mais uma vez a existência de um invejável algodão ‘Mocó’, que tanto se distingue pela dimensão da fibra, 40 milímetros em média, como por ser muito sedoso e forte. É o typo mais uniforme do Estado, e a área do valle dos ‘Quintos’ ocupada com algodão tem de 25 a 30 kilometros de comprimento por 160 metros de largura. No taboleiro arenoso dos ‘Quintos’ o algodão, plantado numa extensão de 30 kilometros por 700 metros de largura, na parte do nascente, e quase em idênticas proporções na faixa do poente, é ainda melhor do que o cultivado na zona propriamente chamada do valle. Essas terras deixam tão profunda e arraigada impressão no animo dos illustres excursionistas, pelo seu incontestável valor agrícola, que os srs. Pearses, chefe da Missão, e Kroncke, grande comprador e exportador de algodão na Parahyba, resolvem adquerir no valle dos ‘Quintos’ uma larga faixa de terra para ahí estabelecerem um campo de demonstração, preparando a seleção das sementes a serem fornecidas aos agricultores em geral, comtanto que lhes dêem preferência na venda do producto aperfeiçoado.<sup>338</sup>

<sup>337</sup> A MISSÃO ALGODOEIRA – Sua excursão no interior do Estado. *A Notícia*, Natal, 24 set. 1921. p. 2.

<sup>338</sup> A MISSÃO ALGODOEIRA – Sua excursão no interior do Estado. *A Notícia*, Natal, 22 out. 1921. p. 2.

O deslumbramento dos membros da *Missão Pearse* com o algodão *mocó* encontrado em várias propriedades do município de Jardim do Seridó deu-se em decorrência da qualidade da fibra, longa e resistente, que fora logo associada à área de cultivo, sendo o melhor aquele plantado nos tabuleiros. Sobre a compra de terras por parte de Kroncke e Pearse no vale dos Quintos, não encontramos informações mais consistentes, uma vez que em 22 de outubro de 1921 o jornal *A Notícia* dava por encerrada as publicações que narravam os trabalhos da *Missão Pearse* no Rio Grande do Norte.

Da Vila de Parelhas os membros da *Missão* partiram em direção à cidade de Santa Luzia, na Paraíba, para dar continuidade a seus trabalhos. Muitas das informações colhidas durante a passagem da *Missão Pearse* pelo Rio Grande do Norte foram publicadas no ano de 1922, no livro de Arno Pearse, intitulado *Brazilian Cotton*<sup>339</sup>, reafirmando muito do que havia sido publicado no jornal *A Notícia* em 1921.

A importância de prover iniciativas de zelo e crescimento da cotonicultura no cenário econômico do Rio Grande do Norte durante as primeiras décadas do século XX chegou a um patamar de mais elevada preocupação, ao ponto de mobilizar a maior parte dos envolvidos em tal empreendimento para que alguns eventos fossem realizados em prol da causa. Para tanto, várias medidas – algumas influenciadas pela experiência com a *Missão Pearse* – foram sendo tomadas com o intuito de promover cuidados com o cultivo e a expansão da cultura algodoeira, tão rentável para as receitas do estado. E foi com estes objetivos de cuidar e expandir que a região do Seridó, principal centro produtor de algodão, sediou a *Conferencia Algodoeira de Acary*, por iniciativa de Antônio José de Melo e Souza, em sua segunda administração estadual, por volta do ano de 1922. Iniciativa esta tomada, segundo Amphilóquio Câmara, para “ventilar fortemente o problema do ‘ouro branco’.”<sup>340</sup>

Em *Scenários Norte-Riograndenses*, verificamos a entrevista de Amphilóquio Câmara, concedida ao Jornal *D'A Pátria* e publicada em 14 de julho de 1923, relatando a iniciativa governamental para a realização da *Conferência*, as principais ações e conclusões, tendo em vista o quanto a questão do algodão preocupava a gente potiguar. Sobre tal problemática, Amphilóquio Câmara destaca a importância das observações advindas das visitas do delegado britânico Arno Pearse às zonas do estado favoráveis ao cultivo do algodão, onde visitas e comentários teriam chamado a atenção do governo local para atender as suas consideráveis sugestões.

---

<sup>339</sup> Para mais detalhes sobre o relatório técnico da *Missão Algodoeira* no Rio Grande do Norte, ver: PEARSE, ARNO. *Brazilian Cotton*. 1922.

<sup>340</sup> CAMARA, Amphilóquio C. S. da. *Scenários Norte-Riograndenses*, p. 142.

**Figura 22:** Fardos de algodão na Fazenda Fortaleza – Acari-RN, anos 1920.



Fonte: Acervo particular de Joselito Jesus de Araújo Silva.

Quanto à escolha da cidade de Acari para a realização do importante evento, creditou-se ao fato de o Seridó ser a principal região produtora da malvácea, tão lucrativa naquele momento para o estado; de estar a cidade localizada em ponto estrategicamente central, contando com boa estrada de acesso; assim como o seu caráter produtor, que também contribuiu para a definição do local. Mas, independentemente do município – fosse ele Acari, Caicó, Flores ou Jardim do Seridó, entre os maiores produtores naquela área –, o fator a ser considerado era a escolha do Seridó para sediar a *Conferência*.

Reunindo delegados dos municípios algodoeiros e outros interessados na produção e no comércio do algodão, a *Conferência* tinha o objetivo de adotar medidas protetoras, inclusive já apoiadas pelo governo estadual, que reduzira o imposto sobre a exportação do algodão limpo, selecionado e despachado de 8 para 5%. Tal medida motivou para maiores saídas da produção e estabelecia vantagens para os pequenos lavradores que apresentassem determinada quantidade de algodão limpo e de qualidade aos descaroçadores, assim como para os produtores que cultivassem exclusivamente o algodão do tipo “mocó”, reconhecido no mundo como um dos melhores, de fibra longa, sedosa e resistente.

Com o objetivo de valorizar o cultivo do algodão de qualidade, o governo distribuiu gratuitamente, aos plantadores, sementes selecionadas, como forma de demarcar um consórcio entre o governo e a iniciativa particular. Além das iniciativas apresentadas na

Conferência Algodoeira, formularam-se conclusões para um completo entendimento de como se devia prezar por uma produção de qualidade:

[...] como sejam, entre outras, a delimitação de zonas para a cultura do algodão “mocó”, com a proibição do plantio, ali, de qualquer outra variedade; a criação do serviço de estatística agrícola em todos os municípios; o melhoramento e a conservação das estradas, como meio de evitar os estragos verificados no transporte do producto. Empenhar esforços, já coroados de bom exito, para que os productores empreguem no descaroçamento do algodão de fibra longa as machinas de “rolo”, que são as apropriadas, reservando as de “serra” para os de fibra curta; o maximo cuidado na apanha, separando-se desde esse momento, o producto “sujo” do “limpo”; o seu acondicionamento em fardos com typos uniformes; a seleção das sementes e a plantação de cada especie em zona apropriada – são outros aspectos por que se encara essa grande questão economica no Rio Grande do Norte.<sup>341</sup>

Na *Conferência Algodoeira de Acary* verificamos a confluência entre o produto, o eixo econômico e as principais medidas adotadas. O algodão, sobretudo o do tipo *Mocó*, a região do Seridó e as iniciativas de valorização e cuidado se encontraram na sistematização de como devia ser uma produção, ao mesmo tempo, de qualidade e lucrativa, motivada pelos interesses governamentais e de particulares e, concomitantemente, a valorização da espacialidade seridoense à frente da origem das principais rendas advindas do “ouro branco”.

Contudo, o reconhecimento à qualidade do algodão produzido no Seridó não ficara restrito à divulgação comercial e as iniciativas locais para sua valorização. Aproveitando-se do momento, propício em decorrência das festividades pela comemoração do centenário da Independência do Brasil, o elemento simbólico e fonte mais rentável foi alçado a símbolo maior do Rio Grande do Norte no certame internacional promovido para celebrar a data. Assim, na *Exposição Internacional do Centenário da Independência*, concorrendo com outros tipos de diversos estados do Brasil, o algodão produzido no Seridó, do tipo *Mocó*, passara além da representação de produto carro-chefe e símbolo das exportações potiguares para o patamar de mais alto reconhecimento. Extrapolando as fronteiras regionais e nacionais, o algodão *Mocó* foi condecorado com as mais valiosas premiações daquele concurso/exposição conforme verificado no quadro abaixo:

---

<sup>341</sup> CAMARA, Amphilouquio C. S. da. *Scenarios Norte-Riograndenses*, p. 142.

**Quadro 04:** Relação oficial dos expositores norte-rio-grandenses premiados –  
 Categoria: Produtos agrícolas alimentares de origem vegetal e produtos agrícolas não alimentares -  
 na Exposição Internacional do Centenário da Independência (1922)

<b>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES</b>			
<b>EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA</b>			
<b>JURY DE RECOMPENSAS</b>			
<b>Expositor</b>	<b>Município</b>	<b>Produto</b>	<b>Premiação</b>
Antônio J. da Silva	<b>Jardim do Seridó</b>	Algodão Mocó e Webber em pluma	Diploma de Honra
Antônio F. Nóbrega	<b>Flores</b>	Algodão mocó em pluma	Medalha de Ouro
Bernardino S. Lima	<b>Jardim do Seridó</b>	Algodão mocó em pluma e em carôço	Diploma de Honra
Fazenda “Estrella”	Canguaretama	Azeite de dendê e de batiputá	Menção Honrosa
Felinto Elyseo	<b>Jardim do Seridó</b>	Algodão mocó em pluma e em capulhos	Grande Prêmio
Gorgônio Nóbrega	<b>Caicó</b>	Algodão egypcio, carôços de algodão	Medalha de Ouro
J. A. Faria	São Miguel	Café	Medalha de Ouro
João Lima Félix	Taipú	Gergelim	Menção Honrosa
José Ignácio Camboim	Caicó	Óleo de mamona	Menção Honrosa
Joel Dantas	<b>Caicó</b>	Algodão mocó em pluma	Medalha de Ouro
Rodopiano Azevedo Filho	Pedro Velho	Feijão, óleo de mamona e carôço de algodão	Medalha de Bronze
Bernardino da Silva	<b>Jardim do Seridó</b>	Algodão mocó em pluma	Medalha de Ouro
Dr. Thomaz Salustino	<b>Currais Novos</b>	Algodão mocó e quebradinho em pluma	Medalha de Ouro
Vicente P. Pereira	<b>Jardim do Seridó</b>	Algodão mocó, carôços de algodão	Medalha de Ouro
Usina Nova Cruz	Nova Cruz	Açúcar “crystal”	Medalha de Prata

Fonte: Organizado com base nas informações apresentadas por Amphiloquio Camara (Delegado da representação do RN na Exposição Internacional do Centenário) em *Scenários Norte-Riograndenses*. 1923.

Com base no quadro, verificamos a importância do algodão seridoense, agraciado com as premiações de melhor distinção e principal representante das rendas estaduais. Símbolo e fonte de recursos, o algodão produzido em solo norte-rio-grandense conquistou as mais altas condecorações. O mesmo algodão do tipo *Mocó*, referenciado por Arno Pearse um ano antes da Exposição Internacional, quando coordenou a *Missão Algodoeira* no Rio Grande do Norte, agora era reconhecido com valiosos prêmios, reafirmando as suas observações, quando chamou a atenção para a qualidade do produto proveniente da cidade de Jardim do Seridó, mais especificamente o da propriedade do Coronel Felinto Elyseo, condecorado com a principal premiação – o Grande Prêmio.

Outro fator relevante para observação diz respeito à origem dos produtos detentores das principais premiações. Todo o algodão exposto no stand dos produtos agrícolas alimentares de origem vegetal e produtos agrícolas não alimentares, de origem seridoense, foi reconhecido naquela importante vitrine internacional por sua excelente qualidade. As representações dos produtores de Jardim do Seridó, Flores (Florânia), Caicó e Currais Novos conquistaram os mais altos lugares no certame: Grande Prêmio, Medalha de Ouro e Diploma de Honra, sendo a produção jardinense, a única a conquistar todas as premiações de destaque ao mesmo tempo.

O Rio Grande do Norte contou com outras representações de sua economia (azeite de dendê, café, gergelim, óleo de mamona, feijão e açúcar), inclusive também premiadas, porém não tão ovacionadas como as conquistas provenientes do algodão. Curiosamente, chamou nossa atenção que o único produto da mesma categoria em que participou o algodão a se destacar, conquistando uma das mais altas condecorações, foi uma representação de café produzido no município de São Miguel e a qualidade dos produtos foi o fator diferencial no momento de seleção dos que seriam finalistas e destinados a concorrência das principais premiações. Ressaltamos ainda que os produtos do Rio Grande do Norte direcionados ao Certame/Exposição Internacional de 1922 foram previamente selecionados numa concorrência estadual que se deu antes da organização do evento maior.

Efetivamente, a Exposição Internacional de 1922; a Conferência Algodoeira em Acari; as criações do Departamento de Agricultura, dos incentivos fiscais e das Estações Experimentais para estudo do algodão – que abordaremos mais adiante – somaram-se a um conjunto maior de elementos que agregam valor ao “ouro branco”, como práticas de um espaço que buscava consolidar-se ainda mais na direção dos interesses de progresso da nação.

Durante as administrações de José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine de Faria, nos deparamos com o advento da produção algodoeira do estado durante o período da Primeira República. De forma direta ou indireta, as iniciativas que giraram em torno da produção e comércio do algodão influenciaram nos expressivos números apresentados no quadro a seguir:

**Quadro 05:** Estimativa da Inspetoria Agrícola Federal do 6º Distrito – Estado do RN, para a produção de algodão correspondente à safra 1926-1927

<i>Nº Ordem</i>	<i>MUNICÍPIO</i>	<i>Kg Algodão (descar.)</i>
1	<b>Acari</b>	<b>448.000</b>
2	Angicos	875.000
3	Açu	864.000
4	Apodi	130.000
5	Arês	5.000
6	Ceará-Mirim	162.000
7	Canguaretama	22.500
8	<b>Caicó</b>	<b>960.000</b>
9	<b>Currais Novos</b>	<b>563.000</b>
10	<b>Flores</b>	<b>2.500.000</b>
11	Goianinha	97.000
12	<b>Jardim do Seridó</b>	<b>104.000</b>
13	Lages	216.000
14	Macaíba	365.000
15	Macau	840.000
16	Mossoró	234.000
17	Natal	2.000
18	Nova Cruz	1.080.000
19	Pau dos Ferros	150.000
20	Patu	960.000
21	Papari	25.000
22	S. Miguel de P. dos Ferros	200.000
23	Portalegre	200.000
24	S. Gonçalo	480.000
25	Santa Cruz	1.100.000
26	São José de Mipibu	37.500
27	Areia Branca	50.000
28	Caraúbas	60.000
29	Luiz Gomes	460.000
30	Martins	400.000
31	Taipu	445.000
32	<b>Serra Negra</b>	<b>300.000</b>
33	Augusto Severo	810.000
34	Santana do Matos	378.000
35	Santo Antônio	189.000
36	Touros	252.000
37	Pedro Velho	120.000
-----	<b>SOMA</b>	<b>16.075.000</b>

Fonte: Adaptado a partir de tabela constante na Mensagem lida, perante a Assembléia Legislativa (1926), pelo Presidente José Augusto B. de Medeiros, p. 163.

Entre os 37 municípios do estado listados na tabela, verificamos que a produção total do algodão nos 6 municípios da região do Seridó (Flores, Caicó, Currais Novos, Acari, Serra Negra e Jardim do Seridó), somando 4.875.000 kg, correspondia a 27% do total

produzido em todo o espaço do Rio Grande do Norte. Seguindo a mesma perspectiva de observação a cerca da expressividade dos números advindos da safra do Seridó para aquele ano, também consideramos o fato de ser daquela região o município com a maior produção de algodão.

Com números relativos a 2.500.000 kg de algodão, *Flores* (atual Florânia) despontava com uma safra muito superior aos números de qualquer outro município do estado. Para efeito de comparação, Santa Cruz (1.100.000 kg) e Nova Cruz (1.080.000 kg), respectivamente 2º e 3º colocados na produção do algodão para aquele período, somavam 2.180.000 kg e mesmo em conjunto não chegavam ao total produzido em Flores. No próprio Seridó, a safra advinda de Flores corresponderia a mais de 50% do total produzido em toda a região, onde o município de Caicó, o maior em território, apresentou colheita correspondente a cerca de 960.000 kg de algodão, sendo o 2º colocado na produção daquela circunferência geográfica.

A partir desses dados, merece destaque a importância do algodão, sobretudo a produtividade advinda do Seridó, no cenário econômico estadual. Comparativamente, aos números relativos da estimativa estadual para a safra 1926-1927 referente a outros produtos, observamos que, no quesito quantidade, o milho (14.213.000 kg) e a farinha de mandioca (13.139.000 kg) foram os que mais se aproximaram dos números quantitativos do algodão com os seus 16.075.000 kg. Contudo, há grande diferença entre o algodão e os demais produtos no valor de mercado que era muito mais lucrativo quando se tratava do algodão. Nessa mesma tabela estatística tomada como referência para a estimativa da produção estadual não encontramos alguma satisfação sobre a ausência do sal, produto este também muito importante para as rendas estaduais através das volumosas exportações, as maiores do país.

Os números oficiais apresentados, apesar de ser uma expectativa de produção, sugerem uma realidade valorizada e lucrativa que provinha do algodão e ao mesmo tempo justificavam o conjunto de iniciativas em torno daquele que se consolidava como a maior fonte da renda estadual. Não obstante o clima propício na área sertaneja, os esforços que apontamos para expansão da lavoura algodoeira, visto que todos os 37 municípios do estado apresentaram produção correspondente, também contribuíram para disseminar o cultivo da malvácea até onde o clima não era tão favorável quanto o apresentado no Seridó e demais áreas quentes e secas.

Seguindo a lógica de valorizar a representação do algodão, tendo em vista os altos e significativos lucros nas receitas do estado, não foi mera coincidência o reconhecimento

simbólico verificado em imagem e local privilegiado no brasão de armas do estado e até mesmo quando se buscou internacionalmente ajuda para a melhora da produção e manutenção do padrão de qualidade através da *Missão Pearse*. Em tais iniciativas os interesses estavam às claras, pois se fazia necessário aumentar os investimentos e dar visibilidade ao produto que mais simbolizava o progresso do Rio Grande do Norte.

Depois de consolidada a imagem do algodão norte-rio-grandense além dos limites locais e regionais, sobretudo aquele produzido no Seridó, certa vez que produto e região se complementavam e se confundiam no imaginário dada a associação da proveniência, verificamos o interesse do grupo político do Seridó em consolidar ainda mais a representação da região de onde eram oriundos e de onde advinha a maior lucratividade do produto, porque entendia-se que valorizar o algodão e localizar de onde provinham as maiores receitas e melhores safras era também reconhecer o seu lugar de fala à frente da administração estadual.

Assim, estando o Seridó reconhecido política e economicamente, restava completar o ciclo de valorização e investimento através da lembrança do nome da região. Afirmar o nome do Seridó tornou-se fundamental para os interesses e planos daquela elite em se manter no governo do estado e, ao mesmo tempo, perpetuar a tradição de reconhecimento e identificação com sua espacialidade de origem.

**EM NOME(S) DOS ESPAÇOS NO SERIDÓ:** Instituições, logradouros e iniciativas que rememoram e afirmam a importância da região e de alguns seridoenses

O Seridó, pensado como uma espacialidade construída sob a égide de tradições e fortalecida pelo seu principal símbolo, o algodão, também pode ser abordado como uma elaboração fundamentada na edificação de instituições que carregam em suas denominações, os nomes de figuras ilustres de sua história na política do Rio Grande do Norte, tendo em vista que estas instituições estão envolvidas pelas instâncias/imaginários que dão sustentação ao regionalismo inerente ao homem sertanejo daquela região, podendo influenciar a sua formação cultural.

Assim, só no ano de 1909, contemplando a política de expansão educacional no Rio Grande do Norte, adotada durante o segundo governo de Alberto Maranhão, verificamos a criação de três grupos escolares: *Senador Brito Guerra*, em Caicó; *Thomaz de Araújo*, em

Acari e *Coronel Mariz*, na Vila de Serra Negra; enaltecendo os nomes de três importantes homens que se destacaram politicamente entre os âmbitos nacional, estadual e local.

O senador Brito Guerra, dedicado à religiosidade, não apenas desempenhou na cidade de Caicó a atribuição de sacerdote. Como homem letrado e influente, manteve uma instituição de ensino – Escola de Latim – naquela localidade por muitos anos. Mas, além dos campos religioso e educacional, a política também lhe legou reconhecimento por ter chegado ao importante cargo de senador.

A influência política de Thomaz de Araújo – importante líder de Acari – revelou-se para o Rio Grande do Norte também nas primeiras décadas do século XIX – mesmo período da atuação de Brito Guerra. O Coronel Thomaz de Araújo foi o primeiro presidente da Província do Rio Grande do Norte, logo que ocorreu a Independência do Brasil.

O terceiro homenageado naquela que seria a primeira leva de grupos escolares edificadas no Seridó durante a Primeira República, o Coronel Mariz, se destacou politicamente na parte sul do Seridó, sendo entre os três o que teria desempenhado sua influência num contexto mais local, como significativo representante político da Vila de Serra Negra.

Essa tradição de denominar espacialidades educacionais no Seridó fazendo referência à personalidades da política local também ecoou e se perpetuou através da criação de outras instituições de mesmo cunho. Os grupos escolares *Antônio de Azevedo*, criado na cidade de Jardim (do Seridó) no ano de 1910, e o *Capitão Mor Galvão*, na Vila de Currais Novos no ano de 1911, dão continuidade aos amarrados políticos praticados recorrentemente pelos Albuquerque Maranhão, que teriam encontrado especificamente no Seridó um espaço propício para exercer o hábito de enaltecer os nomes de figuras que lhes eram importantes. Assim, naquele momento, as ocorrências de homenagens a personalidades seridoenses tornaram-se constantes, já que encontraram fácil aceitação popular, por ser uma prática identificada com essa tradição local de reverenciar *personas* influentes, e ao mesmo tempo serviram fartamente como uma forma de agradar aos apoios políticos da região.

Porém, talvez tenhamos encontrado na criação do Grupo Escolar *Senador José Bernardo* na Vila de São João do Sabugi, um dos mais claros exemplos de valorização da memória de um ente familiar influente na política estadual no Seridó durante o período que problematizamos. A fundação da citada instituição ocorreu no ano de 1925<sup>342</sup>, por iniciativa do governador José Augusto Bezerra de Medeiros, genro e afilhado político do líder

---

<sup>342</sup> Nesse mesmo ano, o governador José Augusto Bezerra de Medeiros inaugurou o atual prédio onde funciona o Grupo Escolar Senador Brito Guerra na cidade de Caicó.

seridoense mais respeitado e com atuação mais ativa, desde os anos que antecederam o momento de clivagem entre o Império e a República, até o ano de 1907, quando faleceu.

Através do Decreto nº 270, de 18 de maio de 1925, José Augusto criou várias escolas rudimentares ao mesmo tempo. As novas instituições estavam espalhadas por diversas regiões do estado, mais especificamente nas localidades<sup>343</sup> *Alto da Conceição, Aguamaré, Malhada Vermelha, Caiçara, Campo de Demonstração de Jundiahy, Várzea, Jericó e São João do Sabugi*; antigas povoações, cujos territórios pertencem hoje, respectivamente aos municípios de Mossoró, Macau, Apody, Touros, Macaíba, Goyaninha, Santa Cruz e Serra Negra. Mas a escolha do homenageado (José Bernardo) para denominação do grupo escolar localizado em São João do Sabugi evidenciava a preocupação que ocorreu em outras localidades do Seridó e do Rio Grande do Norte, em se fazer lembrar o nome de uma figura ligada ao comando político do local, transformando o momento também numa oportunidade para fortalecer os interesses que giravam em torno dos laços familiares.

A criação de um grupo escolar denominado *Silvino Bezerra*, na Vila de Flores, pelo Decreto Estadual nº 341, de 23 de agosto de 1927, só vem reforçar a afirmação da mesma iniciativa relativa à instituição que carrega o nome do senador José Bernardo, verificando no exemplo de Flores a atuação política do Coronel Silvino Bezerra em vasta área em torno do município de Acari, que era o local de residência desse Coronel e o território político do qual se emancipou Flores em 1890.

Outro exemplo da prática observada no processo de toponimização dessas instituições de ensino que tomamos como objeto de análise recaiu sobre a edificação da instituição em São João do Sabugi e plausivelmente sobre a escolha do seu patrono, pela qual não verificamos apenas a celebração da memória do importante líder e defensor político dos interesses do Seridó e da elite algodoeiro-pecuarista da qual esteve à frente. Tal ação em torno do nome de José Bernardo identifica-se claramente com o mesmo hábito, constantemente praticado pela organização familiar Albuquerque Maranhão, de fazer lembrar, através dos nomes de espacialidades, a memória de seus entes mais ilustres. E assim, visibilizando o interesse que envolveu o local da edificação, a escolha do patrono e o criador da instituição inaugurada em São João do Sabugi, percebemos que se repetiu no Seridó o hábito de valorização de entes próximos na memória dos espaços.

Do mesmo modo, homenagear *Brito Guerra, Thomaz de Araújo, Coronel Mariz, Antônio de Azevedo, Capitão Mor Galvão, Coronel Silvino Bezerra e José Bernardo* era

---

<sup>343</sup> Algumas das localidades citadas, no caso: Aguamaré (Guamaré); Caiçara; Várzea e São João do Sabugi, atualmente se tornaram cidades do Rio Grande do Norte.

enaltecer, por via dos espaços da educação, uma tradição política que ecoou, por toda uma região e para além dos seus limites geográficos, através dos nomes desses homens que se destacaram no cenário político do Seridó, do Rio Grande do Norte e da Nação. E em torno de suas atuações, oriundas daquela região, buscaram-se as justificativas para torná-los os patronos e ao mesmo tempo dar consistência a uma construção histórica, nascida ainda na época do Império, da representação política de destaque atribuída ao Seridó.

Defronte para este cenário e fazendo uso do aparato metodológico proposto por Dick para entender o processo nominativo que envolve os topônimos, verificamos que os nomes escolhidos para toponimizar cada uma das instituições educacionais citadas, recaem todos sobre um mesmo referencial toponímico presente na análise taxionômica fundamentada pela autora. O referencial *historio-sociotoponímico* – anteriormente discutido através dos interesses que envolveram as práticas de toponimização utilizadas pelos Albuquerque Maranhão – também prevaleceu na toponímia seridoense relativa aos nomes das instituições de ensino, levando a entender que a repetição dessa prática pelos seridoenses pode ter sido influenciada pela atitude tomada por Alberto Maranhão quando criou os primeiros grupos escolares na região.

Nesse sentido, celebrar certos nomes na memória de espacialidades educacionais, também representou o interesse de enaltecer pessoas ilustres que ajudaram a afirmar o nome do Seridó, demarcando e fortalecendo naquele campo da sociedade o real interesse de não apenas nomear, mas de incutir nas espacialidades uma forma de representar a tradição da região na educação e na política estadual. Assim, os topônimos das instituições educacionais citadas revelam também a importância do *traço* ou *instância distintiva* que é a educação na *feição regionalista* do Seridó, influenciando e sendo influenciada pela instância religiosa e, sobretudo, pela instância política, num processo de mútua associação. Afinal, “Entre outros fatores políticos que concorrem para moldar uma sociedade e influenciar o curso dos acontecimentos, estão as instituições.”<sup>344</sup>

A temática da formação cultural do homem sertanejo – que logicamente perpassa a instância educacional – e a referência ao indivíduo natural da região, o *seridoense*, também foram objeto de discussão e lembrança de alguns folhetins<sup>345</sup> que circularam no período da Primeira República. Entre eles, cabe destaque para o jornal *O Povo*, que publicou quatro

---

<sup>344</sup> RÉMOND, René (org). *Por uma história política*, p. 448.

<sup>345</sup> Além dos periódicos sobre os quais discorreremos (*O Povo* e *O Seridoense*), também encontramos referência sobre ter existido em Caicó, no início do século XX, outros intitulados *O Seridó*; *Correio do Seridó* e *O Echo Sertanejo*, ver: LIMA, Nestor. *Municípios do Rio Grande do Norte*: Baixa Verde, Caicó, Canguaretama e Caraúbas, p. 35.

artigos nos quais Manuel Dantas discorreu sobre o problema do atraso regional existente em decorrência do modo como se processava a vida do homem sertanejo.

As ideias de Manuel Dantas<sup>346</sup> expõem o seu lugar de fala enquanto portador de conhecimentos que estava adquirindo à época na Faculdade de Direito do Recife e revelam-no defensor da educação formal como a alternativa viável para que o homem sertanejo saísse do atraso que pairava sobre sua vida, sua cultura, seus costumes. As observações de Dantas apontam que o poder adquirido pela instrução é que seria capaz de guiar o indivíduo rumo ao progresso material e espiritual que superaria a cultura estacionária dos sertões. Tais observações estão intimamente associadas aos espaços educacionais que influenciaram diretamente na formação de muitos seridoenses, fossem eles localizados no próprio Seridó, no caso da Escola de Latim do Padre Brito Guerra, ainda na primeira metade do século XIX; ou fora, em Natal, no ensino secundarista do Colégio Atheneu; ou mais especificamente, no caso da formação superior daquela geração de intelectuais, formados bacharéis pela Faculdade de Direito do Recife.

Já sobre o ser autóctone do Seridó, encontramos expressiva referência na denominação do folhetim *O Seridóense*. A edição de 29 de março de 1918 nos dava notícia da data festiva de 02 de abril daquele mesmo ano, na qual foi comemorado o quarto aniversário do nascimento daquele folhetim. A matéria citada, de autoria do proprietário (Pedro Militão), trazia como título – *4 Annos*, referendando o ano de início de sua circulação:

Como todos os caicoenses sabem, o “O Seridóense” circulou pela primeira vez no dia 2 de abril de 1914, trazendo em seu cabeçalho o nome festejado do Dr. Janúncio Nóbrega como seu redactor-chefe, tendo este, neste papel, até poucos, prestado os mais relevantes serviços com o valor e circumspecção de sua pessoa.<sup>347</sup>

Coincidentemente, 1914, ano de fundação do *O Seridóense*, foi o ano em que a transição política do eixo litoral para o sertão do Rio Grande do Norte começou a se concretizar mais efetivamente com a saída dos Albuquerque Maranhão do domínio sobre o governo do estado. Com o início da administração de Ferreira Chaves, eleito com o apoio do grupo político do Seridó, também se abriu uma fenda para o gradual fortalecimento político

---

<sup>346</sup> Para mais detalhes sobre a série de quatro artigos sobre o *modus vivendi* sertanejo, de autoria de Manuel Dantas no jornal *O Povo*, ver: MACÊDO, Muirakytan K. de. *A penúltima versão do Seridó – uma história do regionalismo seridoense*, p. 143-158; e, MEDEIROS NETA, Olívia M. de. *Ser(tão) Seridó em suas cartografias espaciais*. Dissertação (Mestrado), 2007.

<sup>347</sup> 4 ANNOS. *O Seridóense*, Caicó, 29 mar. 1918. p. 1.

da elite seridoense que já detinha a liderança no cenário econômico, decorrente das cifras geradas pelo algodão.

Ainda na edição comemorativa, nos deparamos com uma matéria bastante expressiva a cerca da história da imprensa escrita no Seridó. A matéria intitulada “O Povo”, era uma saudação de José Renaud (proprietário do jornal homônimo da matéria), dirigido a redação de *O Seridoense* em decorrência da homenagem aos vinte e nove anos de criação do primeiro jornal a circular no Seridó:

Quanta alegria e satisfação experimentei ao ler o seu editorial intitulado o “O Povo”, artigo bem lançado e de acolhida a ideia do “Juvenil” para festejar o 9 de março, vigésimo nono aniversário da fundação do primeiro jornal do Seridó com a publicação do “Povo” de que era eu proprietário e um dos seus mais humildes operários.<sup>348</sup>

Assim, naquela edição de *O Seridoense* também verificamos a existência de uma passagem histórica sobre a imprensa seridoense substanciada no encontro das histórias de ambos os folhetins. A matéria intitulada “O Povo” deu visibilidade à lembrança de alguns militantes da imprensa, do desenvolvimento da região e da causa republicana no Seridó:

Jornal independente, tinha “O Povo” abertas suas columnas a quantos necessitassem de remédio a seus males ou quizessem colaborar na obra do bem da collectividade. Assim é que, dentre os que lhe davam vida com o seu saber, destacamos, de um lado Olegário Valle, o seu principal fundador, que se batia até o sacrifício por tudo que dissesse respeito ao engrandecimento de sua terra; de outro lado Diógenes Nóbrega, arreatador nos ensinamentos da moral e da verdade e confiante no porvir do Rio Grande do Norte; por sua vez Manuel Dantas, conciso e meditabundo nas suas lições de política e de economia e de desenvolvimento da zona sertaneja; finalmente Janúncio Nóbrega Filho, com seu verbo scintilante e austero, o Moysés do ideal republicano dessa nobre e futura região sertaneja.<sup>349</sup>

Contudo, o imaginário que fora sedimentado durante a Primeira República no Seridó, com base na afirmação de tradições locais, não se deteve a apenas homenagear através das denominações dos grupos escolares e do folhetim *O Seridoense*, as homenagens também estiveram presentes nos nomes de outras instituições e logradouros diversos. Ainda sobre os grupos escolares, é válido acrescentar que construí-los, bem como promover a educação formal através da edificação de mais instituições de ensino, fazia parte de uma política nacional que naquele momento abrangia vários estados da federação.

---

<sup>348</sup> O POVO. *O Seridoense*, Caicó, 29 mar. 1918. p. 1.

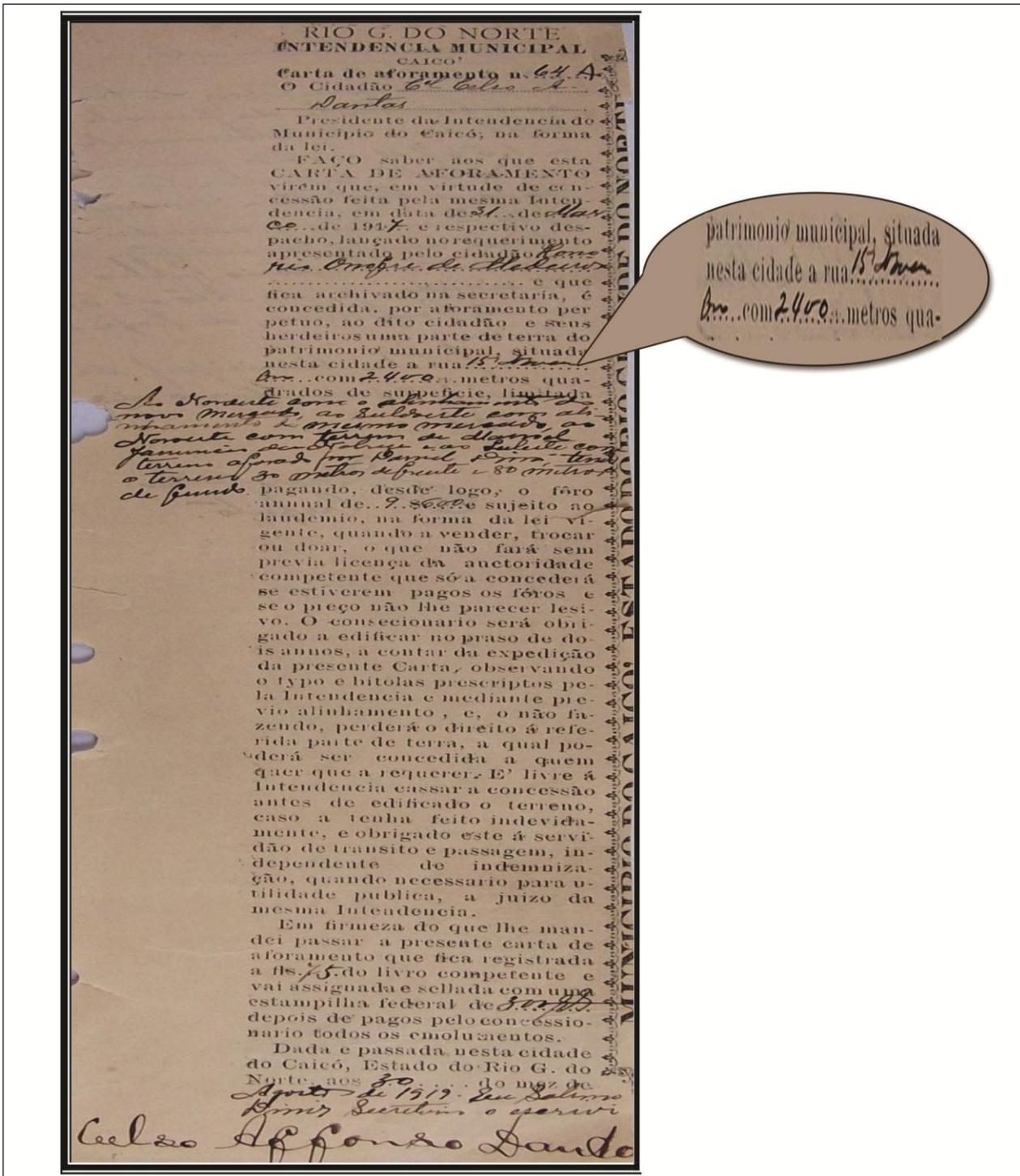
<sup>349</sup> O POVO. *O Seridoense*, Caicó, 29 mar. 1918. p. 1.

Essa política de crescimento – tanto em abrangência geográfica, quanto em nível organizacional – advinha do ideal de progresso positivista, necessário para uma nação que tinha o interesse de ser grande e desenvolvida. Entendia-se que a proliferação de instituições de ensino, vistas como parte da estruturação educacional promovida em cada estado, ressoaria como um feito concreto e diretamente revelador dos novos rumos que o Brasil passava a buscar desde a Proclamação da República.

Marco histórico de grande relevância para o imaginário político nacional, a Proclamação da República se enlaça ao imaginário local, num momento de clivagem, ao denominar uma importante artéria urbana de Caicó. No trigésimo aniversário do acontecimento (1919), uma *Carta de Aforamento* correspondente ao mesmo ano – assinada pelo então Intendente do município, Celso Affonso Dantas, conferindo propriedade de parte de terra do patrimônio municipal em área urbana a Onório Onofre de Medeiros na Rua 15' *Novembro* – revela que havia na cidade uma rua cujo nome recordava a data, registrando num logradouro daquele espaço urbano a importância da mudança política ocorrida na nação. Nesse registro, observamos que nem o acontecimento em si, nem o nome de alguma personalidade ilustre da cena nacional foram os escolhidos para representar o importante momento na vida dos seridoenses que compreendiam o significado de república, a homenagem àquele marco histórico fez-se através da própria data celebrativa.

Com a existência da Rua 15' *Novembro* em Caicó, mais uma vez verificamos um encontro entre a história nacional e o espaço local, assim como também se deu em algumas importantes ruas de Natal no início do século XX, com a presença de denominações em homenagem aos presidentes da República. O nome utilizado para denominar tal rua de Caicó recaí mais uma vez sobre o referencial *historio-sociotopônimo*, devido o mesmo também enquadrar as lembranças de acontecimentos de expressão, sejam eles em âmbito nacional ou local.

Figura 23: Carta de aforamento de imóvel na Rua 15'Novembro – Caicó-RN



Fonte: Arquivo Público da Prefeitura M. de Caicó.

Após nos depararmos com a presença física de uma referência à República, nos resta traçar os caminhos em torno das influências políticas que contribuiriam para a conquista do poder maior estadual. Os percursos físicos que apontavam os rumos da história e da economia para aquele que seria o futuro centro político do estado inclusive já estavam se estruturando com a *Estrada de Automóveis do Seridó*.

Quanto aos caminhos políticos, foram gradualmente sendo tramados e afinados pelos herdeiros políticos de José Bernardo. Tanto José Augusto como Juvenal Lamartine trataram de expandir nacionalmente uma vasta rede de influências através das articulações que se tornaram possíveis em decorrência do exercício dos cargos de deputado federal e senador.

Com a eleição de José Augusto Bezerra de Medeiros para o cargo de governador do Rio Grande do Norte se completava a conquista dos interesses do grupo político do Seridó. Agora podendo transitar livremente entre a liderança econômica e a política, faltava consolidar e afirmar ainda mais a importância e o nome da região para que uma continuidade fosse celebrada quando chegasse o momento de eleger o sucessor de José Augusto.

Nessa perspectiva, valorizar o algodão com incentivos para o desenvolvimento de estudos técnicos que almejavam a garantia da qualidade do produto tornara-se uma das principais bandeiras da administração de José Augusto. E assim, não obstante a criação do *Departamento de Agricultura*, o então governador reconhecendo seu dever profícuo de administrador, procurou criar condições que permitiriam o florescimento da cotonicultura:

Como Deputado ao Congresso Nacional, consegui fazer vencedor o projeto de minha autoria, criando a Estação Experimental de Algodão do Seridó, instituto indispensável à fixação do melhor e mais valioso tipo de algodão brasileiro, projeto cuja execução, do ponto de vista da administração federal, devemos ao esforço pertinaz e incessante do Sr. Senador Juvenal Lamartine.<sup>350</sup>

A *Estação Experimental de Algodão do Seridó*, com sede em Acari, foi criada logo no início da administração de José Augusto no ano de 1924. Essa considerável iniciativa voltada para a produção algodoeira do Rio Grande do Norte fazia parte de um plano maior (o Serviço Estadual do Algodão) que fora concretizado através do Decreto Estadual nº 228, de março de 1924:

---

<sup>350</sup> MEDEIROS, José Augusto B. de. Mensagem lida perante a Assembléia Legislativa na abertura da 1ª Sessão da 13ª Legislatura, em 1º de outubro de 1927, pelo Presidente José Augusto Bezerra de Medeiros. In: *Mensagens dos presidentes do Estado do Rio Grande do Norte na Primeira República*, p. 216.

[...] Assim, visando à melhoria da qualidade deste produto, José Augusto criou o Serviço Estadual do Algodão (Decreto nº 228, de 1924) mediante acordo de cooperação assinado com o Governo Federal. Em decorrência desse convênio, o algodão potiguar passou a ser classificado oficialmente pelo Estado. Além disso, foram implantadas fazendas de sementes, em Jundiaí, e a Estação Experimental do Seridó, sob a direção do agrônomo Dr. Otávio Lamartine. Vale salientar que, naquela época, mais de 50% da renda do Estado provinha do imposto cobrado sobre a exportação do algodão.<sup>351</sup>

Enquanto projeto de referência para o desenvolvimento de outras futuras instalações com o mesmo objetivo, os trabalhos na *Estação Experimental do Seridó* estavam sob os cuidados de Otávio Lamartine. O conceituado agrônomo, inclusive com experiência no exterior, era filho de Juvenal Lamartine, fato que talvez tenha pesado na escolha de seu nome para a coordenação daquele empreendimento.

Já no condizente à escolha de um município do Seridó (Acari) para a implantação de uma das duas estações experimentais do estado, justificava-se por vários fatores que iam além da origem do governador. Afinal, só o fato de ser daquela região a maior e mais qualitativa produção de algodão do Rio Grande do Norte já justificava o interesse pela seleção de sementes de qualidade, de técnicas de plantio mais produtivas e de combate à praga da lagarta rosada que surgia como um problema para o cultivo em várias localidades.

Diante dessas observações, verificamos o amplo empenho de ambos os governadores seridoenses em empregar a maior parte dos recursos governamentais nos campos da educação e da economia agrária voltada para o algodão. Sobre a administração de José Augusto, Itamar de Souza tratou de evidenciar alguns pontos determinantes de sua atuação direcionados para o campo da educação, como a criação de mais de cinquenta escolas rudimentares, de grupos escolares no interior do estado e a subvenção de quase todas as escolas particulares existentes; a restauração de vários prédios relacionados à educação estadual; a criação do Conselho de Educação etc.

Ainda na área da educação, José Augusto, atentando para a valorização e reconhecimento dos profissionais, em 14 de outubro de 1927, decretou que o dia 15 daquele mesmo mês seria dali em diante considerado feriado estadual como forma de reconhecimento ao centenário do dia 15 de outubro de 1827, data em que foi oficialmente instituído o ensino primário no Brasil. O decreto nº 348 também fazia daquele dia um momento solene, quando no Artigo 2º determinava a instituição de um prêmio consistente em medalha de ouro para os docentes primários mais antigos do estado que estivessem em exercício (um de cada sexo) e definia que nos anos posteriores, a premiação deveria ser concedida, em solenidade dedicada

---

<sup>351</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 341.

à consagração da figura do professor, àqueles que, segundo constatação do Conselho de Educação, tivessem prestado os maiores serviços a educação popular.

A educação estadual, assim como ocorreu no governo de José Augusto, também foi objeto de atenção do seu sucessor. Durante os quase três anos de governo de Juvenal Lamartine, apresentaram-se números que indicavam um considerável crescimento no quantitativo geral de matriculados. De 17.560 alunos no ano de 1927, o último da administração de José Augusto, passou a 31.987 matriculados, com frequência média de 82% no ano de 1930, o último do interrompido governo de Juvenal Lamartine<sup>352</sup>. Fato este creditado diretamente ao empenho de ambos na criação de escolas rudimentares em quase todos os municípios do estado.

Além dos investimentos no setor educativo, Lamartine também se mostrou preocupado com as questões que envolviam as finanças do estado através de iniciativas em prol da agricultura, do comércio e da infraestrutura. No setor agrário, buscou diversificar a produção estadual através de projetos pilotos na fazenda Jundiaí, envolvendo o cultivo de amoreiras para a cultura do bicho da seda; mudas de fumo; laranjeiras da Bahia e tamareiras. Para o algodão, os incentivos se mantiveram no âmbito fiscal, concedidos pelo decreto nº 456 de 10/01/1930, que reduziu de 8% para 6% e para 1%, consecutivamente, o imposto de exportação consignado na lei orçamentária vigente, sobre o óleo, a torta e farelo de caroço de algodão.

Neste sentido, criou linhas de crédito a partir do Banco do Rio Grande do Norte – cujo nome anterior era Banco de Natal – agências de caixas e bancos rurais; importou arados de tração animal para serem vendidos a preço de custo aos agricultores; classificou 80% da safra de algodão mocó e por fim, nas vésperas de ser deposto, organizou o 1º Congresso Econômico do RN, cuja pauta principal era a cotonicultura.<sup>353</sup>

Consciente de que o problema da carência de estradas constituía um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento do estado, certa vez que inviabilizava o escoamento da economia, Lamartine, com colaboração da Inspeção de Obras Contra as Secas (IFOCS), investiu na abertura de 416 km de estradas que recortavam e interligavam as várias regiões do Rio Grande do Norte. Seguindo a tendência nacional de desenvolvimento da aviação comercial, contribuiu com relevantes incentivos nesta área, paramentando a estrutura do

---

<sup>352</sup> Para mais detalhes sobre os investimentos na educação estadual dispensados pelos governadores seridoenses, ver: SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 340-344.

<sup>353</sup> MACÊDO, Muirakytan K. de. *A penúltima versão do Seridó – uma história do regionalismo seridoense*, p. 198.

estado com cerca de vinte e oito campos de pouso, vários deles no Seridó. Na capital, criou o *Aeroclube de Natal*, na avenida Hermes da Fonseca, dotando-o com um prédio que dispunha de uma escola de aviação para a formação de pilotos e de um campo de decolagem e de pouso para os interesses da entidade.

Contudo, ao longo das administrações de José Augusto e Juvenal Lamartine, não ficaram restritos à educação nem aos setores produtivos da economia os investimentos governamentais, tampouco se restringiu a esses campos o enfoque das denominações que erguiam politicamente o nome do Seridó. No campo da saúde, ao mesmo tempo em que outros investimentos eram realizados na capital e no interior do estado, através da criação da Comissão de Saneamento de Natal – por força do decreto nº 231, de 26 de abril de 1924 – e do Serviço de Saneamento Rural – por via do aumento do número de postos para o tratamento de sífilis, lepra e outras doenças bastante significativas na época –, o nome do Seridó também foi afirmado nas fachadas das instituições.

Encontramos referência à investidura do nome daquela espacialidade no setor da saúde numa edição do *Jornal das Moças* – folhetim dirigido por mulheres da sociedade caicoense –, datada de 15 de agosto de 1926, que dedicou toda a sua primeira página a uma matéria intitulada “Dr. Washington Luis”. Na matéria, verificamos que, entre o título e o texto, foi feito um destaque das principais informações ali tratadas, como a honrosa visita do Dr. Washington Luis a Caicó, acompanhado pelo governador José Augusto e sua comitiva; os discursos proferidos no momento da chegada; a inauguração do *Hospital do Seridó*; o regresso de Sua Excelência, o presidente da República; e algumas notas.

Antes mesmo da posse de Washington Luis como presidente da República, no dia 15 de novembro de 1926, ocorreu essa honrosa visita ao reduto político do governador José Augusto. Trazer o presidente da República, eleito em 1º de março, à cidade de Caicó, no início de agosto daquele mesmo ano, demonstrava o prestígio adquirido pelo governador, em âmbito nacional, através de sua trajetória política. O relato jornalístico sobre os dias da visita – 06 e 07 de agosto – foi tomado por um forte teor emotivo em decorrência da importância do evento. A cidade mostrava-se exultante em contentamento pela honra insigne de receber Washington Luis:

Recebido com as honras a que tem direito pelo alto cargo para que foi escolhido pela soberana vontade nacional, o futuro mentor dos destinos da nossa Pátria aqui chegando, acompanhado do exmo. Sr. Governador do Estado, que fora ao encontro de S. Excia nas fronteiras do Rio Grande do

Norte, recebeu as manifestações mais vivas, mais espontaneas, da *sympathia* popular.<sup>354</sup>

Acompanhando a sequência da matéria, constatamos uma justificativa para todas as pompas destinadas ao futuro presidente, recém-eleito: a questão principal consistia numa boa acolhida ao ilustre hóspede que, dando exemplo de democracia e patriotismo, suplantaria todos os aborrecimentos de uma vasta jornada pelo território nacional a fim de conhecer de perto as grandes e pequenas necessidades do povo que o instituiu depositário supremo da sua confiança.

Apesar da publicação sobre a honrosa visita só ter acontecido uma semana após o evento, observamos no texto o claro fascínio decorrente do deslumbramento de muitos daqueles que acompanharam Washington Luis, ao ponto de enfatizarem ainda sentir a impressão da agradável presença em sua terra: “As poucas horas de permanência de S. Excia. entre nós foram o bastante para deixar nítida e inapagável na alma caicoense a lembrança do primeiro Presidente da República eleito e reconhecido que pisou o solo seridoense.”<sup>355</sup>

Depois de explicitadas as honras e impressões, o relato seguiu pelos acontecimentos do final do dia 6 e início do dia 7 de agosto daquele ano. A chegada do visitante ocorreu por volta das 20 horas do dia 6, com direito a execução do hino nacional, uma salva de 21 tiros e as continências do estilo, prestadas por uma das companhias da polícia militar. Estavam ali para recebê-lo: o representante maior do executivo estadual, o Dr. José Augusto; o principal representante eclesiástico, D. José Pereira Alves – Bispo de Natal; a mais distinta referência de poder na justiça do estado, Dr. Hemetério Fernandes – Presidente do Tribunal de Justiça; deputados; outros representantes do governo do estado e da Intendência municipal; e alguns cidadãos locais.

Naquela mesma noite, a saudação inicial foi feita, em nome do povo caicoense, logo que o visitante descera do automóvel que o conduzia, pelo acadêmico Renato Dantas. O tradicional jantar deu-se na sequência na residência do coronel Celso Dantas – ocupante do cargo de Intendente Municipal – a quem também coube a hospedagem de Washington Luis. Durante o jantar, no momento em que o champanhe era compartilhado entre os presentes, discursou o governador José Augusto, expressando o contentamento que experimentava ao ver em sua terra o estadista emérito a quem em breve seriam confiados os destinos da nação. E mostrando-se comovido pela saudação, Washington Luis agradeceu e externou a agradável impressão experimentada no solo árido do alto sertão nordestino.

---

<sup>354</sup> DR. WASHINGTON Luis. *Jornal das Moças*, Caicó, 15 ago. 1926. p. 1.

<sup>355</sup> DR. WASHINGTON Luis. *Jornal das Moças*, Caicó, 15 ago. 1926. p. 1.

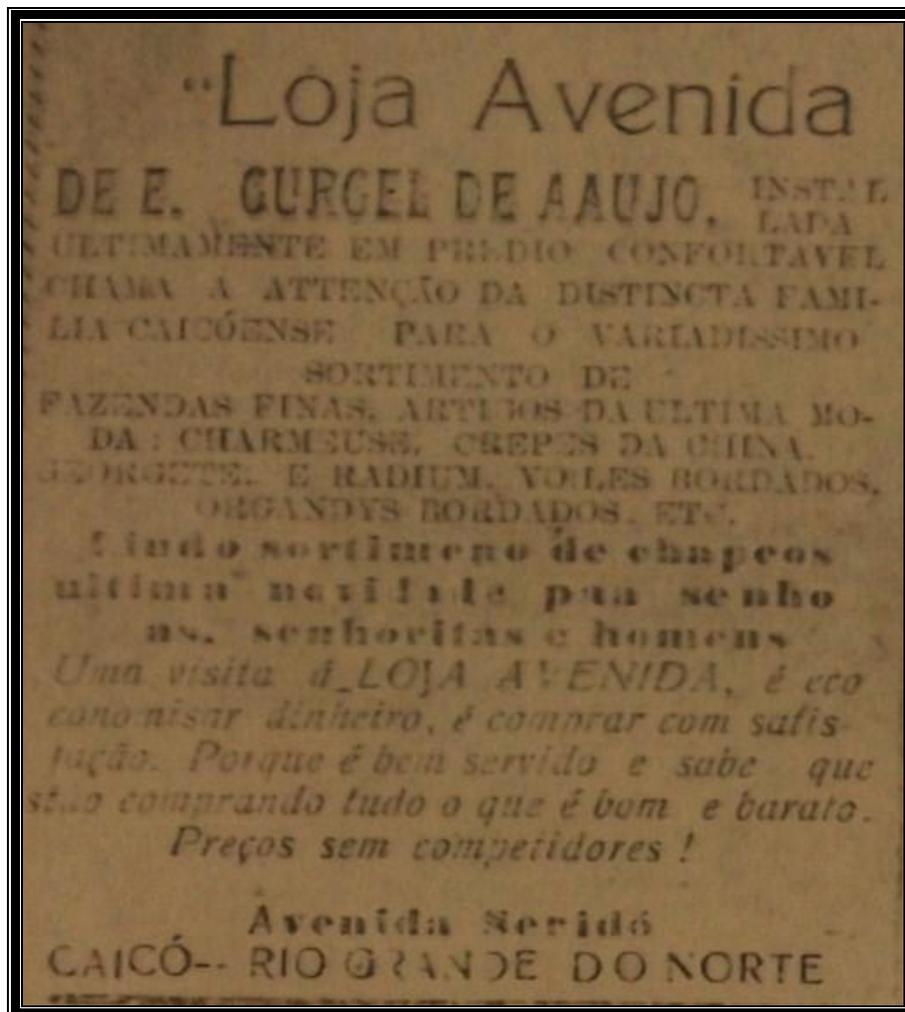
A programação da visita continuou na manhã do dia seguinte com uma importante inauguração. Durante sua curta passagem pela cidade, o eminente hóspede, juntamente ao governador e sua comitiva, ouviu as palavras iniciais proferidas pelo ilustrado clínico Dr. Adherbal de Figueiredo, a quem sucedeu no discurso. A instituição contemplada em sua inauguração com a ilustre presença daquele que seria a maior autoridade nacional, tornar-se-ia uma referência para a saúde pública daquela região, ao ponto de ter sua denominação contemplada com o nome de *Hospital do Seridó*.

O topônimo escolhido para a instituição que teria uma atuação ampla no âmbito daquela espacialidade, não se limitando apenas à cidade de Caicó, traduziu-se em mais um importante reforço ao nome da região. Assim, o *Hospital do Seridó* tornou-se também símbolo celebrativo da constante recorrência advinda do imaginário que tratou de reforçar o nome da região como elemento expressivo e de identificação. Nisso verificamos o nome de uma instituição de saúde alinhando-se a outras denominações de espacialidades próprias de esferas diversas da sociedade que já haviam tratado de recordar o Seridó.

Em sua curta permanência, Washington Luis passou também pelo *Colégio de Santa Therezinha*, instituição que se tornaria referência em educação naquela região reconhecida por sua forte identificação religiosa, para aqueles que detinham melhores condições financeiras – por se tratar de uma instituição privada. Durante aquele momento, foi saudado pela educanda Octávia Medeiros, que em nome da instituição ofereceu-lhe alguns brindes. Este seria o último instante relatado da visita de tão considerável figura do cenário político nacional ao Seridó. As notas finais fizeram referência à partida do futuro presidente da República para Natal, acompanhado por grande comitiva e deixando em Caicó “magnífica impressão”.

Mas as referências ao nome do Seridó na citada edição, de 15 de agosto de 1926, do *Jornal das Moças* não findaram na menção à considerável edificação e inauguração do *Hospital do Seridó*. Na terceira página do folhetim, verificamos um indício indireto da presença do nome da região na referência ao logradouro em que se localizava um específico estabelecimento comercial da cidade. E foi quando nos deparamos com o anúncio comercial da *Loja Avenida*, de propriedade de E. Gurgel de Araújo, que encontramos no centro espacial e comercial da Caicó dos anos de 1920 a presença da *Avenida Seridó*. O logradouro urbano é o endereço que referencia e fecha o anúncio daquele estabelecimento destinado à venda de fazendas finas e demais paramentos.

Figura 24: Anúncio da Loja Avenida



Fonte: Jornal das Moças, edição de 15/08/1926 – Labordoc-Ceres-Caicó-RN.

Nesse aspecto, falar do nome de um logradouro urbano, seja como um ponto de referência, seja enquanto marca direta de um interesse denominativo, é também pensar as formas de como o nome atribuído ao espaço pode ser visualizado. Nas referências de identificação das ruas, por exemplo, demarcações nominativas são utilizadas em placas que fixam o nome da região no espaço da cidade. O nome da região, inclusive, fora reafirmado em Caicó, quando durante alguns meses do ano de 1890 denominou a cidade, que posteriormente teve de volta seu nome original.

Figura 25: Placa na Avenida Seridó – Caicó-RN



Fonte: Acervo do autor

O significado que envolve a utilização das placas vai além da localização do logradouro no espaço urbano. Os caminhantes e praticantes do espaço, se deparam também com a importante ratificação do nome que foi interessadamente enaltecido, completando o sentido atribuído a um feito administrativo que instituiu a denominação espacial, seja ela na capital ou no interior do estado, através das denominações de presidentes, governadores e demais figuras de expressão em Natal e em outras cidades, como vimos abordando até o momento.

Sob esta perspectiva de homenagem aos ilustres que estariam ocupando o poder, encontramos referência na lembrança celebrativa do nome de Juvenal Lamartine antes e durante o período de domínio político dos seridoenses, por via da denominação de uma escola e de um estádio de futebol. Na coluna *Notícias do Interior*, do jornal *A Notícia*, em edição de 22 de outubro de 1921, nos deparamos com a referência a uma instituição de ensino, em São João do Sabugi, denominada Escola rudimentar *Juvenal Lamartine*<sup>356</sup>. A matéria se reportava às comemorações de 7 de setembro – apesar de terem acontecido mais de um mês antes daquela publicação –, relatando o hasteamento da bandeira e a execução do hino nacional; desfile cívico, no qual foram executadas manobras calistênicas baseadas no modelo sueco de educação física; passeata; discursos e peças teatrais.

Juvenal Lamartine, assim como José Augusto, não fora sensível apenas às causas do algodão e da educação. Aliás, é válido que se registre outra afinidade constatada entre as atuações desses dois políticos: a certos momentos, imbuídos dessa sensibilidade a algumas causas, tomaram atitudes ousadas – às vezes vanguardistas –, como no momento em que José

---

<sup>356</sup> Faz-se pertinente o nome da escola em São João do Sabugi, que era distrito subordinado politicamente à Vila de Serra Negra, por Juvenal Lamartine ter nascido nesse município.

Augusto, à frente do governo, a pedido de Juvenal Lamartine, confere às potiguares o pleno exercício dos direitos eleitorais.

Apesar de não ser feminista, ele [José Augusto] ingressou na história desse movimento. Assim, quando estava, juntamente com a Assembléia Legislativa, elaborando a Lei nº 600, de 25 de outubro de 1927, que regula o Serviço Eleitoral do Estado, atendeu aos apelos do então Senador Juvenal Lamartine introduzindo no Art. Nº 77 das Disposições Gerais o direito da mulher potiguar votar e ser votada. Foi uma atitude pioneira, pois antecipou-se à própria Constituição Federal [...].<sup>357</sup>

Foi também durante a sua atuação como governador que a *Liga de Desportos Terrestres*, na época presidida pelo destacado professor Luiz Soares, decidiu promover a edificação do seu *stadium* de futebol no local onde já havia um campo para aquela prática. O campo que ficava no bairro do *Tirol*, especificamente na Avenida *Hermes da Fonseca*, a partir de fins de 1926, deu lugar a uma construção moderna, dirigida pelo Sr. Clodoaldo Caldas. Tal construção, orçada em 40 contos de réis – capital dividido num montante de ações, com valor em torno de cem mil réis, cada uma – contou com a ajuda da considerável sensibilidade do governador Juvenal Lamartine:

Sensível àquela iniciativa, Lamartine contribuiu com vinte contos de réis, além de outras ajudas. Em agradecimento ao apoio dado pelo governo do Estado, o Sr. Enéas Reis, presidente do ABC Futebol Clube, propôs, em sessão da Liga de Desportos, que o novo campo de futebol fosse denominado *stadium* Juvenal Lamartine. A referida proposta foi aprovada por unanimidade. No dia de inauguração, 12 de outubro de 1928, Lamartine deu o ponta-pé inicial.<sup>358</sup>

A proposição da homenagem certamente veio em decorrência da maior doação feita para que a construção do empreendimento transcorresse normalmente. Nada menos que vinte contos de réis, ou seja, metade do valor da obra, rendeu a Juvenal Lamartine a unânime lembrança de seu nome para aquele que fora considerado o principal palco de práticas desportivas em Natal no decorrer de várias décadas. E aqui mais uma vez fazemos coro às críticas de Cascudo para com a *bajulação* costumeira que recaiu sobre a denominação de algumas espacialidades.

Chegando ao ano de 1930, não foi possível nem a Juvenal Lamartine nem a outros governadores do Brasil a continuidade de suas administrações. Em decorrência da *Revolução*

---

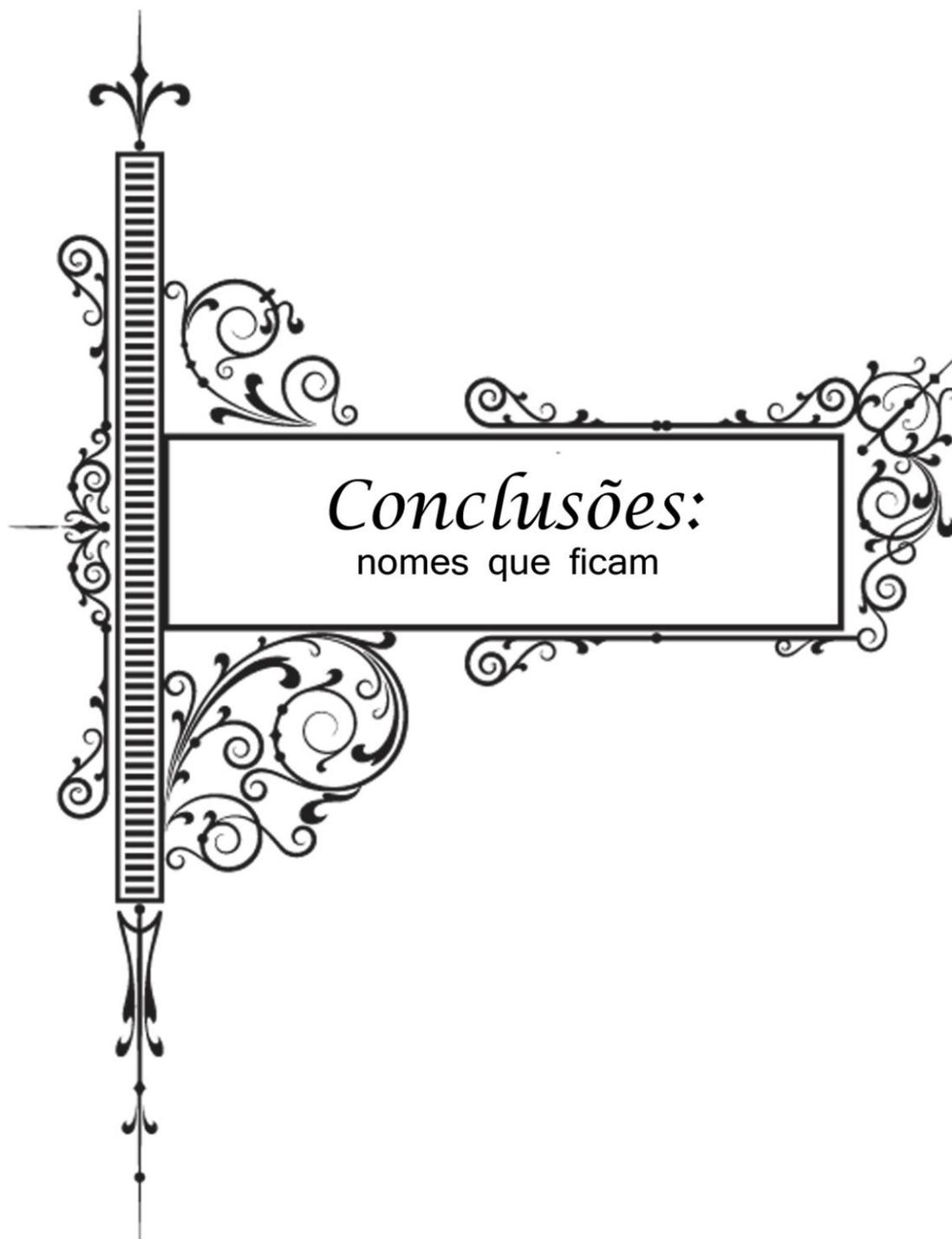
<sup>357</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 339.

<sup>358</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 238-239.

*de 1930*, liderada por Getúlio Vargas, Juvenal Lamartine viu-se obrigado a fugir da capital, indo exilar-se até o ano de 1933 na cidade de Paris. Terminava assim o ciclo da Primeira República aqui discutido pelas atuações das elites que conduziram os rumos do Rio Grande do Norte e, no caso da elite política seridoense, que ostensivamente buscou fixar “[...] o Seridó algodoeiro na história potiguar nacional e local”<sup>359</sup>, pela via dos discursos e das iniciativas administrativas.

---

<sup>359</sup> MACÊDO, Muirakytan K. de. *A penúltima versão do Seridó* – uma história do regionalismo seridoense, p. 202.



## ***NOMES QUE FICAM***

*E alguma coisa ficará das considerações que externei,  
ao sabor dos factos, das tradições e da fantasia  
sobre as denominações de nossos municípios*

Manoel Dantas, 1922

Apesar do caráter original que se fez prevalecer no imaginário relativo à valorização e ao reconhecimento do nome da região Seridó, as duas últimas administrações estaduais no período da Primeira República, que tiveram a frente os herdeiros políticos de José Bernardo – José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine de Faria –, também recorreram a práticas típicas das administrações estaduais da organização familiar Albuquerque Maranhão:

Podemos perceber igualmente uma continuidade no modo de conceber e praticar a administração pública: de fato, o nepotismo dos governos de Pedro Velho, Ferreira Chaves, Alberto Maranhão e Tavares de Lyra, numa desabrida prática de nomear parentes para cargos públicos, em Natal como nos municípios vizinhos do litoral, não foi exclusivamente do governo dos Albuquerque Maranhão. A prática prosseguiu no governo de Juvenal Lamartine (ele nomeou Cristovam Dantas, seu sobrinho, e os filhos Olavo e Octavio como auxiliares de sua administração) e foi alvo das críticas da oposição, de tal modo que, já no exílio, ele foi levado a justificar o fato invocando razões técnicas: a necessidade de recorrer aos mais qualificados para realizar uma administração fundada em métodos modernos.<sup>360</sup>

Diante dos atos originais – seja valorizando o nome da organização familiar Albuquerque Maranhão ou o nome da região Seridó –, e das semelhanças existentes entre os grupos políticos que conduziram o governo do estado na Primeira República – valorização do regime republicano e monopólio de benefícios –, além do contexto político do final desse período, ainda atentamos para a existência de um último acontecimento no processo que envolve a nomeação dos espaços no Seridó. Assim, verificamos que entre os anos de 1931 e 1932 pleiteou-se uma significativa mudança toponímica no contexto daquela espacialidade. De iniciativa do *Centro Norte-Rio-Grandense*<sup>361</sup>, sediado no Rio de Janeiro, então capital da

---

<sup>360</sup> ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. *O corpo e alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930*, p. 71.

<sup>361</sup> Segundo informes do site da Instituição, <http://riograndedonorte.sitesuol.com.br>, que há anos se encontra desatualizado, o Centro Norte-Rio-Grandense, enquanto sociedade civil reconhecida de utilidade pública, teria

República, surgiu um movimento com o interesse de alterar o topônimo do município de *Caicó* para *Amaro Cavalcanti*.

Acreditamos que a defesa do nome de Amaro Cavalcanti deva ter sido construída a partir do manto de solidez que pairava sobre sua trajetória de sucesso nos campos pessoal e político, já que havia sido inclusive prefeito da cidade do Rio de Janeiro. Encontramos importantes considerações sobre a pessoa que legaria o nome pleiteado para a alteração do topônimo, na descrição feita por Antônio Soares:

Jurisconsulto e financista brasileiro. Nasceu na cidade do Caicó, a 15 de Agosto de 1849, sendo seus paes o professor Amaro Soares Cavalcanti de Britto e d. Anna de Barros Cavalcanti. Irmão germano do saudoso padre João Maria. Iniciou sua vida publica na então Província do Ceará onde foi professor de latim e inspector de instrucção. Commissionado pelo governo cearense para estudar o systema de instrucção elementar nos E. U. da America do Norte, matriculou-se na escola de direito da *Union University*, de New York, [...] recebeu, em 1881, o gráu academico. N'essa escola, [...] alcançou o illustre riograndense o logar mais distincto, cabendo-lhe o honroso qualificativo de *Prophet*, dado ao mais instruído da classe. [...]. Sócio effectivo ou honorário de muitas associações nacionais e estrangeiras, inclusive do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte, [...] teve importantes cargos e comissões do governo, taes como: [...]; ministro do Supremo Tribunal Federal [...]. Homem de rara illustração e de grande amor ao trabalho, o dr. Amaro Cavalcanti enriqueceu a litteratura do paiz com a publicação de valiosas obras de direito, finanças, religião, política, etc [...]. O dr. Amaro Cavalcanti representou o seu estado natal, como senador, [...] e mandato de deputado [...]. Foi prefeito do Districto Federal. A Prefeitura deu, mais tarde, o seu nome a uma avenida do Meyer. O dr. Amaro Cavalcanti falleceu no Rio de Janeiro, á rua Rio Grande do Norte, [...] 1922. Tem a denominação de *Amaro Cavalcanti* o grupo escolar de S. Thomé.<sup>362</sup>

Amaro Cavalcanti encontrou bom trânsito no governo federal para sua atuação política e intelectual, sendo reconhecido em nível nacional e local com a denominação de avenida e escola e tendo somadas outras considerações em torno do reconhecimento a sua atuação como prefeito do Distrito Federal:

Em 1914 vem o governo Wenceslau Braz, Amaro é nomeado Prefeito do Distrito Federal. Nesse posto, sua atuação foi notável: chamavam-no então o Prefeito do sertão carioca porque seu programa não se limitou a embelezar a cidade nos centros principais, mas se propôs também a abrir estradas de rodagem para o sertão carioca, ao mesmo tempo em que restaurar as finanças do Distrito, protegendo a lavoura, fundando a primeira feira anual e cuidando, principalmente, da instrução profissional, até então colocada em

---

nascido em 1902, tendo sido fundado oficialmente, porém, apenas em 1934, com sede própria até os dias de hoje na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>362</sup> SOARES, Antônio. *Diccionario Historico e Geographico do Rio Grande do Norte*, p. 19-20.

segundo plano e um tanto desprezada. Foi o Prefeito que atendeu às aspirações do sertão do Distrito Federal [...].<sup>363</sup>

Após verificadas as qualificações que envolviam o nome pleiteado, esclarecemos que foi a partir de um telegrama em resposta a tal iniciativa que ficamos cientes do intento defendido para a mudança toponímica, naufrago diante da reação de diversas personalidades influentes na sociedade local caicoense, que logo trataram de expressar e assinar sua resposta unânime contra o interesse ali envolvido:

Caicó, 7 de Janeiro de 1932

TM 2

Centro Norte-Riograndense  
Diário de Notícias  
Rio

Caicó devota grande admiração seu ilustre filho Amaro Cavalcanti porêm protesta veementemente seja qual for mudança seu nome primitivo.  
Saudações cordiais

- (aa) Esperidião Medeiros, Eduardo Gurgel de Araujo, Dinarte Mariz, Renato Dantas, Floriano Medeiros, José Cirilo, Manuel Varela, Oscar Siqueira, José Inacio Camboim, Moacir Medeiros, Tauari Medeiros, Anderson Soares, Florizel Medeiros, José Bernardo, Elísio Medeiros, José Josias, Cícero Romão de Oliveira, Adjuto Fausto, Antonio Carlos de Medeiros, Silveira Martins, Djalma Medeiros, Aldo Medeiros, Pedro Bevenuto, José Vicente, Francisco Medeiros, Antonio Aladim, Clementino Faria, Leônidas Monteiro, Dr. Jorge de Souza, Padre Antonio Avelino, José Avelino da Silva, Gerson Avelino da Silva, Manuel Etelvino da Cunha, Olegario de Medeiros Vale, Emidio Felipe de Araujo, José Eustaquio de Araujo, Lino Guerra, Pedro Americo de Araujo, Francisco Rodrigues, Nesinho Medeiros, Odilon Salvino, Gaspar Vitoriano, Abilio Medeiros, José Benévolo, José Epaminondas, José Ezelino, Ludgero Dantas, Hercílio Medeiros, Joaquim Severiano, Eulampio Monteiro, Tasso Dantas, Valdimir Dantas, Lauro Dantas, Luis Agatangelo de Brito, José Gurgel, Salviano Santos, Odilon Lebarre, Eunapio Leite, Anísio Vitoriano, Francisco Lucas, Umbelino Diniz, José Regalado, José Macedo, José Varela, Virgilio Aguiar, Firmino Cidade, Milton Nobrega, Arnaud Abreu, Severino Gomes, Daniel Diniz.<sup>364</sup>

A resposta veio curta e direta reconhecendo a admiração ao filho ilustre Amaro Cavalcanti, porém em tom de protesto a qualquer que fosse a alteração da denominação primitiva. Naquele momento do Seridó, e mais especificamente de Caicó, já lhes eram oriundas inúmeras pessoas também dignas de nomear a cidade, mas não era interessante a

<sup>363</sup> MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. *O Rio Grande do Norte no Senado da República*, p. 47.

<sup>364</sup> Telegrama em protesto contra a tentativa de substituição do nome da cidade de Caicó pelo de Amaro Cavalcanti. In: MONTEIRO, Eymard L'Eraistre. *CAICÓ: Subsídios para a história completa do Município*, p. 24-26.

uma coletividade envolvida pela tradição do nome original e secular suprimir tal denominação para dar lugar a uma homenagem individual, tendo em vista que o imaginário prevalente agora era outro, que atribuía maior importância à valorização e a afirmação do nome da região.

Ressaltamos ainda, que a fonte em análise carrega as vozes de homens de expressão na sociedade caicoense/seridoense daquele período que, ao fazerem uso do lugar profissional que ocupavam, externaram sua resposta como prova do sentimento de pertença ao seu local de origem, pela valorização de seu nome, que entendiam não necessitar de alteração. Comerciantes, médicos, magistrados, professores etc, sobretudo alguns políticos e grandes proprietários rurais, emprestaram seus lugares na sociedade local para fazer valer o interesse em manter a tradição do nome da cidade.

Eram indivíduos provenientes das mais expressivas famílias da sociedade seridoense – *Medeiros, Araújo, Mariz, Dantas, Vale, Aladim* etc –, que se uniram em torno da manutenção daquela tradição recorrente à memória toponímica da cidade. Assim, entendemos que *Caicó*, proveniente de *Queiquó*, primeira referência nominal daquela espacialidade fazia-se sinônimo da afirmação da tradição de valorizar a região através da toponímia. Portanto, manter o nome *Caicó*, não significava tão somente a manutenção do primeiro topônimo da cidade. A denominação *Caicó* representava interesses coletivos de reconhecimento e referência ao nome da circunferência maior que é a região. Assim, a preferência pelo nome de *Caicó* reafirma a tradição toponímica em referência ao nome do primeiro núcleo urbano do Seridó, cujo enraizamento proporcionou o surgimento dos demais.

Esse episódio talvez tenha sido um dos últimos rastros da prática, presente na Primeira República, de requerer o enaltecimento de uma figura política do período pela supressão de um topônimo construído anteriormente, recorrentemente utilizada pela organização familiar Albuquerque Maranhão – o que nesse caso encerrou-se como tentativa e acabou por fortalecer o valor do nome, reafirmado naquele período.

Depois de constatada a existência de tantos nomes de atores sociais ilustres na disposição das denominações dos variados espaços que apresentamos foi o nome do Seridó que se sobressaiu, no momento que politicamente lhe era mais relevante, ao servir como referência e representação de um conjunto de tradições e costumes que foram construídos e fortalecidos ao longo do tempo. Rio, região, cidade, avenida, escolas, estação experimental e hospital foram/são algumas das espacialidades que carregam ou carregaram em seus nomes as diversas representações histórico-geográficas do Seridó.

Imaginariamente, falar do criatório e do algodão, de Ouro Branco, Currais Novos, Acari, Caicó e outros municípios, da freguesia de Santana, do Hospital do Seridó, de estabelecimentos educacionais nascidos no período, de Janúncio da Nóbrega, Manoel Dantas, José Bernardo, José Augusto, Juvenal Lamartine, entre outros homens e espacialidades, é especificamente também falar de sinônimos de Seridó tendo em vista o contexto atribuído a uma construção regionalista firmada no espaço, no tempo e nas representações que foram sendo edificadas pelos naturais que lhe empreenderam estes significados.

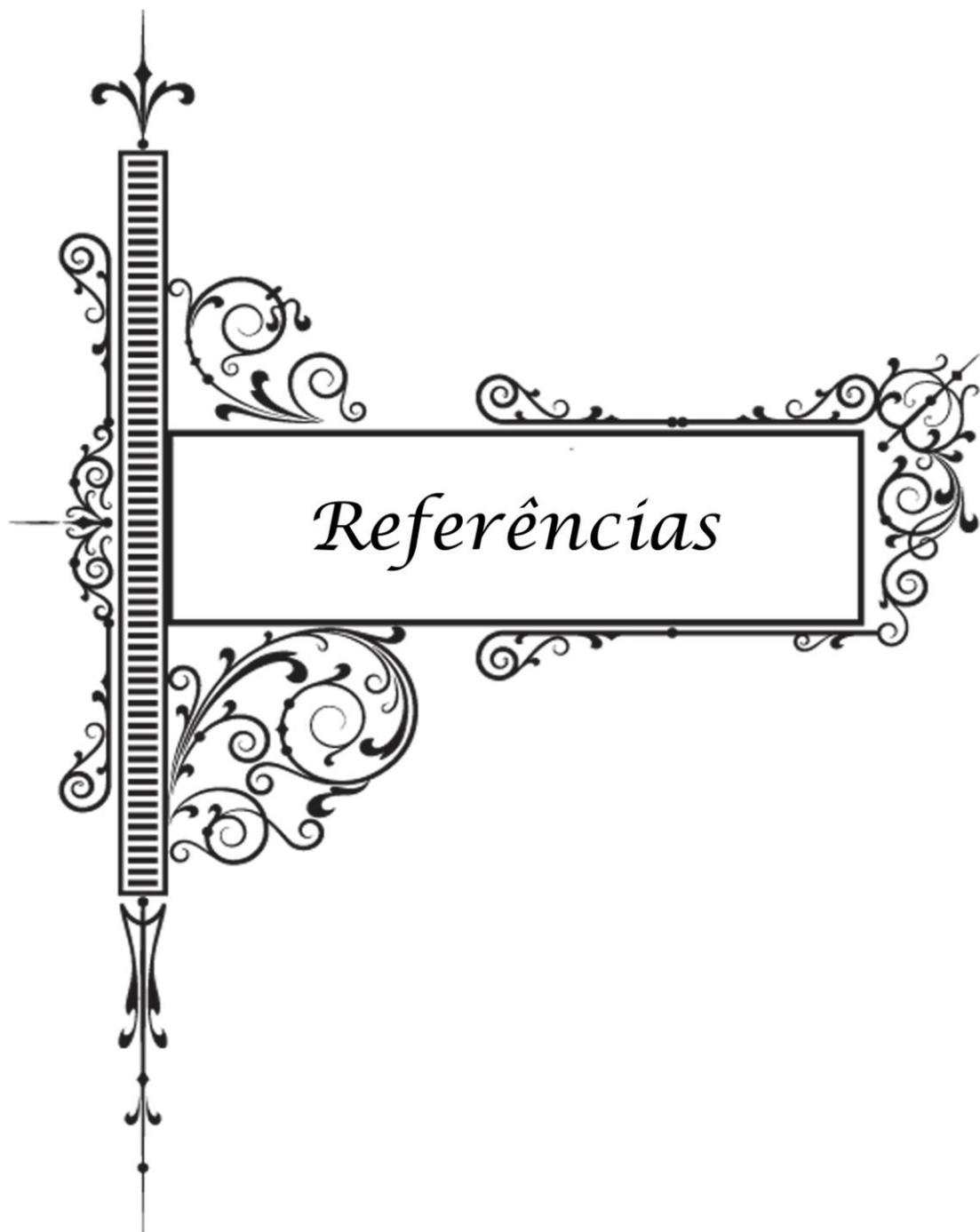
Diante de tantos nomes, homenagens e espaços diferentes em uma mesma região, verificamos que a relação entre a história e a linguagem, enfatizada por Castoriadis, efetiva-se plenamente no Seridó pela disposição da diversidade de topônimos existentes, tornados cingíveis pelas instâncias que dão corpo ao seu regionalismo. Fé, poder, economias, saberes e outros elementos se sustentaram nos imaginários, no espaço e no tempo, compondo o *magma toponímico* do Seridó, que não se esgotou no período da Primeira República, mas se fez argamassa para continuar resistindo às investidas da contemporaneidade contra as instâncias que compõem o seu regionalismo. Na esteira de tal resistência, a propósito da língua, a toponímia do Seridó continua a se reinventar a partir do que já é dado, conforme atesta Castoriadis:

[...] Uma língua só é língua na medida em que oferece aos locutores a possibilidade de *se localizar* em e por aquilo que dizem *para aí moverem-se*, de se apoiar no mesmo para criar o outro, de utilizar o código das designações para fazer aparecer outras significações ou outros aspectos das significações aparentemente já dados [...].<sup>365</sup>

Com o passar dos anos, esse mesmo *magma* foi ganhando mais camadas através dos novos recortes espaciais e da ascensão de outros nomes que também contribuíram para o fechamento em torno de uma cultura regional. Motivo pelo qual ressaltamos que a lógica dos interesses – sejam de ordem nacional, local, familiar ou regionalista – não se esgotou ao longo do tempo, ao contrário, continua se perpetuando através dos topônimos, a depender da espacialidade e do imaginário que paire sobre eles, o que requer novos capítulos para a história do Seridó e do Rio Grande do Norte.

---

<sup>365</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição imaginária da sociedade*, p. 398.

A decorative frame with intricate scrollwork and a central rectangular box containing the word "Referências" in a serif font. The frame is composed of a vertical bar on the left with a hatched pattern, a horizontal bar on the top, and a horizontal bar on the bottom. The corners and midpoints are adorned with elaborate floral and scroll designs.

*Referências*

## REFERÊNCIAS

4 ANOS. *O Seridóense*, Caicó, 29 mar. 1918.

A CANDIDATURA do Dr. Alberto Maranhão. *Diário do Natal*, Natal, 04 jun. 1899.

A MISSÃO ALGODOEIRA – Sua excursão no interior do Estado. *A Notícia*, Natal, 20 ago. 1921.

A MISSÃO ALGODOEIRA – Sua excursão no interior do Estado. *A Notícia*, Natal, 11 set. 1921.

A MISSÃO ALGODOEIRA – Sua excursão no interior do Estado. *A Notícia*, Natal, 24 set. 1921.

A MISSÃO ALGODOEIRA – Sua excursão no interior do Estado. *A Notícia*, Natal, 22 out. 1921.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

AUGUSTO, José. *Seridó*. Rio de Janeiro: Borsoi Editor, 1954.

ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ. *Livro de Actas*. (manuscrito). Jardim do Seridó, 1891-1926.

ARRAIS, Raimundo. *O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. *O corpo e alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930*. Natal: EDUFRN, 2008.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a História e a memória*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BUENO, Almir de Carvalho. *Visões de República: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*. Natal: EDUFRN, 2002.

CAMARA, Amphilóquio C. S. *Scenários Norte-Rio-Grandenses*. Rio de Janeiro: Empresa Industrial “O Norte”, 1923.

CARONE, Edgar. *A República Velha (I - Instituições e Classes Sociais)*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Crônicas de origem: a cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20* (estudo introdutório de Raimundo Arrais). Natal: EDUFRN, 2005.

\_\_\_\_\_. *História da Alimentação no Brasil*. Segundo volume. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

\_\_\_\_\_. *História da República no Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Edições do Val, 1965.

\_\_\_\_\_. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955.

\_\_\_\_\_. *História da Cidade do Natal*. 4. ed. Natal: EDUFRN, 2010.

\_\_\_\_\_. *Nomes da Terra: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte*. Natal: FJA, 1968.

\_\_\_\_\_. O nome Potiguar. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, RN, v. 32-34, 1935-1937, p. 37-46.

\_\_\_\_\_. Porque se chama cidade do Natal. *A Republica*. Natal, RN, 04 abr. 1940.

\_\_\_\_\_. *Vida de Pedro Velho*. Natal: EDUFRN, 2008.

\_\_\_\_\_. Vila Nova do Príncipe e Vila Nova da Princesa. *A Republica*. Natal, RN, 31 out. 1943.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CIDADE Nova, Resolução n. 55. *A Republica*, Natal, 04 jan. 1902.

Cinema... In: O HOSPITAL. *Diário do Natal*, Natal, 15 set. 1909.

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

DANTAS, Manoel. *Denominação dos Municípios: Rio Grande do Norte*. 2. ed. Natal: Sebo Vermelho, 2008. [1922].

DEPAULE, Jean Charles; TOPALOV, Christian. A cidade através de suas palavras. In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

DICCIONÁRIO histórico, geographico e ethnographico do Brasil (Introdução Geral, Segundo Volume – Estados). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

DICK, Maria V. de P. do A. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo (1554-1897)*. São Paulo: ANNABLUME, 1996.

\_\_\_\_\_. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990a.

DIRIGÍVEL semi-rígido. Disponível em:  
<[www.redetec.org.br/inventabrasil/severo9.jpg&imgrefurl](http://www.redetec.org.br/inventabrasil/severo9.jpg&imgrefurl)>. Acesso em: 15 jan. 2012.

DR. AMPHILOQUIO Camara. *A Notícia*, Natal, 30 jul. 1921.

DR. WASHINGTON Luís. *Jornal das Moças*, Caicó, 15 ago. 1926.

FARIA, Juvenal Lamartine de. Mensagem à Assembléia Legislativa. *Imprensa Oficial do Estado*, Natal, 1929.

\_\_\_\_\_. Mensagem à Assembléia Legislativa. *Imprensa Oficial do Estado*, Natal, 1930.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

GOVERNO do Estado do Rio Grande do Norte. Símbolos. Disponível em:  
<<http://www.rn.gov.br/conheca-o-rn/simbolos>>. Acesso em: 23 jan. 2012.

HOSPITAL Juvino Barreto. *A Republica*, Natal, 13 set. 1909.

KNAUSS, Paulo; AZEVEDO, Francisca. Território das Américas: os usos do passado e as relações interamericanas nas ruas do Rio de Janeiro. *Revista Diálogos*, Maringá, v. 12, n. 1. p. 183-205, 2008.

LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LIMA, Nestor. Qual é o Rio “Grande” do Norte? In: FAGUNDES, Antonio (org.). *Leituras Potyguares*. Rio de Janeiro: Calvino Filho editor, 1933. p. 158-164.

LIMA, Nestor. *Municípios do Rio Grande do Norte: Acari, Angicos, Apodi*. Mossoró: FGD/ESAM, 1990 (Col. Mossoroense, série C, v. 594, ed. fac-similar).

\_\_\_\_\_. *Municípios do Rio Grande do Norte: Baixa Verde, Caicó, Canguaretama, e Caraúbas*. Mossoró: FGD/ESAM, 1990 (Col. Mossoroense, série C, v. 596, ed. fac-similar).

\_\_\_\_\_. *Municípios do Rio Grande do Norte: Ceará-Mirim e Currais Novos*. Mossoró: FGD/ESAM, 1990 (Col. Mossoroense, série C, v. 597, ed. fac-similar).

\_\_\_\_\_. *Municípios do Rio Grande do Norte: Flôres, Goianinha, Jardim do Seridó, Lajes e Luís Gomes*. Mossoró: FGD/ESAM, 1990 (Col. Mossoroense, série C, v. 598, ed. fac-similar).

LYRA, A. Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1921.

\_\_\_\_\_. *Chorographia do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Lux, 1924.

LOJA Avenida. *Jornal das Moças*, Caicó, 15 ago. 1926.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó: historicidade e produção do território. *Revista Espacialidades* [on line], Natal, v. 1, n. 0, 2008.

MACÊDO, Muirakytan K. de. Cultura e Identidade no Seridó. In: *Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Seridó do Rio Grande do Norte*. Vol. I: Diagnóstico. Caicó, RN. 2000.

\_\_\_\_\_. *A penúltima versão do Seridó: espaço e história no regionalismo seridoense*. Natal: Ed. Sebo Vermelho, 2005.

\_\_\_\_\_. Do Seridó. No Rio Grande do Norte. *Perigo Iminente*. Natal: Flor do Sal, v. 2, p. 31-33, mar. 2012.

MANIFESTO. *Diário do Natal*, Natal, 04 jun. 1899.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MEDEIROS, Coriolano de. *Dicionário corográfico do Estado da Paraíba*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rep. Imprensa Nacional, 1950.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. *Mensagens dos Presidentes do Estado do Rio Grande do Norte na Primeira República*. Natal: Fundação José Augusto; Brasília: Centro Gráfico, 1984. (Coleção Documentos Potiguares, 16).

\_\_\_\_\_. *O Rio Grande do Norte no Senado da República*. Natal: EDUFRN, 2008.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Caicó, cem anos atrás*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. *Cronologia Seridoense*. Mossoró: FGD/FVR, 2002.

\_\_\_\_\_. *Índios do Açu e Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984.

\_\_\_\_\_. *Velhas Famílias do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de. *Ser(Tão) Seridó em suas cartografias espaciais*. 2007. 120 p. Dissertação (Mestrado em História e Espaços), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Natal: Cooperativa Cultural, 2002.

MONTEIRO, Eymard L'Eraistre. *Caicó: subsídios para a história completa do município*. Recife: Escola Salesiana de Artes Gráficas, 1945.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. *Desvendando a Cidade: Caicó em sua dinâmica espacial*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1999.

\_\_\_\_\_. *Seridó norte-rio-grandense: uma geografia da resistência*. Caicó: Edição do Autor, 2005.

MOREIRA, Ana Zélia Maria. *Um espaço pioneiro de modernidade educacional: Grupo Escolar "Augusto Severo" – Natal/RN – 1908/1913*. 2005. 177f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

NOBRE, Manoel Ferreira. *Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte baseada nas leis, informações e factos consignados na história antiga e moderna*. 2. ed. fac-símile, Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1971. [1877].

NÓBREGA FILHO, Janúncio da. Acta da Sessão da Instalação do Centro Republicano Seridoense. *O Povo*, Caicó, 13 abr. 1889.

\_\_\_\_\_. Manifesto Republicano ao Povo Seridoense. *O Povo*, Caicó, 06 abr. 1889.

O HOSPITAL. *Diário do Natal*, Natal, 14 set. 1909.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Temp(l)os de consumo: memórias, territorialidades e cultura histórica nas ruas recifenses dos anos 20 (século XX). *Saeculum – Revista de História*, João Pessoa, v. 16, p. 59-68, jan./jun. 2007.

PEARSE, Arno. *Brazilian Cotton*. Manchester-Inglaterra: Taylor Garnet Evans & Co., 1922.

PEIXOTO, Renato Amado. *A máscara da Medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX*. 2005. 427 p. Tese (Doutorado em História) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. *Cartografias Imaginárias: estudos sobre a construção da história do espaço nacional brasileiro e a relação História & Espaço*. Natal: EDUFRN; Campina Grande: EDUEPB, 2011.

\_\_\_\_\_. Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX. *Revista de História Regional*, v. 15, p. 169-193, 2010.

\_\_\_\_\_. Zona de confluxo: a integração da historicidade do espaço por meio do exame da discussão do afastamento da História em relação à Geografia. *Revista. Porto*, Natal, v. 1, n. 1, p. 111-126, 2011.

POMBO, Rocha. *História do Estado do Rio Grande do Norte*. Edição Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil. (1822-1922). Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, Almanack Laemmant; Porto: Renascença Portuguesa, 1922.

RÈMOND, René (Org). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

RESOLUÇÃO n. 28. *A Republica*, Natal, 11 mar. 1896.

RESOLUÇÃO n. 68. *A Republica*, Natal, 01 ago. 1902.

RESOLUÇÃO n. 98. *A República*, Natal, 05 jan. 1905.

RESOLUÇÃO n. 118. *A Republica*, Natal, 28 fev. 1908.

RESOLUÇÃO n. 132. *A Republica*, Natal, 20 ago. 1909.

RESOLUÇÃO. *A Republica*, Natal, 20 fev. 1911.

RESOLUÇÃO n. 177. *A Republica*, Natal, 23 mar. 1914.

RIO GRANDE DO NORTE. *Uol*. Disponível em: <<http://riograndedonorte.sitesuol.com.br>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

RIO GRANDE DO NORTE. Governo do Estado. Decreto n. 01, 07/12/1889: Adhere à República Federativa do Brasil, nos termos em que foi proclamada provisoriamente pelo Governo, no Decreto n. 1 de 15 de Novembro último. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*, 1896.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 08, 16/01/1890: Gov. Provisório Adolpho Afonso da Silva Gordo dissolve a Câmara Municipal da Capital do Estado. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*, 1896.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 09, 18/01/1890: Gov. Provisório Adolpho Afonso da Silva Gordo dissolve todas as Câmaras Municipaes do Estado. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*, 1896.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 12, 01/02/1890: Muda os nomes das cidades de Imperatriz, Príncipe e Vila Imperial de Papary. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*, 1896.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 33, 07/07/1890: Muda o nome da Cidade do Seridó para Caicó. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*, 1896.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 34, 7/07/1890: Muda o nome do districto de São João do Príncipe. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*, 1896.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 77, 10/11/1890: Delibera sobre a denominação de ruas em São José de Mipibu. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*, 1896.

\_\_\_\_\_. Lei n. 175, de 26/08/1902: Declara feriado o dia 12 de maio homenagem à memória do eminente aeronauta Rio Grandense do Norte, Augusto Severo de Albuquerque Maranhão. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*, 1902.

\_\_\_\_\_. Lei n. 197, 28/08/1903: Declara que a Villa do Triumpho e município e districto judiciário do mesmo nome denominar-se-ão Augusto Severo. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*, 1903.

\_\_\_\_\_. Lei n. 249, 22/11/1907: Autorizava o governo a reformar a Instrução Pública do Estado. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*, 1907.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 174, 05/03/1908: Crêa o Grupo Escolar Augusto Severo no bairro da Ribeira – Natal-RN. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*, 1908.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 178, 29/04/1908: Restabelece a Diretoria da Instrução Pública, cria a Escola Normal, os Grupos Escolares e Escolas Mistas. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*, 1908.

\_\_\_\_\_. Lei n. 259, 24/11/1908: Autorizava o governo a auxiliar com a quantia necessária para erguer o monumento em homenagem a Pedro Velho; e aprovar o crédito aberto para as despesas de seu funeral. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*, 1908.

\_\_\_\_\_. Lei n. 261, 26/11/1908: Declara denominar-se “Pedro Velho” o município de Villa Nova. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*, 1908.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 198, 10/05/1909: Declara que o Grupo Escolar “Augusto Severo” será a Escola Modelo para servir de typo ao ensino público elementar em todo o Estado. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*, 1909.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 201, 01/07/1909: Crêa o brasão de armas do Estado do Rio Grande do Norte. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*, 1909.

\_\_\_\_\_. Lei n. 284, 30/11/1909: Reforma da Instrução Pública do RN. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*, 1909.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 224, 08/07/1910: Crêa um Grupo Escolar na Villa de Pedro Velho denominado Fabrício Maranhão. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*, 1910.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 263, 08/01/1912: Crêa um Grupo Escolar na Villa de Nova Cruz, denominado Alberto Maranhão. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*, 1912.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 286, 10/07/1913: Crêa um Grupo Escolar na Villa de Canguaretama denominado Pedro Velho. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*, 1913.

\_\_\_\_\_. Lei n. 376, 1º/12/1914: Supressão de alguns feriados estaduais. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*, 1914.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 231, 26/04/1924: Criação da Comissão de Saneamento de Natal. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*, 1924.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 270, 18/05/1925: Criação de várias escolas rudimentares. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*, 1925.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 341, 23/08/1927: Cria um grupo escolar denominado Silvino Bezerra, na Vila de Flores. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*, 1927.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 348, 14/08/1927: Considera feriado estadual o dia 15 de outubro, reconhecendo o centenário de 15 de outubro de 1927. *Atos legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*, 1927.

ROSA, Jayme da Nóbrega Santa. *Acari: fundação, história e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1974.

RUA do Dr. Junqueira Ayres. *A Republica*, Natal, 11 mar. 1896.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHOPENHAUER, Arthur. *O Mundo como vontade e representação*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SERVIÇO do algodão. *A Notícia*, Natal, 25 jun. 1921.

SERVIÇO do algodão. *A Notícia*, Natal, 09 jul. 1921.

SEVERO NETO, Augusto. *Ontem vestido de menino*. Natal: Nossa editora, 1985.

SOARES, Antonio. *Diccionario Historico e Geographico do Rio Grande do Norte*. Vol. 1 A-E. Natal: Imprensa Oficial, 1930.

SOBRINHO, Costa e Silva. Uma homenagem a Augusto Severo. *A Tribuna*, Santos, 7 jun. 1953.

SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)*. Brasília: Senado Federal, 1989.

\_\_\_\_\_. *Nova História de Natal*. 2. ed. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2008.

SOUZA, Maria do C. C. de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 162-226.

SPINELLI, José Antônio. *Coronéis e oligarquias no Rio Grande do Norte: (Primeira República) e outros estudos*. Natal: EDUFRN, 2010.

TEIXEIRA, Charles Medeiros. *A controvérsia sobre o planejamento na economia brasileira: Gudin X Simonsen*. 2007. 64f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *Da cidade de Deus à cidade dos homens: a secularização do uso, da forma e da função urbana*. Natal: EDUFRN, 2009.

\_\_\_\_\_. Os nomes da cidade no Brasil colonial. Considerações a partir da Capitania do Rio Grande do Norte. *Mercator - Revista de Geografia da UFC*, Fortaleza, ano 2, n. 3, p. 53-60, 2003.

TRAGÉDIA Augusto Severo. Disponível em:  
<[ronaldofotografia.blogspot.com/2011/06/tragediaaugustosevero](http://ronaldofotografia.blogspot.com/2011/06/tragediaaugustosevero)>. Acesso em: 15 jan. 2012.

VIANNA, Oliveira. *O ocaso do Império*. [introdução de José Murilo de Carvalho]. 3. ed. Rio de Janeiro: ABL, 2006.

VIDAL, Laurent. *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.